

Boletim Cultural

VI SÉRIE · N.º 5
ANO 2024



Boletim Cultural

VI SÉRIE • N.º 5
ANO 2024

Sumário

4	Nota de abertura <i>Mário Passos</i>
	Editorial
6	Recordar para valorizar <i>Pedro Oliveira</i>
	Parte 1. Opinião
10	01. 25 Abril Sempre <i>Agostinho Fernandes</i>
20	02. 25 de Abril – Cinquenta Anos <i>Almeida Pinto</i>
22	03. Famalicão e os desafios do futuro <i>Armando Costa</i>
26	04. 25 de Abril, Ontem, Hoje... ...E Sempre! <i>Artur Sousa Lopes</i>
28	05. Anos de Abril <i>Coronel Bacelar</i>
32	06. O 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 – Vividos em Vila Nova de Famalicão <i>Durval Ferreira</i>
35	07. Depoimento <i>Margarida Malvar</i>
38	08. 50 Anos de Abril... <i>Mário da Costa Martins</i>

Parte 2. Atividades

- 44 01. De Famalicão para o Mundo: O 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão
Arminda Ferreira, Hilário Pereira, Luís Alberto Alves e Paula Costa
- 72 02. Memória e futuro - Comemorações Municipais 50 Anos 25 de Abril de 1974
Arminda Ferreira, Luís Alberto Alves e Pedro Oliveira
- 112 03. Concurso “25 de Abril: 50 anos de liberdade e democracia” – Um convite à escrita e à criação artística
Carla Araújo
- 118 04. Agrupamento de Escolas D. Sancho I celebrou os 50 anos do 25 de Abril com um ano de iniciativas culturais e educativas marcantes
João Pedro Vilaça
- 124 05. Tradições de Fradelos antes e pós 25 de Abril
Judite Azevedo
- 130 06. Pensar o Futuro a partir de Abril – um ciclo de conferências instigantes
Luis Alberto M. Alves
- 144 07. Caminhos da Liberdade. Roteiro da Memória
Arminda Ferreira e Artur Sá da Costa

Parte 3. Investigação

- 158 01. O Estado Novo em Vila Nova de Famalicão: autocracia, centralização e diversidade política
Daniel José Ribeiro de Faria
- 180 02. Perspectiva 1974-1976. Um jornal na Revolução
Joaquim Forte
- 201 03. 25 de Abril/74 – Visão de alguns factos
Filomena Fonseca
- 208 04. Sugestões bibliográficas sobre o tema do 25 de Abril de 1974
Luís Alberto Marques Alves

Currículos

- 220 Breves Currículos

→ Nota de abertura

→ Mário Passos

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

É com profundo sentido de missão e regozijo que apresentamos esta nova edição do Boletim Cultural do Município, especialmente dedicada às comemorações do 50.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974 — um marco fundamental da nossa História contemporânea, cujos ecos continuam a moldar o presente e a projetar o futuro de Portugal.

O Município de Vila Nova de Famalicão tem-se associado, com responsabilidade e entusiasmo, às comemorações nacionais, mediante um programa comemorativo diversificado e profundamente enraizado nos valores da liberdade e da democracia.

Esta edição especial integra-se nesse espírito, honrando a memória, convocando o presente e apontando caminhos para o futuro.

As comemorações municipais têm sido marcadas por um forte carácter intergeracional, promovendo o diálogo entre quem viveu o antes e o depois da revolução e as gerações que nasceram já em liberdade. Neste cruzamento de vivências e perspetivas, consolidam-se pontes de cidadania e de participação, essenciais à vitalidade da democracia.

Esta edição contou com a colaboração de membros da Comissão de Honra das Comemorações Municipais, composta por distintas individualidades famalicenses que, pela sua ação cívica, política e cultural, tem contribuído de forma especialmente relevante para o desenvolvimento do concelho e para a consolidação dos valores democráticos.

Permitam-me, neste contexto, recordar com gratidão e respeito, um dos seus membros, Joaquim da Silva Loureiro, entretanto falecido, cuja vida foi um exemplo valioso de entrega aos ideais da liberdade, da democracia e da justiça.

Destaco ainda, com apreço, os contributos dos investigadores e outros colaboradores externos ao Município, que aprofundaram o conhecimento da história local como parte integrante da construção da história nacional. A sua reflexão constitui um valioso instrumento ao serviço da memória e da consciencialização coletiva.

Merecem também especial menção os artigos produzidos por colaboradores do Município, cujo empenho e dedicação refletem-se na qualidade e profundidade desta publicação.

Este Boletim Cultural é, assim, mais do que um registo do passado, é um convite à participação ativa na vida cultural e cívica da comunidade. É um testemunho do que fomos, do que somos e do que aspiramos ser. É uma viagem pelas raízes que nos formam e pelos valores que nos guiam.

A todos os que contribuíram para esta edição o nosso mais sincero agradecimento. O vosso contributo é inestimável para que a cultura continue a ser um pilar vivo e mobilizador da identidade famalicense.

Convido, por isso, os leitores a folhearem estas páginas com atenção, curiosidade e sentido crítico.

Que o Boletim Cultural do Município seja, uma vez mais, um espaço de encontro entre o passado e o futuro, entre a memória e a ação, entre a liberdade e a responsabilidade.

Editorial

Recordar para valorizar



Pedro Oliveira

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Celebrámos em 2024, meio século da fundação da nossa democracia.

Tal como em todo o país, também em Vila Nova de Famalicão assinalámos este importante momento com inúmeras iniciativas, de forma a afirmarmos uma sociedade mais conhecedora da nossa história recente, mais participativa, plural e democrática.

As Comemorações do Município de Vila Nova de Famalicão sustentaram-se num programa amplo e abrangente, com uma incidência significativa nas atividades dirigidas aos nossos jovens, tendo como objetivo capacitá-los para uma participação mais ativa na vida democrática.

É um facto que, quanto mais distantes estamos do passado mais a memória coletiva tem tendência a ir desvanecendo. Muitos dos jovens de hoje, são filhos de pais que, muitos deles, nasceram já depois de 1974. São, portanto, pais e filhos que só conheceram o país livre. Urge, pois, lembrar a estes que se vivessem em Portugal há 50 anos, estariam proibidos de debater ideias, discordar, reunir-se, votar ou muitas outras coisas que hoje temos como garantidas.

A relevância deste momento e a forma como foi celebrado fez com que optássemos por uma edição do Boletim Cultural totalmente direcionada para a Revolução de Abril de 1974 e as Comemorações Municipais dos 50 anos do 25 de Abril.

Assim, fiel aos seus princípios, esta edição do Boletim Cultural perpetua muito do que foi feito ao longo do ano e deixa-nos também, muitos testemunhos de importantes protagonistas dos acontecimentos de Abril de 1974 da nossa comunidade.

Por via destes artigos e trabalhos, o Boletim Cultural continua muito presente na vontade em acentuar muita da nossa identidade e da nossa memória. Também por via destes artigos, o Boletim Cultural continua a ser uma excelente fonte para o estudo e investigação.

A todos que colaboraram neste número, muito obrigado pela disponibilidade para partilharem o seu conhecimento!



Parte 1

Opinião

01. 25 Abril Sempre

→ Agostinho Fernandes

Matutei algum tempo e hesitei mais ainda em aceder a este tipo de convite para elaborar um relatório de participação, em jeito de *feedback* das atividades da Comissão de Honra das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, pensando que esse cuidado e responsabilidade caberia numa primeira instância a um cronista do reino e ulteriormente ao conselho científico criado ad hoc, quer dizer, ajudando a planear e acompanhar antes e registando o histórico depois, como competiria e muito bem à Câmara municipal, em Boletim cultural alusivo por exemplo... mas não. Depois ainda porque me habituei desde sempre a aviar em terra antes de singrar pelo mar dentro e, obviamente, continuar com a memória em carga de todos os azimutes... o que não era o caso.

Claro que foi uma honra dar este limitado testemunho escrito, via drone/mirone naquilo que diz respeito à minha representação pessoal sem entrar nos pormenores intrínsecos dos assuntos em apreço e discussão, verificada que

foi de grande exemplaridade cívica a adesão presencial e mental dos jovens participantes e fazer parte deste debate, hoje e aqui entre eles, 50 anos após o 25 de Abril, foi a melhor gratificação para quem carrega algum peso desapiedado da existência, no rescaldo de uma Europa esfrangalhada de guerras, a civil de Espanha e a colonial em Angola, Guiné e Moçambique onde marquei passo por 3 longos anos... mas ninguém escolhe onde e quando quer nascer... o que seria também mais um romance do arco da velha tal como a data de morrer. Luxos e tiques sem importância. A guerra acabou também há 50 anos... mas ainda há gente em hospitais e muitas feridas em aberto.

Valeu a pena?... Valeu... mau grado o mau desempenho habitual da governança entre nós e tudo isto pelo povo excecional que somos desde Viriato, apesar de pensar esgueirar-me, quero dizer, fugir e desertar mesmo e por diversas vezes pelo absurdo e monstruoso da guerra, como muito bem o escreveu o notável lutador

pelos direitos humanos o padre António Vieira, durante esse tempo de bruma, também na baía dos porcos... para o Malawi de Banda, Tanzânia, Zâmbia ou Rodésia de Yan Smith... o certo é que, como ensinou Garcia Márquez, tenho vida ainda e já pude desferir a minha enguiçada quão crónica sistole no meu livro Moçambicana/memória contra a guerra colonial, sobre tão marcante quão dolorosa experiência e contar como foi. As experiências bem ou mal sucedidas como os nossos erros, se sobrevivemos... podem ser fonte de aprendizagem e regeneração até, enriquecendo-nos mesmo sobretudo se desejarmos aprender e amadurecer. O bem estar e progresso de grande parte da Europa devem-se ao suor de milhões de escravos e cadáveres de negros, árabes, índios e amarelos. Há sempre quem o queira esquecer ou ignorar!

Por outro lado... atendendo à minha circunstância temporal no tempo e espaço, sou o que sou por causa do 25 de Abril... e tive sorte. Não podia deixar de estar aqui e dar testemunho... pois que, engolindo o amargo travo do preço do dever e de viver e ter vivido no armário até então, passei de num Zé-ninguém a um Homem, nas linhas de W. Reich e Primo Levi ou mesmo Brecht e Orwell, Spengler e Ortega y Gasset, mas também Camus e G. Greene, Malraux ou Arendt, Thomas Merton ou Karl Rahner, reconstruindo os cacos e reorientando os fragmentos da minha existência radical na verdade e justiça, na democracia tolerante e na liberdade solidária... algo que existencialmente não tem preço nem igual no mundo de valores civilizacionais do ocidente. Basta olhar por momentos e à nossa volta e ver o desatino da condição humana e social... de Pyongyang a Vladivostok, Israel, Venezuela, China, Irão e Myanmar ou Bielorrússia... entre muitos mais... um rol de embustes de regimes que pouco nada fazem pelo povo mas sim pelos arautos da propaganda e oligarcas do crime. Que qualidade de existência, verdade, valores e que liberdade?... Tudo acaba em vida de uma/duas gerações na queda do colosso de uma estátua soberba

e gigante de mau gosto estético que um dia cairá ruidosamente, seja Nabucodonosor, Estaline, Mao, Idi Amin ou Franco, Hussein ou Hugo Chávez, Kim Jong-un... o amigo de Trump e do androide e ex-kgb Putin...

Rematando, lembraria que... sem memória do passado dificilmente haverá futuro mas... pelo arfar e latejar daqueles jovens e adolescentes com quem partilhamos ideias, sonhos e emoções... Portugal tem futuro!...como naqueles versos imortais de Fernando Pessoa daquele longo poema Tabacaria e que começa assim: "Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte isso... tenho em mim todos os sonhos do Mundo!" ... penso, afinal, que "...tudo vale a pena... quando a alma não é pequena!"...do fabuloso poema do Mar salgado, como esse luminoso farol poliedro da heteronímia universal poetou e poetou... incessantemente original, misterioso mas humano, surpreendente e paradoxal, fingidor cristalino até ao fim e disputando com Camões o jato luminoso da aurora boreal da sempre fugaz imortalidade... que sempre os perseguirá no vasto mundo da língua da pátria portuguesa.

Justificação

Claro que seria muito grave indício que nos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e à sementeira do que quase universalmente vem acontecendo na generalidade dos municípios portugueses, não tivesse sido formada entre nós também, uma Comissão de Honra ad hoc para, neste terra de grandes tradições e vultos da maior grandeza da velha República, pensar com tempo e amadurecidamente em programa digno e rico, recordar a data tranquilizando os mais velhos e lembrar aos mais jovens como tudo aconteceu em termos de regime democrático, justificando assim a gloriosa revolução e enterrando um velho Estado novo que já caía da tripeça e mais, contra tudo e todos, na ONU, mundo e Europa, rosnava qual mostrengo no mar do "orgulhosamente sós" tendo sido uma das maiores ditaduras de "brandos costumes,"

eles que criaram o Tarrafal e Peniche, mataram Delgado e milhares de mancebos capazes e viris nos 13 longos anos de guerra colonial do nosso descontentamento e quase eternizando o nome de Portugal como país e povo escravagista e colonizador durante séculos.

Por outro lado, independentemente da feição dos regimes, foram 50 anos em que o poder local se afirmou e revigorou pelas realizações de obras imperiosas e urgentes, não o podemos ignorar porque estava quase tudo por fazer, contra tudo e todos por vezes, que o jeito e trejeitos da senhora mandona e centralista de Lisboa vagueiam ainda por aí e acusa ainda tiques de ciúme e altanaria e não só, para meu gosto, que a queria menos francesa e mais nossa... menos pelourinho e coscuvilheira, mais casas e menos sótãos, menos elitista e mais povo de Fernão Lopes, menos consumista, superficial e arrebicada e mais humanidade e compaixão na área metropolitana. Resolvam o crónico problema dos sem abrigo e apareçam depois para falarmos de políticas para Lisboa. Obras e não cosmética zequinha... cheirando a laboratórios requentados de Bruxelas.

Se o ideário da revolução era, prioritariamente porque pragmático, porque

Democratizar, Descolonizar e Desenvolver e muito bem, o poder municipal e os municípios de todo o País, independentemente da pool position da riqueza ou fraqueza dos partidos, foi a meu ver, um dos pilares fortes e paladinos que mais trabalhou, fez obras nas populações e içou ainda este País adiado para a frente, sobretudo em áreas de interior... terras por onde raramente Cristo terá passado, na melhor estirpe do pensamento do grande historiador civilista Alexandre Herculano, com direito a retrato na casa de Ana Plácido em Ceide.

A referida Comissão de Honra reuniu por várias vezes e juntou quem devia estar, segundo a Câmara municipal, salvo o reparo de ignorar se alguém elaborou atas e para além da falta

inicial de manifesta representatividade por parte das mulheres, apesar de logo no início da Comissão administrativa em 1974, pasme-se!...a saudosa professora Ercília Júlia de Sousa Ramos e na Assembleia Municipal a igualmente saudosa e estimada médica da Casa de Gavim, a Dr.ª Maria Cândida Vidal Pinheiro, fazerem parte com galhardia de corpo inteiro e lado a lado na política e vida pública com os homens. Os tempos foram afunilando a abertura plural e democrática entre todos nós apesar de tão competentes, dedicadas e determinadas tanto ou mais que os homens... sabendo nós que cada caso é um caso em termos de personalidade absoluta e paridade. Se antigamente a verdade era unívoca, bela e parecia universal agora cada um tem a sua e é cada vez mais intolerante perante a diversidade. Ninguém é mais odiado que aquele que fala a verdade, escrevia Platão. Estamos quase de regresso às cavernas... ou, se calhar, deixámo-las ainda há pouco tempo.

Delineou-se um ideário de programa geral com contribuições múltiplas dos representantes partidários e não só, sendo múltiplas as presenças e representações da mesma em atos públicos que aconteceram um pouco por todo o Município, principalmente nas autarquias e escolas, onde crepita o futuro e a continuidade do regime democrático, na forma de governo que, segundo Churchill pode até não ser a mais perfeita mas é certamente a melhor de todas, com todas as limitações e insuficiências legais ou constitucionais até, não confundindo porém as situações daqueles que ostentando a democracia em estandarte como a Turquia, Hungria, Rússia e Venezuela até ou Israel, ajudam a destruí-la e desesperam as populações pela arbitrariedade do poder, privilégios aos militares e classes possidentes, usurpação de bens do estado e favorecimento de novos cleptocratas e outros bandoleiros, contribuindo aqui e ali até para seu descrédito... ressuscitando a perseguição política e prisão, os assassinatos



telecomandados já desde o tempo do verdugo Estaline ou Pinochet, o abandono clamoroso dos direitos do homem e das virtudes e valores maiores da liberdade, igualdade e fraternidade da já tão velhinha Revolução Francesa de 1789.

Convencida ou não a Câmara municipal esteve presente em geral, coordenando iniciativas de base às dezenas em todo o território municipal, sabendo-se que dificilmente qualquer um dos presentes nela fizessem parte na ausência do 25 de Abril, apesar de aqui e ali, poder-se ir mais longe e mais profundamente em presenças e representações autárquicas e culturais, atos simbólicos e ações, lançando concursos artísticos e desafiando a criatividade dos mais novos, esperando bem que uma marca bem significativa e imorredora se concretize em escultura alegórica que seja, o momento histórico e quase transcendente que tão longe levaria as mudanças no País e restituía novamente a paz social, a igualdade e a dignificação da justiça... esta que até agora não acompanhou

as profundas alterações verificadas na sociedade portuguesa e no quotidiano das pessoas, com relevo para os mais pobres e deficientes, os mais velhos ou dependentes do estado social... que os ricos desenrascam-se como sempre!... Acham audaz e pouco importante?... Vamos esperar que temos tempo apesar de, por regra, quem exerce o poder julga-o momentaneamente seu e de quem mais entende. Pois saibam que uns anos antes um iluminado “general” houve entre nós que desenvolveu estudos, memória descritiva e contatos para concretizar uma estátua de grandes proporções a Oliveira Salazar, o mesmo que decapitaram na sua própria terra em Fevereiro de 1975 por... não lhes dizer nada ou muito pouco em Santa Comba Dão. Existem documentos e foi mais tarde que um grupo de saudosos marginais lha colocaram de noite.

A luta pelo poder absorve em geral todos os políticos e eleitos e mais, todos os partidos tendem a uniformizar seus intentos, a forrar de



maquiavelismo as suas políticas, ademanos, passos e passinhos, gestos e motivações... quase como os grandes clubes de futebol que, semana a semana só querem ganhar, ganhar, ganhar... seja qual for a tática ou técnica que usem. Diria até e sendo exigente como sempre fui comigo e com os outros, que nunca foram para mim aquela escola de cidadania e virtudes cívicas em prol da comunidade de que fazemos parte e do bem e serviço público... com raras exceções de umas poucas dúzias de eleitos locais de todas as áreas ideológicas que admirei e reverencio pelo seu desprendimento e dádiva, vontade de servir e qualidades humanas de honradez, trabalho, seriedade e honestidade a toda a prova... pois que, como diz o povo, quanto aos de cima, quem alto sobe de alto cai...

Penso que aqui e agora poderá ter lugar o vasto e detalhado programa das muitas concentrações levadas a efeito por todos os representantes da Comissão de Honra nos mais diversos espaços e sítios e para que conste e seja memória cívica e coletiva, com grande participação sempre e interesse até por parte dos mais jovens que ouvindo e interrogando, questionando e criticando, o que me parece ajustado em termos da dialética do conhecimento e crítica, pois que tanto o erro como a dúvida, são as grandes molas da aprendizagem

e fornecimento de novas ideias à memória e qualidades superiores do homem.

Dos vários atos em que participei dinamicamente destacaria dois pela sua representatividade e qualidade e número de participantes, para além de uma que outra representação em torno dos mais novos, 4.º ano mais exatamente da EB Luis de Camões desta cidade que já nos vem habituando a trabalhar em sintonia constante com a comunidade como deve ser. E lembrei-me também que fiz o meu exame de 4.º ano/classe na única Escola ao tempo da antiga Vila Nova como se dizia ainda com frequência, na rua de Conde de S. Cosme do Vale em 1952, tendo ficado aprovado e com distinção... que eu na altura já quase me julgava um dos 7 sábios da Grécia. Houve ainda uma outra intervenção e foi pedida por parte da ES Benjamim Salgado de Joane e no sentido de dar um testemunho sobre o 25 de Abril de 74 e os longos tempos anteriores do regime etiquetado de Estado novo para uma revista da mesma Escola. Assim o fizemos... tendo em vista apenas o seu público alvo e principal e que acho de interesse incluir também aqui, para além de outras formas de divulgação, pelos contextos que aborda necessariamente, isto é, os tempos anteriores à revolução dos cravos em 25 de Abril de 1974 e seguintes.

Venham mais 50...

Com alguma frequência dou comigo a pensar sobre aquilo que sempre ouvi dizer universalmente e pelos livros que o homem é o único animal racional existente à face da Terra, em face do que observo no dia-a-dia e, sobretudo, chega até mim das mais variadas formas e partes do Mundo.

Bem, a generalidade sê-lo-á por certo mas... muitas vezes não o é nem parece, quando se procede à guerra como na Ucrânia ou Palestina, China, Taiwan ou Venezuela países outrora existentes e livres, quando alguém atira um bebé para um contentor de lixo ou quando, dia e noite, arrasam o património florestal na Amazônia e observo a generalidade dos animais classificados de irracionais por outro e resultados de seus comportamentos... hesito por vezes e não sei o que concluir, assaltando-me neste momento ainda à cabeça a morte daquela menina que em 1942 morria no campo de concentração de Bergen-Belsen, a 31 de Março de 1945, Anne Frank, um mês e pouco antes do fim da 2.ª guerra mundial, precisamente a 8 de Maio de 1945, dia de aniversário do saudoso amigo Benjamim Salgado, nome do ilustre famalicense que deu identidade local à Escola e que solicita um testemunho sobre os 50 anos do 25 de Abril a mim, joanense também e que servi também na Câmara Municipal por mais de 25 anos, desde 1980-2006, quase 20 anos como Presidente da Câmara, o Presidente que mais tempo serviu na mesma Câmara Municipal, eleito pela população famalicense desde 25 de Abril de 1974 ou, se quiserem saber mais, desde o longínquo ano de 1835, ano da legitimação por D.ª Maria II, de VNF como concelho de novo. É a história.

Sou o que sou porque aconteceu o que tinha de acontecer sob pena de que se a guerra colonial continuasse, todos os homens válidos sobreviventes emigrariam seguidamente por montes e vales, e Portugal ficaria como uma

coutada europeia para se visitar e poder acompanhar ainda o dia-a-dia de um país europeu atrasado desde os finais do século XIX, alfofre de morgadios, condes, viscondes e barões de mão dada com a igreja e todos aqueles que prezam muito bater com a mão no peito mas... que não dão nada nem ajudam ninguém. A velha e relha questão da fé sem obras, vulgarmente, olha para o que eu digo e não para o que eu faço ou, ainda, a equivalente de... bem prega frei Tomás... Claro que sempre houve quem repartisse o pão e mais naqueles tempos azia-gos e sombrios. Minha mãe mandava-me ao cair da noite à casa onde vivia a Senhora Luísa da Igreja, assim denominada, a cem metros de nossa casa, para lhe colocar nos pés velinhos e frios um tijolo aquecido e envolto em pano de baeta para lhe aquecer os pés... pois que vivia sozinha e acamada.

Hoje há escolas, creches, clubes e lares e uma constelação de diversas Associações em Joane para todos os fins mas quando criança, não. Só em Guimarães ou Braga, Barcelos para os tolos, como se rematava o assunto e Póvoa de Varzim onde vi o mar imenso, lindo e aterrador, pela primeira vez e com a minha avó Ana Macieira.

Não havia um metro quadrado de pavimento mas também não fazia falta para os automóveis existentes, nem meia dúzia, pois que os cavalos e burros e ainda as padiolas resolviam o problema que andar a pé era regra geral e andar descalço, as bicicletas raras ainda.. Aqui e ali havia ramadas por cima dos caminhos e quase nada de eletricidade. Andava-se de noite de candeeiro na mão e com vela ou petróleo pelos caminhos ou por casa na mão.

As feiras de Famalicão e Joane abasteciam as famílias e a generalidade trabalhava de sol a sol nos campos e limpeza de montes e bouças pela alimentação e um cibato mais, raramente havendo incêndios, e as fábricas de têxtil irrompiam aqui e ali. Fui a pé de madrugada à feira

de Vila Nova de Famalicão com a minha avó e de regresso, certa vez e ali pelo fim de Compostela, em Requião, subia também um carro puxado a bois e minha avó pede ao senhor do mesmo para permitir que me sentasse na ponta da cabeçalha do carro e a que ele de forma reles e irado diz a minha avó que me carregue ela, que não são passeios para crianças e que os bois estão também cansados. Enfim!... vida difícil para todos e dureza para as mulheres e crianças!...Outras e por várias vezes a Braga com minha tia Laurinda buscar peças de vestuário para vender na feira de Joane, esperando-nos ali pelo monte solitário da Curviã o meu tio Domingos Macieira de que qualquer dia vou fazer um debucho. Fui ainda com meu pai a pé, descalço e de calções pelos montes de Mogege, Oliveira Sta. Maria e S. Mateus ao sindicato de Delães buscar os livros para a 1.ª classe e seguintes, livros amigos e sedutores misteriosos a quem devo indiscutivelmente o que sou hoje, para além do 25 de Abril de 1974, ...“o dia inicial, inteiro e limpo”... no inspirado poeta da luminosa Sophia... deputada ilustre a par de Natália Correia na AR., cada uma com sua musa inspiradora.

Na velha igreja que os barberini destruíram pela madrugada num dia bem funesto para o povo joanense, após a morte de Benjamim Salgado em 28 de Janeiro de 1978, havia uma grade de ferro e dois cancelos nas testeiras que separava os homens que ficavam à frente e as mulheres atrás e os meninos alinhavam com o pai ou a mãe, conforme o sexo e a idade... que o respeitinho já era muito bonito no tempo do saudoso Cónego Lino de Araújo Campos que encima o cemitério local e frequentemente comia com os pobres na cozinha da residência paroquial. Encontrei um dia uma nota de 20 escudos no antigo campo da feira e dei-a a minha mãe que o procurou para tal ser avisado na missa. Que fez ele?...Eu ouvi e recordarei sempre. “Maria, leva contigo a nota e gasta que é achado de menino e não te faltará em que gastá-lo.” Para além de tuberculoso e por

casa o meu pai a quantia valia ao tempo bem mais que o salário de 2 dias. Mais palavras para quê?!...Estava-se nos anos primeiros de paz e após a 2.ª guerra mundial.

Comia-se pouco e mal, pão e caldo e caldo e pão sem tora, trabalhava-se muito, só os trabalhadores que ganhavam mais e faziam melhor compravam ao fim de anos de poupança uma bicicleta e podiam trabalhar em Pevidém, Riba de Ave, Ruivães e Famalicão em artes ligadas à bem rara construção. Fazer casa era que sonho que não dispensava emigração por largos anos.

O posto de saúde era nas traseiras do casarão do Salão, o Estado não existia a não ser para prender, ninguém tinha reformas e o que nos valia era a humanidade dos médicos e enfermeiros: o bondoso Dr. Ascensão que vivia na casa encostada ao Café Central, o Dr. António Melo de Pevidém ou, mais tarde ainda, o bom João Semana de Júlio Dinis, um samaritano que além da consulta gratuita e a qualquer hora ainda telefonava ao Fernando do talho da igreja para aviar 250 gramas de bife, fígado ou outra carne, a muitos doentes que atendia com fome e tuberculose, entre outras ao tempo. Ainda hoje vive o meu grande amigo Dr. Miguel Machado e que daqui reverencio pela sua simplicidade, verdade e solidariedade, e humildade e grandeza como ser humano. Nem esqueço porque não conheci outro igual... quase rival de Teresa de Calcutá!...

Apesar do rigor da escola era bom estudar e brincar porque depois e antes era só trabalhar em casa mas a D.ª Palmatória estava sempre de serviço. Foi o meu querido e saudoso Professor João da Costa Araújo, natural de S. Tiago da Cruz, que insistiu com meu pai para eu estudar, dizendo-lhe que era pena que fosse guardar o gado ou para as obras ou pedreiras da região e carregar os picos para a forja do ferreiro... porque “o rapaz é um pouco malandro e vivaço mas é bom rapaz e tem cabeça”. Por isso logo que pude, e com 11 anos tentei escapular-me para França ou, a pedido da minha mãe, para o seminário de Viana do Castelo, depois de



tentar Macau com o grande joanense amigo e historiador Dr. Silva Rego, onde, com grandes sacrifícios os meus pais pagavam 50 cêntimos por mês e que muita falta fazia em nossa casa e a todos. Carrego até hoje esse ónus imenso para meus pais e irmãos a quem, velada e discretamente, sempre procurei e me impus compensar de algum modo.

E foram os estudos e os livros que me salvaram da circunstância bem pobre em que nasci, rescaldo da guerra civil de Espanha e fim da 2.^a guerra mundial num país andrajoso e pobre, sob as garras do fascismo e da tutela vigilante da igreja que, pelos buracos da sacristia e morte e testamento público do Judas, controlava tudo e todos até ao sabugo pela confissão quase obrigatória e a vigilância do big brother da PIDE que fazia o que queria no País: vigiava, prendia, matava e quase tudo em nome de Deus ou da Pátria ou sob esse pretexto e o secretismo refinado e de mangas de alpaca, continuava esse trabalho local permanentemente, de dia e de noite e donde menos se esperava por vezes, envolvendo sacerdotes mesmo e maiorais de meia tigela, porém, o regime era abafante e

castrador e até na barbearia do Senhor Barros, bem perto da velha farmácia, podia ler-se um cartaz avisador que dizia “Abaixo a religião e a política. Aqui não se fala disso”. Sempre detestei as bocas bilingues... e que, ainda por cima, têm por deus o seu insaciável estômago.

Digamos que foi o que me salvou e alterou radicalmente o meu estatuto inicial e, mesmo, a minha condição humana, evocando o grande André Malraux, aviador na guerra civil de Espanha, escritor e ministro por 10 anos de Charles de Gaulle. Todos os outros caminhos eram duros, pedregosos e de muito sofrimento, inclusive emigrar, mas os livros foram a minha tábua de salvação e o 25 de Abril e o fim da guerra, da pide e da fome, a chegada da música da liberdade, o Sol que, como dizia outro grande joanense Bernardino Machado, é a luz que brilha para todos e tudo no Mundo caminha para a liberdade.

Honremos os militares de Abril, exijamos dos políticos e, sobretudo, como dizia JFK, pensemos mais no que podemos fazer pelo País que exigir dele, pois que, remato com Churchill e Mário Soares:

“A democracia até pode ser um menos mau e difícil caminho mas não há melhor, com todos os seus defeitos. Tudo é permitido menos destruir a liberdade e a democracia que a sustenta.”

Decorreu o primeiro na Casa da Juventude com a presença dos anteriores Presidentes de Câmara vivos em número de quatro e com alunos de 12.º ano das diversas escolas, representando as turmas e privilegiando o contato e a visão pessoal de todos e cada um dos diversos Presidentes, um de cada vez em que, todos diferentes, pudessem ser ouvidos, interrogados e avaliados pelos diversos grupos de alunos e escolas, sendo que a metodologia seguida foi da responsabilidade de cada um em termos de dinâmica, divergência e à oportunidade do contato e originalidade das questões.

Usei a metodologia rapidamente assumida em cada situação, nomeadamente:

1. Os jovens colocavam questões e comentavam quase em diálogo/debate aberto os temas.
2. Uma intervenção do meu lado, se necessário e se verificada alguma falta de iniciativa em questionar. Não é fácil entrar para uma sala e colocar questões de pé para a mão a alguém que não se conhece bem ou, até, de lado nenhum. Questões de relevo até da nossa vivência comunitária.
3. Um recordar pela vivência e alguma ironia até das múltiplas situações reais mas imagináveis agora, do quotidiano pessoal e coletivo, no antes e no após 25 de Abril, pois que os jovens andavam entre 16/20 anos, nascidos portanto todos neste século XXI e 25/30 anos após o já afastado 25 de Abril do seu dia a dia. Só e sempre conheceram e viveram em liberdade total e aberta do regime democrático, portanto.

Dei-me bem em todos os tabuleiros pois que, além de professor muitos anos, privilegiei sempre o contato com os jovens, enredado

sempre nos grandes objetivos da educação e cultura para além de ter dado quase sempre aulas predominantemente ao seu grupo etário e de desenvolvimento intelectual, traduzindo-se para mim em grande momento holístico e vivenciado. No 25 de Abril tinha 32 anos e tinha regressado vivo da guerra colonial e recomeçado a recuperar o gosto e sentido de viver, para além da vida ausente nos longos 30 anos que vivi sob as garras do antigo regime.

Pareceu-me uma boa jornada para todos bem organizada e de grande e singela dignidade e no fim todos perante todos o manifestaram, autoridades municipais, presentes da comissão de honra, alunos e professores, atestando a sua atenção e educação, respeito e vontade de conhecer. Penso que foi mesmo um sucesso e em que cada um e a todos puderam ouvir, falar e questionar e muito, sem qualquer dúvida o grande valor do regime democrático e que não podia deixar de aproveitar esta oportunidade com a presença honrosa do Coronel José Bacelar, um famalicense raro como poucos com aquela ponta de gravatas de militar de Abril e que foi recentemente agraciado pela Presidência da República.

A segunda intervenção que destaco tem a ver com a iniciativa concretizada pela Escola Básica Luís de Camões desta cidade e denominada de “Festival Cultural e de Cidadania, Camões em Festa 2024 – 3.ª edição”, e de que a coordenadora do estabelecimento escolar é a Senhora Professora Conceição Sousa. Estiveram presentes largas dezenas de alunos do 4.º ano e seus professores, antes e depois envolvidos em múltiplas ações e iniciativas culturais e desportivas. Estão entre ao 10 e 12 anos.

Como vivemos debaixo do céu cinzento da guerra de Rússia-Ucrânia e de Israel-Palestina impressionou-me a pergunta de um menino que queria sofredoramente saber se havia o perigo de uma bomba atômica e se ela podia chegar cá. Claro que o amigo José Bacelar respondeu e tranquilizou o menino e a plateia... ficando bem impressionado com todos eles pela forma de se

exprimirem, razão e oportunidade das questões colocadas e vontade de saber mais... e acho que a generalidade dos seus pais nasceu depois do 25 de Abril e não foi à guerra colonial. Só os avós de alguns...

O apelo que lhes fiz foi o de conciliar sempre os sonhos com o trabalho e a força de vontade, sendo que podiam ser o que quisessem no novo Portugal democrático, desde que quisessem, tivessem vontade e não desistissem nunca, tendo ficado algo impressionado com os relatos da vida quotidiana em Portugal, nos idos anos 50/60 para além de muitos seus avós terem imigrado depois do tempo de guerra para os mais diversos países europeus, América, Austrália... Pareceram-me sensibilizados, determinados e com grande vontade de sonhar, realizar, ir ao espaço, saber mais, participar, enfim, em tudo o que nos diz respeito.

Gostei deles, da jornada e do bálsamo que os dedicados e sonhadores professores lhes conferiram e a escola no dia a dia do seu trabalho. Portugal tem futuro. Mas o que mais apreciei até agora foi aquele ato singelo e bordejado de jovens vindos de várias escolas da área do território municipal para plantarmos um Quercus em frente ao edifício da Câmara municipal alusivo aos 50 anos da Revolução de Abril... um dos jardins mais bonitos de Portugal no dizer de Fernando Távora e a merecer todo o respeito e cuidados por certo, pois estou convencido que vai crescer também ereto e firme, saudável e belo nas suas folhas singulares e frutos, rijo, brioso e altaneiro até... como aquele outro e a seu lado que tange de há muitos anos nas cordas da sua harpa, quando tudo bem comparado... “as lembranças de Sião ao tempo passado... nas traseiras do antigo tribunal... e as mágoas da Babilónia ao mal presente”...



02. 25 de Abril – Cinquenta Anos

→ Almeida Pinto

Cinquenta anos passados, meio século, desde esse dia memorável de 25 de Abril de 1974. Dia que ficará para sempre na História dos portugueses.

Momentos depois da meia noite, em pleno início desse dia, uma “senha” conhecida de alguns militares era transmitida através da Rádio Renascença, estação radiofónica pertencente à Igreja Católica.

As primeiras notícias do dia 25 de Abril de 1974, referindo-se a um “levantamento militar” em marcha, eram vagas e de certo modo tímidas.

Pairava na mente de todos o fracasso duma iniciativa idêntica levada a cabo cerca de seis semanas antes, em 16 de março.

Contudo, à medida que as horas iam passando, cada vez mais os portugueses se foram convencendo que o movimento dos militares em marcha se ia consolidando e levado por diante.

Ao fim da tarde, a “Baixa” de Lisboa estava a “reventar pelas costuras” e em delírio. O Rossio era um mar de gente.

O Presidente da República Almirante Américo Tomás, e o Primeiro Ministro Professor Marcelo Caetano, refugiaram-se no Quartel do Carmo e posteriormente viajam de avião para a Ilha da Madeira.

A revolução estava, a partir daí, consumada com a tomada do poder político.

À noite, a Rádio Televisão Portuguesa anunciava a composição da Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General Spínola.

O 25 de Abril, a partir deste momento, passava a fazer parte das datas mais significativas e importantes da nossa História, tal como o 10 de Junho, dia da Pátria; o 5 de Outubro, dia da República Portuguesa; o 1 de Dezembro, dia da Independência. O 25 de Abril será o dia da democracia e da liberdade pelas quais muitos e muitos foram os portugueses que por elas lutaram.

Com a devida vénia, e passe a imodéstia, e tal como um grão de areia num imenso areal, reivindico a minha participação, por muito ínfima que tivesse sido, nesse combate importantíssimo que ao longo dos anos houve no pré 25 de Abril.

Enquanto estudante de medicina e nos primeiros anos da minha atividade clínica procurei ter um comportamento ativo que fosse de encontro a uma mudança do “status quo” do sistema político vigente e que está provado com factos.

Daí sentir-me extremamente honrado pelo convite que o ex. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Prof. Doutor Mário Passos me fez para pertencer à Comissão de Honra das Comemorações dos Cinquenta Anos do 25 de Abril. Desde já deixo aqui expressa a minha gratidão.

25 de Abril, uma data histórica que V. N. de Famalicão soube destacar e cinquenta anos depois é recordada com pompa e circunstância.

É bom Vila Nova de Famalicão ter à frente dos seus destinos pessoas insignes que nos momentos próprios têm o “know now” para fazerem justiça e a exaltação a atos e datas de extrema importância para a vida dos portugueses, como foi com o 25 de Abril.

As minhas felicitações a todos quantos contribuíram para o êxito destas comemorações. Foram incansáveis, dando o melhor de si, enaltecendo uma data que jamais poderá ser esquecida e pondo em relevo a participação dos “Capitães de Abril”.

Espero bem que os mais jovens vejam estas comemorações como um exemplo de cidadania e civismo.

Honra ao Mérito.

03. Famalicão e os desafios do futuro

→ Armindo Costa

Entre 2002 e 2013 tive o privilégio de ter merecido a confiança da maioria dos famalicenses para desempenhar as funções de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Antes, entre 1998 e 2001, liderei a oposição como vereador, servindo os famalicenses com humildade democrática e sentido de responsabilidade, criticando o que considerava que era de criticar e aprovando o que deveria ser aprovado.

Foram 16 anos de serviço à causa pública em 50 anos da jovem Democracia portuguesa, que, através do Poder Local sufragado pelo povo, permitiu empreender uma das mudanças mais transformadoras de Portugal e da sociedade portuguesa.

Sem a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974 essa transformação, acelerada e movida pelo voto livre dos cidadãos, não teria sido possível. O Poder Local Democrático foi uma mudança impactante, a par da liberdade de expressão e da conquista de outros direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa de 1976.

O fortalecimento do poder local está diretamente ligado ao crescimento e ao desenvolvimento do concelho de Vila Nova de Famalicão e das suas 49 freguesias, pois permitiu aos famalicenses a escolha dos seus concidadãos, em cada ato eleitoral para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal e para as Assembleias de Freguesia.

O 25 de Abril aproximou o povo dos políticos e das decisões políticas. As pessoas, desde que informadas e interessadas na causa pública, passaram a ter a capacidade de poder influenciar as decisões do presidente da Junta ou do presidente da Câmara. Os autarcas, por seu turno, limitados a exercícios de quatro anos, passaram a ter de atender às necessidades das populações, sob pena de não verem os seus mandatos renovados no dia das eleições.

Por isso, a Revolução de 25 de Abril de 1974 desempenhou um papel fundamental na consolidação do poder local. Antes da revolução, o país vivia sob o regime autoritário do Estado Novo, no qual os órgãos autárquicos eram fortemente controlados pelo governo central, sem participação efetiva da população.

Em 12 de dezembro de 1976 surgiram as primeiras eleições autárquicas livres, permitindo que os cidadãos escolhessem diretamente os seus representantes locais. A autonomia dos municípios foi, por isso, um dos avanços proporcionados pela democracia. Espero que, a 12 de dezembro de 2026, possamos celebrar de uma forma convida os 50 anos do Poder Local democrático.



As autarquias passaram a ter maior liberdade na gestão dos seus recursos e na tomada de decisões sobre o desenvolvimento local. A população, por sua vez, ganhou voz ativa na administração das localidades, fortalecendo o envolvimento comunitário e a transparência governamental.

O modelo centralizado do Estado, que vigorava no Estado Novo, foi substituído por uma estrutura mais democrática, dando maior relevância às necessidades locais. Com a gestão mais próxima das populações, melhoraram as infraestruturas, os serviços públicos e a qualidade de vida. O poder local foi uma alavanca de desenvolvimento, que trouxe enormes benefícios para o bem-estar das populações.

Um relance breve sobre o que era Vila Nova de Famalicão, há 50 anos, a qualquer nível e em qualquer setor, dá-nos bem a medida da evolução e dos saltos quantitativos e qualitativos que demos, como nos permite compreender a importância da autonomia e da descentralização autárquica.

O 25 de Abril foi, portanto, um marco que trouxe liberdade, autonomia e progresso para o poder local, transformando Portugal num país mais democrático e participativo. Merecem as nossas homenagens todos os democratas que, na Revolução de 25 de Abril de 1974, em Vila Nova de Famalicão e no País, não olharam para trás, nem desistiram, e tiveram a coragem de pôr os interesses do seu povo acima dos seus interesses individuais. A minha gratidão a todos aqueles que ao longo da escuridão da ditadura, acreditaram sempre que a liberdade e democracia iriam nascer um dia!

Agora, 50 anos depois, como podemos defender os valores do 25 de Abril? Por mais estranho que possa parecer, a verdade é que, meio século depois, a defesa da democracia e das instituições democráticas deve estar na primeira linha das nossas preocupações. Mais a mais num tempo em que emergem as oligarquias e os populismos com narrativas e medidas desagregadoras.

Basta olhar para o que se passa no mundo, a começar pelos Estados Unidos da América, um parceiro histórico de Portugal, que tem em curso um processo isolacionista e de atropelo dos valores democráticos que julgáramos impossível em pleno século XXI. Importa, por isso, aprender que a democracia deixou de ser um bem adquirido para se transformar num bem que temos de estimular diariamente.

A mesma serenidade e objetividade que nos permitem fazer uma avaliação positiva do Portugal democrático criado a partir do 25 de Abril, também nos obriga a reconhecer não só que existe ainda muito para fazer como, também, precisamos de escolher os melhores caminhos para a construção do futuro coletivo que desejamos para todos.

Enquanto membro da Comissão de Honra das Comemorações Municipais dos 50 anos do 25 de Abril, aproveito esta oportunidade proporcionada pelo Boletim Cultural do Município de Vila Nova de Famalicão para refletir sobre a importância do Poder Local Democrático e sobre aquilo que podemos fazer pelo nosso desenvolvimento coletivo.

O território de Vila Nova de Famalicão, que integra uma nação quase milenar, recebeu o Foral de D. Sancho I faz este ano 820 anos (1205), tornou-se concelho há 190 anos (1835) e o seu núcleo urbano da sede do concelho foi elevado a cidade há precisamente 40 anos (1985).

Sem prejuízo das diferenças ideológicas e partidárias que nos separam uns dos outros – e pelas quais podemos lutar, graças à liberdade conquistada há 50 anos –, podemos afirmar que os valores da Revolução do 25 de Abril de 1974 são um fator de unidade e coesão. Ao mesmo tempo, são valores de uma revolução sempre em construção, que precisa diariamente do nosso contributo, nas diversas dimensões da nossa vida em sociedade e nas múltiplas formas de intervenção cívica que temos à nossa disposição.

Viver em democracia e em liberdade significa podermos decidir o nosso destino coletivo. Importa, por isso, avaliar se a estratégia de desenvolvimento que está a ser adotada no município de Vila Nova de Famalicão é aquela que melhor serve os interesses e as exigências da nossa comunidade. É tempo de reflexão e de balanço, mas, sobretudo, de questionar sobre o futuro que devemos ambicionar.

Estará hoje o Poder Local famalicense, no seu todo, à altura das necessidades da população que habita o nosso território?

Estará o Município preparado para os desafios do futuro e para a complexidade dos tempos que se avizinham?

Que modelo de desenvolvimento poderão aspirar os famalicenses até 2050?

Como compaginar os diversos interesses em jogo, muitas vezes antagónicos, embora legítimos, de modo a podermos harmonizar a qualidade de vida das populações com as atividades económicas, associativas e outras?

Como devemos desenvolver o nosso território e, ao mesmo tempo, preservar os recursos ambientais e o nosso património histórico edificado?

Como pode o município responder às novas problemáticas sociais suscitadas por fenómenos do nosso tempo, designadamente a integração plena dos cidadãos imigrantes e o aumento da longevidade humana?

O que devemos fazer pela nossa querida cidade de Famalicão? Que estratégia de crescimento e desenvolvimento urbano queremos para a nossa cidade? Até que ponto temos ouvido a sociedade civil sobre a cidade que estamos a construir?

Qual o papel da cultura e das tradições no desenvolvimento coletivo de Famalicão e na atratividade turística da nossa terra?

Que estratégia de desenvolvimento queremos para o território de Vila Nova de Famalicão? Queremos ser tudo ao mesmo tempo, o que poderá significar não sermos coisa nenhuma, ou queremos ser excelentes em determinados setores? E que setores serão esses? Que direção deve, afinal, seguir o concelho de Vila Nova de Famalicão?

Em ano de eleições autárquicas – e a 10 anos da celebração dos 200 anos da criação do nosso concelho –, seria verdadeiramente importante e fundamental pensar e refletir sobre estas matérias de superior interesse para todos os famalicenses.

Por muito que façamos, temos de almejar sempre mais e sempre melhor. E para fazermos bem, temos de questionar o que fazemos e como fazemos.

Para cumprir Abril, temos de ouvir todos os famalicenses e não apenas os amigos próximos do poder.

Não podemos perder de vista que o nosso futuro é uma construção permanente e coletiva. E não podemos perder a ambição e o sonho. O mesmo sonho que, na madrugada libertadora de 25 de Abril de 1974, inspirou os militares que deram a democracia a Portugal.

04. 25 de Abril, Ontem, Hoje... ...E Sempre!

→ Artur Sousa Lopes

Foi há 50 anos!

Há muito tempo!

Em 25 de Abril de 1974, fez-se luz no céu.

O Sol sorriu e o povo também, descendo á rua de cravo na mão a cantar
“Grândola Vila Morena”

Os Capitães de Abril tomam o poder e derrubam a ditadura, abrindo a
esperança a um povo amordaçado.

Um povo sofrido pelo silencio, pela pobreza generalizada, pelas infâncias
não vividas, pelo esmagar da dignidade, pela guerra colonial, pela imigração
dolorosa com destino á Europa.

Filhos que mal viram os pais, esposas esmagadas pelo trabalho e pela
saude e pelo sofrimento, e homens que nunca tiveram infância.

Era esta a realidade!

Um poder despótico, uma polícia repressiva e de repente ... fez-se luz.

O povo vivia a alegria da liberdade, o sonho a realizar, a utopia como
ambição e o desejo de ser feliz.

Depois, veio a criação dos partidos políticos, as eleições livres, a
Constituição libertadora e progressista e ...assim se foi fazendo uma cami-
nhada para a democracia plena.

Há 50 anos ... 50 anos!

Percursos difícil, de um povo a agigantar-se.

Depois... o fim da guerra colonial, a criação de sindicatos livres, a liberdade de imprensa, as eleições autárquicas com o poder local instalado democraticamente e com autonomia de gestão para servir o povo e a lutar pelo povo.

A nossa adesão à União Europeia, a uma Europa democrata e livre, deixando o slogan salazarento de Portugal orgulhosamente só.

O respeito e respeitados pela Europa e pelo Mundo.

50 anos... muito tempo!

Muitos sonhos realizados, mas... muita utopia desfeita!

Hoje somos um país diferente. Melhor, muito melhor!

Na saúde, no ensino, na segurança social, nas vias de comunicação, uma sociedade totalmente diferente.

Contudo, a pobreza ainda é preocupante, pessoas que nascem pobres, trabalham, trabalham e morrem pobres.

Uma causa que merece a atenção política de todos os partidos, de todos nós.

Há uma diferença substancial entre os poucos, muitos ricos e muitos, muito pobres.

A longevidade, uma virtude da evolução social, mas para muitos, sem a dignidade de um final de vida feliz.

Também a democracia padece de doenças de crescimento.

A tendência do populismo, a mentira como forma de luta política, exige uma melhor intervenção de todos nós na vida pública e o retomar do reforço da democracia ,com as virtudes de Abril.

Mas valeu a pena fazer abril?

Valeu, valeu!

Somos felizmente, um povo diferente, melhor, muito melhor.

Que sejamos nós todos, cada um de nós, a dar o nosso contributo para a felicidade deste povo e que não haja mais necessidade de um novo 25 de Abril.

Que Portugal seja sempre e orgulhosamente este povo livre, alegre, inteligente, acolhedor, que abre os braços ao mundo e que é abraçado pelo mundo.

31 de Março de 2025

05. Anos de Abril

→ Coronel Bacelar

50 anos de ABRIL e tudo terá sido já falado, que não pensado e dito.

Pedem-me que recorde, diga algo de novo e eu não posso fazê-lo em consciência, que não seja dizer-vos de mim e do ABRIL que sempre viverei.

Faço-o com a certeza de que não estou só, como nunca estive, porque é muito forte este pensamento de que ABRIL tem que ser continuado e só é possível de mãos dadas. Hoje poderá ser utopia e sonho, será amanhã realidade vivida.

50 anos não são nada em tempo histórico, porque paixões menores, vivências particulares, não deixam que seja história verdadeira.

Muito falado, mas pouco dito é, porém desde já, garantidamente um marco indelével e decisivo na vida coletiva como o foram 1383, 1640, 1910, em que os portugueses tomaram em mão o seu destino e fizeram do seu querer uma Pátria nova.

Não vou eu fazer história; essa os historiadores a farão quando, com tempo, trabalharem e interpretarem os factos históricos, conferindo-lhes autenticidade.

Não vou fazer história vou contar apenas no meu modo de sentir, como participei nos factos históricos do 25 de ABRIL. São retalhos meus, que são também de muitos outros camaradas militares, mudando talvez o espaço e encontrando o tempo certo.

Eu conheci ABRIL ainda morto, quando com nove ou dez anos pela mão de meu velho avô, na Póvoa de Varzim conheci a vida miserável de muitos pobres pescadores que do mar tiravam um pão salgado e amargo em troca de uma vida bem dura. Eu visitava a Ti Maravalhas, ruidosa da idade e desventuras e ouvia-lhe histórias de tormentas do mar a troco de um vale de cinco escudos.

Foram depois as barracas de Queluz de Baixo e da Brandoa, tão cheias de gente, tão cheias de angústia e sempre vazias de calor e de sustento.

Era já tempo de guerra (1963), eram algumas visitas a famílias de militares, que tinham ficado sem os ganhos do trabalho dos entes mais queridos.

Éramos, como nos diz António Pina no Tesouro um “país distante onde vivia um povo infeliz e solitário... onde as pessoas falavam baixo como se algum segredo terrível as amedrontasse”.

Muitas vezes se era preso pela PIDE apenas por cometer o crime de receber o jornal do PCP. Criticar quem mandava era arriscado.

Tinha como experiência o que acontecia a meu segundo primo Armando Bacelar; Abril era morto.

E ABRIL foi sendo assim por tempo demais, porque ao povo da aldeia onde nasci, aos pescadores poveiros, às gentes de Queluz e Brandoa, faltava o pão.

O suor que caía da enxada, o suor que se misturava no mar, o suor que tinha o tear por testemunha, convertia-se em riqueza para poucos e magro sustento para muitos.

Foram anos em que, com tristeza, partiam a salto pela raia em busca de uma vida melhor, sonhando a Liberdade.

Abril não era ABRIL porque em África se morria numa luta inglória, que os políticos faziam perdurar e onde a Pátria perdia dos seus mais esforçados e melhores.

Numa madrugada porém, madrugada de incerteza, de medo até, mas de força, de raiva, de vontade, nasceu ABRIL. Foi o florir de cravos rubros que regamos com lágrimas de alegria na noite de 25 ao abraçar os que tinham participado na arrancada e regressavam ao 1.º Grupo de Companhias de Administração Militar, cumprida que fora a primeira parte da missão.

Em Maio, era ABRIL mais forte, era espontâneo, fraterno e heróico, mas poucos dias depois já alguns, minando os homens, procuravam destruir o Exército e com ele ABRIL. Creio que terá sido assim um pouco por todo o lado quando se gritava; (Nem mais um soldado para o ultramar).

Maio ainda, em Moçambique onde ABRIL também floresceu, era já tempo de o deixar morrer, porque sem dignidade se depunham armas, se criavam situações aviltantes, se esqueciam virtudes militares, se denegria a imagem de um Exército que sempre se batera honrando.

Mas ABRIL logo vivia no germinar de uma nova pátria. Era possível apertar a mão daqueles contra quem nos batêramos. Reconheciam-se ideias, que nem sequer eram paralelas, mas que convergiam na Fraternidade, no calor de Maio.

E em 7 de Setembro, ABRIL morria, tantas dúvidas, tantas indecisões ali o prostravam e sentíamos a revolta no refeitório do Quartel de Engenharia de Nampula, porque morria a esperança de ABRIL com Paz.

Mas uma pátria nova nascia meses depois e, por ABRIL, Portugal dava de novo novas pátrias ao mundo.

Outubro, Novembro de 75, vivia-se, lutava-se por ABRIL. Foram presos camaradas militares de ABRIL e ele morreu, porque ABRIL morre se por ele alguém pode estar preso. ABRIL é antes de tudo LIBERDADE.

Passado o ABRIL sem tempo, sem sono, só de espaço, neste ABRIL perene aconteceu parar lá em casa um pombo correio que cansado ali se deixou apañhar. Cuidamos dele com carinho, as filhas batizaram-no de “campeão” e no dia da LIBERDADE voou levando consigo uma mensagem que falava de amor, de Paz, de Liberdade com a pureza que as crianças têm. Tinham-na assinado na esperança duma resposta que nunca apareceu. Chegou ao pombal onde ABRIL tinha morrido.

Pouco depois recebi das mãos amigas da “Avó Manela”, que os livros e Famalicão conhecem, estes versos:

*25 de Abril
Palavra que foi flor
Palavra ave
A quem cortaram as asas...
Companheiro
Há que cavar mais fundo
Nas raízes do suado
Para que a madrugada abra
Em mil cravos vermelhos
E o 25 de ABRIL seja verdade.*

ABRIL vivia!

E no andar de ABRIL, em tempo de fazer alguma história, quando alguém se interroga se valeu a pena, ABRIL volta a morrer.

Mas nasce de novo no nosso Mercado Municipal quando uma extraordinária exposição de fotos de Alfredo Cunha nos transporta à madrugada de ABRIL, ao local onde os passos mais significativos foram dados no sentido de que pudesse a todo o povo ser devolvida a dignidade e em LIBERDADE, ser implantada a DEMOCRACIA, e fosse possível DESCOLONIZAR e DESENVOLVER.

E nasceu, para mim, ainda mais quando ali foram expostos postais relativos a ABRIL feitos por crianças, jovens e adultos, postais esses, que de um modo singelo, apaixonado, sentido, com engenho, com crítica até me deixaram, na cor, no significado de muitos deles a certeza de que ABRIL não só valeu a pena, como os percalços que lhe foram colocados foram vencidos.

Lembrar ABRIL antes, na hora, no dia “inteiro e limpo de Sofia” e agora aqui é dizer-vos deste nascer e morrer, de uma caminhada trilhada com esperança sempre renascida, dando as mãos para que se cumprisse, passando ao lado de sonhos, mas na certeza de que vale a pena “cavar nas raízes do suado”, porque em LIBERDADE será sempre possível ir mais além.

Este foi, este é o ABRIL dos capitães, o ABRIL de todos.

06. O 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 – Vividos em Vila Nova de Famalicão

→ Durval Ferreira

A Assembleia da República deliberou recentemente, que nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 deveria ocorrer a comemoração do 25 de novembro de 1975, como fase componente e vital do Movimento Democrático iniciado a 25 de Abril de 1974.

O Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de Abril de 1974, tendo na cúpula os Generais Spínola e Costa Gomes, saiu à Rua, **derrubou a “ Ditadura Nacional”**, de Oliveira Salazar.

E implantou uma democracia, com respeito, nomeadamente, pela liberdade de pensamento, dos direitos individuais, do progresso económico e social e o amparo aos mais desfavorecidos. E, direitos e liberdades essas, e a referida preocupação social, que deveriam constar duma **nova Constituição da República**, e a promulgar sem demora e que veio a ser votada na sessão da Assembleia Constituinte, entretanto eleita, **de 2 de abril de 1976**.

MAS, no período de implantação e em curso, dos ideais do 25 de Abril, **no respetivo PREC, ocorreram os seguintes fatos.**

A 01-05-1974, Mário Soares é impedido de participar numa grande manifestação em Lisboa, comemorativa do 1º de Maio!

Em setembro de 1974, no decurso duma feira em Vila Nova de Famalicão, é incendiada uma barraca de madeira onde o CDS, fazia a sua publicidade.

Em janeiro de 1975 é cercado, e impedido de continuar, o Congresso do CDS, que decorria no Palácio de Cristal, do Porto.

Em março de 1975 é vandalizada a sede do CDS, em Vila Nova de Famalicão.

Em Maio de 1975, dá-se uma ocupação do Jornal República. E, em junho de 1975 da Rádio Renascença. E, no mesmo mês são saneados 24 jornalistas do Diário de Notícias – por terem reivindicado “democraticidade da linha editorial” – sendo gestor José Saramago.

E, em 12 de junho de 1975 é feito um “cerco” à Assembleia da República. Assembleia Constituinte.

E, também, em 1974, dera-se a ocupação, por um grupo de 17 trabalhadores, da empresa Têxtil Manuel Gonçalves, sita em Vila Nova de Famalicão.

Como também são presos, sem culpa formada e com mandados de detenção assinados em branco, quer o referido empresário Manuel Gonçalves, como o Dr. Vieira de Carvalho, Presidente da Câmara da Maia e o advogado, com escritório em Guimarães, Dr. Lobo Xavier.

Como fora baleado ao sair da residência, nas Caldinhas, St.º.Tirso, o empresário João Oliveira, Gestor da Têxtil Carides. E cujos autores eram membros dum grupo terrorista, ligado a Otel Saraiva de Carvalho, e por motivos de “extorsão” de contribuições monetárias a empresários.

E, **no dia 1 de agosto de 1975**, a uma sexta-feira, inicia-se, em Vila Nova de Famalicão, **uma concentração de vários trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves**, a favor da restituição da direção da empresa.

No decurso desta **foram atingidos, com tiros de arma caçadeira**, disparados a partir da sede do PCP, **dois cidadãos**.

E, ocorreu também, que os **militares** presentes dispararam tiros de G-3 que – acabaram por atingir dois famalicenses, com morte imediata.

E, por fim, a 25 de novembro de 1975, militares do FMA, do denominado “**Grupo dos Nove**”, de que fizeram parte Ramalho Eanes, Melo Antunes e Vasco Lourenço, **tomam as rédeas do poder**. Após um levantamento contra-revolucionário de Paraquedistas – que é eliminado pelo Comando de Tancos, Chefiado por **Jaime Neves**, e com apoio, também, do agrupamento militar do Capitão de Abril **Salgueiro Maia**.

E impõem **o respeito**, na prática e na efetiva vivência pelos cidadãos, **dos ideais democráticos** que foram vencedores na revolta do 25 de Abril de 1974. E, que a Constituição da República, votada a 2 de abril de 1976, consagra como Lei e que o 25 de novembro de 1975 torna realidade e garantida na vivência efetiva dos cidadãos.

E, ASSIM, o 25 de Abril de 1974, a Constituição da República de 2 de abril de 1976 e o 25 de novembro de 1975 – são partes de um todo, são 3 pilares imprescindíveis, são peças que entre si se aglutinam e que compõem globalmente o processo revolucionário de implantação dum novo Estado Democrático e Social.

Realce-se que o antes referido **levantamento contra-revelocionário de Paraquedistas**, eliminado, como antes dito, pelo Comando de Tancos, chefiado por **Jaime Neves**, tinha na retaguarda o apoio do PCP, de Álvaro Cunhal. Tendo sido uma tentativa de implantação dum regime comunista, à imagem da Ditadura SOCIALISTA SOVIETICA da URSS e que Estaline implantara. E, como refere **Zita Seabra**, ex-dirigente do PCP, no seu livro “Foi Assim” (2023).

Todavia, **em 1975 o Estado Soviético Russo**, chefiado por Gorbatechov, já **abandonara** a intenção de implantar o comunismo noutros países. E, muito menos, apoiando golpes de Estado com esse desiderato.

E, assim, o PCP em 1975 não contava, nem teria, tal apoio, por parte da URSS. Como também, nesse ano, já não beneficiaria duma atitude favorável dos EUA, á implantação dum regime comunista em Portugal, como, em 1974, os assessores do Presidente Americano J. Ford, **Henry Kissinger e Madelaine Ulbericht**, o aconselharam. Com vista, segundo eles, a uma implantação do Comunismo em Portugal que serviria de “vacina” contra a expansão comunista na Europa. Atitude esta desses colaboradores do Presidente dos EUA, incrível e viciada, que corretamente, foi, já em 1974, prontamente desfeita junto do governo dos EUA pelo, então, nomeado embaixador em Portugal, **Carlucci**.

E, certo também, que em 1975 o PCP já sabia, dado o **resultado das eleições para a Assembleia Constituinte**, que a percentagem de portugueses que seria favorável a um regime comunista, fora do Alentejo ou de certas regiões a Sul do Tejo, era diminuta.

E, também, já se encontravam dominantes, na generalidade do País, os partidos democratas do PS (do Mário Soares) e do PSD (de Sá Carneiro).

E, assim, o 25 de novembro de 1975 vem a ser o culminar, como peça dum mesmo todo, do Movimento dos militares de 25 de Abril de 1974: de pôr termo a uma Ditadura e do iniciar um Estado Democrático, com Direitos Fundamentais dos Cidadãos, proclamados estes na Nova Constituição da República, votada pela Assembleia Constituinte, a 2 de Abril de 1976 e que o **25 de Novembro consolidou, afinal, na vivência concreta e real dos Cidadãos.**

Sendo pois o 25 de Abril de 1974, a Constituição da República de 2 de Abril de 1976 e o 25 de Novembro de 1975 – partes de um todo, 3 pilares, peças que se aglutinam e compõem globalmente o processo revolucionário da implantação dum Novo Estado Democrático e Social.

E, como tal, **merecendo ser especialmente comemorado também** o 25 de Novembro, como decidiu, e bem, a Assembleia da Republica, **englobado nas comemorações gerais** dos 50 anos do Movimento de 25 de Abril.

Como diz **Ramalho Eanes** – “o 25 de Novembro” é “uma continuação do 25 de Abril”.

Ou, como confirmou o atual Presidente da República: “é a conclusão do 25 de Abril”.

07. Depoimento

→ Margarida Malvar

Quanto fui solicitada para escrever um texto para sinalizar a fim das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que se realizaram em Vila Nova de Famalicão, confesso que em mente só me surgiu a memória do meu marido, Joaquim Loureiro, e a forma como ele entusiasticamente viveria este período.

Assim em sua homenagem, transcrevo a *Ode ao Pão*, de Pablo Neruda, que ele tantas vezes, em jeito de prece, lia às filhas no início das refeições:

Ode ao Pão – Pablo Neruda

*Do mar e da terra
faremos pão,
plantaremos de trigo
a terra e os planetas,
o pão de cada boca,
de cada homem,
em cada dia
chegará e fazê-lo,
não para um homem, mas
para todos,
o pão, o pão
para todos os homens
e com ele o que possui
forma e saber de pão
repartiremos:
a terra,
a beleza,
o amor,
tudo isso tem sabor a pão.
forma de pão,
germinação de farinha,
tudo nasceu para ser compartilhado,
para ser entregue,
para se multiplicar.*

*Por isso, pão,
se foges
da casa do homem,
se te escondem,
se te negam,
se o avarento,
te mancha,
se o rico
te armazena,
se o trigo
não procura sulco e terra,
pão,
não rezaremos,
pão,
não mendigaremos,
lutaremos por ti com outros homens,*

*com todos os famintos,
por todos os rios, pelo ar
iremos procurar-te,
a terra toda repartiremos
para que tu germines,
e connosco avançará a terra:
a água, o fogo, o homem
lutarão junto a nós.
Iremos coroados
das espigas
conquistando
terra e pão para todos,
e então
também a vida
terá forma de pão,
será simples e profunda,
inumerável e pura.
Todos os seres
terão direito
à terra e à vida
e assim será o pão de amanhã,
o pão de cada boca,
sagrado,
consagrado,
porque será o produto
da mais longa e dura luta humana.*

Nesta época de incertezas, que este futuro possa ser cumprido.

Vila Nova de Famalicão, 28 de março de 2025

08. 50 Anos de Abril...

→ Mário da Costa Martins

Capítulo I

Nasci pobre na casa pobre dos meus pais, em 1951, em Arnoso Santa Eulália, e por lá me fiz adolescente, jovem e homem.

Da minha infância, guardo na memória as longas jornadas da escola primária, para onde íamos muitas vezes descalços e com frio, a professora Beatriz, tirana e hostil para com as crianças que nunca fomos, os dias sem fim a guardar ovelhas e bois que pastavam nos montes... Hoje revejo-me no “Constantino, Guardador de Vacas e de Sonhos”, de Alves Redol, embora os meus sonhos, ao tempo, fossem outros...

Todos temos o professor ou a professora que não esquecemos que ora nos dá pesadelos, ora nos traz felicidade.

A professora que me marcou chamava-se D. Beatriz e morava em Braga, perto da Sé e talvez fossem as pedras milenares da Sé que a formaram do ponto de vista religioso e que fizeram dela um símbolo da Inquisição e da religiosidade medieval em pleno séc. XX.

A D. Beatriz tinha um horror doentio à trovoada. Pensava que era um castigo de Deus. Espumava pela boca quando ela acontecia e gritava connosco:

– Vós quereis ir para o Céu ou para o Inferno?

A tremer de medo e de frio, ajoelhados junto das carteiras, nós respondíamos em coro:

– Pró Céu, minha senhora!

– Então, fazei penitência! Vociferava ela, continuando a espumar pela boca e batendo com a régua no tampo da secretária...

E nós ali permanecíamos, ajoelhados, ao pé das carteiras, a cumprir a nossa penitência, até que a trovoada passasse e a senhora se acalmasse e deixasse de espumar...

Memorizar era a “fórmula didática”: serras do Sistema Galaico – Português, afluentes da margem direita e da margem esquerda dos rios Douro e do Tejo, estações e apeadeiros da Linha do Norte até Lisboa e por aí fora...

Chamados um a um a responder a estas atrocidades, se não sabíamos ou hesitávamos, ela mandava-nos ajoelhar junto da carteira e dizia-nos:

– Vais estudar isto três vezes: uma em nome do Pai, outra em nome do filho e outra em nome do Espírito Santo.

Quando já sabíamos ou pensávamos que sabíamos, novamente de joelhos junto da secretária da senhora professora, debitávamos as serras ou os afluentes dos rios. Se nos saíssemos bem, ela, mesmo assim, continuava a gritar connosco:

– Estás a ver? Deus é grande e ajude a quem pede a sua ajuda!

Se não sabíamos, repetia-se este ritual medieval...

O curioso é que para os nossos pais e para os outros moradores de Arnosos Santa Eulália, a D. Beatriz era uma boa professora: ensinava bem e impunha disciplina às crianças que nunca fomos... Era assim a escola antes do 25 de Abril de 1974!

Nunca passei fome neste tempo, mas sei também há muito tempo que outras crianças da minha idade passaram pelo sofrimento atroz de quererem comer e não terem um naco de pão em casa...

No fim da “instrução primária”, fui para o seminário, a “via de recurso” para quem não tinha “posses” para estudar no ensino oficial.

Por lá andei cinco anos, dois em Viana do Castelo e três em Braga, nos seminários da Congregação do Espírito Santo. Foram tempos felizes: rezava-se muito, estudava-se muito, jogava-se muito “à bola” e havia boa comida!

Capítulo II

No fim do antigo 5.º ano (hoje equivalente ao 9.º), fui mandado de regresso a casa pelo padre diretor, já que, segundo ele, não reunia as condições para “ser padre”!

Com muitos sacrifícios dos meus pais, “fiz” o 7.º ano (hoje 12.º), no Liceu Sá de Miranda, em Braga. No fim deste “ciclo”, fui operário na

Grundig, em Ferreiros, também do Concelho de Braga, durante um ano.

Foi aqui que senti, pela primeira vez, a dureza do trabalho.

Um dia, fiz uma greve solitária, por minha conta e risco, devido a uma pequena diferença salarial. Os meus colegas incentivaram-me a fazê-la, mas quando as coisas “apertaram”, puseram-se todos “ao fresco”!

Entretanto, com uma bolsa de estudos da Fundação Gulbenkian, entrei na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e por lá andei três anos em viagens de comboio que tinham duas etapas: entre Arnosos Santa Eulália (Vila Nova de Famalicão) e o “apeadeiro” do Couto de Cambeses (Barcelos), a pé, à chuva, ao vento e ao calor, e entre o Couto de Cambeses e o Porto, de comboio...

Ao fim de três anos, em janeiro de 74, fui para a “tropa”, primeiro em Mafra, depois em Lamego, nos “comandos”. Eu era pequenino e franzino, mas os campos e os montes de Arnosos Santa Eulália tinham-me feito forte, ágil e robusto!

O meu 25 de Abril de 1974 aconteceu precisamente no Regimento de Comandos, em Lamego.

Depois de uma quarta – feira violenta com correrias pela Serra das Meadas, de exercícios com “tiro real” despejados pela célebre espingarda G3, de manobras de combate a sério em que todos éramos envolvidos, fomos, já eram altas as horas da noite, para a caserna e para a cama...

No dia seguinte, na quinta – feira, acordámos cedo, como sempre acontecia, ao som do barulho estridente das granadas “ofensivas” e das músicas de guerra que passavam nos altifalantes, para a primeira “formatura” do dia, antes do pequeno almoço, tomado sempre a correr e em silêncio...

De regresso à “parada” para a nova “formatura” que antecedia mais um dia longo de exercícios e de aprendizagem de “técnicas de combate”, reparei que o tenente do meu

“grupo”, aquele que nos dirigia e a quem obedecíamos cegamente, estava com um sorriso diferente dos outros dias em que também nos comandava, um sorriso enigmático, mas alegre e feliz. Pensámos todos que algo de feroz ia acontecer nesse dia!

Mas não. Com a voz tranquila de quem já tinha “passado muito” em África, disse-nos: “Nesta quinta-feira”, dia 25 de Abril, está a acontecer uma revolta em Lisboa que tem o apoio dos militares e nós, o Regimento de Comandos de Lamego, estamos com ela. Já segui para o Porto a companhia que vos antecedeu na formação, para acudir ao que der e vier.”

Ninguém mais falou e o dia foi igual aos outros, com uma grande diferença: todos sentimos, pelo que entretanto se falou, que a Guerra Colonial ia acabar, que mais ninguém ia morrer em África, que voltaríamos a ser livres, para construir o nosso futuro. Foi assim essa manhã de luz e de sol...

Depois de regressar da “tropa”, fui professor, a minha profissão, carreira que foi acontecendo, enquanto completava a licenciatura, interrompida pelo “serviço militar”. Fui professor no Liceu D. Maria II e no Liceu Sá de Miranda, em Braga, fui “deslocado” para o Bombarral, fiz “estágio”, a “profissionalização em exercício”, na Escola André Soares, também em Braga, “efetivei” em Vila Flor (Trás-os-Montes), e passei por Fafe até me fixar em Vila Nova de Famalicão, na Escola Júlio Brandão...

Fui Chefe de Divisão da Educação e Ação Social e Diretor de Serviços (adjunto do presidente), na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na Presidência de Agostinho Fernandes, “no tempo em que tudo aconteceu”. Isto já é da História...

Fui também Diretor do Centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão, num tempo difícil, em que a “casa” estava sempre cheia de desempregados, e vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, primeiro eleito pelo MAF (Movimento Agostinho Fernandes)

e depois pelo PS. Deste tempo, também falará depois a História!

Hoje sou marido, pai e avô. Também hoje, como ontem e sempre, escrevo semanalmente no “Povo Famalicense” (comecei em 1972 no “Jornal de Famalicão”) e sou dirigente associativo em várias IPSS, com destaque para a Associação Gerações que me realiza no meu dia a dia..

A vida já vai longa, mas continua a trazer com ela a necessidade de construir, pensar e fazer...

Capítulo III

Em 1969, houve eleições legislativas em Portugal, ou melhor, uma farsa de eleições legislativas. Foram as primeiras depois de Salazar, já na chamada “Primavera Marcelista”.

Como sabem, Salazar sofreu uma queda de uma cadeira, em 1968, no Forte de Santa Antónia, no Estoril. Depois teve um AVC. É afastado de Presidente do Conselho, sem o saber, nesse ano de 1968 e substituído por Marcelo Caetano. Ocupou o lugar de Presidente do Conselho de 1932 a 1968. Faleceu em 27 de Julho de 1970, às 09.15 horas, vítima de uma embolia pulmonar. Nasceu em 1889, na Freguesia de Vimieiro, em Santa Comadão e morreu, como vimos, em 1970, na Lapa. Tinha 81 anos.

Foi o primeiro Presidente do Conselho do Mundo a morrer, pensando que ainda estava a exercer o cargo!

Voltemos às eleições de 1969. O presidente da Junta trazia um pipo de vinho para o recreio da escola primária e cestos de figos tratados e as pessoas votavam com o vinho e com os figos.

Concorreram quatro listas, mas, no fim, ganhava sempre a União Nacional, o movimento político de Marcelo Caetano. A União Nacional ganhou os 130 lugares da Assembleia Nacional... Com vinho e figos, os resultados não podiam ser outros...

Em 1972, eu comecei a escrever, como já disse, uns textos no “Jornal de Famalicão”, do Sr. Rebelo Mesquita que nunca me disse, “escreva

assim ou não escreva assim”. Eu ainda não sabia que existia censura, mas ele devia saber.

Eu escrevia sobre Arnoso Santa Eulália e sobre as suas grandezas e misérias: o Mosteiro de Arnoso, o Buraco do Olheiro, as margens floridas do Rio Este e do Rio Guisande, os caminhos em terra, a falta de transportes, a falta de água que se ia buscar a fontenários e às fontes particulares e públicas, a miséria geral de todos, mas especialmente das crianças. Chegava a fazer viagens imaginárias a outros países, na companhia de Voltaire, comparando as duas realidades.

Um dia meti-me com o cesteiro que era o tesoureiro da junta e ele não gostou nada daquilo que escrevi.

Um dia também escrevi um texto com o título “Santa Eulália também é miséria”, para contrastar com um outro que tinha escrito numa semana anterior e que tinha como título “Isto é Santa Eulália”, em que me debruçava sobre a História e as belezas naturais da freguesia...

O “Santa Eulália também é miséria” despoletou a ira do Presidente da Junta.

Um dia veio a minha casa e esperou que o meu pai chegasse do trabalho... O meu pai levantava-se muito cedo, às 5h30 da madrugada, para ir trabalhar para Campanhã, nas oficinas da CP, onde era operário, e chegava muito tarde a casa, às horas que os comboios ditavam...

Ele, o Presidente da Junta, teve uma longa conversa com o meu pai.

Soubemos nessa noite, a minha mãe e os meus irmãos, que ele veio fazer ameaças: se eu continuasse a escrever, ia para tropa como soldado raso e se um dia quisesse exercer funções no Estado nunca o conseguiria porque ele ia tratar dos papéis, para que as coisas corressem assim...

Foi assim que eu tomei conhecimento que a PIDE também estava no meio de nós, que nos vigiava e que nos intimidava. Nas freguesias, o agente principal era o presidente da junta...

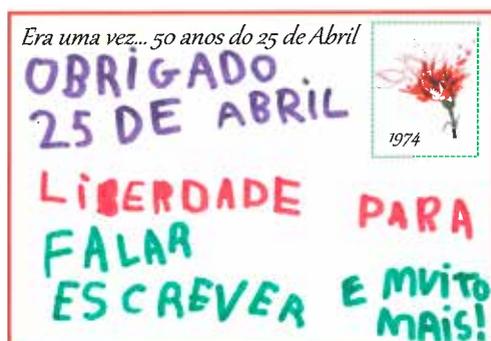
“Vinguei-me dele”, do Presidente da Junta, e contrariei os seus desejos. Fui para tropa, para Mafra, para o curso de oficiais, e fui funcionário público como professor...

Capítulo IV

Ler, escrever, desenhar, contar uma história, fazer um poema sobre o 25 de Abril de 1974 e os seus 50 anos, são a melhor forma que podemos encontrar, para que as crianças, os jovens, os mais novos e os mais idosos possam defender, como soldados valentes, os valores da Abril, os valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da fraternidade, da educação, da justiça e da paz.

Foi isso que fez a Associação Gerações com a sua exposição “Postais de Abril” que aconteceu na Praça – Mercado Municipal, no mês de maio de 2024, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril protagonizadas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Eu tive uma imensa honra por ter sido convidado para a Comissão de Honra das Comemorações e agradeço o gesto que calou profundamente em mim. Dei tudo o que consegui dar, mas guardarei sempre na memória as sessões didáticas nas escolas, para que Abril viva e nunca morra...





Parte 2

Atividades

01. De Famalicão para o Mundo: O 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão

→ Arminda Ferreira
Hilário Pereira
Luís Alberto Alves
Paula Costa

Resumo

A exposição documental “De Famalicão para o Mundo: O 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão” inaugurada a 20 de fevereiro de 2024 esteve patente até ao dia 24 de maio de 2024, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Pretendeu dar a conhecer os acontecimentos históricos ocorridos antes, durante e após a revolução de Abril de 1974, quer a nível nacional, quer local.

O regime democrático cumpre meio século e a data de 25 de Abril de 1974 simboliza o início de profundas transformações sociais, económicas e culturais, determinantes para a democratização e a europeização do país.

A celebração dos 50 anos ao fomentar a memória produz a construção do conhecimento para uma sociedade mais conhecedora da sua história recente e mais participativa, plural e democrática. Neste sentido, pretendeu-se fomentar a construção de instrumentos pedagógicos e didáticos, relacionados com os conteúdos curriculares, para reforçar as aprendizagens e a identidade dos alunos, ao integrar a História Local num contexto nacional e global.

A exposição “De Famalicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”, esteve patente no átrio de exposições da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, de 20 de fevereiro de 2024 a 27 de maio de 2024.

Esta exposição organizada pelo Município de Vila Nova de Famalicão, através do projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo”, teve o apoio da “Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril”, e como parceiros o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Minho, a Associação de Professores de História, o Museu da Guerra Colonial, o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e contou com a colaboração do famalicense Artur Sá da Costa. Esta exposição retratou o período histórico da Revolução de Abril de 1974, que estabeleceu a Democracia em Portugal.

Foram selecionados recortes de imprensa, fotografias, vários documentos escritos e iconográficos e vídeos, articulando a História Local com a Nacional, em 8 painéis.

Não se pretendeu retratar todos os acontecimentos históricos relacionados com este período da História, mas realizar uma mostra documental, em vários suportes, que desse a conhecer, principalmente aos mais novos, aos nossos alunos, este período da nossa História, e fizesse restituir a memória aos nossos seniores que vivenciaram estes acontecimentos. Neste sentido, a exposição esteve disponível com visitas moderadas para escolas, conforme disponibilidade dos técnicos e agendamento prévio, para que fosse possível dar apoio a projetos escolares relacionados com a temática; refletir sobre a importância destes conteúdos para a consecução do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”; inserir a História Local num contexto nacional e global.

A organização científica desta exposição esteve a cargo de:

- Arminda Ferreira – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Educação/Cultura;
- Artur Sá da Costa – colaboração;
- Cláudia Ninhos – Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa;
- Hilário Pereira – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco;
- Maria Inácia Rezola – Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril;
- José Manuel Lages – Museu da Guerra Colonial;
- Luís Alberto Alves – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- José Manuel Lopes Cordeiro – Universidade do Minho / Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave;
- Miguel Barros – Associação de Professores de História;
- Paula Costa – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Não se pretendeu reproduzir a exposição, mas deixar um testemunho escrito desta iniciativa no âmbito das Comemorações Municipais dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Palavras chave: 25 de Abril de 1974; Vila Nova de Famalicão; História Local; Comemorações municipais dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974.

A caminho da mudança

Em setembro de 1968, devido ao radical agravamento do seu estado de saúde, António de Oliveira Salazar foi exonerado da Presidência do Conselho pelo Presidente da República, Américo Tomás, e substituído por Marcelo Caetano.

Marcelo Caetano, no seu primeiro ano como Presidente do Conselho de Ministros, conseguiu criar um ambiente favorável à sua governação, sobretudo graças às grandes expectativas geradas em torno de promessas “liberalizantes e modernizadoras”, mas as suas “intenções” não passaram de “promessas”.

Esperava-se que, por via das eleições previstas para o ano de 1969 e que acabariam por ser marcadas para o dia 26 de outubro, fosse possível rejuvenescer a Assembleia Nacional. No âmbito desta estratégia foram contactadas várias personalidades liberais, quase todas jovens, tentando cativá-las para fazerem parte das listas da União Nacional. Entre os que aceitaram o convite, contam-se os nomes de José Pedro Pinto Leite, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, João Pedro Miller Guerra e Joaquim Magalhães Mota.

No distrito de Braga, e em alguns outros, a Oposição divide-se e concorre com duas listas: a CDE (Comissão Democrática Eleitoral) e CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Os democratas de Famalicão integram a CDE, onde colocam dois candidatos: Lino Lima e Margarida Malvar.

A União Nacional venceu as eleições por uma larga margem em relação à Oposição, tendo obtido 88% dos votos contra 10% da CDE, 1,9% da CEUD e 0,8% da CEM (Comissão Eleitoral Monárquica). Entre os 9,5 milhões de habitantes de Portugal Continental e Ilhas só existiam 1,8 milhões de recenseados, o que correspondia a 29% da população com mais de 21 anos. A abstenção foi de 38,4%.

Uma vez mais, as eleições não foram livres, tendo-se detetado inúmeras irregularidades.

Nas eleições seguintes, realizadas em 28 de outubro de 1973, a divisão entre os opositoristas manteve-se, mas a ilusão das urnas tinha sido enterrada tendo a Oposição Democrática desistido “à boca das urnas” por considerar não existirem condições e garantias para a sua realização.



Fig. 1 Panfleto de propaganda política da CDE para as eleições de 1969. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.

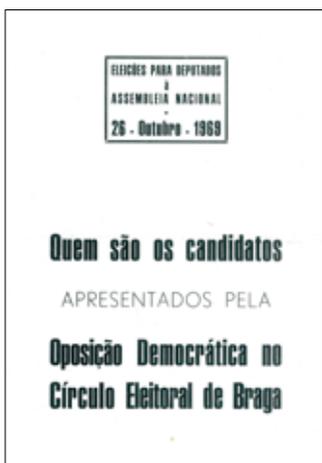


Fig. 2 Manifesto dos candidatos da Lista D, do distrito de Braga às eleições para deputados à Assembleia Nacional, 1969. Biblioteca digital da Oposição democrática – BMCCB.



António Pereira
Marinho Dias



Humberto Trindade
Soeiro



Joaquim António
dos Santos Simões



Joaquim Victor
Baptista Gomes de Sá



Lino Carvalho de
Lima



Maria Margarida
Braga Malvar



Fig. 3 Fotografia da sessão da CDE, no Teatro Circo, Braga. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.



Fig. 4 Campanha eleitoral da CDE no Teatro Circo de Braga. Destacam-se da esquerda para a direita: Joaquim Loureiro, Eduardo Ribeiro, José Sampaio, Padre Almeida, Humberto Soeiro, Margarida Malvar e Santos Simões. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.



Fig. 5 Campanha eleitoral da CDE no Teatro Circo de Braga. Destacam-se da esquerda para a direita: Olívia Ferreira, Joaquim Loureiro, Eduardo Ribeiro, José Sampaio, Margarida Malvar e Santos Simões. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.

FISCAIS	
FREGUESIAS	NOMES
RIBA D'AVE	MANUELA LOPES
ALVESIA SANTA MARIA	DANIEL MAGALHÃES
OLIVEIRA S. MARTINHO	MANUEL DA SILVA
DELAES	ELIA DE SANTANA
BUÍVARES	ANTONIO DA SILVA
BARRIO	ANTONIO DA SILVA
VEDOME	ANTONIO DA SILVA
CARREIRA	ANTONIO DA SILVA
BENTE	ANTONIO DA SILVA
NOVAIS	ANTONIO DA SILVA
JOANE	ANTONIO DA SILVA
MOGESE	ANTONIO DA SILVA

MODELO	
CASTELOES	ANTONIO DA SILVA
DOUSADA	ANTONIO DA SILVA
VERMOIM	ANTONIO DA SILVA
DORTELA	ANTONIO DA SILVA
S. COPE DO VALE	ANTONIO DA SILVA
TELHADO	ANTONIO DA SILVA
S. MARTINHO DO VALE	ANTONIO DA SILVA
SEZVRES	ANTONIO DA SILVA
S. BULALIA	ANTONIO DA SILVA
ARROSO	ANTONIO DA SILVA
MESUREI	ANTONIO DA SILVA
MOUQUIN	ANTONIO DA SILVA
STIAGO DE CRUZ	ANTONIO DA SILVA

STIAGO DE CRUZ	
GAVIÃO	ANTONIO DA SILVA
REQUIÃO	ANTONIO DA SILVA
MINE	ANTONIO DA SILVA
LENENNE	ANTONIO DA SILVA
LOURO	ANTONIO DA SILVA
CAVALTES	ANTONIO DA SILVA
OUTIZ	ANTONIO DA SILVA
FONDAELOS	ANTONIO DA SILVA
VARRINHO	ANTONIO DA SILVA
RIBEIRÃO	ANTONIO DA SILVA
FRADICES	ANTONIO DA SILVA
AVIOPS	ANTONIO DA SILVA
ESMERIZ	ANTONIO DA SILVA

FRADICES	ANTONIO DA SILVA
AVIOPS	ANTONIO DA SILVA
ESMERIZ	ANTONIO DA SILVA
CABECUÇOS	ANTONIO DA SILVA
LOUZADO	ANTONIO DA SILVA
MADEIRA VERMIM	ANTONIO DA SILVA
LASSA	ANTONIO DA SILVA
SEIDE SMO	ANTONIO DA SILVA
SEIDE VITTEA	ANTONIO DA SILVA
LANDIM	ANTONIO DA SILVA
BRUFE	ANTONIO DA SILVA
V. N. FAMILIÇÃO	ANTONIO DA SILVA
CALENDARIO	ANTONIO DA SILVA
ANTAS	ANTONIO DA SILVA

QUADRO DAS ELEIÇÕES NO NOSSO CONCELHO

	Eletores no- votados	Eletores por partidos	Apostados por um ou mais partidos	TOTAL COMPLETO	Balanço de votos	Linha Bala		
						Linha A	Linha B	Linha C
					Votos	Votos	Votos	
Abade de Vermim	35	—	—	35	25	—	3	
Anjos	606	37	4	573	336	1	54	
Arroso (Santa Maria)	182	9	2	175	132	1	5	
Arroso (Santa Estilá)	123	6	2	124	131	—	11	
Bairro	163	8	—	151	111	4	3	
Bairro	427	21	2	418	300	—	19	
Bente	98	9	—	89	22	—	4	
Brufe	425	14	1	411	330	1	25	
Cabequedo	172	8	1	165	132	—	7	
Calendário	773	47	4	729	468	1	58	
Carros	308	16	—	290	231	—	41	
Castelões	128	9	—	139	106	—	11	
Cavaltes	187	12	4	179	128	—	25	
Cruz	158	11	2	149	124	—	14	
Delaes	446	23	2	429	249	—	28	
Esmeriz	197	13	—	184	142	—	21	
Frades	416	26	—	391	300	—	64	
Gavião	254	27	1	235	186	—	23	
Grândola	266	11	—	255	186	—	5	
Jacofrei	126	9	—	117	82	—	1	
Joane	932	26	—	906	627	—	21	
Lago	144	9	—	135	125	—	5	
Landim	490	25	2	467	325	—	18	
Lenenne	239	19	2	243	213	—	3	
Louro	390	23	4	369	350	—	11	
Louzado	414	22	2	394	214	—	21	
Mogro	172	16	2	158	116	1	12	
Mouquin	128	4	1	125	126	—	21	
Nova	262	19	—	256	213	—	26	
Novais	181	4	—	177	110	—	6	
Olivença (Santa Maria)	337	32	3	308	221	1	49	
Olivença (S. Mateus)	313	19	—	294	244	1	37	
Ógita	112	4	—	108	120	—	4	
Pedraes	698	22	2	682	425	—	18	
Portela	117	9	4	112	81	—	5	
Possada de Saramago	365	2	2	359	282	—	29	
Requião	321	12	1	308	221	2	16	
Riba d' Ave	109	25	27	131	106	1	145	
Ribulda	656	22	—	634	425	—	19	
Riobães	499	6	1	494	353	—	22	
S. João (S. Miguel)	132	4	1	130	89	—	10	
S. João (S. Paulo)	108	1	1	106	112	—	2	
Sezures	56	—	2	52	32	—	2	
Talhado	418	10	—	406	310	—	21	
Vale (S. Cosme)	360	19	4	345	252	—	49	
Vale (S. Martinho)	200	13	—	187	122	—	7	
Vermim	208	20	—	188	110	—	40	
V. N. de FAMILIÇÃO	922	41	8	913	628	—	106	
Vitorino das Cambas	141	3	—	138	121	—	16	
Total geral	15.308	829	104	14.551	10.048	13	1.258	

Fig. 6 (1/2/3/4) Manuscrito com a lista das freguesias e respetivos fiscais [da CDE] nas Assembleias Eleitorais das freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.

Fig. 7 Estrela da Manhã, 1 de novembro de 1969, p. 5. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Guerra Colonial

Entre 1961 e 1974, foram recrutados, para combater nas designadas “províncias ultramarinas”, de Angola, Guiné e Moçambique, cerca de um milhão e duzentos mil militares. O esforço desta guerra mobilizou mais de 7% da população ativa portuguesa e cativou para a Defesa, mais de 40% do Orçamento Geral do Estado.

Era um erro trágico e uma insensatez política insistir na continuação da mobilização de soldados para este conflito.

O Movimento dos Capitães nasce do descontentamento e cansaço dos oficiais intermédios e dos milicianos das Forças Armadas, que querem o fim da guerra. Aquilo que era inicialmente uma reivindicação corporativa, transformou-se num movimento político e social. Efetivamente a guerra colonial é a causa primeira do “25 de Abril”.

Em 13 anos de guerra, nas três frentes bélicas morreram cerca de 9 mil militares, ficaram deficientes cerca de 36 mil, e milhares de soldados ficaram com marcas da guerra até à atualidade.

Relativamente ao concelho de Vila Nova de Famalicão morreram 61 militares.



Fig. 8 Embarque dos soldados para ultramar no “Vera Cruz” – Museu da Guerra Colonial.



Fig. 9 Evacuação de feridos no helicóptero ALOUETTE III. Museu da Guerra Colonial.

**FORÇAS ARMADAS
LUTAM PELA
PAZ**



Fig. 10 Poster Forças Armadas. Museu da Guerra Colonial.



Fig. 11 (1/2) Fotografia com dedicatória – “Recebe deste que te ama muito”–, assinada e datada no verso pelo soldado Manuel Joaquim, em Moçambique, num dos cenários de guerra, a 24 de dezembro de 1970. Museu da Guerra Colonial.



Fig. 12 (1/2) Enfermaria de um dos pavilhões do Anexo Militar a ser visitada pelos responsáveis do regime político e representantes da Cruz Vermelha e enfermeiras, prestadoras de cuidados de saúde, que com a sua presença apoiavam os soldados na sua recuperação. A mulher – mãe, esposa, filha, irmã, namorada, amiga – teve um papel fundamental ao lado dos militares neste período da Guerra Colonial, motivando-os e encorajando-os a seguir o desígnio de a seguir o desígnio da defesa da Nação. Museu da Guerra Colonial.



Fig. 13 (1/2/3) Enfermeira Rosa Serra, famalicense, natural da freguesia de Ribeirão, integrou o grupo das militares paraquedistas, no total de 44 mulheres que deram apoio médico, em palco de guerra, em Angola, Guiné e Moçambique, nos primeiros socorros para os militares serem transportados para os hospitais coloniais. Museu da Guerra Colonial.



Fig. 14 (1/2) Entrada do Anexo Militar – Hospital Militar em Campolide – Lisboa. O Anexo Militar, em Campolide - Lisboa, era um antigo quartel transformado em Hospital Militar. Aqui chegavam soldados e sargentos “feridos em estado grave” provenientes de Angola, Guiné e Moçambique, um exército de mutilados que se moviam em cima de cadeiras de rodas e em muletas. Quem passava nas ruas, no lado de fora do Anexo Militar, não suspeitava que ali, no seu interior, se abrigavam, escondidos dos olhares públicos, os destroços humanos dos soldados do “Ultramar”, uns vivos e outros à espera de morrer. Nesta fotografia é visível, na primeira fila, o famalicense, ex-combatente em Moçambique, Manuel Ferreira, da freguesia de Delães.

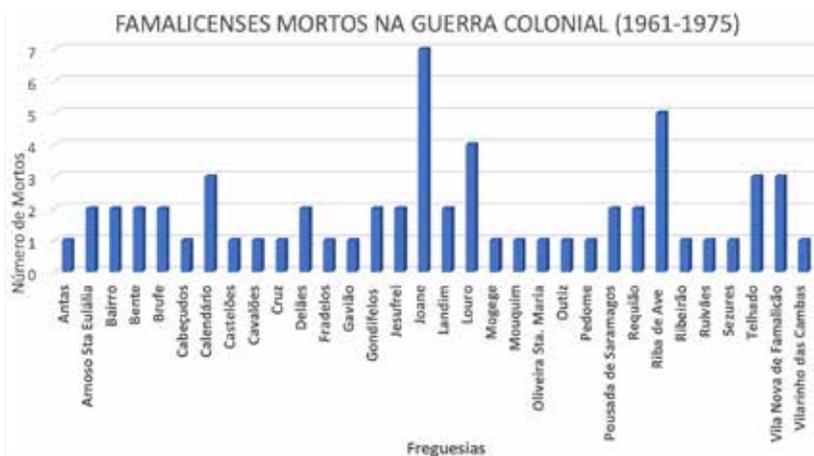


Fig. 15 Famalicensenses mortos na Guerra Colonial (1961-1975) por freguesia, in Portal dos Veteranos da Guerra Ultramar: Angola, Guiné, Moçambique (1959-1975). Consultado em https://ultramar.terraweb.biz/index_MortosGuerraUltramar_Portugal.htm

A correspondência das madrinhas de guerra

Uma das culturas desenvolvidas, neste conflito, como suporte do equilíbrio emocional dos jovens combatentes foi a correspondência dos soldados com a família, com os amigos, as esposas, as namoradas e as jovens anónimas que na troca de correspondência, “escrevo/respondes”, levava os militares a viver a chegada do correio diário, numa ânsia que depois de lida lhes enchia a alma de força para se manterem firmes e contar os dias que faltavam para terminar a comissão.

As cartas de madrinhas de guerra e das namoradas, os aerogramas, os postais e as fotografias desempenharam um papel determinante na relação de comunicação permanente de “combatentes de retaguarda” que cumpriam o seu papel enquanto durou a guerra colonial e com quem os soldados desabafavam sobre as agruras, os medos, os passatempos, as necessidades sexuais, o isolamento e o estado psicológico.



Fig. 16 Aerograma de madrinha de guerra. Museu da Guerra Colonial.

25 de Abril de 1974 – Famacião: o Impacto

O golpe militar desencadeado na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, instaurou um novo regime de liberdades em Portugal, suscitou quase de imediato um importante movimento de massas que, através de reivindicações e lutas dos trabalhadores, procurou minorar os efeitos do forte agravamento do custo de vida e conquistar salários, condições de vida e trabalho condigno.

Tal como aconteceu em todo o país, também em Famacião assistiu-se ao surgimento de inúmeras greves e manifestações operárias, reclamando melhores salários e condições de trabalho, enquanto denunciavam a onda de despedimentos que então se abateu sobre o operariado do concelho.

Começaram a surgir, inicialmente com um carácter espontâneo, numerosas comissões de trabalhadores, não só para organizarem os processos reivindicativos, mas também para se ocuparem da gestão das empresas quando os seus proprietários as abandonavam, como começou então a ocorrer.

Uma das mais importantes greves então desencadeada ocorreu na fábrica da MABOR, em Lousado, a partir do dia 30 de maio de 1974, com os operários a reivindicarem 6.000\$00 de salário mínimo e 40 horas semanais, 1 mês de férias a 100% e 1 mês pelo Natal com subsídio. Após 70 dias de greve (terminou a 8 de agosto), as reivindicações foram parcialmente satisfeitas: salário de 4.500\$00, subsídios de férias e de Natal, e pagamento de todos os dias de greve.

No campo partidário, para além do Partido Comunista Português, que emerge da clandestinidade, do Movimento Democrático Português (MDP) e do Partido Socialista (PS) que tinham constituído uma frente eleitoral da Oposição Democrática para disputar as eleições de outubro de 1973, surgiram núcleos locais partidários: Partido Centro Democrático Social (CDS) – 11 de setembro de 1974; o Partido Socialista (PS) – 14 de outubro de 1974; o Partido Popular Democrático (PPD) – 27 de novembro de 1974.

Algumas forças políticas do sector da esquerda revolucionária, que já vinham desenvolvendo alguma atividade (clandestina) antes do 25 de Abril, manifestaram também a sua presença, como a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, principalmente em Joane, o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), em Riba d’Ave e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) abre sede no centro da vila.

As Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA, um dos projetos mais marcantes do processo revolucionário do 25 de Abril de 1974 fizeram eco a nível local e em dezembro de 1974, a 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas promove a dinamização cultural no concelho de Vila Nova de Famacião com a apresentação do programa pelo alferes-miliciano Artur Sá da Costa, que iniciou o “processo de dinamização cultural e esclarecimento cívico com a colaboração do governo provisório, com a finalidade de esclarecer politicamente com base no Programa do Movimento das Forças Armadas, criar condições para uma ampla participação do Povo na vida nacional, coordenar e apoiar imediatamente todas as associações do país, de modo a ser possível estabelecer uma rede cultural em todo o território (...)”.



Fig. 17 Fotografia de Alfredo Cunha, in “25 de Abril de 1974. Quinta-Feira”. Edições Tinta-da-China.



Fig. 18 Fotografia de Alfredo Cunha, in “25 de Abril de 1974. Quinta-Feira”. Edições Tinta-da-China.



Fig. 19 Comunicação do General Spínola Presidente da Junta de Salvação Nacional a 26 de abril de 1974, nos estúdios da Rádio Televisão Portuguesa (RTP). Da esquerda para a direita: Capitão de Fragata António Rosa Coutinho; Capitão de Mar e Guerra José Pinheiro de Azevedo; General Francisco da Costa Gomes; General António Spínola; Brigadeiro Jaime Silvério Marques e o Comandante Carlos Galvão de Melo. Arquivo RTP Memória seguir o designio da defesa da nação.



Fig. 20 Capa do livro “O caso dos 17 da têxtil Manuel Gonçalves: um documento para a história da luta dos trabalhadores”, [S.l.: s.n.], 1976. Trabalho coletivo dos trabalhadores ameaçados de despedimento pela Administração da Têxtil Manuel Gonçalves. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

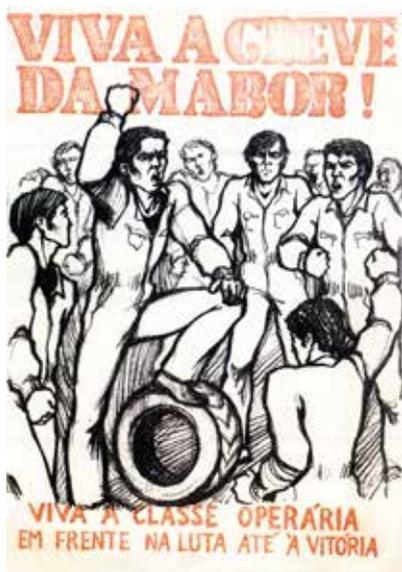


Fig. 21 Panfleto: Viva a Greve da Mabor! [Edição da OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa]. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.

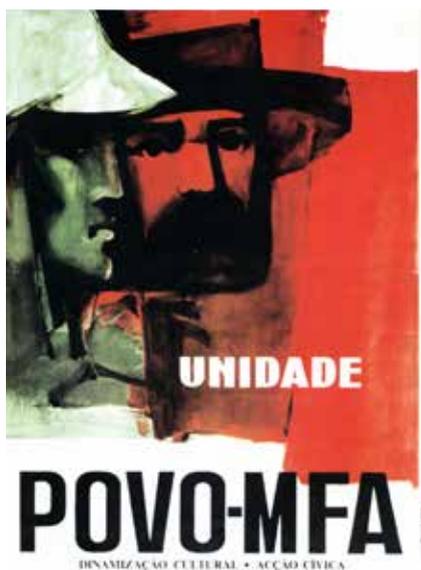


Fig. 22 Cartaz: MFA – Movimento das Forças Armadas: Povo-MFA, unidade. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Arquivo Digital, do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.



Fig. 23 Soldados da Revolução do 25 Abril de 1974 com Salgueiro Maia em destaque. Associação 25 Abril.



Fig. 24 "Dinamização Cultural", in *Estrela da Manhã*, 11 de dezembro de 1974, pp. 1 e 2. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

25 de Abril 1974 – Famalicão: a Mobilização

A 27 de abril de 1974 a população famalicense dirigiu-se para os Paços do Concelho apoiando o Movimento das Forças Armadas, encontrando-se no seu Gabinete:

“(…) o Sr. Presidente, Sr. Dr. Dinis D’Orey, rodeado dos vereadores Srs. Drs. Camilo Freitas, Lacerda e Eugénio Mesquita; Joaquim Ferreira e Narciso Pereira da Silva (….) os democratas famalicenses levaram a efeito uma expressiva manifestação de aplauso às gloriosas Forças Armadas”.

Na torre do edifício encontravam-se entre outros, um grupo de oficiais do Regimento de Infantaria 8 de Braga, Comandante Militar Coronel António Marcelino e famalicenses que integraram a denominada Oposição Democrática. Lino Lima,

“(…) em voz pausada e emocionada recordou a noite negra e longa que durou perto de meio século e agora terminava graças aos militares patriotas da Junta de Salvação Nacional, irmanados com o povo” (Estrela da Manhã, 1 de maio de 1974, p. 2).

Margarida Malvar, Joaquim Loureiro, Salvador Coutinho, António Teixeira, José Augusto Bezerra de Sousa Lopes também discursaram da torre da Câmara Municipal, seguido do Capitão Cardoso que agradeceu às Forças Armadas e faz-se ouvir o hino nacional:

“em coro enquanto as bandeiras nacional e do concelho no varandim da Domus e igual símbolo da varanda do tribunal judicial, drapejando ao vento, como que a acompanhar o ritmo do hino nacional, nos segredavam certezas de paz, de liberdade e de progresso”. (Estrela da Manhã, 1 de maio de 1974, p. 2)

A 24 de maio o Governo nomeou uma Comissão Administrativa para a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, presidida por António Pinheiro Braga, na sequência de uma escolha dos nomes que a iriam compor, efetuada a 18 daquele mês, num plenário promovido pelo MDP no Cine Teatro Augusto Correia.

Foram então nomeados os seguintes cidadãos: António Pinheiro Braga, como Presidente, tendo como vereadores António Cleto Malvar, António Pimenta Ferreira Lobo, Ercília Júlia de Sousa Barros, José Garcia Carvalho de Azevedo.



Fig. 25 (1/2) 27 de abril de 1974 – Lino Lima a discursar para os manifestantes de apoio ao Movimento das Forças Armadas na varanda dos Paços do Concelho. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.



Fig. 26 Estrela da Manhã, 8 de maio de 1974, pp. 1 e 2. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.



Fig. 27 Estrela da Manhã, 29 de maio de 1974, p. 1. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Discurso de Margarida Malvar

Proferido no dia 27 de abril de 1974, na torre da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas, organizado pelo Movimento Democrático Português.

“POVO DE FAMALICÃO:

Juntámo-nos para vitoriar e dar o nosso apoio ao Movimento das Forças Armadas, Movimento que fez cair quase meio século de regime de opressão e miséria.

A mordação caiu e cada um de nós é livre de abertamente manifestar as suas opiniões, sem medo, sem peias, sem desconfianças.

Mas uma coisa é certa, se o MFA fez cair o regime Salazarista de Marcelo Caetano, todavia, teremos que ser nós, o povo, com o nosso apoio, participação e verdadeira consciência nacional que ajudaremos a construir uma sociedade verdadeiramente de todos os portugueses.

Sim porque ter liberdade é algo mais do que ter direitos. Ter liberdade implica ter deveres. Ter liberdade é também participar na vida política da Nação. Ter liberdade é não abster-se pura e simplesmente da vida pública. Ter liberdade é participar na luta contra o obscurantismo generalizado do nosso Povo, na luta contra a ignorância e abstencionismo em que calculadamente ele foi mantido.

É precisamente na despolitização do povo português que estará o maior obstáculo para a confirmação da liberdade que alcançamos.

E, para haver participação na vida da Nação não é preciso ser político, é preciso apenas ser cidadão consciente e livre.

O destino do País é o destino de todos nós.

Portugal é a terra de todos os portugueses.

Portugal é a nação que todos juntos nós construímos.

Portugal é a terra de todos os portugueses.

Portugal é a nação que todos juntos nós construímos.

Portugal não pode ser e tem que deixar de ser terra-mãe só para alguns e madrasta para os restantes.

A Pátria Portuguesa terá que ser e será de acordo com o programa da Junta de Salvação nacional com que nos identificamos, a Pátria que amámos, que veneramos, que construímos e não a Pátria que nos estiola, mutila e mata. Certo é que após quase 50 anos de opressão nos é difícil adaptar o nosso pensamento à nova realidade, dentro de um clima de confiança e liberdade.

Mas a Revolução está feita, não é um sonho, e cada um de nós terá de lutar para que ela se mantenha.

É do apoio popular que a J. S. Nacional necessita e que todos têm que estar na disposição de dar, e isto sob pena de, não serem dignos de viver na Pátria dignificada e tão pouco criticarem o que conscientemente se recusarem a construir.

Por um Portugal novo. Por um Portugal verdadeiramente de todos os Portugueses lutaremos e apoiaremos os valorosos soldados do MFA na instauração da Democracia.

Viva Portugal”

Discurso de Joaquim Loureiro

Discurso de Joaquim Loureiro lido na manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas, organizada pelo MDP, no dia 27 de abril de 1974, na torre da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

“Amigos! Democratas! Abre-se agora na nossa frente um novo caminho. E é preciso aproveitá-lo. Há que o percorrer com alegria e com vontade de trabalhar a bem do martirizado Povo Português. Salvé o 25 de Abril de 1974! Salvé o dia mais glorioso da Pátria Portuguesa! Depois de 1385, de 1640 e 1910, nunca foi possível viver momentos de tanta alegria!

Amigos, um grupo de soldados, transformados em intérpretes dos verdadeiros anseios do Povo Português, pegou em armas e disse “basta!” E o fascismo caiu! O Povo venceu os tiranos! Acabou a “noite” mais negra das nossas vidas!

E, neste momento de euforia, eu quero dirigir um sentimento de sentido respeito por todos quantos, ao longo destes 48 anos “caíram” no campo da luta: pelos mortos do Tarrafal, de Caxias ou de Peniche; pelos exilados que morreram sem nunca terem podido regressar à Pátria e sem nunca mais terem podido abraçar os seus entes queridos; mas, ainda, por aqueles que eram “exilados” dentro da sua própria Pátria – afastados de cargos públicos e (ou) olhados com desconfiança pelos ditadores do Poder.

E é nos Soldados de Portugal, representados pelos aqui presentes, que nós devemos, em parte importante, esta grande alegria e eles são dignos do nosso carinho e do nosso respeito pelo gesto corajoso que tomaram.

Eu peço a todos os presentes que leiam com toda a atenção o programa político da “Junta de Salvação Nacional”. Mas leiam também as Conclusões do 3.º Congresso da Oposição Democrática, que se realizou em Aveiro, de 4 a 8 de abril de 1973. Pois vamos encontrar, entre ambos os documentos, uma coincidência e paralelismo enormes de pontos de vista: também nós, democratas, vínhamos pedindo a extinção imediata da PIDE-DGS, a amnistia de todos os presos políticos e sua libertação imediata; também nós pedíamos a abolição da censura e do “exame prévio”; igualmente, nós exigíamos a liberdade política dos cidadãos, a liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma; ainda nós vínhamos exigindo, sem ser ouvidos, a aplicação de medidas de política económica que impedissem que o nosso País se transformasse numa “quinta” de 100 famílias; exigíamos, ainda, a tomada de medidas que assegurassem a independência e dignidade do poder judicial.

E já em 1968 os democratas de Braga, da lista da CDE, defendiam que se lançasse, “os fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”; nessa altura, defendemos que o “dossier” sobre o Ultramar deveria ser aberto, sem quaisquer limitações, a fim de os portugueses serem devidamente esclarecidos; considerávamos que os portugueses estavam verdadeiramente “intoxicados” por uma política de dezenas de anos de mentiras.

Nós, democratas, em todas as circunstâncias estivemos a par dos verdadeiros interesses do Povo Português, repudiando os interesses das grandes companhias nacionais e internacionais, que só pretendiam servir-se a si mesmas e a mais ninguém. Não mais, que nunca mais o Povo Português seja joguete nas mãos dos vendilhões da Pátria Portuguesa! E, neste momento, este punhado de soldados valentes e patriotas assumiu graves responsabilidades perante todos nós: que lhes se convençam e não se esqueçam de que só cumprirão o seu dever de soldados da Pátria enquanto forem os guardiões das liberdades fundamentais dos Portugueses e os intérpretes, nos momentos de crise, dos seus anseios mais importantes.

Mas, notemos que a própria “Junta de Salvação Nacional” reconhece como natural e inevitável que, passados estes momentos de crise, os soldados “regressem aos quartéis”: “o período de exceção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Nacional”; após este “período de exceção”, será “dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a ação das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional”. Até nisto, meus amigos, se revela de alta consciência política e o elevado sentido das suas responsabilidades destes Soldados que fazem parte do “Movimento das Forças Armadas”; eles não querem ser militares à moda grega, chilena ou brasileira. E nós também teremos de nos convencer que temos a responsabilidade de não os desiludir. Iremos passar, nos próximos meses por momentos de transcendente missão política: o País espera de nós algo de importante. Em toda a parte, nas fábricas, nos cafés, nas repartições, temos o dever de discutir os problemas que são de todos nós: tudo é política, o salário, a saúde, os transportes, a reforma na profissão, o ensino, etc. Temos de perder a ideia de que a política não me interessa. Se assim procedermos, estamos a abrir caminho ao mesmo tipo de ambiciosos, sem escrúpulos, que nos governaram nos últimos 48 anos.

Ora, neste momento crucial, os cristãos têm um papel importante a desempenhar na construção de uma Sociedade Nova; é tempo de os cristãos acabarem com o preconceito de que a sua Religião termina á saída da Igreja, na missa dominical. Como cristão e católico peço-vos, esconjuro-vos, para que construam uma nova sociedade baseada na liberdade responsável; na igualdade de oportunidades; no respeito e no amor devidos a todos os homens, mesmo que sejam nossos adversários políticos; no diálogo fraterno entre as diferentes fações da comunidade terrestre; na justiça pela distribuição equitativa dos bens terrenos; no progresso económico que tenha como objetivo o progresso

total do homem; na liberdade sindical, em todos os seus aspetos, mesmo no reconhecimento aos trabalhadores do seu direito à greve; na plena liberdade política, nomeadamente através do reconhecimento dos diferentes partidos políticos e da liberdade de reunião e associação, etc.

Meus amigos, não estou a dizer quaisquer novidades para aqueles que conheçam a doutrina social da Igreja Católica, nomeadamente através do último Concílio. Mas é tempo, por outro lado, de acabarmos com toda uma série de “tabús” e de “convições” de que o corporativismo seria a concretização da doutrina social da Igreja; nunca o foi nem nunca o poderia ser. O corporativismo nunca foi mais do que um amontoado disforme de ideias nazis ou fascistas importadas do estrangeiro e que nada tinham de cristão; o corporativismo nunca foi mais do que o esquema ideológico que permitiu o domínio cego e desumano dos trabalhadores. Seja qual for o esquema ideológico em que nos viermos a enquadrar no futuro, nunca poderemos esquecer que os trabalhadores têm pleno direito à repartição equitativa dos resultados do progresso social e económico e, pelo menos, a participarem ativamente na gestão das empresas.

Uma última consideração: à geração dos homens desta época não interessa o regresso às instituições de 1910; estas, boas ou más, fizeram uma época, que não qualquer interesse em repetir.

Construamos, pois, uma Pátria Nova baseada na Liberdades responsável, na Igualdade e na Fraternidade! Vivam os soldados de Portugal! Viva Portugal!”

Discurso de Salvador Coutinho

Discurso de António Salvador Coutinho lido na manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas, organizada pelo MDP, no dia 27 de abril de 1974, na torre da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

“Cidadãos. Portugueses.

Os homens da minha idade vivem dias felizes. Dias que nunca mais esquecerão. Desde que nascemos nunca tínhamos vivido um dia de liberdade nesta terra que é nossa. Nesta terra que é de todos nós.

Abre-se agora na nossa frente um novo caminho. E é preciso aproveitá-lo. Há que o percorrer com alegria e com vontade de trabalhar a bem do martirizado Povo Português.

Acabou-se quase meio século de ditadura. Os opressores, os tiranos, foram corridos. E se quisermos eles não voltarão mais.

Os nossos corações estão abertos para os homens que acreditam na Justiça dos homens e que querem viver e morrer por ela. É ao lado deles que nos encontramos. É é nos Soldados de Portugal, representados pelos aqui presentes, que nós devemos, em parte importante, esta grande alegria e eles são dignos do nosso carinho e do nosso respeito pelo gesto corajoso que tomaram. Aconteceu um movimento das Forças Armadas Portuguesas. Um movimento libertador que tomou conta do poder e o entregou a uma Junta de Salvação

Nacional. Daqui saudamos com um abraço carinhoso todos, quantos, nossos irmãos e amigos, de armas na mão a partir da madrugada do dia 25 de Abril de 1974 abriram as portas da Liberdade ao Povo Português.

Bem sabemos que arriscaram a vida que viveram na inquietação, na angústia; mas puseram em ação os seus ideais para bem do Povo Português. Por isso daqui lhe gritamos um fraternal Obrigado Soldados Portugueses!

O programa da Junta de Salvação Nacional representativa do Movimento das Forças Armadas, interpreta, neste momento, as aspirações e os interesses do Povo Português.

Trabalhadores Portugueses. Operários.

É de uma nova política económica, posta ao serviço das camadas da população mais desfavorecidas, e esses sois vós, que precisamos; é de travar a alta de custo de vida para que possais viver com dignidade humana, que precisamos; é de que passeis a usufruir de bem-estar económico e social que nunca foi negado aos corruptos e aos usurpadores que precisamos.

Trabalhadores Portugueses. Operários. De tudo isto precisais, a tudo isto têm direito! E tais finalidades constam como objectivos a alcançar pelo programa do Movimento das Forças Armadas.

Um grande papel cabe agora ao trabalhador português desempenhar: estamos num país livre, mostremos que somos capazes de sermos livres, somos cidadãos adultos, respeitadores, ordeiros, mas também queremos ser respeitados.

É, finalmente, no desenvolvimento das nossas associações sindicais ou não sindicais que devemos começar imediatamente a trabalhar, ajudar o Movimento das Forças Armadas é um dever, não só para que sejam alcançadas as finalidades programadas, como também para evitar que os oportunistas da reação, os homens de cortiça, voltem a abafar a vontade do Povo!

Que o Movimento das Forças Armadas possa concretizar o seu salutar programa.

Viva O Movimento das Forças Armadas!

Viva a Liberdade!

Viva Portugal!"

1.º de Maio 1974

A institucionalização do 1.º de Maio – “Dia Mundial do Trabalhador” – como feriado nacional foi uma das primeiras medidas tomadas pela Junta de Salvação Nacional. Por todo o país o povo confraterniza e celebra a liberdade expressando o apoio ao MFA. As ruas e as praças enchem-se de multidões.

No concelho de Vila Nova de Famalicão celebrou-se euforicamente pelo centro da Vila e em especial nas freguesias de Riba de Ave e Delães. O jornal Estrela da Manhã titulava “1.º de Maio Primavera radiosa ou o S. João antecipado”. (Estrela da Manhã, 8 de maio, 1974, p. 1)

Este movimento popular alastrou-se às fábricas, aos serviços criando formas organizativas e cadernos reivindicativos.

Evidências desse movimento revolucionário em curso: movimentos estudantis, reforço do sindicalismo operário, greves, substituição da gestão dos órgãos autárquicos e regresso dos exilados políticos.



Fig. 28 (1/2/3) Manifestação de apoio ao 1.º de Maio de 1974, promovida pelo Movimento Democrático, em Vila Nova de Famalicão. Arquivo Municipal Alberto Sampaio.



Fig. 29 Riba de Ave e Delães – Fotografias do suplemento do jornal *Opinião Pública*, n.º 311, de 24 de abril de 1998. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.



Fig. 30 (1/2/3) Manifestação de apoio ao 1.º de Maio de 1974. In *Ephemera - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira*.
→



Fig. 30 Panfleto: *A Greve É Justa*. [Edição da OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa]

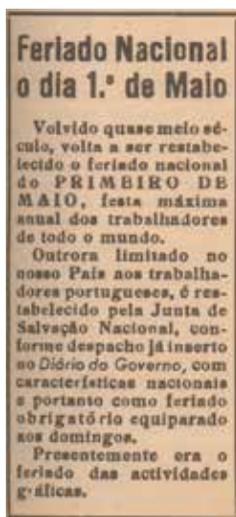


Fig. 31 *Estrela da Manhã*, 1 de maio de 1974, p. 1. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.



Fig. 32 Panfleto do 1.º de Maio de 1974 a apelar à participação dos famalicenses à manifestação. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.

De 28 de Setembro de 1974 a 25 de Abril de 1975

A 28 de Setembro de 1974 ocorreu em Lisboa uma tentativa de golpe de Estado desencadeado por setores ligados ao regime deposto com o objetivo de imporem uma solução neocolonial principalmente para Angola e Moçambique.

Através de uma manifestação denominada de “Maioria Silenciosa”, que convocaram para esse dia, aqueles sectores procuravam reforçar a posição política de Spínola de modo a permitir-lhe aplicar o seu projeto de associação de tipo federal para as colónias.

A tentativa de golpe de Estado foi rapidamente anulada por ação das massas operárias e populares e também do PCP, dos partidos e organizações à sua esquerda, do próprio PS (nomeadamente as suas bases), para além dos militares do MFA e do COPCON.

Os setores ligados ao regime deposto e à extrema-direita continuaram a apostar no general Spínola para tentarem fazer valer os seus interesses e reverter a situação política. Em 11 de Março de 1975 os spinolistas desencadearam uma tentativa de golpe de Estado, rapidamente dominada.

Agradecendo, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal leu uma moção telegráfica a endereçar ao Presidente da República, general Costa Gomes, tendo depois atacado, segundo o Estrela da Manhã, “os inimigos da Democracia, o clero e os partidos reacionários, não poupando os semanários locais que fazem o jogo da reação”. (Estrela da Manhã, dia 12 de março de 1975).

Em 25 de Abril de 1975 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, as primeiras eleições livres com sufrágio universal realizadas em Portugal. Os resultados deram a vitória ao Partido Socialista.

O famalicense, Armando Bacelar, um dos fundadores do partido socialista (PS) a nível nacional, foi Subsecretário de Estado da Administração Judiciária (30 de maio de 1974 a 17 de julho de 1974), e Ministro dos Assuntos Sociais, no I Governo Constitucional de Portugal (23 de julho de 1976 a 23 de janeiro de 1978). A sua ação política passou também pelo exercício de deputado à Assembleia Constituinte e das Legislativas entre 1975 a 1980.

No concelho de Famalicão a vitória pertenceu ao Partido Popular Democrático (atual PSD) com 17 715 votos, ficando o PS em 2.º lugar, com 16 451 votos, e em 3.º lugar o CDS com 9.585 votos, tendo votado 49 002 eleitores.



Fig. 33 “Abortado um golpe militar de características reaccionárias – O General Spínola é um dos três generais nele implicado”, in *Estrela da Manhã*, 12 de março de 1975, p. 1. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.



Fig. 34 (1/2) “25 de Abril – data das Eleições: Primeiro Aniversário da Revolução – Dia de Portugal”, in *Estrela da Manhã*, 25 de abril de 1975, pp. 1-2. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.





Fig. 35 “Resultados gerais das eleições no concelho de Vila Nova de Famalicão”, in *Estrela da Manhã*, 30 de abril de 1975, p. 1. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

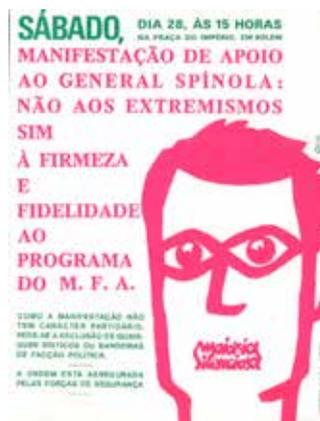


Fig. 36 (1/2) Cartazes da manifestação da “Maioria Silenciosa”. Disponível em: www.observador.pt. EPHEMERA - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.



Fig. 37 Reis, António (1992), Portugal Contemporâneo, vol. VI, p. 31.

O Verão Quente de 1975 em Vila Nova de Famalicão – A tempestade perfeita

“(…) A partir da tarde do dia 03 de [Agosto] começaram a concentrar-se junto do PCP...”.

“... à noite, cerca das 22 horas e 45 minutos, alguns populares lançaram pedras e areia para os militares que se encontravam junto do portão do PCP, tendo um desses populares tentado apoderar-se da arma de um dos militares (...)”. (Processo Judicial. Ação Ordinária Contra o Estado Português – Proc. 2811, 1978)

O Verão Quente de 1975, época conturbada entre os partidos de centro e direita (que defendiam uma democracia eleitoral) e de esquerda (que defendiam a via revolucionária), que após o 11 de março de 1975 acentuou os confrontos políticos. Vivia-se o Processo Revolucionário em Curso (PREC) com registo de sucessão de incidentes entre as fações políticas, ataques às sedes do PCP e de partidos de extrema-esquerda, em vários concelhos do norte.

Em Famalicão, do dia 1 a 6 de agosto de 1975, assistiu-se a uma onda de assaltos, incêndios, vandalismos às sedes dos partidos do PCP e MDP/CDE, atentados bombistas em casas particulares, de cidadãos perseguidos e agredidos.

Desde julho de 1975 que a empresa têxtil “Têxtil Manuel Gonçalves” (TMG) encontrava-se intervencionada pelo Estado, com a suspensão do empresário Manuel Gonçalves e a nomeação de uma Comissão Administrativa. Esta intervenção foi contestada pelos partidos de direita (PPD, CDS e da extrema esquerda, MRPP e FEC(ML) e também pelo PS), apoiados pela imprensa local.

Os trabalhadores da TMG dividiram-se. A 1 de agosto é convocado um plenário de trabalhadores para junto da Câmara Municipal, 20 metros acima dos escritórios da TMG. Não demorou muito que este grupo de trabalhadores invadissem os escritórios da empresa entrando em confronto com a Comissão Sindical eleita pelos trabalhadores a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Ao fim da tarde, a sede do MDP/CDE, sita no outro lado da rua, foi arrombada e vandalizada.

Ao início da noite a palavra de ordem, lançada pelos partidos de direita e pelo Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), que ecoava nas ruas era: “Vamos assaltar a sede do PCP!”. Este movimento contra revolucionário foi liderado pelo General Spínola.

O assalto à sede do PCP resulta em duas vítimas mortais – Luís Barroso e Laurentino Carvalho – e vários feridos encaminhados para o hospital local.

Ao sexto dia no funeral de Luís Barroso os partidos exacerbaram a sua partidarite, esquecendo a outra vítima mortal, o Laurentino Carvalho.



Fig. 38 (1/2/3) Primeiros momentos de assalto à sede do PCP. *Jornal de Famalicão*, 9 de agosto de 1975, p. 1. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Eleições autárquicas de 1976

Em 12 de dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições nacionais para eleger os órgãos locais depois do 25 de Abril de 1974. Em Famalicão concorreram 5 forças políticas às eleições: PPD-PSD, PS, CDS, FEPU e GDUPS.

O PPD-PSD, ganhou as eleições com 3 mandatos. O PS elegeram 3 vereadores, o CDS ficou com 2 vereadores e a FEPU (coligação do MDP com o PCP) elegeram 1 vereador.

Os mandatos para a Câmara Municipal ficaram distribuídos da seguinte forma:

- Presidente da Câmara Municipal: José Carlos Pereira Gomes Marinho (PPD-PSD)
- Vereadores: Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes (PS); – Raul Duarte de Aguiar Tavares Basto (CDS); – Antero Alexandre Martins (PPD-PSD); Daniel Pinheiro da Silva (PS); Durval António da Fonseca e Castro Ferreira (CDS); António Pinheiro Braga (FEPU); Alberto Afonso de Lima Teixeira Aragão (PPD-PSD); Joaquim da Silva Loureiro (PS).



Fig. 39 Notícias de Famalicão, 10 de dezembro de 1976, p. 1. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

↑

Fig. 40 Resultados das eleições autárquicas de 1976 no concelho de Vila Nova de Famalicão. In "Acta da operações do apuramento geral dos resultados da eleição para os órgãos das autarquias locais [do] concelho de Vila Nova de Famalicão". A acta, informa ainda que "a sessão do apuramento definitivo abrangeu duas reuniões realizadas nos dia 16 e 17 de dezembro de 1976".

PS – Partido Socialista, PPD/PSD – Partido Popular Democrático / Partido Popular Democrático, CDS – Partido do Centro Democrático Social, FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido, GDUP's – Grupos Dinamizadores de Unidade Popular.

→

FREGUESIAS	PS	PPD / PSD	CDS	FEPU	GDUP
Abade de Vermoim					
Antas	433	635	524	175	
Arnosó (Santa Eulália)	278	253	21		
Arnosó (Santa Maria)	109	284	229		
Avidos		73	154		333
Bairro	705	359	310		223
Bente		150	101		
Brufe	376	303	314	165	
Cabeçudos	122	186	124		
Calendário	690	408	1.335		373
Carreira		200	98		466
Castelões	199	167	102		
Cavalões		226	14		168
Cruz	89	252	222	69	
Delões	574	300	293	314	
Esmeriz	122	308	162		
Fradelos	661	71	452		
Gavião	357	523	371	126	
Gondifelos	116	226	317		
Jesufrei		63	125		97
Joane	671	362	1.129		
Lagoo		213	87		
Landim		415	535		
Lemenhe		115	117		260
Louro	174	506	267		191
Lousado	699	119	448		
Mogege	199	223	165		
Mouquim		358	121		110
Nine	523	359	216		
Novais (S. Simão)	242	28	79		
Oliveira (Santa Maria)	363	438	189	177	
Oliveira (S. Mateus)	260	161	475		352
Outiz		245	67		
Pedome	238	142	207	69	
Portela					
Pousada de Saramagos	370	84	292		
Requião	464	307	288		
Riba de Ave			298		1162
Ribeirão	313	1.137	761		
Ruivões	497	63	298		
Seide (S. Miguel)		142	124		119
Seide (S. Paio)					
Sezures	94	95	85		
Telhado	139	374	157		
Vale (S. Cosme)	273	325	450		
Vale (S. Martinho)	100	186	283		
Vermoim	428	220	275		
Vila Nova de Famalicão	468	576	631	271	
Vilarinho das Cambas	205	84	125		

Bibliografia

- Capela, José Viriato; Nunes, Henrique Barreto, (2014) – Os democratas de Braga: testemunhos e evocações, Org. de Artur Sá da Costa, Vila Nova de Famalicão : Húmus e Universidade do Minho.
- Costa, Artur Sá da (2015) – A Revolução do 25 de Abril de 1974 e as Autarquias Locais. In Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed. Lit.) – *As portas da História: Vila Nova de Famalicão: 1836-2015*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2015. Vol. 2. p. 12-75.
- Espírito Santo, M.; Sá da Costa, A. (2004), O ano em que nasceu Abril: 1974, Colab. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia: Ausência.
- Lopes, Filipa Sousa (2009) – Momentos da Oposição em Famalicão (1959-1973), II parte. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu Bernardino Machado.

Fontes

- Arquivo Municipal Alberto Sampaio – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Câmara Municipal de Guimarães
- Arquivo pessoal de Artur Sá da Costa
- Associação 25 Abril 1974 – [Em linha]. [Consult. 12. Jan. 2024]. Disponível em WWW:URL:<https://a25abril.pt/>>.
- Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco – Biblioteca Digital da Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão [Em linha]. Vila Nova de Famalicão: Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 2016 – . [Consult. 20. Nov. 2023]. Disponível em WWW:URL:<https://famalicaopub.bibliopolis.info/OPAC/search/results?p=B50A57AD-D734-4C8F-B916-6A7A0646860A>>.
- Centro de Documentação 25 de Abril – [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra. [Consult. 20. Jan. 2024]. Disponível em WWW:URL:<https://www.cd25a.uc.pt/pt>>.
- “Dos Veteranos de Guerra de Ultramar”, disponível em https://ultramar.terraweb.biz/index_MortosGuerraUltramar_Portugal.htm#letra_V.
- Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira [Em linha]. [Consult. 12. Jan. 2024]. Disponível em WWW:URL:<https://ephemerajpp.com/>>.
- Famalicão ID – Gabinete de Património Cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – <https://www.famalicaooid.org/>
- Museu da Guerra Colonial
- RTP Memória

02. Memória e futuro - Comemorações Municipais 50 Anos 25 de Abril de 1974

→ Arminda Ferreira
Luís Alberto Alves
Pedro Oliveira

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marca o início da vida democrática em Portugal. Em 2024, comemoramos meio século de um caminho preenchido com grandes transformações políticas, económicas, sociais, educativas e culturais que alteraram a nossa identidade nacional e a forma como Portugal era visto no contexto internacional.

Como bem assinala Maria Inácia Rezola, “a distância de cinco décadas confere [ao 25 de Abril] o inegável estatuto de objeto histórico, passível de análises cada vez mais distanciadas e plurais, como o atesta a profusão de publicações e de estudos sobre a Revolução Portuguesa”¹.

O programa comemorativo a nível nacional teve “início em março de 2022 – quando a democracia portuguesa passou a contar com mais dias do que os que teve a ditadura – e terminam no final de 2026 – ano em que se cumprem cinco décadas sobre um ciclo fulcral para a consolidação democrática: a aprovação da Constituição, a formação do I Governo Constitucional, na sequência das eleições legislativas, a eleição do Presidente da República, a realização de eleições regionais nos Açores e na Madeira e, finalmente, de eleições autárquicas”².

As autarquias constituem, neste contexto mais global, parceiros essenciais de desmultiplicação destes objetivos a nível mais local, sabendo-se de

1 REZOLA, Maria Inácia (2022). Definindo o poder político-militar (do 25 de Abril ao 11 de Março). Lisboa, Tinta da China, p. 44.

2 <https://50anos25abril.pt/programa/>

antemão, que cada localidade retém clara e através de protagonistas ainda vivos, “estórias” particulares que transformaram a pacatez podre de um regime anquilosado, por momentos de alegria coletiva que importa partilhar com os mais novos. Pela riqueza de protagonistas e pela importância há muito atribuída à Educação e Cultura (ver por exemplo as iniciativas do programa “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”) a autarquia não podia alhear-se do seu contributo neste desígnio nacional.

As Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril no concelho de Vila Nova de Famalicão desenvolveram-se em torno de dois eixos estruturantes: a **Memória** e o **Futuro**.

Estes dois eixos estruturantes – Memória e Futuro – refletem uma abordagem significativa e complementar. Por um lado, a Memória garante que os valores da Revolução dos Cravos – liberdade, democracia e participação cívica – fossem lembrados e transmitidos às novas gerações. A recordação dos acontecimentos e das figuras históricas associadas à revolução de 25 de Abril de 1974 permite compreender a importância desta data na construção da identidade local e nacional. Por outro lado, ao atribuir ênfase ao Futuro pretendeu-se incutir que as celebrações não se limitaram à recordação do passado, mas também procuraram projetar os ideais de Abril na sociedade atual e futura. Este eixo apontou para a necessidade de refletir sobre os desafios contemporâneos da democracia e do envolvimento cívico, incentivando os mais jovens e a comunidade local a assumirem um papel ativo na consolidação dos valores democráticos.

Ao adotar esta dupla perspetiva, o município de Vila Nova de Famalicão, através do projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo” garantiu que as comemorações não fossem meramente simbólicas, mas sim um espaço de reflexão e projeção dos princípios democráticos para as gerações futuras.

Em Vila Nova de Famalicão pretendeu-se assinalar este importante momento da fundação da nossa democracia com uma programação que procurasse chegar a diferentes públicos e grupos etários, embora de uma forma particular aos jovens, tendo como objetivo capacitá-los para uma participação mais ativa na vida democrática. Neste sentido, foi constituída uma Comissão de Honra e uma Comissão Científica Municipal com a missão de preparar e apoiar atividades para todo o tipo de público.

A Comissão de Honra Municipal foi constituída por:

- Mário de Sousa Passos – Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- João Nuno Lacerda Teixeira de Melo – Presidente da Assembleia Municipal
- Agostinho Peixoto Fernandes – Ex-presidente da CMVNF
- Armindo Borges Alves da Costa – Ex-presidente da CMVNF
- Paulo Alexandre Matos Cunha – Ex-presidente da CMVNF
- António Cândido Macedo de Oliveira
- António José Salvador Coutinho

- António Macedo Varela
- Artur Augusto Sá da Costa
- Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes
- Durval António da Fonseca e Castro Ferreira
- Jerónimo Silva Pereira
- Joaquim da Silva Loureiro
- José Luís Bacelar Ferreira
- José Sá Duarte
- Manuel Afonso de Almeida Pinto
- Maria Margarida Braga Malvar
- Mário da Costa Martins
- Virgílio de Oliveira Carneiro

e a Comissão Científica Municipal englobou:

- Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira (CMVNF)
- Pedro Manuel Oliveira (CMVNF)
- Luís Alberto Alves (CITCEM/FLUP)
- Artur Augusto Sá da Costa
- José Manuel Lages (Coordenador Científico do Museu da Guerra Colonial)
- José Manuel Lopes Cordeiro (UM/ Diretor Científico do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave)

As duas comissões reuniram a 4 de dezembro de 2023, no Salão Nobre da Assembleia Municipal dos Paços do Concelho, debruçando-se sobre sugestões de propostas de atividades direcionadas para os diferentes públicos e partindo para uma planificação e calendarização das Comemorações Municipais dos 50 Anos do 25 de Abril.

Cláudia Ninhos, do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa (FCSH) e Miguel Barros, da Associação de Professores de História (APH) estiveram presentes nesta sessão de reflexão partilhando a sua larga experiência para as atividades em contexto de escolar e Aurora Marques do Centro de Formação de Associação de Escolas de Vila Nova de Famalicão para se articular a formação de professores com as atividades de desenvolver para o público escolar.

Foi objetivo central do programa de Comemorações Municipais dos 50 Anos de Abril de 1974 que os estudantes do concelho, do pré-escolar ao ensino secundário, participassem, pelo menos numa atividade pedagógica que os informasse sobre o significado nacional e local da data histórica, pois, muito dos jovens de hoje, são filhos de pais que nasceram já depois de 1974. São, portanto, membros de duas gerações que só conheceram o país livre. Urgiu, pois, lembrar-lhes que, se vivessem em Portugal há 50 anos, estariam proibidos, por exemplo de debater ideias, discordar ou, simplesmente reunir-se, conquistas que hoje temos como garantidas e naturalizadas. Neste sentido, houve a



Fig. 1 Reunião de preparação das Comemorações Municipais dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974, no Salão Nobre da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, no dia 4 de dezembro de 2024.

preocupação de os aproximar e os envolver nas Comemorações, suscitando-lhes a curiosidade e o interesse para melhor entenderem o que aconteceu e as consequências desse momento histórico.

Neste contexto, apesar das Comemorações do Município de Famalicão terem um programa amplo e abrangente, incidiram significativamente em atividades dirigidas aos jovens.

Procurando também naturalizar o mais possível estas comemorações, aproveitou-se a dinâmica e o contexto que a experiência e o conteúdo do projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo” tem vindo a coordenar e dinamizar, ao apostar na riqueza da História Local para, a partir das aprendizagens essenciais e do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO,) fortalecer a conexão entre a Educação Formal e Informal nas escolas do concelho, e a partir de sugestões temáticas dos próprios estudantes, promover a participação nas planificações e na concretização das ações, e despertando a sua curiosidade e aquisição de conhecimentos e competências que sustentem um verdadeiro espírito crítico.

Em articulação com a “Comissão Nacional das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974”, a Associação de Professores de História (APH), e as universidades e centros de investigação parceiros do projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo” – CITCEM/FLUP; IHC/NOVA de Lisboa; LER-Universidade de Paris 8; UM – foram sugeridas atividades e em articulação com as escolas do concelho, planificando atividades de forma a responder aos desafios colocados pelos próprios jovens através dos seus professores. “Planificar com...” foi um desafio construtivo onde a partilha dos saberes, experiências e conhecimentos, a partir dos sujeitos, contribuíram, através de múltiplas ferramentas pedagógicas, para que os estudantes interiorizassem e modificassem o seu modo de estar, de pensar e de agir, contribuindo, desse modo, para a formação de indivíduos responsáveis, reflexivos, ativos e com espírito crítico.

Neste contexto, foram disponibilizados aos estudantes e professores, através da página do projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo”,

recursos educativos de apoio ao desenvolvimento de aprendizagens essenciais e foram organizadas atividades pedagógicas, em articulação com as escolas do concelho, dando resposta às solicitações do público escolar.

As Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974 iniciaram com o **Colóquio “De Famacião para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famacião”**, nos dias 10 e 11 de novembro de 2023, no auditório da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, e com a inauguração da exposição de fotografia “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, da autoria de Alfredo Cunha. Esta exposição esteve patente no Mercado Municipal até 30 de maio de 2024, fazendo parte do programa do Colóquio. Fez parte da coordenação científica deste evento Arminda Ferreira (CMVNF), Luís Alberto Alves (CITCEM/FLUP), Cláudia Ninhos (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST e Fundação Aristides de Sousa Mendes), Cristina Clímaco (LER – Universidade Paris 8), José Lopes Cordeiro (Universidade do Minho), Miguel Barros (Associação de Professores de História) e Aurora Marques (Centro de Formação de Associação de Escolas de Vila Nova de Famacião).



Fig. 2 Cartaz e programa do Colóquio “De Famacião para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famacião”.

O colóquio foi acreditado com 15 horas de formação para os grupos disciplinares: 200, 210, 220, 240, 290, 300, 400, 410, 420, 530, 600, prof. Bibliotecário, e aberto aos técnicos do município e público em geral. Neste colóquio, foram apresentadas comunicações e realizadas reflexões sobre o cinquentenário da Revolução de Abril.

A conferência de abertura do colóquio foi proferida pelo professor catedrático Fernando Rosas³, do IHC – FCSH/NOVA de Lisboa, que abordou e elucidou

³ Historiador. Professor Emérito da Universidade Nova de Lisboa. Professor Catedrático jubilado de História Contemporânea da FCSH/NOVA. Investigador do Instituto de História Contemporânea da FCSH/NOVA. Coordenador do projeto de investigação FCT “Portuguese inmates in nazi concentration camps”. Autor de variada bibliografia sobre a História do Século XX na Europa e sobre História da I República e do Estado Novo em Portugal. Obras mais recentes: *Direitas Velhas, Direitas Novas. Ensaio histórico sobre a extrema-direita no pós-Segunda Guerra Mundial*. Lisboa, Tinta da China, 2024; *Ensaio de Abril*. Lisboa, Tinta da China, 2023;

os presentes sobre os acontecimentos históricos ocorridos antes, durante e depois da Revolução de Abril de 1974, elucidando cinco questões importantes: O papel das gerações estudantis na transição dos anos 60 para os anos 70 na criação de um ambiente político que ajudou a rececionar o movimento militar do 25 de Abril de 1974; Como é que se dá em Portugal e na Europa a questão inédita, em termos históricos, de um golpe militar que se transforma num processo revolucionário, ou seja, de um Golpe Militar para uma Revolução; “Qual a matriz da democracia portuguesa? Sai da revolução ou sai da oposição à revolução?”; “Como termina a Revolução ou o processo revolucionário? Qual é o mecanismo histórico que determina a sua contenção?”⁴.



Fig. 3 Abertura do Colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”, com o professor doutor Fernando Rosas, no auditório da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

A famalicense Filipa Sousa Lopes⁵, historiadora e investigadora do IHC-FCSH – Nova de Lisboa, apresentou a comunicação “A Oposição Democrática” dando a conhecer factos históricos locais e nacionais, revigorando as memórias de muitos dos presentes na sala do auditório. Em Famalicão, segundo a investigadora, foi “a partir de 1945 que a Oposição de Famalicão se organizou e formou a Comissão Concelhia do Movimento de Unidade Democrática participando, deste modo, na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional. Apesar da desistência da ida às urnas, a Oposição nunca mais iria parar, conseguindo abalar as estruturas de Regime nas eleições Presidenciais de 1958”⁶.

Os Portugueses no Sistema Concentracionário da Alemanha Nazi, Imprensa Nacional, 2021; e coordenador e coautor de O Século XX Português, Tinta da China, 2020.

4 Transcrição da conferência disponível na versão integral, consultar em https://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

5 Filipa Sousa Lopes. Docente de História do ensino básico e secundário; doutorada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese sobre “As vozes da oposição ao Estado Novo e a questão de Goa (1950-1961)”. Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, pela Universidade do Minho, com a dissertação “A Oposição à Ditadura no concelho de Vila Nova de Famalicão”. Como investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa desenvolve pesquisas na área do Estado Novo, oposições bem como descolonização e lutas de libertação.

6 Resumo apresentado e distribuído aos participantes no colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.

A Mesa Redonda “Marcas da Revolução em Famalicão” do colóquio contou com os convidados locais e que de forma direta e/ou indiretamente estiveram envolvidos e vivenciaram os acontecimentos históricos da revolução de Abril de 1974 – Margarida Malvar⁷, Artur Sá da Costa⁸, Mário Martins⁹, Durval

7 Nasceu na freguesia de Gavião, Vila Nova de Famalicão, a 17 de maio de 1944, onde atualmente (2025) vive. Foi uma das raras mulheres candidatas da Oposição Democrática a eleições, durante os 48 anos de fascismo. Começou cedo a confrontar-se com o fascismo. Em 1958, com apenas 14 anos, foi escolhida para entregar ao general Humberto Delgado a coroa de flores que aquele oficial general iria depor no monumento aos mortos da Grande Guerra, na sua passagem por Famalicão, quando candidato à Presidência da República. A cerimónia não chegaria a realizar-se, devido à intervenção das autoridades. Quando estudante no Porto, fez parte do movimento pró-associação do seu liceu e, no último ano liceal, em Braga, fundou o movimento pró-associação do Liceu Nacional de Braga. Ainda estudante liceal fundou, com alguns colegas, um grupo de redação no Porto, para colaboração na página «República Juvenil», do diário lisboeta «República». Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, que ainda frequentava (no último ano do curso) quando se candidatou a deputada.

Em 1969 participou no II Congresso da Oposição (Aveiro) com uma intervenção que, então, mereceu grande destaque na primeira página dos jornais *Diário de Lisboa* e *Capital*. Antes do 25 de Abril, esteve ligada ao DP-CDE e foi candidata da CDE, pelo distrito de Braga, nas eleições de 1969. Entre 1982 e 2004, foi militante do PCP e participou em atividades do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas. Em 1982, substituiu, na vereação da Câmara Municipal de Famalicão, o eng. António Pinheiro Braga e, no ano seguinte, foi candidata à mesma Câmara pelas listas da APU, coligação pela qual veio a ser vereadora e deputada municipal. Como advogada, foi presidente da delegação concelhia da Ordem dos Advogados entre 1990 e 1992, fez parte dos júris das provas de aferição de acesso à profissão e foi eleita para o Primeiro Conselho de Deontologia do Porto no triénio 2001-2003. Tem participado em iniciativas relacionadas com a memória da Resistência, nomeadamente intervindo em conferências e mesas redondas, como aconteceu nas comemorações do 40º aniversário das Eleições Legislativas de 1969 – as primeiras realizadas após a saída de António de Oliveira Salazar da Presidência do Conselho e que marcaram a era marcelista do Estado Novo – uma iniciativa do Museu Bernardino Machado (Vila Nova de Famalicão), que reuniu destacados membros da Oposição Democrática, protagonistas desse ato, com o objetivo de ouvir testemunhos, em diálogo com jovens. Foi advogada em Vila Nova de Famalicão. Como advogada, foi presidente da delegação concelhia da Ordem dos Advogados, entre 1990 e 1992; fez parte dos júris das provas de aferição de acesso à profissão e foi eleita para o Primeiro Conselho de Deontologia do Porto no triénio 2001-2003. Em 2014 foi homenageada na Assembleia da República, com todos os advogados dos presos políticos na Ditadura, numa iniciativa do Movimento Não Apaguem a Memória. Recentemente, a 1 de dezembro de 2022, a Associação Cívica Famalicense – A Casa da Memória Viva, em Vila Nova de Famalicão, prestou-lhe homenagem pública na Casa das Artes, onde juntou a família, colegas e amigos de todas as partes.

8 Natural de Vila Nova de Famalicão, nasceu em 1944. Licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, com uma pós-graduação em Gestão Cultural pelo ESMAE. Foi Delegado do Procurador da República, Deputado Municipal, Deputado à Assembleia da República e dirigente sindical. Exerceu funções de Diretor do Departamento de Cultura do Município de Vila Nova de Famalicão (1987-2021). Integrou a Comissão Instaladora dos Museus Bernardino Machado, Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, Casa-Museu Soledade Malvar, Arte Sacra. Publicou vários estudos sobre história política (entre outros “Momentos de Resiliência”, em 2000; “A Revolução do 25 de Abril nas Autarquias Locais: concelho de Vila Nova de Famalicão”, em 2005). Cultura local (“Equipamentos Culturais: prioridade de uma geração”, em 2000; “Livro Municipal, o mal-amado das políticas culturais, em 2007” e “Museus de Famalicão – justificar-se-á a criação de uma rede”, em 2012); e regional (“A tertúlia do Ave”, 2008 e “Município e Associativismo”, em 2010). Coordenou várias obras coletivas, como a “História de Vila Nova de Famalicão” (2005). Dirigiu a “Biblioteca 8 Séculos”, edições Quasi. Foi coordenador editorial do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, de 1988 a 2019.

9 É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor aposentado das disciplinas de História e Português. Foi Chefe de Divisão da Educação e Ação

Ferreira¹⁰, Correia Araújo¹¹, Mário Martins¹², e José Agostinho Pereira¹³ que mode-

- Social em 1987 e Diretor de Serviços (adjunto do presidente), na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na Presidência de Agostinho Fernandes, em 1997. Em 2009 e 2010, desempenhou o cargo de Diretor do Centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão. Em 2001 e 2005, foi vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, primeiro eleito pelo MAF (Movimento Agostinho Fernandes) e depois pelo PS, em 2005.
- 10 Durval Ferreira nasceu em Mogege em 1937. É licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra (1959); frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Colónia (Alemanha) em 1961/1962. É advogado em Vila Nova de Famalicão, desde 1962. Autor de diversos livros jurídicos e publicações em revistas de direito: “O Mandato Civil e Comercial” (editora Almedina), em 1968 e “O Dano da Perda de Chance e Posse e Usucapião”, apresentados, respetivamente, em 2022, as 3ª e 5ª edições destas duas últimas obras (editora, Vida Económica-Porto). É filiado no CDS. Foi Vereador da Cultura na 1ª Câmara eleita após o 25 de Abril. Antes do 25 de Abril, participou ativamente em movimentos de democracia liberal. Apoiou o CEUD (Mário Soares), nas últimas eleições para a Assembleia da República, antes do 25 de Abril.
- 11 Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Sócio da sociedade de advogados «Correia Araújo & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.», desde outubro de 1979. É advogado inscrito na Ordem dos advogados, exercendo advocacia em prática individual. Desempenhou cargos autárquicos de 1985 a 1989 como Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; de 1994 a 2012 foi deputado da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão (em permanência). A nível político desempenhou, em vários mandatos, cargos partidários de Vogal e Vice-Presidente da Comissão Política local do PSD; Delegado da secção do PSD à Assembleia Distrital do PSD do distrito de Braga; Vogal da Comissão Política Distrital de Braga do PSD entre 1983/1989; Presidente do Conselho de Jurisdição do PSD do Distrito de Braga entre 1989 e 1993. Desempenhou cargos exercidos em Instituições Públicas e Sociais e em órgãos sociais de sociedades comerciais.
- 12 Nasceu em 1951, em Arnoso Santa Eulália, e “por lá me fiz adolescente, jovem e homem. Da minha infância, guardo na memória as longas jornadas da escola primária, para onde iam muitas vezes descalços e com frio, a professora Beatriz, tirana e hostil para as crianças que nunca fomos, os dias sem fim a guardar ovelhas e bois que pastavam nos montes”. No fim da “instrução primária”, fui para o seminário, a “via de recurso” para quem não tinha “posses” para estudar no ensino oficial. Por lá andei cinco anos, dois em Viana do Castelo e três em Braga, nos seminários da Congregação do Espírito Santo. Foram tempos felizes: rezava-se muito, estudava-se muito, jogava-se muito “à bola” e havia boa comida! Com muitos sacrifícios dos meus pais, “fiz” o 7º ano (hoje 12º), no Liceu Sá de Miranda, em Braga. No fim deste “ciclo”, fui operário na Grundig, em Ferreiros, também no Concelho de Braga, durante um ano. Entretanto, com uma bolsa de estudo da Fundação Gulbenkian, entrei na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ao fim de três anos, em janeiro de 74, fui para a “tropa”, primeiro em Mafra, depois em Lamego, nos “comandos”. Eu era pequenino e franzino, mas os campos e os montes de Arnoso Santa Eulália tinham-me feito forte, ágil e robusto! Depois fui professor, a minha profissão, carreira que foi acontecendo, enquanto completava a licenciatura, interrompida pela “tropa”. Braga, Bombarral, Vila Flor, Fafe e Vila Nova de Famalicão foram itinerários desta carreira. Fui Chefe de Divisão da Educação e Ação Social e Diretor de Serviços (adjunto do presidente), na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na Presidência de Agostinho Fernandes, “no tempo em que tudo aconteceu”. Fui também Diretor do Centro de Emprego, num tempo difícil, em que a “casa” estava sempre cheia de desempregados, e vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, primeiro eleito pelo MAF (Movimento Agostinho Fernandes) e depois pelo PS. Ajudei a criar várias associações e hoje sou Presidente da Direção da Associação Gerações, uma associação que nunca parou no tempo e que todos os dias cria e inova. Sou também bom marido, pai e avô. A vida já vai longa, mas continua a trazer com ela a necessidade de pensar, construir e fazer”. Fonte: resumo apresentado e distribuído aos participantes no colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.
- 13 Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa assume atualmente o cargo de Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. É, desde 2012, responsável pela direção da comunicação do Município de Vila Nova de Famalicão, tendo sido até à presente data editor de várias publicações municipais (Boletim Municipal e Agenda Cultural). É coautor do livro “As Portas da História de Vila Nova de Famalicão”.



Fig. 4 A Mesa Redonda: “Marcas da Revolução em Famalicão”. Da direita para a esquerda: Correia Araújo, Artur Sá da Costa, Margarida Malvar, José Agostinho Pereira, Mário Martins, Durval Ferreira. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

rou os trabalhos da mesa.¹⁴

O segundo dia do Encontro iniciou com a comunicação de Cristina Clímaco¹⁵, da Universidade Paris 8 – LER, com a comunicação intitulada de “O Club dos jovens trabalhadores portugueses de Paris e as ações de politização da emigração económica”. Cristina Clímaco explicou que “Fundado em abril de 1969, a partir da nebulosa que gravita à volta da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular, mas ativo apenas a partir de agosto de 1970, os fins do CJTPP são a politização da emigração económica e a elevação do seu nível cultural. Para isso dota-se de um jornal, “O Salto”, que será o seu principal meio de ação, através do qual procura sensibilizar a comunidade para as causas da emigração e seus problemas específicos, assim como promover ações culturais, tendo sido os Jogos Florais a iniciativa de maior projeção. A partir de uma perspetiva transnacional da emigração portuguesa, é fundado em 1972, o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE), em fevereiro de 1972, que visava ser uma estrutura federativa e um instrumento para a unidade da emigração portuguesa nos vários países da Europa ocidental. O MTPE reúne uma dezena de associações em França, em particular na região parisiense, na Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha. Iniciativa do PCP-ml para a penetração na emigração económica, o CJTPP e “O Salto” são instrumentos de mobilização e de organização da numerosa colónia emigrada em França em favor da luta contra o Estado Novo e da guerra colonial. O trabalho político é

¹⁴ Para saber mais consultar gravação do colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”, em https://www.famaliaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

¹⁵ Cristina Clímaco é *Maître de conférences* na Universidade de Paris 8 Vincennes Saint-Denis, investigadora integrada do Laboratoire d’Études Romanes/Pari 8 e investigadora integrada do HIC e do CEIS2O. Tem trabalho na área do exílio e emigração nos anos 20 e 30, e das relações luso-francesas. De entre as obras publicadas destacam-se *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, Lisboa, Colibri, 2017 e *Les Portugais et la guerre d’Espagne. Engagement militant, solidarités et mémoires*, Paris, Riveneuve/CERMI, 2021.

feito a coberto do pendor antifascista da luta, sem ligação específica a uma corrente política. No entanto, das entrelinhas emana a tónica maoísta, meio de comungar com militantes e simpatizantes. A campanha contra as circulares Marcellin-Fontanet assume particular dinamismo, constituindo o momento de maior aproximação à vertente económica da emigração portuguesa. Fundado por um grupo de estudantes exilados, o CJTPP tem uma implantação muito reduzida no seio da emigração, apesar de reivindicado pelo jornal. As divergências internas atravessam a vida do CJTPP e de “O Salto”, vindo a revolução do 25 de Abril esvaziar os meios do exílio. A emigração económica fica órfã do exílio, o que cria oportunidades para a emergência de novas militâncias, doravante centradas, na intenção e na ação, nos problemas específicos dos trabalhadores portugueses”¹⁶.

Marta Martins Silva¹⁷ apresentou a comunicação sobre “As Madrinhas de Guerra, a correspondência dos soldados portugueses durante a guerra do ultramar”. Segundo a autora a “chegada do correio era o momento mais aguardado pelos militares que combatiam na Guerra Colonial. Em Angola, na Guiné e em Moçambique, milhares de rapazes portugueses viveram o inferno na terra, e as cartas que recebiam da metrópole eram o conforto que precisavam para se sentirem mais perto de casa. Muitas destas cartas eram escritas por mulheres que eles não conheciam, mas que aceitaram o repto do Movimento Nacional Feminino para se corresponderem com os militares e lhes oferecerem um ombro amigo durante a comissão em África: palavras de alento que deram, em muitos casos, lugar a declarações apaixonadas que chegaram ao altar. Procurou responder à questão sobre quem eram estas Mulheres que a História esqueceu e que papel desempenharam na vida dos homens que combatiam tão longe de casa numa guerra que provocou 10 mil mortos nos anos sessenta e setenta do século passado”¹⁸.

“O movimento operário e popular na Bacia do Ave no imediato pós-25 de Abril”, comunicação apresentada por José Lopes Cordeiro¹⁹, do Centro

16 Resumo apresentado e distribuído aos participantes no colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.

17 Nasceu em Aveiro, em 1984. Licenciou-se em Jornalismo e Ciências da Comunicação, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é mestranda em História Moderna e Contemporânea no ISCTE (2024) e trabalha desde 2007 na revista *Domingo*, do “Correio da Manhã”. Fascinada pelas histórias dos outros e pela História do país, escreveu dois livros sobre a correspondência durante a guerra colonial, “Madrinhas de Guerra” (2020) e “Cartas de Amor e de Dor” (2021) e, mais recentemente, “Retornados – E a vida nunca mais foi a mesma” (2023), uma forma de dar voz a milhares de portugueses que no pós 25 de Abril foram obrigados a começar de novo.

18 Resumo apresentado e distribuído aos participantes no colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.

19 Licenciado e doutorado em História Contemporânea pela Universidade do Minho, onde exerce funções docentes. É Coordenador Científico do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, situado em Famalicão, membro do Board do “TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage”, organismo consultor da UNESCO/ICOMOS para o património industrial, e presidente da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial. É também diretor da série monográfica Arqueologia Industrial. É o Comissário da

Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA da Universidade do Minho. Com esta comunicação procurou efetuar, por um lado, uma resenha das principais greves e conflitos laborais que se desencadearam na Bacia do Ave nos meses que se sucederam ao 25 de Abril de 1974 e, por outro, caracterizar a natureza destas movimentações, no que diz respeito aos seus objetivos e processos de luta, enquadrando-os na situação política que então se vivia em Portugal.

Fizeram parte do painel “Pensamento de professores e narrativas de alunos sobre o 25 de Abril”, Marília Gago (UM)²⁰ e Ana Isabel Moreira²¹ (CITCEM/FLUP). Para Marília Gago “a Revolução dos Cravos marcou decisivamente a sociedade portuguesa que lhe atribui uma significância histórica relevante ao ponto de a considerar como um símbolo de identidade. O 25 de Abril é um marco histórico a atender na aprendizagem e ensino de História, não só para compreender o passado, mas para dar sentido ao presente e desenhar cenários futuros mediante as ações do presente. Neste sentido, considerou-se pertinente

Exposição “1820. Revolução Liberal do Porto” que esteve patente ao público na Casa do Infante, no Porto. Tem inúmeros artigos e livros publicados nas áreas do património e arqueologia industrial, assim como da história económica e política contemporânea.

20 Doutora em Educação, Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais, pela Universidade do Minho, em 2007; mestre em Educação, Supervisão Pedagógica e Metodologia do ensino de História, pela Universidade do Minho, em 2001; e licenciada em História e Ciências Sociais (ensino de), pela Universidade do Minho, em 1998. É professora auxiliar convidada na Universidade do Minho no Mestrado Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, no âmbito de Metodologia do Ensino de História e Supervisão Pedagógica, e investigadora do CITCEM – Universidade do Porto, desde 2017. Investigadora no Projeto “RECEB – Reforma Curricular do Ensino Básico da Guiné-Bissau”, financiado pelo Global Partnership for Education, UNICEF, Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade do Minho; e no projeto “Avaliação do ensino e aprendizagem de temas controversos da História: contribuição para o desenvolvimento educacional ou para a promoção das desigualdades em países emergentes” coordenado pela Prof. Doutora Maria Auxiliadora Schmidt, financiado pela CAPES – CNPq, Universidade Federal do Paraná-Brasil (LAPEDHU), como investigadora estrangeira. Foi investigadora auxiliar e investigadora em Pós-Doutoramento, entre 2002 e 2011 no âmbito dos projetos de investigação “Consciência histórica: teoria e práticas – Historical consciousness: theory and practices I e II”, coordenados pela Prof. Doutora Isabel Barca, projetos financiados pela Fundação para Ciência e a Tecnologia. Autora de várias publicações no âmbito da Formação de Professores e Educação Histórica, sendo autora e consultora de manuais escolares da Texto Editores (Grupo LeYa) desde 2011. Foi membro da Direção da Associação de Professores de História (2008-2010) e formadora em várias ações de formação contínua de professores (2002-atualidade), destacando-se a sua participação como Formadora na Oficina de Formação “Flexibilização, Integração e Autonomia Curricular”, promovida pela Direcção-Geral da Educação – Ministério da Educação.

21 Professora de Português e História e Geografia de Portugal (2.º ciclo) desde 2012, atualmente a desempenhar essa função numa instituição privada, no norte de Portugal. É, ainda, formadora de professores em formação contínua na área da Didática da História. Pertence ao CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória») como investigadora integrada, colaborando na organização de eventos e em projetos de investigação ligados à Educação Histórica. Licenciada em Educação Básica e Mestre em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, pela Escola Superior de Educação do Porto. Doutora em Educação (Didáticas Aplicadas; Educação Histórica), desde 2018, pela Universidade de Santiago de Compostela. Autora de comunicações e artigos diversos, alguns em coautoria, sobre temáticas como narrativas históricas, consciência histórica, práticas educativas, currículo, identidade profissional docente.

compreender como é que futuros professores de História e professores de História pensam o 25 de Abril de 1974 e que relevância lhe atribuem”²².

A comunicação de Ana Isabel Moreira – “Como (nos) contam a Revolução do 25 de Abril de 1974? (pelas) palavras de alunos e de professores...”, teve como intuito maior “contribuir para o debate sobre o papel do ensino e da aprendizagem da História na construção de uma sociedade cada vez mais complexa, vivida por sujeitos que são capazes de pensar sobre essa realidade onde têm de agir diariamente. A Revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal, foi tomada como ponto de partida, também porque temporalmente está muito próximo o seu quinquagésimo aniversário. Com foco na realidade educativa portuguesa, apresentaram-se os resultados preliminares de um estudo de caso que envolveu 44 alunos do 4.º e do 6.º anos de escolaridade; 7 professores do Ensino Básico (4 do 1.º ciclo e 3 de História do 3.º ciclo); e 7 futuros professores de História e Geografia de Portugal no 2.º ciclo do Ensino Básico. Se os primeiros, os estudantes, participaram com a redação de uma narrativa sobre aquele supracitado acontecimento histórico, os docentes (em exercício e em formação) responderam a uma única questão relacionada com a abordagem didática, em sala de aula, do mesmo facto, que é conteúdo de estudo previsto nos documentos curriculares em vigor para o Ensino Básico.

Pelas palavras de uns e de outros, conta-se um momento que enforma a identidade coletiva portuguesa, às vezes povoando o imaginário de símbolos e emoções. Mas tal como outros factos estudados na componente curricular de História/Ciências Sociais, se considerado numa lógica de desenvolvimento do pensamento histórico individual, poderá contribuir efetivamente para a subscrição, por cada um, do sentido de agência e cidadania fundamental para uma ação quotidiana consciente e democrática”²³.

João Faria²⁴, da Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, “25 de Abril, 50 anos: comemorar a Democracia, projetar o futuro...” encerrou apresentando sugestões de atividades propostas pela Comissão de forma a perpetuar as memórias da revolução de Abril de 1974.

22 Resumo apresentado e distribuído aos participantes no colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.

23 Resumo apresentado e distribuído aos participantes no colóquio “De Famalicão para o Mundo – O 25 de Abril de 1974: significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.

24 Licenciado em Economia pelo ISEG (1981) e Mestre em Planeamento Regional pela Universidade de Lisboa (1987). Quadro da Comissão Europeia (CE) desde 1989 nas áreas das técnicas de financiamento, relações com o Banco Europeu de Investimento e política regional. Integrou (2011-14) o Grupo de Apoio a Portugal da CE e foi o responsável (2014-21) pelo sector político da Representação da CE em Portugal. Foi Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2000-2003 e 2007-2011). Docente no ISEG nas cadeiras de Economia Política e História do Pensamento Económico (1982 a 1987) e Economia Portuguesa e Europeia (1998-99) e na Universidade Nova de Lisboa em “Políticas Europeias” e “Economia Europeia” (2009-11). Desde abril de 2023, Comissário Executivo Adjunto da Comissão para as Comemorações do Cinquentenário da Revolução do 25 de Abril de 1974.

O Colóquio terminou com a **inauguração da exposição fotográfica de Alfredo Cunha**²⁵ **“25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, na Praça Mercado de Famalicão**, com visita moderada pelo próprio fotógrafo e com a presença de Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, de ex-combatentes da Guerra Colonial e de todos aqueles que quiseram assinalar o momento da inauguração.



Fig. 5 Inauguração da exposição “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, de Alfredo Cunha, no Mercado Praça de Famalicão.

Todas as comunicações foram gravadas em suporte de vídeo, tal como tem acontecido desde 2018 com os Encontros e Colóquios organizados no âmbito do projeto educativo e cultural municipal, e alocadas na página do PEC “De Famalicão para o Mundo”, nos recursos educativos, de forma que o público escolar e o público em geral possa consultar, quer como “documento” educativo, quer como mera curiosidade.

A atividade **“Árvore da Liberdade”**, tem decorrido em todas as freguesias do concelho de forma que os 50 Anos do 25 de Abril de 1974 sejam assinalados em locais públicos e se deixe uma marca “viva” das comemorações.

25 A sua carreira profissional principiou em 1970, ligada inicialmente à publicidade e fotografia comercial. Foi colaborador do jornal “Notícias da Amadora” (1971), integrando depois os quadros do jornal “O Século” e da sua revista “O Século Ilustrado”, de Lisboa, em 1972. Destacou-se como fotógrafo da revolução de 25 de Abril de 1974, captando algumas das imagens mais memoráveis do acontecimento. Também documentaria imagens da Descolonização, com a chegada dos “retornados” a Lisboa, em 1975. Trabalhou depois para a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), a partir de 1977, a Notícias de Portugal, a partir de 1982, e para a Agência LUSA, resultante da fusão das anteriores, desde 1987. Foi também o fotógrafo oficial do Presidente da República, general António Ramalho Eanes, de 1976 a 1978, como seria depois do seu sucessor, Mário Soares, de 1986 a 1996. A 13 de fevereiro de 1996, foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. É autor das famosas séries fotográficas dedicadas ao 25 de Abril de 1974 e à descolonização portuguesa, entre outras. Já publicou dezenas de livros de fotografia e apresentou dezenas de exposições tendo recebido vários prémios e distinções pelo seu trabalho.



Fig. 6 “Árvore da Liberdade” – Plantação de um carvalho, planta autóctone do território, nos jardins dos Paços do Concelho pelo presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Mário Passos, e colocação de uma placa comemorativa com a presença da Comissão de Honra e Comissão Científica das Comemorações Municipais dos 50 Anos 25 de Abril de 1974 e de alunos do 9.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas de Terras do Ave.

A exposição “De Famalicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão” foi inaugurada a 16 de março de 2024, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão, e teve o apoio da Comissão Nacional das “Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974”. A exposição foi produzida por uma comissão científica local e de âmbito nacional, constituída por Arminda Ferreira (CMVNF), Artur Sá da Costa, Luís Alberto Alves (CITCEM/FLUP), Cláudia Ninhos (IHC-NOVA da FCSH de Lisboa e Museu Aristides Sousa Mendes), José Manuel Lopes Cordeiro (UM e MITBA), José Manuel Lages (MGC), Miguel Barros (APH), Hilário Pereira e Paula Costa (BMCCB).

As exposições desempenham um papel fundamental na difusão e disseminação do conhecimento científico, estimulando a curiosidade e o pensamento crítico, promovendo a colaboração e divulgando conhecimento, podendo ainda transformar-se num recurso de acesso a informação que pode posteriormente ser rentabilizada em contextos educativos. Pela acessibilidade ao grande público cumpre ainda um dever cívico e político democratizando informações atualizadas e significativas sobre diversos campos do saber, podendo ainda gerar iniciativas com impacto positivo no desenvolvimento económico, social e cultural²⁶. Foi a partir desta fundamentação que o grupo de trabalho da coordenação da exposição partiu para a análise das fontes disponíveis no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e para o Arquivo Municipal Alberto Sampaio.

26 Chelini, Maria-Júlia Estefânia; Lopes, Sônia Godoy Bueno de Carvalho (2009) – *Exposições em museus de ciências: reflexões e critérios para análise*, Universidade de São Paulo, Museu Paulista e Instituto de Biociências, Departamento de Zoologia, São Paulo, Brazil. Consultar em <https://doi.org/10.1590/S0101-47142008000200007>



Fig. 7 Inauguração da Exposição “De Famalicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”, patente na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Estiveram presentes na inauguração alunos do Agrupamento de Escolas D. Maria II e alunos do 4.º ano da Escola Básica Luís de Camões, do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Esta exposição retratava a Revolução de Abril de 1974, que instaurou a democracia em Portugal, através de recortes de imprensa, fotografias, documentos escritos, materiais iconográficos e vídeos. Organizada em oito painéis, estabeleceu uma ligação entre a história local de Famalicão e o contexto nacional, oferecendo uma perspetiva abrangente dos acontecimentos. Não se pretendeu retratar todos os acontecimentos históricos relacionados com este período da História, mas realizar uma mostra documental, em vários suportes, que desse a conhecer, principalmente aos mais novos, aos estudantes do concelho, este período da nossa História, e fizesse restituir a memória aos seniores que vivenciaram estes acontecimentos. A exposição esteve aberta a visitas, que podiam ser orientadas, para as escolas, conforme disponibilidade dos técnicos e agendamento prévio, de forma a estimular o desenvolvimento de projetos escolares relacionados com a temática. Teve também como objetivo levar à reflexão sobre a importância destes conteúdos para a consecução do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”²⁷; inserir a História Local num

²⁷ Consultar em <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>

contexto nacional e global²⁸; recordar os eventos de 1974, mas também educar as novas gerações sobre a importância desta data histórica.

A mostra documental após ter estado patente na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco passou a exposição itinerante no concelho. Esteve patente nas Piscinas Municipais de Ribeirão de forma a ser visitada pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Ribeirão, na Junta de Freguesia de São Simões de Novais, na Didáxis e no Agrupamento de Escolas de Gondifelos.

De forma a apoiar o trabalho dos docentes, quando da exposição passou a itinerante, foi elaborado um “peddy-papper” com questões sobre cada painel para que os alunos em trabalho individual ou em pequeno grupo pudessem explorar e conhecer os conteúdos deste período da História Local.



Fig. 8 Exposição itinerante “De Famalicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão” patente na Biblioteca escolar da Didáxis, em Riba de Ave.



Fig. 9 Exposição itinerante “De Famalicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão” patente no Agrupamento de Escolas de Gondifelos.

28 Ferreira, A.; Alves, L.; Barca, I (2019) – “De Famalicão para o Mundo”, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Consultar em https://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local



Fig. 10 Exposição itinerante “De Famicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – Significado de uma data histórica em Vila Nova de Famicão” patente nas piscinas municipais de Ribeirão de forma a dar apoio aos alunos do Agrupamento de Escolas de Ribeirão e informar a comunidade local.

O concurso municipal **“25 de Abril: 50 anos de liberdade e democracia – um conto, uma ilustração – De Famicão para o Mundo”**, no âmbito do programa educativo e cultural “De Famicão para o Mundo” procurou incentivar a articulação entre a História Local e a Nacional, a partir de vários objetivos educacionais e culturais: contribuir para a consciencialização da comunidade escolar sobre os valores da liberdade e da democracia; educar para a cidadania, direitos e liberdades, promovendo a partilha de conhecimentos, memórias e factos históricos; promover, juntos dos estudantes a reflexão sobre o “25 de Abril” e os valores que lhe estão associados; valorizar a memória coletiva e celebrar uma cultura humanista, de paz, liberdade, justiça, igualdade e democracia; incentivar a reflexão sobre a importância da História Local no contexto dos acontecimentos históricos nacionais; despertar nos alunos o sentido crítico, o espírito criativo, o sentido estético e liberdade de expressão, incentivando a participação social e cultural ativa na comunidade; promover a criação artística e literária.

Os trabalhos dos estudantes neste concurso – conto e/ou ilustração – foram consubstanciados no âmbito de projetos de escola/turma/disciplina ou de outros concursos promovidos por outras entidades a nível nacional. Neste sentido, foram construídas normas de participação possibilitando que todos os estudantes do concelho, do pré-escolar ao 12.º ano, pudessem envolver-se nas Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974.

Foram submetidos a concurso, no total, no 1.º escalão 25 trabalhos na modalidade de expressão plástica – Ilustração, sendo 13 individuais e 12 coletivos; no 2.º escalão, na modalidade de produção escrita – conto 18, sendo 3 individuais e 15 coletivos; na modalidade de expressão plástica – ilustração

44, sendo 35 individuais e 9 coletivos. No 3.º escalão concorreram na modalidade produção escrita-conto 15, sendo 9 individuais e 6 coletivos; na modalidade expressão plástica-ilustração 36, sendo 5 individuais e 31 coletivos. No 4.º escalão concorreram em produção escrita-conto 8 individuais, sem concorrentes coletivos e em expressão plástica-ilustração 18, sendo 17 individuais e 1 coletivo.

O júri avaliou todos os trabalhos concorrentes e distinguiu os seguintes:

1.º escalão – expressão plástica – Ilustração

- **Individual:** Lourenço Oliveira, 1.º ano – EB 1 Terras do Ave – Agrupamento de Escolas Terras do Ave;
- **Coletivo:** Mariana Pereira e Salvador Sousa, 1.º ano – Colégio Machado Ruivo.

2.º escalão – produção escrita – conto

- **Individual:** Matilde Nogueira Moreira, 5.º A, n. 20, Escola Básica do 2.º/3.º ciclo de Ribeirão – Agrupamento de Escolas de Ribeirão;
- **Coletivo:** Turma H2, EB1 de Oliveira de S. Mateus, Agrupamento de Escolas Terras do Ave.

2.º escalão – expressão plástica – Ilustração

- **Individual:** Francisca Martins Lima, 4.º ano, EB 1 de Joane, Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado;
- **Coletivo:** Turma 6.06, Escola Básica 1.º e 2.º Ciclos Dr. Nuno Simões – Agrupamento de Escolas D. Sancho I.

3.º escalão – produção escrita – conto

- **Individual:** Daniela Gomes Fernandes, 9.º B, n.º 6, Agrupamento de Escolas de Padre Benjamim Salgado;
- **Coletivo:** Turma 9.º 3, Agrupamento de Escolas de Gondifelos.

3.º escalão – expressão plástica – Ilustração

- **Individual:** Rúben Azevedo, 9.º F, Agrupamento de Escolas de Ribeirão;
- **Coletivo:** Diana Ventura e Leonor Martins, 9.º A, Agrupamento de Escolas Terras do Ave.

4.º escalão – produção escrita – conto

- **Individual:** Tiago Carvalho Barquero da Silva, 11.º J – Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco;
- **Coletivo:** sem trabalhos a concurso.

4.º escalão – expressão plástica – Ilustração

- **Individual:** Luís Martins, 11.º I, Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco;
- **Coletivo:** Turma 12.º 2, Didáxis.

Foram ainda distinguidos com **menção honrosa**:

- **Lourenço Alberto de Oliveira, 1.º ano**
Escola Básica Terras do Ave – Agrupamento de Escolas Terras do Ave
25 de Abril de 1974
Expressão Plástica – Ilustração Individual – 1.º escalão
Realizei uma composição com notícias de jornais da época e impressa em folha A4. Numa folha branca, desenhei, e pinte com lápis de cor, um soldado com um cravo e uma bandeira na mão. Recortei o desenho e cole na folha A4, com as notícias da época. O título e a palavra liberdade foram escritos com marcador.
- **Mariana Pereira e Salvador Sousa, 1.º ano**
Colégio Machado Ruivo
O Dia em que os Lápis Desistiram
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 1.º escalão
A obra literária "O Dia em que os Lápis Desistiram" foi o ponto de partida para a exploração do tema da censura, relacionando-o com o contexto histórico do 25 de Abril. Recursos visuais, como vídeos e imagens, enriqueceram a pesquisa, revelando aos alunos algumas restrições impostas na época, desde o simbolismo do "lápis azul" até à simples proibição de beber uma Coca-Cola. A ilustração apresentada promoveu uma reflexão sobre as conquistas alcançadas com a Revolução dos Cravos.
- **Francisca Martins Lima, 4.º ano**
Escola Básica de Joane – Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado
25 de Abril de 1974
Expressão Plástica – Ilustração Individual – 2.º escalão
O meu desenho mostra a felicidade que o dia 25 de Abril trouxe aos portugueses. Neste dia todos devemos ter um cravo vermelho, para demonstrar a alegria de sermos livres e vivermos em democracia e em paz. Em vez de armas que matam, devemos usar um cravo que é o símbolo de Abril, símbolo da liberdade.
- **Turma 6.06**
Escola Básica 1.º e 2.º Ciclos Dr. Nuno Simões – Agrupamento de Escolas D. Sancho I
Somos Abril
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 2.º escalão
A ilustração coletiva intitulada de "Somos Abril" inspirou-se nos acontecimentos desencadeados, ao nível da História Nacional e Local, pela Revolução de Abril de 1974. Os alunos procuraram expressar o simbolismo desta Revolução e a conquista dos direitos fundamentais retirados pelo Estado Novo.

- Rúben Azevedo, 9.º ano**
 Agrupamento de Escolas de Ribeirão
Lições de Abril
Expressão Plástica – Ilustração Individual – 3.º escalão
 Durante o processo de criação desta obra, inspirei-me em tudo o que foi conquistado pelos militares portugueses através da revolução dos cravos, tais como: a liberdade e o direito á educação como representei no meu trabalho, entre outros direitos conquistados pelos portugueses há 50 anos atrás.
- Diana Ventura e Leonor Martins, 9.º ano**
 Agrupamento de Escolas Terras do Ave
Obrigada capitães!
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 3.º escalão
 Um cidadão da atualidade agradece, através de um cravo, o trabalho árduo que um capitão de Abril empreendeu para, através da Revolução do dia 25 de Abril de 1974, nos devolver a democracia e a liberdade!.
- Luís Martins, 11.º ano**
 Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco
25 de Abril de 1974
Expressão Plástica – Ilustração Individual – 4.º escalão
 Utilizei o Surrealismo, simplificado, com linhas e pontos numa linguagem mais livre e abstrata sobre “25 de Abril de 1974”: no centro do desenho a representação da ideia de um cravo; nas duas bordas do desenho um verso da letra da música “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso; o fundo preto para dar destaque à ideia da flor, e vários elementos abstratos. Como material utilizei várias canetas pretas de várias espessuras, marcadores e aguarela em alguns detalhes.
- Turma 12.2 – Andreia Maria Mendes Pereira; Cátia Matilde Rodrigues da Silva; Maria Henrique Lopes Ferreira; Pedro Pereira Machado**
 Didáxis
A Revolução de Abril em Vila Nova de Famalicão
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 4.º escalão
 As mãos representam a dedicação e abnegação dos famalicenses que, durante décadas, lutaram contra a ditadura. Desta união, germina a cor da liberdade, que sentimos como uma dádiva. São palavras sobre a tela, pétalas que ganham vida com os nomes que não queremos esquecer, versos que eternizam o sabor da liberdade.
- Jardim de Infância Fonte Cova – Nine**
 Agrupamento de Escolas D. Maria II
Liberdade sem censura
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 1.º escalão

- **Jardim de Infância Fonte Cova – Nine**
Agrupamento de Escolas D. Maria II
As cores da liberdade
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 1.º escalão

- **3.º ano, turma C – Escola Básica de Arnoso**
Agrupamento de Escolas D. Maria II
Revolução de 25 de Abril de 1974, em Vila Nova de Famalicão
Expressão Plástica – Ilustração Coletiva – 1.º escalão

A elaboração do trabalho iniciou-se com uma pesquisa realizada na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão, no âmbito da Comemoração dos 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974. Foi solicitado, aos alunos, que entrevistassem familiares que vivenciaram momentos antes, durante e após a revolução, em Vila Nova de Famalicão. Nas aulas de Cidadania, a professora mostrou algumas fotos da intervenção dos militares portugueses na guerra do ultramar e apresentou alguns vídeos relacionados com os acontecimentos desta época, tais como: A revolução do 25 de Abril de 1974 em Vila Nova de Famalicão e outros a nível nacional. Optou-se pela elaboração do desenho do edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e respetivas personagens ilustres que marcaram o discurso perpetuado no dia 27 de Abril de 1974 na varanda do edifício da Câmara. Todos os alunos realizaram o esboço, mas apenas alguns foram selecionados para desenharem o edifício na base do trabalho final. Um grupo de alunos ficou incumbido de pesquisar e recortar fotos das pessoas que discursaram nesse dia, nos “Paços do Concelho” enquanto outro ficou encarregue da finalização estética do trabalho, a pintura. Para o esboço foram necessários os seguintes materiais: lápis grafite, borracha, papel cavalinho e visualização de fotos do edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Na pintura utilizaram tintas aguarela (Watercolor) e impressão de fotos, a preto e branco, de algumas ilustres personagens famalicenses que discursaram na varanda do edifício no dia 25 de Abril de 1974, tais como: Lino Lima, Margarida Malvar, Joaquim Loureiro, Salvador Coutinho, José Augusto Lopes... e Dr. Dinis D. Orey (Presidente da Câmara) que assistia ao discurso pela janela do edifício.

- **3.º ano – Escola Básica Sapugal, Fradelos**
Agrupamento de Escolas de Ribeirão
25 de Abril, 50 Anos de Liberdade e Democracia
Ilustração Coletiva – 1.º escalão

Somos um grupo de alunos do 1º ciclo da Escola Básica de SAPUGAL, em Fradelos e após um convite dos nossos professores e bastantes pesquisas...
Decidimos escolher Zeca Afonso e Salgueiro Maia para o nosso painel comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril porque eles são heróis da nossa História. O Zeca Afonso cantou músicas muito bonitas que nos fazem lembrar esse dia especial

em que Portugal ficou livre. Uma das músicas mais famosas dele é "Grândola, Vila Morena", que foi um sinal secreto para começar a revolução. Ele usou a sua voz para dar esperança ao povo.

O Salgueiro Maia foi um capitão muito corajoso que ajudou a liderar a revolução. Ele estava na Ponte 25 de Abril e foi muito importante para que tudo corresse bem. Nós achamos que ele é como um herói de banda desenhada, com muita força e coragem.

No nosso painel, usamos pontos e linhas para mostrar como eles estão ligados. Os pontos representam todas as pessoas que se juntaram para lutar pela liberdade, e as linhas mostram como o Zeca Afonso e o Salgueiro Maia nos uniram com as suas ações.

Espero que gostem do nosso painel e que ele ajude as pessoas a lembrarem-se sempre do 25 de Abril!

- **Luana Silva, 6.º B**

Agrupamento de Escolas D. Maria II

25 de Abril de 1974

Ilustração individual – 2.º escalão

Foi realizada uma primeira ilustração com recurso a lápis de cor e a pastel seco. Seguidamente, optei por experimentar outros materiais e técnicas com o mesmo desenho, neste caso, os lápis de cera e o guache. Apliquei o lápis de cera cobrindo toda a superfície da folha com várias cores e cobri tudo com guache preto opaco. Com um palito, desenhei, raspando o guache.

- **Inês Peteira Couto – 11.º ano, turma I**

Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado

O 25 de Abril de 1974

Ilustração individual – 4.º escalão

Na Ilustração foi realizado previamente um registo de algumas linhas aleatórias, sem nenhum sentido predefinido sobre uma folha de papel cavalinho A3. Posteriormente criei uma composição visual respeitando esses traços iniciais, mas procurando agora construir formas/figuras essencialmente figurativas que surgiram no meu imaginário e que, na totalidade da composição obedeceram à temática, sobre os "50 anos do 25 de Abril" dando assim ênfase à criação de algo surreal similar ao "cadáver esquisito". Na ilustração foi aplicada uma técnica mista de três materiais, a saber: lápis de cor, marcador e pastel seco. As cores mais predominantes remetem para as cores da Bandeira Nacional Portuguesa e pontualmente foram aplicadas outras cores que se coadunam com a paleta já referida.

A entrega dos prémios aos vencedores individuais ocorreu no dia 25 de abril de 2024, às 17h30, coincidindo com a inauguração da exposição na Galeria da Casa-Museu Soledade Malvar, enquanto os prémios dos trabalhos coletivos foram entregues posteriormente em contexto de sala de aula, pelo Vereador da Cultura, Pedro Oliveira.

Os trabalhos vencedores da modalidade de expressão artística – ilustração estiveram patentes numa exposição temporária – **“25 de Abril: 50 anos de liberdade e democracia: De Famacão para o Mundo”** – na Galeria da Casa-Museu Soledade Malvar, que inaugurou a 25 de abril de 2024 e esteve patente até ao dia 29 de maio.



Fig. 11 Exposição “25 de Abril de 1974: 50 anos de liberdade e democracia – um conto, uma ilustração – De Famacão para o Mundo”, na galeria da Casa Museu Soledade Malvar.

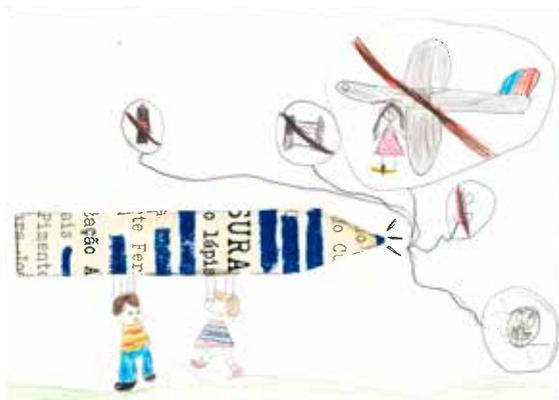


Fig. 12 “O Dia em que os Lápis Desistiram”. Trabalho vencedor do 1.º escalão – expressão plástica – Ilustração, trabalho coletivo: Mariana Pereira e Salvador Sousa, 1.º ano – Colégio Machado Ruivo. Na memória descritiva referem que “a obra literária *O Dia em que os Lápis Desistiram* foi o ponto de partida para a exploração do tema da censura, relacionando-o com o contexto histórico do 25 de Abril. Recursos visuais, como vídeos e imagens, enriqueceram a pesquisa, revelando aos alunos algumas restrições impostas na época, desde o simbolismo do ‘lápis azul’ até à simples proibição de beber uma Coca-Cola. A ilustração apresentada promoveu uma reflexão sobre as conquistas alcançadas com a Revolução dos Cravos”.



Fig. 13 “25 de Abril de 1974”, trabalho vencedor do 1.º escalão – expressão plástica – Ilustração, trabalho individual realizado por Lourenço Oliveira, 1.º ano – EB 1 Terras do Ave – Agrupamento de Escolas Terras do Ave. Na memória descritiva refere que “Realizei uma composição com notícias de jornais da época e impressa em folha A4. Numa folha branca, desenhei, e pintei com lápis de cor, um soldado com um cravo e uma bandeira na mão. Recortei o desenho e colei na folha A4, com as notícias da época. O título e a palavra liberdade foram escritos com marcador”.



Fig. 14 “25 de Abril de 1974”, trabalho vencedor do 2.º escalão – expressão plástica – Ilustração, trabalho Individual de Francisca Martins Lima, 4.º ano, EB 1 de Joane, Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado. Memória descritiva: O meu desenho mostra a felicidade que o dia 25 de Abril trouxe aos portugueses. *Neste dia todos devemos ter um cravo vermelho, para demonstrar a alegria de sermos livres e vivermos em democracia e em paz. Em vez de armas que matam, devemos usar um cravo que é o símbolo de Abril, símbolo da liberdade.*



Fig. 15 “Somos Abril”. Trabalho vencedor do 1.º escalão – expressão plástica – Ilustração, trabalho coletivo realizado pela **turma 6.06**, Escola Básica 1.º e 2.º Ciclos Dr. Nuno Simões – Agrupamento de Escolas D. Sancho I. Memória descritiva: *A ilustração coletiva intitulada de “Somos Abril” inspirou-se nos acontecimentos desencadeados, ao nível da História Nacional e Local, pela Revolução de Abril de 1974. Os alunos procuraram expressar o simbolismo desta Revolução e a conquista dos direitos fundamentais retirados pelo Estado Novo.*

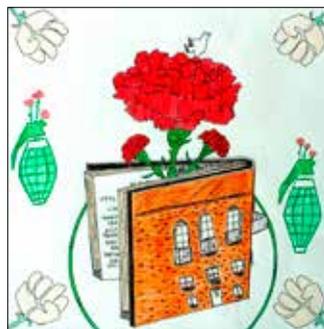


Fig. 16 “Lições de Abril”, trabalho vencedor do 3.º escalão – expressão plástica – ilustração individual, de Rúben Azevedo, 9.º ano, Agrupamento de Escolas de Ribeirão. Memória descritiva: *durante o processo de criação desta obra, inspirei-me em tudo o que foi conquistado pelos militares portugueses através da revolução dos cravos, tais como: a liberdade e o direito à educação como representei no meu trabalho, entre outros direitos conquistados pelos portugueses há 50 anos atrás.*



Fig. 17 “Obrigada capitães!”, trabalho vencedor do 3.º escalão – expressão plástica coletiva de Diana Ventura e Leonor Martins, 9.º ano, Agrupamento de Escolas Terras do Ave. Memória descritiva: “Um cidadão da atualidade agradece, através de um cravo, o trabalho árduo que um capitão de Abril empreendeu para, através da Revolução do dia 25 de Abril de 1974, nos devolver a democracia e a liberdade!”.



Fig. 18 “A Revolução de Abril em Vila Nova de Famalicão”, trabalho vencedor do 4.º escalão – expressão plástica – ilustração coletiva, da turma 12.2 – Andreia Maria Mendes Pereira; Cátia Matilde Rodrigues da Silva; Maria Henrique Lopes Ferreira; Pedro Pereira Machado, da Didáxis. Memória descritiva: “As mãos representam a dedicação e abnegação dos famalicenses que, durante décadas, lutaram contra a ditadura. Desta união, germina a cor da liberdade, que sentimos como uma dádiva. São palavras sobre a tela, pétalas que ganham vida com os nomes que não queremos esquecer, versos que eternizam o sabor da liberdade”.

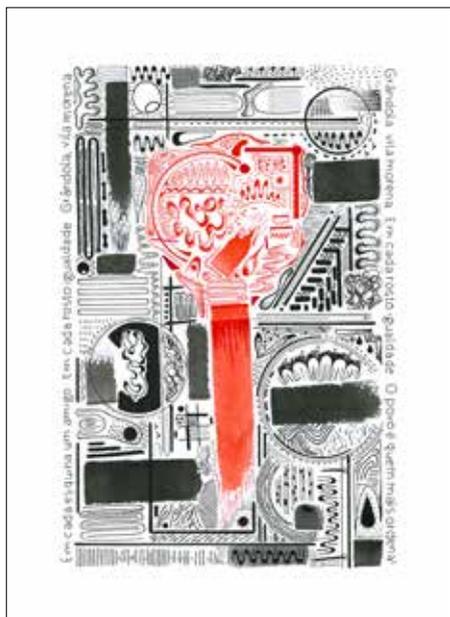


Fig. 19 “25 de Abril de 1974”, trabalho vencedor do 4.º escalão – expressão plástica – Ilustração, trabalho Individual de Luís Martins, 11.º ano, do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco. Memória descritiva: “Utilizei o Surrealismo, simplificado, com linhas e pontos numa linguagem mais livre e abstrata sobre ‘25 de Abril de 1974’: no centro do desenho a representação da ideia de um cravo; nas duas bordas do desenho um verso da letra da música ‘Grândola Vila Morena’, de Zeca Afonso; o fundo preto para dar destaque à ideia da flor, e vários elementos abstratos. Como material utilizei várias canetas pretas de várias espessuras, marcadores e aguarela em alguns detalhes”.

Destacamos o conto coletivo da turma H2, do 4.º ano, da Escola Básica de Oliveira de S. Mateus, do Agrupamento de Escolas Terras do Ave, e vencedor da modalidade no 2.º escalão, que com o apoio da Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus e com o empenho dos alunos do 3.º ano na construção das ilustrações, publicaram o trabalho em formato de livro.



Fig. 20 Entrega do prémio coletivo na Escola Básica de Oliveira de S. Mateus, do Agrupamento de Escolas Terras do Ave e capa do livro "Ecos de Passado – Viajando no tempo".

De forma a presentear todos os participantes neste concurso os trabalhos de ilustração foram digitalizados e projetados na exposição e posteriormente partilhados e disponibilizados na *Sebenta Digital* do PEC municipal “De Famalicão para o Mundo”. Os trabalhos de expressão escrita – conto, foram compilados num E-Book coletivo e também foram publicados na *Sebenta Digital* do PEC “De Famalicão para o Mundo”²⁹.

Estiveram presentes na inauguração da exposição os alunos, encarregados de educação, professores, diretores das escolas e ainda o vereador da Cultura, Pedro Oliveira, e o Vereador da Educação, Augusto Lima, juntamente com o júri³⁰ para a entrega oficial dos prémios aos vencedores e o respetivo certificado.

Juntou-se à Câmara Municipal na atribuição dos prémios o Hipermercado E.Leclerc de Famalicão, mecenas do PEC “De Famalicão para o Mundo”, com a oferta de um cheque na quantia de 1000€ (em bens alimentares), que foi distribuído aos vencedores; e a Fundação Cupertino de Miranda.

²⁹ Consultar *Sebenta Digital* do projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo” em https://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

³⁰ Fizeram parte do júri Ana Sofia Vieira, coordenadora intermunicipal da zona norte do Plano Nacional das Artes; António Gonçalves, curador da Galeria Municipal Ala da Frente; Arminda Ferreira, coordenadora do programa educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”; Carla Araújo, coordenadora da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Luís Alberto Alves, do CITCEM/FLUP; Joana Rosa de Sousa, da Fundação Cupertino de Miranda.

De forma a criar emoções nos estudantes com as suas obras expostas e valorizar esta boa prática, no espaço da exposição esteve presente um “Livro de Elogios” onde ficaram registados alguns comentários. Partilhamos alguns:

“Assim se vai ensinando e aprendendo o que vale a liberdade. Parabéns aos alunos e aos mestres”;

“Parabéns pela iniciativa! O cocriar e cooperar entre espaços é uma oportunidade de desenvolvimento individual e social. Excelente exposição!”

“Uma bela expressão da sensibilidade e emoções dos alunos do concelho” A todos parabéns!”;

“Um concurso que colocou os alunos no tempo de acesso à liberdade que urge preservar. As lições de Abril são intemporais”.

A Exposição “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, do fotógrafo Alfredo Cunha, esteve patente na Praça – Mercado Municipal de Famalicão de 11 de outubro a 27 de maio de 2024 e apresentou uma seleção de fotografias captadas durante os eventos da Revolução dos Cravos. Na madrugada desse dia, Alfredo Cunha, então com 20 anos, saiu às ruas de Lisboa munido de duas câmaras Nikon F e cerca de 40 rolos fotográficos, registando momentos que se tornaram emblemáticos na História de Portugal.



Fig. 21 Exposição “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, de Alfredo Cunha, na Praça Mercado de Famalicão.

Esta exposição direcionada para todos os tipos de público, não deixou de ser um dos recursos educativos de apoio ao trabalho dos professores para lecionarem os conteúdos científicos deste período da História Nacional. Através das lentes de Alfredo Cunha, os visitantes tiveram a oportunidade de reviver os momentos que marcaram a transição de Portugal para a democracia, refletindo sobre a importância da liberdade e da participação cívica.

Foram realizadas “aulas no mercado” no âmbito do conceito de “Cidade Educadora” e de forma a enquadrar o trabalho dos professores foi partilhado com todas as escolas a “folha de sala” facilitando as visitas dos alunos/professores à exposição e, sempre que solicitado pelos professores da turma, foram realizadas visitas orientadas.



Fig. 22 Visita de Estudo à Exposição “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, na Praça_Mercado de Famalicão. 6.º ano da Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos de Gondifelos.

As **Palestras Educativas** desempenham um papel fundamental no contexto escolar, contribuindo para a formação integral dos alunos e para o desenvolvimento de competências essenciais. Essas iniciativas permitem a abordagem de temas relevantes e atuais, complementando o currículo escolar e proporcionando uma aprendizagem mais dinâmica, interativa e promovendo a reflexão e o pensamento crítico.

As palestras educativas são estratégias educativas do projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, para complementar a educação formal ou o currículo escolar, contribuindo para a formação integral dos alunos, por permitirem uma aprendizagem mais dinâmica, interativa e promovendo a reflexão e o pensamento crítico, assim como o desenvolvimento de competências essenciais. Permitiu-nos a abordagem de temas pertinentes e atuais, como foi o exemplo das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974.

Assim, com o objetivo de orientar os conhecimentos, motivar, despertar e desenvolver aprendizagens nos alunos, de forma aprofundada, objetiva e exata sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974, e tendo em conta o público-alvo, a partir do perfil do aluno (ano de escolaridade e aprendizagens essenciais que se pretendeu aplicar) e da temática a trabalhar em contexto escolar foram convidadas individualidades famalicenses e nacionais, de forma a promover a ligação entre gerações, para que, em contexto escolar, dessem o seu depoimento sobre o “antes e o depois do 25 de Abril de 1974”.

Neste sentido, e com a finalidade de preservar a memória e documentar a história, contribuindo para a construção do conhecimento e

valorização da identidade local, as palestras educativas aconteceram em todas as escolas do concelho nos diferentes níveis de ensino, articuladas com as aprendizagens essenciais e tendo em conta o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Através das palestras educativas dinamizadas nas escolas do concelho foi possível dar a conhecer aos alunos um “capítulo” da História Local favorecendo o sentimento de identidade local, incentivando-os para a promoção da educação para a cidadania e contribuindo para o desenvolvimento do território.

No Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado decorreu uma sobre “25 de Abril | Libertar pela Arte | Passado, Presente...” – O desenvolvimento da cidade e intervenção artística”, com António Gonçalves, curador da Galeria Municipal Ala da Frente, no dia 12 de janeiro, no auditório da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, para as turmas do Curso de Artes Visuais.



Fig. 23 Palestra educativa “25 de Abril | Libertar pela Arte | Passado, Presente...” – O desenvolvimento da cidade e intervenção artística”, com António Gonçalves, no auditório da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado.

No dia 26 de janeiro, a palestra educativa foi sobre a temática das “Madrinhas de Guerra”, proferida pela escritora e jornalista Marta Silva, no auditório do Agrupamento de Escolas D. Sancho I, para os alunos do 9.º e 12.º anos de escolaridade.



Fig. 24 Palestra educativa “Madrinhas de Guerra”, com Marta Silva, no auditório da Escola Secundária D. Sancho I.

Também, no dia 26 de janeiro, a escritora e jornalista Marta Silva esteve presente da parte da tarde, no Agrupamento de Escolas de Gondifelos e apresentou a comunicação “Retornados”, aos alunos do 9.º ano de escolaridade, professores e assistentes operacionais da escola.



Fig. 25 Palestra educativa “Retornados”, com Marta Silva, jornalista e escritora, no Agrupamento de Escolas de Gondifelos.

No auditório Benjamim Araújo, do Agrupamento de Escolas D. Sancho I, no dia 21 de fevereiro, os alunos do 9.º ano de escolaridade, assistiram à palestra educativa “À conversa com... Mário Martins e Coronel Bacelar Ferreira”, ambos da Comissão de Honra das Comemorações Municipais de Famalicão, no âmbito do projeto de escola “Memórias dos 50 anos de Abril em Famalicão”, em articulação com o projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”. Os convidados deram a conhecer as suas memórias sobre este período da História e as suas histórias de vida aos alunos e professores presentes.

Em articulação com o projeto de escola “Como exprimes Abril?”, do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Artur Sá da Costa e Bacelar Ferreira deram a conhecer as suas vivências na revolução de Abril, no dia 29 fevereiro, na Biblioteca Escolar da Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos D. Maria II, aos alunos do 9.º ano de escolaridade.



Fig. 26 Cartaz de divulgação da palestra educativa “À conversa com... Dr. Mário Martins e Coronel Bacelar Ferreira”, no Agrupamento de Escolas D. Sancho I.



Fig. 27 Palestra educativa com Artur Sá da Costa e o Coronel Bacelar, na Biblioteca escolar da Escola Básica do 2.º e 3.º ciclo D. Maria II.

“Mães de Guerra” foi a temática apresentada na palestra educativa por Lucília Moreira, fotojornalista da Revista Visão, aos alunos do 6.º e 9.º anos de escolaridade do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, no dia 13 de março.



Fig. 28 Palestra Educativa “Mães de Guerra”, com Lucília Moreira no Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco.

Margarida Malvar, da Comissão de Honra das Comemorações Municipais do 25 de Abril, esteve presente no dia 15 de março, no auditório do Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado a apresentar a comunicação “O papel da Mulher antes e depois de Abril de 1974”, dando a conhecer a sua história de vida e articulando-a à História Nacional e Local.



Fig. 29 Palestra educativa “O papel da Mulher antes e depois de Abril de 1974”, por Margarida Malvar, no auditório do Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado.

A Escola Básica do 1.º, 2.º e 3.º ciclos Conde de Arnosó, do Agrupamento de Escolas D. Maria II, realizou três palestras educativas, uma para cada ano de escolaridade do 3.º ciclo, na biblioteca escolar, conforme o tema que os alunos selecionaram para estudar sobre a Revolução de Abril de 1974: no dia 18 de março, realizou-se com Artur Sá da Costa a palestra educativa “À conversa com ... Artur Sá da Costa – O panorama nacional e local antes e depois da revolução de Abril” para os estudantes do 7.º ano de escolaridade; no dia 19 de março, os estudantes do 8.º ano estiveram “À conversa com... Mário Martins e com o Coronel Bacelar” sobre a educação e o dia 25 de Abril de 1974; no dia 20 de março os estudantes do 9.º ano de escolaridade estiveram “À conversa com Margarida Malvar” sobre o “Papel da mulher antes e depois do 25 de Abril”.



Fig. 30 Palestra educativa com Artur Sá da Costa, na EB Conde de Arnosó, Agrupamento de Escolas D. Maria II,



Fig. 31 Palestra educativa na EB Conde de Arnosó, Agrupamento de Escolas D. Maria II, com Mário Martins e Bacelar Ferreira.



Fig. 32 Cartaz alusivo à palestra educativa elaborado pelos alunos do 7.º ano da EB Conde de Arnosó, Agrupamento de Escolas D. Maria II.



Fig. 33 Palestra educativa com Margarida Malvar, na Biblioteca da Escola Básica Conde de Arnosó, Agrupamento de Escolas D. Maria II.



Fig. 34 Palestra educativa “À conversa com José Sá Duarte e Artur Sá da Costa – O 25 de Abril de 1974 – O significado de uma data histórica em Famalicão”, no auditório do Agrupamento de Escolas de Ribeirão.

“À conversa com José Sá Duarte e Artur Sá da Costa – “O 25 de Abril de 1974 – O significado de uma data histórica em Famalicão”, aconteceu no dia 18 de abril de 2024, no auditório do Agrupamento de Escolas de Ribeirão. Esta palestra educativa foi ainda articulada com a Junta de Freguesia de Ribeirão. O Sr. José Sá Duarte deu a conhecer o desenvolvimento económico, cultural, ambiental e educativo da freguesia de Lousado, antes e após o 25 de Abril de 1974, as suas histórias de vida, enquanto que Artur Sá da Costa recordou os momentos que antecederam a revolução, enquanto alferes miliciano, do 1.º GCAM do Quartel da Póvoa de Varzim, as manifestações dos operários e sindicais no concelho de Vila Nova de Famalicão, e ainda deu a conhecer aspetos culturais do concelho aquando Diretor de Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

No Mercado Municipal, utilizando como recurso educativo a exposição “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, do fotógrafo Alfredo Cunha, realizou-se no dia 19 de abril, para os alunos do 12.º ano, a palestra educativa “Memórias dos 50 anos de Abril de 1974” com o Coronel João Andrade Silva (Presidente da Associação Salgueiro Maia), o Furriel Manuel Correia da Silva e o Cabo José da Costa Alves.

Fig. 35 Palestra educativa na Praça do Mercado Municipal “Memórias dos 50 anos de Abril de 1974”, com o Coronel João Andrade Silva (Presidente da Associação Salgueiro Maia), o Furriel Manuel Correia da Silva e o Cabo José da Costa Alves.



No dia 23 de abril, na Escola Básica de Vale de S. Martinho, do Agrupamento de Escolas D. Maria II, em articulação com o projeto educativo e cultural municipal e, em parceria com a Junta de Freguesia de Vale de S. Martinho, organizou-se, para os alunos do 3.º e 4.º anos, encarregados de educação, familiares e público em geral, na sala da Junta de Freguesia, uma palestra educativa. Na entrada da Junta de freguesia os alunos presentearam os convidados com uma exposição com os seus trabalhos elaborados com inquéritos aplicados aos familiares que vivenciaram o período do antes e pós Abril de 1974.

A temática da palestra educativa – educação e guerra colonial – contou com dois convidados, a professora Alice Castro e o ex-combatente da Guerra Colonial, o Sr. Joaquim Silva Ribeiro. A professora Alice deu a conhecer o seu percurso escolar e profissional, enquanto docente no antigo ciclo preparatório de Vila Nova de Famalicão, enquanto o Sr. Joaquim deu a conhecer as suas memórias dolorosas da Guerra Colonial, como ex-combatente. A palestra educativa contou com momentos culturais dinamizados pelos estudantes que presentearam os encarregados de educação e todos os presentes com poesia, músicas e cantigas de Abril, e ainda com uma exposição de trabalhos sobre a temática através de inquéritos realizados pelos alunos aos familiares que vivenciaram este momento histórico.



Fig. 36 Palestra educativa “A Educação em Famalicão, antes da revolução de Abril de 1974” e a “Guerra Colonial”, na sala da junta de Freguesia de Vale de São Martinho.

No Agrupamento de Escolas Terras do Ave, os estudantes do 9.º ano, estiveram “À conversa com... Artur Sá da Costa e Armindo Costa”, no dia 22 de abril, no auditório da escola, dando a conhecer as suas histórias de vida.



Fig. 37 Palestra educativa “À conversa com Armindo Costa e Artur Sá da Costa”, no auditório do Agrupamento de Escolas Terras do Ave.

Articulado com o projeto escolar “Camões em Festa”, da EB Luís de Camões, do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, a palestra educativa “À conversa com... Agostinho Fernandes e Bacelar Ferreira”, no dia 27 de junho, os alunos do 4.º ano reuniram-se na biblioteca escolar e conheceram as histórias de vida e alguns episódios verídicos que aconteceram no norte do nosso país aquando da Revolução de Abril de 1974, pela voz do coronel Bacelar, na altura nos comandos do 1.º Grupo de Companhias de Administração Militar, na Póvoa de Varzim.



Fig. 38 Palestra educativa “À conversa com Agostinho Fernandes e Bacelar Ferreira”, na EB Luís de Camões, Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco

O projeto “**Meeting Democrático**”, atividade pedagógica informal articulada entre a Casa da Juventude e o projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo” e integrada nas “Comemorações Municipais dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974” aconteceu em três fases distintas, mas complementares. A atividade foi direcionada para os alunos do ensino secundário, matriculados no 12.º ano de escolaridade e contou com a participação dos delegados e subdelegados das turmas ou da seleção de dois representantes de cada turma (pela direção dos Agrupamentos de Escolas/Esc.). A atividade articulada com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) pretendeu aproximar a democracia e os seus agentes com a população jovem do concelho, numa conversa informal, acerca das vivências pessoais antes e pós 25 de Abril. Foi uma oportunidade para os alunos conversarem informalmente com os ex-presidentes e com o atual presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, acerca do que representou e representa a revolução do 25 de Abril de 1974 e da parte dos jovens contou-se com as suas perspetivas acerca deste marco histórico da cidadania em Portugal. Também se pretendeu que os jovens envolvidos adquirissem e refletissem sobre questões relacionadas com o 25 de Abril, como a democracia, os direitos e deveres dos cidadãos, de uma forma mais personalizada e próxima; que desenvolvessem a capacidade crítica e prospetiva visando sintetizar as suas sugestões para um programa político pensado em função das suas expectativas.

A atividade teve três fases. Na primeira fase, realizada na Casa da Juventude, no dia 17 de abril de 2024, os delegados e subdelegados de cada escola, juntamente com os Diretores ou representantes das Direções, reuniram em plenário onde conheceram as normas e os quatro presidentes convidados – Agostinho Fernandes, Armindo Costa, Paulo Cunha e Mário Passos – para dar início à rotação pelas quatro salas onde se encontrava, em cada uma das salas, um convidado. Aqui os alunos dirigiram questões relacionadas com os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e constrangimentos dos mandatos dos presidentes.



Fig. 39 Apresentação dos quatro presidentes convidados – Agostinho Fernandes, Paulo Cunha, Mário Passos e Armindo Costa – aos alunos a participar no projeto, por Jorge Humbert.



Fig. 40 Reunião dos alunos com o ex-presidente Agostinho Fernandes, na Casa da Juventude.



Fig. 41 Reunião dos alunos com o ex-presidente Armindo Costa, na Casa da Juventude.



Fig. 42 Reunião dos alunos com o ex-presidente Paulo Cunha, na Casa da Juventude.



Fig. 43 Reunião dos alunos com o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Mário Passos, na Casa da Juventude.

A segunda parte deste projeto realizou-se em contexto de escola, onde cada delegado e subdelegado reunia com a respetiva turma e elaborou o seu programa político para os próximos 50 anos nas diversas áreas: política; economia; sociedade; cultura; educação, desporto e ambiente.



Fig. 44 “Deputados” do AEDSI a apresentar o programa político do seu agrupamento de escolas, elabora em contexto de escola, no plenário da Assembleia Municipal.

A terceira parte aconteceu no Salão Nobre da Assembleia Municipal, no dia 17 de abril de 2024, em que os alunos (delegados e subdelegados) “vestindo a pele” de deputados apresentaram os seus programas políticos elaborados em contexto escolar, por cada turma, ao Presidente da Câmara Municipal, Mário Passos, e ao Presidente da Assembleia Municipal, João Nascimento, Vereador da Cultura, Pedro Oliveira, e Vereadora da Juventude, Luísa Azevedo.

Este plenário pretendeu promover a educação para a cidadania, através da participação dos jovens em oportunidades de simulação de processos democráticos; desenvolver competências e capacidades de argumentação e defesa de convicções; criar oportunidade para manifestação de interesses e preocupações reais dos jovens; desenvolver a literacia política e democrática dos jovens.

Tal como os deputados, os alunos de cada Agrupamento de Escola/Escola ocuparam lugares reservados na Assembleia, em grupo até quinze elementos, e selecionaram três alunos para proceder à apresentação do seu programa político e assumir o papel de porta-voz durante toda a Assembleia. A ordem das apresentações das propostas foi sorteada, antecipadamente, no dia da iniciativa, na presença de todos os intervenientes, e as propostas foram apresentadas em suporte digital. A votação foi efetuada em boletim de voto, criado para o efeito, e cada escola teve direito a 3 votos, correspondente a um 1.º lugar, 2.º lugar e 3.º lugar. Não foi permitido votar na sua própria proposta.



Fig. 45 III parte do projeto Meeting Democrático: sessão plenária com os “Deputados” do AEPBS, AECCB, Didáxis e AEDSI, vereadores, presidente da Câmara Municipal e presidente da Assembleia Municipal.



Fig. 46 Alunos participantes do Meeting Democrático no final da atividade.

A **Marcha pela Paz e pela Liberdade**, realizou-se no dia 29 de maio de 2024, no Dia Internacional da Manutenção das Forças da Paz da ONU, promovida pela Escola Básica Luís de Camões e pela equipa do AECCB do projeto Rede das Escolas Associadas da UNESCO, em parceria com o projeto educativo e cultural municipal “De Famliação para o Mundo”/“Comemorações municipais 50 anos 25 de Abril”, o Agrupamento de Escolas D. Sancho I, e em articulação com os Projetos Culturais de Escola/Plano Nacional das Artes. Do AECCB participaram ainda os alunos das escolas básicas de Antas e de Seide.



Fig. 47 Cartaz alusivo à Marcha pela Paz e pela Liberdade



Fig. 48 Marcha pela Paz e pela Liberdade”, a percorrer a Av. 25 de Abril, com a presença do Eng. Artur Lopes, da Comissão de Honra das Comemorações Municipais dos 50 anos do 25 de Abril; Pedro Oliveira, Vereador da Cultura da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, alunos dos AECCB e do AEDSI, e Arminda Ferreira, da Comissão Científica das Comemorações Municipais dos 50 Anos do 25 de Abril.

Neste evento participaram mais de 600 alunos, desde o pré-escolar ao secundário, o Vereador da Cultura, Pedro Oliveira, um elemento da Comissão de Honra das Comemorações municipais “50 Anos 25 de Abril”, o Eng. Artur Lopes, a coordenadora intermunicipal da Zona Norte do Plano Nacional das Artes, Ana Sofia Vieira, professores e encarregados de educação.

O trajeto foi curto e passou “por lugares que contam histórias” peçados de simbolismo, por onde todos passaram vestidos com camisolas brancas a empunhar cartazes coloridos e a lançar frases em prol da paz, da liberdade e em defesa dos direitos humanos. Ao passarem junto ao monumento de homenagem aos heróis mortos na 1.ª Guerra Mundial, na Praça 9 de Abril, entoaram em voz alta o Hino Nacional.



Fig. 49 Marcha pela Paz e Liberdade na Praça 9 de Abril aquando da homenagem aos heróis mortos na 1.ª Guerra Mundial

A Marcha prosseguiu e percorreu uma parte da Av. 25 de Abril, subiu a Rua Augusto Correia e entrou no recinto dos Paços do Concelho, onde alunos do secundário apresentaram o puzzle “Expressa-te pela paz!”, a jovem Mariana Rodrigues do grupo Alçapão declamou a “Ode à Paz” de Natália Correia, os alunos da escola D. Sancho I tocaram e cantaram *Imagine* de John Lennon, orientados pela animadora sociocultural do AE, os petizes do pré-escolar cantaram “Somos livres”. Para nos receber os participantes, ladearam o presidente da Câmara Municipal, Mário Passos, o vereador da Educação, Augusto Lima, o vereador da Cultura, Pedro Oliveira, em representação da Direção do AECCB, Ricardo Ferreira, a coordenadora do PEC “De Famliação para o Mundo”, Arminda Ferreira, a coordenadora do projeto da Rede das Escolas Associadas da UNESCO do AECCB, Fátima Oliveira, e dois elementos da Comissão de Honra das Comemorações Municipais “50 Anos 25 de Abril”: a ilustríssima Dra. Margarida Malvar e o Eng. Artur Lopes.

O edil louvou a iniciativa e dirigiu algumas palavras aos presentes, crianças, jovens e adultos, referindo que deve haver mais “sensibilidade para protegermos a paz e a liberdade, dois valores fundamentais para a nossa felicidade”. Esta preocupação com a paz é uma missão que é de todos e é cada vez mais importante estarmos alerta, mesmo em Portugal, uma vez que “a guerra está instalada na Europa”, não muito longe de nós.



Fig. 50 Fotografia de grupo do final da Marcha pela Paz e pela Liberdade após as atividades culturais realizadas nos Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão.

Outras iniciativas tomaram ainda lugar em espaços escolares, como em espaços políticos (Assembleia Municipal) como também em organismos culturais (por exemplo, na Casa das Artes), procurando inscrever nas suas agendas e nas suas responsabilidades específicas uma efetiva colaboração e participação no Programa comemorativo.



Fig. 51 Apresentação do livro “25 de Abril de 1974. Quinta-feira”, de Alfredo Cunha, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, seguida se sessão de autógrafos.



Fig. 52 Mural “A Liberdade está nas tuas mãos”, elaborado pelos alunos e professores da Escola Básica Conde de Arnoso, do Agrupamento de Escolas D. Maria II.



Fig. 53 Exposição de trabalhos de ilustração na Escola Básica Dr. Nuno Simões, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril de 1974. Ao centro do painel a ilustração coletiva vencedora do concurso municipal “De Famliação para o Mundo: 25 de Abril de 1974: 50 anos de liberdade e democracia – um conto, uma ilustração”.

03. Concurso “25 de Abril: 50 anos de liberdade e democracia” – Um convite à escrita e à criação artística → Carla Araújo

Introdução

O Município de Vila Nova de Famalicão concretizou, no ano das comemorações dos 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, um plano ambicioso, plural e diversificado de ações que pretenderam assinalar a passagem deste importante aniversário. Se a nível nacional esta efeméride foi assinalada com honras e distinções, também a nível local a data foi condignamente comemorada, enfatizando-se a Liberdade e a Democracia, com a realização de eventos culturais, debates, concursos, exposições, entre outros, e de forma descentralizada no território famalicense. Nestas comemorações locais reuniram-se gerações, reforçou-se a importância da Revolução dos Cravos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, fortaleceu-se a participação

cidadã e revigorou-se a importância do resgate da memória histórica do legado do 25 de Abril para o presente e para o futuro. Ora, o objetivo da escrita deste artigo é o de partilhar a minha visão enquanto membro do júri do concurso “25 de Abril: 50 anos de liberdade e democracia”, uma das iniciativas do programa de comemorações, que visava sensibilizar a comunidade escolar para o significado histórico e cultural desta data emblemática.

Enquadramento do concurso

Através do projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo”, o município convidou os estudantes a refletirem sobre os valores da liberdade, democracia, justiça e igualdade, que foram conquistados com a Revolução dos Cravos e que continuam a moldar a sociedade

portuguesa. O concurso foi dirigido a crianças e jovens, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, da rede de estabelecimentos de ensino de Vila Nova de Famalicão, e tinha como principais objetivos a contribuição para a consciencialização dos alunos sobre a importância da liberdade e da democracia, promovendo a partilha de conhecimentos, memórias e factos históricos. Além disso, pretendia-se valorizar a memória coletiva, celebrar uma cultura humanista e incentivar a reflexão sobre o papel da História Local no contexto dos acontecimentos nacionais. Os participantes foram, portanto, desafiados a expressar a sua criatividade através de duas modalidades: a expressão plástica, através de trabalhos de ilustração, e produção escrita, através da técnica de escrita criativa, no género conto. Os trabalhos deviam respeitar, naturalmente, a temática do concurso e o júri deliberaria de acordo com os critérios definidos nas normas de participação, nomeadamente: a originalidade, a criatividade, a qualidade da apresentação e a adequação aos objetivos definidos. O concurso foi dividido em quatro escalões, de acordo com o nível de ensino dos participantes, destinando-se a modalidade de expressão plástica para as crianças da educação pré-escolar e dos primeiros e segundos anos do 1.º ciclo do ensino básico, enquanto que as crianças dos terceiros e quartos anos do 1.º ciclo do ensino básico, assim como os jovens do 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário poderiam optar tanto pela expressão plástica como pela produção escrita. A participação neste concurso previa a possibilidade de ocorrer em formato individual ou em formato coletivo, sendo que cada turma poderia apresentar até três trabalhos individuais ou um trabalho coletivo. Genericamente, este concurso representava uma oportunidade única para os estudantes de Vila Nova de Famalicão refletirem sobre o passado, presente e futuro da democracia portuguesa, ao mesmo tempo que desenvolvem o

seu sentido crítico, espírito criativo e liberdade de expressão, em concreto, através da escrita e da criação artística.

A escrita criativa nas atividades letivas

Apresentado este preâmbulo, e porque a minha missão como jurada era a avaliação da componente de produção escrita do concurso, julgo oportuno abordar neste artigo a importância do treino da escrita criativa nas atividades letivas das crianças e jovens. Para começar socorro-me da afirmação “A imaginação das crianças deve ser treinada, atizada, para que surjam as ideias e, por detrás dessas ideias, apareça uma história.” (Norton, 2001). A escrita criativa é uma ferramenta pedagógica poderosa que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e jovens. Ao contrário da escrita formal, que muitas vezes está associada a regras rígidas e objetivos específicos, a escrita criativa permite que os alunos explorem a sua imaginação, expressem as suas ideias de forma livre e desenvolvam a sua voz única. Ora, “Uma das dificuldades que têm sido apontadas para que os alunos alcancem as potencialidades da relação com a escrita é o facto de os seus textos raramente encontrarem outros destinatários para além do professor e outros contextos para além da turma e da escola.” (Barbeiro, 2003). Foi, precisamente, com esta preocupação percecionada que o concurso pretendeu que os participantes se expusessem e se aventurassem para além da sala de aula. Este tipo de escrita criativa não só enriquece o processo de aprendizagem, como também contribui para a formação de indivíduos mais críticos, criativos e capazes de se expressarem de forma clara e eficaz. A importância do treino da escrita criativa nas atividades letivas destaca-se pelos benefícios que esta prática traz para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos, devendo

integrar o currículo escolar e ser aplicada em diferentes contextos educativos. Ao permitir que os alunos explorem diferentes perspectivas e cenários, a escrita criativa estimula o pensamento divergente, ou seja, a capacidade de gerar múltiplas soluções para um mesmo problema. Este tipo de pensamento é essencial para o desenvolvimento da criatividade e da resolução de problemas, competências cada vez mais valorizadas no mundo contemporâneo. Além disso, a escrita criativa ajuda a melhorar a capacidade de organização e estruturação do pensamento. Quando os alunos escrevem histórias, poemas ou ensaios, eles precisam de organizar as suas ideias de forma coerente e lógica, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades de planeamento e execução. Este processo também reforça a capacidade de concentração e atenção, uma vez que os alunos precisam de manter o foco para desenvolver as suas narrativas. Pode-se dizer, portanto, que um dos benefícios da escrita criativa é o investimento no desenvolvimento cognitivo dos alunos. A exploração de técnicas de escrita e reescrita conduzem os envolvidos “não apenas a descobrir novos horizontes para além dos que são oferecidos pela convenção e pelo senso comum, como também a desenvolver novas capacidades de afirmação própria e de juízo crítico.” (Carmelo, 2005). Mas, e quais serão os benefícios do treino da escrita criativa no desenvolvimento social das crianças e jovens? Através da escrita criativa, encoraja-se a partilha de ideias e a colaboração entre os alunos, uma vez que atividades como a escrita em grupo, a revisão de textos entre pares e a apresentação de trabalhos escritos perante a turma ajudam os alunos a desenvolver habilidades de comunicação e de trabalho em equipa. Estas competências são, sem dúvida, essenciais para o sucesso do percurso escolar dos alunos e serão, certamente, uma ferramenta altamente valorizada no seu futuro percurso profissional. Assim, e em jeito de conclusão, é consensual dizer-se que “todos podemos

usar a nossa criatividade, é só preciso aprender a ter acesso a essa parte de nós. Alguns apaixonam-se por essa atividade e escolhem ser escritores, jornalistas, guionistas, dramaturgos...” (Santos e Serra, 2008). Quem sabe, no futuro, assistiremos ao sucesso de algum dos participantes deste concurso como escritor ou jornalista de renome?

Avaliação e seleção dos textos

Debruçando-me, agora, sobre os trabalhos a concurso, pode-se afirmar que a diversidade, a originalidade e a criatividade presentes nos 45 textos que chegaram às mãos do júri são um testemunho vibrante do cumprimento dos objetivos do mesmo. Cada um dos textos apresentados carregava consigo uma voz única, uma perspectiva singular e uma abordagem que refletia não apenas a habilidade técnica dos jovens criadores, mas também a riqueza das suas vivências pessoais e culturais. Foi fascinante observar como, a partir de um mesmo ponto de partida, os participantes conseguiram construir narrativas tão distintas e profundamente originais. A diversidade dos textos foi, sem dúvida, um dos aspetos mais marcantes deste concurso. Ao percorrer as linhas de cada texto, foi possível viajar por diferentes realidades, vivências e universos imaginários. Encontramos histórias que mergulharam nas raízes concretas do tema, enquanto outras exploram futuros distópicos ou cenários fantásticos. Essa variedade temática e estilística não apenas enriquece o conjunto de trabalhos, mas também reflete a pluralidade de pensamentos e vivências dos jovens autores. Cada texto é uma janela para um mundo novo, e essa multiplicidade de visões é um convite à reflexão sobre a diversidade e a singularidade das crianças e jovens. Apesar da diversidade de textos, a originalidade surge como fio condutor de todos os textos. Foi muito interessante constatar a forma como alguns autores conseguiram evitar “clichês” e lugares-comuns, optando por caminhos narrativos surpreendentes e inovadores. Muitas vezes,

a originalidade não está apenas na narrativa em si, mas na forma como ela é contada, na escolha de um narrador inusitado, na estrutura não linear da história ou no uso criativo dos factos. A originalidade, nesse sentido, não é apenas um diferencial, mas uma demonstração de coragem e autenticidade por parte dos jovens escritores. Já a criatividade, por outro lado, é o elemento que dá vida a esses textos, transformando noções e conceitos em narrativas envolventes e, em alguns casos, inusitadas. A capacidade dos autores em criarem personagens, diálogos e cenários é notável, e neste contexto, a criatividade também se manifestou na maneira como os textos desafiam o convencional e exploram novas possibilidades literárias. Há histórias que brincam com os leitores e que, simplesmente, nos fazem perceber o tema de uma maneira completamente nova. Essa inventividade não apenas entretém, mas também inspira, mostrando que a escrita é um campo infinito de possibilidades. Imbuída desta reflexão, julgo ser importante ressaltar que a diversidade, a originalidade e a criatividade não são meros artifícios técnicos, mas são antes expressões da percepção que cada autor fez do tema a concurso. É justamente essa humanidade que torna os 45 trabalhos tão especiais. Para o júri, constituído por Arminda Ferreira (Município de Vila Nova de Famalicão); Luís Alberto Alves (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto); António Gonçalves (Galeria Municipal Ala da Frente); Carla Araújo (Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco); Joana Rosa de Sousa (Fundação Cupertino de Miranda) e Ana Sofia Vieira (Plano Nacional das Artes), a tarefa de avaliar os textos não foi, como se percebe, uma tarefa fácil. Como escolher entre textos tão diferentes e, ao mesmo tempo, tão ricos em qualidade e significado? Acredito que, mais do que encontrar um “vencedor”, o papel do júri foi o de assinalar a diversidade, a originalidade e a criatividade que permeiam todos os trabalhos. Cada texto, à sua

maneira, contribuiu para um mosaico literário que reflete a compreensão da complexidade dos factos históricos que estavam subjacentes ao tema do concurso. Ora, e nessa sequência, entendi oportuno e justo, para com os jovens autores, transcrever neste artigo alguns trechos dos textos vencedores:

2.º escalão – produção escrita – conto

- **Formato individual:** Matilde Nogueira Moreira, 5.º A, n.º 20, Escola Básica do 2.º/3.º ciclo de Ribeirão – Agrupamento de Escolas de Ribeirão.

Título: A nossa atualidade

“Ontem, no telejornal da noite, houve um debate político por causa das próximas eleições. A minha prima disse à minha avó que existem vários partidos políticos e todos eles com ideias diferentes que se opõem uns aos outros. A minha avó diz que agora até os animais têm um partido para defender os seus direitos e que a sociedade está mesmo diferente, pois no tempo dela era um poder só e absoluto.”

- **Formato coletivo:** Turma H2, EB1 de Oliveira de S. Mateus, Agrupamento de Escolas Terras do Ave.

Título: Ecos do passado: viajando no tempo

“A máquina Big Bang Invertida ficou incrível! É grande, redonda e foi desenhada para viajar no tempo. Na sua construção foi utilizada tecnologia de ponta. Há sensores incorporados que ligam e desligam através de botões e teclas de diamante, e luzes que a fazem brilhar no escuro. Está equipada com câmaras e drones para que os tripulantes possam registar as imagens de tudo o que observam quando partem em missão.”
... *“Voltaram a preparar-se para atravessar o portal da Big Bang Invertida. Ativaram o painel eletrónico instalado nos fatos e avançaram mais alguns dias no tempo. Pararam no dia 25 de Abril de 1974 e, desta vez, no Terreiro do Paço, em Lisboa. Havia muita alegria nas ruas. As espingardas dos*

soldados estavam enfeitadas com cravos vermelhos. Ouviam-se gritos de Liberdade.”

3.º escalão – produção escrita – conto

- **Formato individual:** Daniela Gomes Fernandes, 9.º B, n.º 6, Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, Agrupamento de Escolas de Padre Benjamim Salgado.

Título: Museu vivo

“No coração da cidade, entre prédios antigos e ruas de paralelepípedos, fica um museu da Revolução dos Cravos, mas este não é um museu comum, é onde a história ganha vida. A seu mando está Manuel, um senhor de idade, que todos os dias vê a sua vida documentada por aquelas fotografias e vivas memórias de um tempo indelicado, na qual esperava nunca mais voltar. A entrar pelas portas de vidro, adornadas com pequenos cravos coloridos estava mais um dos inúmeros grupos escolares a preparar-se para uma regressão a um passado não muito distante, mas tão pouco desejado.”

... “Após exploradas todas as salas do museu, as crianças saem das instalações, ainda maravilhadas com tudo o que viram e aprenderam. Manuel, com um sorriso caloroso e simpático, lidera o grupo de volta ao mundo exterior, enquanto as professoras partilham animadamente as experiências vividas e o impacto que estas tiveram sobre as mentes jovens dos seus alunos.”

- **Formato coletivo:** Turma 9.º 3, Agrupamento de Escolas de Gondifelos.

Título: 25 de Abril... uma memória!

“Quando terminaram a aula, os irmãos foram de comboio para casa, onde o Francisco disse:

– Vamos fazer uma espingarda e um cravo de cartão para o trabalho?

– Não, vai ser muito difícil, é melhor fazer cartazes – disse o João Pedro.

– Mas vai ser mais divertido e criativo – disse o Francisco.

– Quando chegarmos a casa, pensamos melhor. Vamos fazer os trabalhos de casa e depois vemos isso – disse o João Pedro.”

...

“Os dois irmãos e o seu avô foram para a sala e sentaram-se no sofá. Eles estavam prontos para ouvir a história que o avô lhes ia contar.

– Eu vou contar-vos como era a vida antes do dia 25 de Abril de 1974.”

4.º escalão – produção escrita – conto

- **Formato individual:** Tiago Carvalho Barquero da Silva, 11.º J – Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco;

Título: A fuga pela liberdade das flores do campo

“Então as duas começam logo a preparar-se para escaparem da sua prisão, a colmeia do bosque. Elas não poderiam apenas sair no meio do dia e ir embora como se não estivesse a acontecer nada. Então fizeram um plano. Combinaram que, no alto da noite, quando a lua atingisse o seu ápice, no céu estrelado da noite fria e escura do bosque, sairiam as duas dos seus dormitórios sorratamente para não serem vistas por ninguém. Quando a lua subiu alto no céu, as duas encontraram-se numa saída escondida do carvalho onde se situava a colmeia, então, prontas para começar a sua aventura juntas e descobrir tudo o que a floresta tinha para oferecer a duas pequenas abelhas. Papoila vira-se para a nossa pequena amiga e diz:

– Está mesmo a acontecer, todos os nossos sonhos podem e vão se realizar a partir do momento em que voarmos deste sítio fora. Adeus, colmeia, foste um bom sítio para dormir de noite, mas não foste uma boa casa para viver, nós vamos encontrar um sítio melhor, e já agora quando digo “nós” refiro-me a mim e a ... – virando-se para a nossa pequenita amiguinha.

– Cravo... o meu nome é Cravo.”

Em conclusão, os 45 textos propostos à seleção do júri do concurso “25 de Abril: 50 anos de liberdade e democracia” são um testemunho do poder transformador da escrita e da leitura, evidenciando-nos que ainda há espaço para a diversidade de ideias, a originalidade de pensamento e a criatividade sem limites. Parabéns a todos os autores por esta aventura tão inspiradora!

Referências Bibliográficas

- Barbeiro, L. (2003). Escrita: construir a aprendizagem. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Braga.
- Carmelo, L. (2005). Manual de escrita criativa. Publicações Europa-América. Mem-Martins.
- Norton, C. (2001). Os mecanismos da escrita criativa: escrita criativa, atividade lúdica. Temas e Debates. Lisboa.
- Santos, M.F., Serra, E. (2008). Quero ser escritor: manual de escrita criativa para todas as idades. 2.ª edição, Oficina do Livros.

04. Agrupamento de Escolas D. Sancho I celebrou os 50 anos do 25 de Abril com um ano de iniciativas culturais e educativas marcantes

→ João Pedro Vilaça

No ano em que se assinalaram os 50 anos da Revolução de Abril, o Agrupamento de Escolas D. Sancho I, em Vila Nova de Famalicão, destacou-se por um conjunto de atividades pedagógicas e culturais que prestaram homenagem à Liberdade, à Democracia e aos valores de Abril.

Sob o mote “Memórias dos 50 anos de Abril”, foram dinamizadas várias ações ao longo do ano letivo, integradas no Projeto Cultural de Escola e na Área Disciplinar de História, com o apoio do projeto municipal “De Famalicão para o Mundo”.

Entre os destaques, a sessão “**Madrinhas de Guerra**” com a jornalista Marta Silva permitiu aos alunos do 9.º e 12.º anos mergulharem nos testemunhos emocionantes da Guerra Colonial e perceberem o papel fundamental da escrita e dos aerogramas na ligação entre soldados e civis.

Seguiu-se, em fevereiro, um **Encontro com o Dr. Mário Martins**, representante da Comissão de Honra Municipal destas Comemorações, que partilhou memórias do concelho no período anterior ao 25 de Abril, convidando os alunos à reflexão crítica sobre o passado e as conquistas do presente.



Fig. 1 Sessão "Madrinhas de Guerra" na Escola D. Sancho I



Fig. 2 A autora da sessão e do livro "Madrinhas de Guerra" na D. Sancho I



Fig. 3 Divulgação do Encontro "Memórias dos 50 anos de Abril em Famalicão"



Fig. 4 "À conversa com... Dr. Mário Martins" na D. Sancho I

O projeto **ABRIL'ART** uniu alunos do 1.º e 2.º ciclos numa expressão artística coletiva, cujos trabalhos culminaram numa exposição itinerante e na criação de t-shirts comemorativas, usadas na Marcha pela Paz e Liberdade.



Fig. 5 Exposição do projeto Abril' Art nas escolas do Agrupamento

A ação de mediação musical “**Lá no Xepangara – A cultura africana em José Afonso**” realizada pelos músicos Manuel Oliveira e Edu Mundo, visou demonstrar aos alunos a forte presença da cultura africana na manifestação artística de “Zéca” Afonso, lembrar o seu papel na luta pela descolonização e pela democracia e pretendeu incentivar a participação da população mais jovem, fomentando a reflexão e conhecimento da vida e obra de José Afonso, bem como dos valores de Abril.

Outra iniciativa marcante foi a exposição “**ERA PROIBIDO...**”, com contribuições de alunos do secundário e dos cursos EFA noturnos, onde se reconstituíram proibições do Estado Novo através de fotografia, vídeo e artes plásticas, incluindo um cravo gigante feito com impressões de mãos.



Fig. 6 "Lá no Xepangara- a cultura africana em José Afonso", mediação cultural na D. Sancho I



Fig. 7 Exposição do projeto "Era Proibido!" na D. Sancho I



Fig. 8 Representação, através da dança, de músicas de Abril

Em abril, o Agrupamento organizou o **“Encontro com Heróis improváveis”**, um evento inédito no Mercado Municipal de Famalicão, com três convidados especiais: Manuel Correia da Silva, José da Costa Alves e João Andrade da Silva, militares com papel ativo no 25 de Abril de 1974. Os seus testemunhos vivos emocionaram alunos e comunidade, reforçando a importância da memória histórica.



Fig. 9 "Encontro com Heróis Improváveis de Abril"



Fig. 10 Formações "Cravo Humano" nas E.B.1 do Agrupamento

As escolas do 1.º ciclo também se mobilizaram com entusiasmo, formando criativos **"Cravos Humanos"** em homenagem à Revolução.

Finalmente, uma entrevista a Dr.ª Margarida Malvar, realizada por alunos do 12.º ano, foi submetida ao concurso nacional da APH, trazendo à luz histórias locais de resistência cívica durante o Estado Novo.

Estas iniciativas refletiram não só a importância de ensinar a História de forma viva e envolvente, como também o compromisso da Escola D. Sancho I com a cidadania ativa e a valorização da liberdade conquistada em 1974.

O Coord. PCE e AD História 2023-24, João Pedro Vilaça



Fig. 11 O "Cravo Humano" na E.B.1,2 Dr. Nuno Simões

05. Tradições de Fradelos antes e pós 25 de Abril

→ Judite Azevedo

Na pitoresca freguesia de Fradelos, situada no Concelho de Vila Nova de Famalicão, as tradições enraizadas na vida quotidiana dos seus habitantes refletem um passado marcado por desafios e limitações. Antes da Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, a vida em Fradelos era caracterizada por uma profunda miséria e uma luta constante pela sobrevivência. A agricultura era a principal fonte de sustento, e as famílias dependiam do trabalho árduo nos campos, onde a falta de maquinaria tornava as tarefas ainda mais penosas. O leite era extraído manualmente do gado, e o pão, preparado em fornos de lenha, era feito para durar uma semana, sendo a comida escassa e frequentemente dividida entre muitos.

As escolas, segregadas por género, eram locais onde a disciplina e a reverência ao regime vigente se faziam sentir. Os alunos, ao início do dia, rezavam em frente a um crucifixo e ao retrato de António Oliveira Salazar, o então líder do Estado Novo. As relações amorosas eram marcadas por restrições, onde namorar à janela era a norma e gestos simples, como dar a mão ao namorado, eram proibidos. As festividades, por sua vez, aconteciam nas margens do rio Ave e nas azenhas, onde jogos tradicionais e danças típicas animavam as comunidades. Uma das tradições mais efusivas era a queima do Galheiro por altura do Carnaval. Este acontecimento era anunciado pelo toque da buzina (Búzio).

A mobilidade era limitada; poucos possuíam automóveis, e os lavradores deslocavam-se em carros de bois, muitas vezes rumo à praia da Póvoa de Varzim, para gozarem as férias de verão, sempre no fim das colheitas, época de final de verão, levando consigo todos os mantimentos necessários para aquelas tão merecidas férias.

A injustiça social e a falta de oportunidades eram uma constante na vida dos Fradelenses, que enfrentavam um quotidiano repleto de dificuldades.

Com a Revolução dos Cravos, Portugal deu um passo decisivo rumo à liberdade. No dia 25 de Abril de 1974, o povo português, cansado da opressão, viu os soldados colocarem cravos nos canos das espingardas, simbolizando a paz e a esperança de um novo amanhecer. A partir desse momento, a liberdade de expressão tornou-se um direito inalienável, permitindo que as vozes antes silenciadas se fizessem ouvir. A educação, a saúde e os direitos humanos começaram a ser valorizados e melhorados, transformando a sociedade portuguesa.

Hoje, Fradelos é um testemunho vivo das mudanças que ocorreram ao longo das últimas décadas. As tradições permanecem, mas agora coexistem com uma nova realidade, onde a liberdade é um bem precioso que todos devem valorizar e proteger. A história de Fradelos é, assim, um reflexo da resiliência de um povo que, através da luta e da esperança, conquistou um futuro mais justo e igualitário.

Com todo o orgulho nestas histórias da freguesia, a Escola Básica de Fradelos mergulhou nas ricas tradições da freguesia, vivenciando e festejando assim o meio século de liberdade e democracia. Neste maravilhoso trabalho com as crianças, foi-lhes dada a oportunidade única de vivenciar a história de Fradelos, explorando como era a vida antes e depois da Revolução dos Cravos.

Este projeto educativo, foi tema principal do projeto de escola em articulação com o programa educativo e cultural “De Famalicão

para o Mundo”. Este trabalho permitiu que os alunos da escola de Valdossos, não aprendessem apenas sobre eventos históricos, mas também sobre a essência da cultura local tão rica e vasta. Através de atividades interativas e visitas a locais emblemáticos, as crianças puderam compreender a importância da liberdade conquistada que acabou por moldar a comunidade que conhecemos hoje.

Como registo deste trabalho notável e enriquecedor, foi criada uma história em volta destas experiências, do antes e do após 25 de Abril e por conseguinte foi realizado um filme com as experiências vivenciadas, nomeadamente, desfolhada, vindima (Fig. 1), tradições do rio, queima do galheiro (Figs. 8 e 9), confeção de pratos típicos do antes e pós 25 de Abril (Fig. 16), ordenha manual (Fig. 7) e com a chegada da maquinaria, a representação da escola de antes e depois, o vestuário e o namoro típico da época em representação dramática (Fig. 17), construção de cravos vermelhos em croché e material de desperdício (Figs. 6, 12, 14 e 15), dramatização da revolução dos cravos (Figs. 4, 5 e 11) e da PIDE (Fig. 10). A escola ficou embelezada com a construção de uma árvore de cravos (Fig. 3), murais (Fig. 13) e bandeira nacional feita com material de desperdício (Fig. 18).

A experiência foi enriquecedora, proporcionando um espaço para reflexão e diálogo sobre o passado, celebrando o presente e o futuro de Fradelos. Comemorou-se não apenas a história, mas também a continuidade das tradições que une e define a comunidade. Que venham mais 50 anos de liberdade e democracia!



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7



Figs. 8 e 9



Figs. 10



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14



Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17



Fig. 18

06. Pensar o Futuro a partir de Abril – um ciclo de conferências instigantes

→ Luís Alberto
M. Alves

1. A envolvente

Procurando envolver a sociedade famalicense em geral e os estudantes e docentes dos seus espaços educativos, em particular, e rentabilizando todo o histórico de tratamento da História Local no contexto nacional e internacional através do Projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, foram patrocinadas várias iniciativas, entre as quais destacamos:

- Um **Colóquio** sob o tema – “De Famalicão para o Mundo: o 25 de Abril de 1974 – significado de uma data histórica em Vila Nova de Famalicão”.
- Uma **Exposição** em perfeita articulação com a Comissão das Comemoração nacional e com o devido destaque para as repercussões do “25 de Abril em Famalicão”.
- Uma **Exposição** de fotografias de Alfredo Cunha no Mercado Municipal, “25 de Abril de 1974, Quinta-Feira”.
- Um **Concurso** destinado aos alunos de todos os graus de ensino (do pré-escolar ao secundário), designado – “De Famalicão para o Mundo – o 25 de Abril de 1974: 50 anos de liberdade e democracia – um conto, uma ilustração”.
- **Publicação de um livro** com patrocínio da Câmara: com fotografias de Alfredo Cunha e texto de Fernando Rosas.

Outras iniciativas foram ainda implementadas: **aulas abertas**; **tertúlias** temáticas sobre a memória da revolução incorporando as lutas operárias no concelho; passeio de carros da década de 1970 (parceria com o Museu Automóvel); **caminhadas** comentadas pelas ruas de Famalicão e de Riba de Ave com o objetivo dar a conhecer as ruas e locais de interesse histórico do concelho onde se desenvolveram actividade de oposição democrática (cafés, livrarias, jardins, cemitérios, etc.).

O **ciclo de conferências – Pensar o Futuro a partir de Abril** – procurou acrescentar reflexões novas sobre o tema do processo revolucionário espoletado pela revolução de 1974, centrando-se em perspetivas fundamentadas e mais recentes sobre temas, ainda hoje “quentes”, quando analisamos, em particular, o período entre 1974 e 1976. Sabendo que o público seria fundamentalmente constituído por professores, mas também por protagonistas que em Famalicão perceberam e participaram nos vários acontecimentos, diversificaram-se os temas e conseguiu-se trazer especialistas nas diferentes áreas que elegemos como centrais.



Fig. 1 Cartaz do Ciclo de Conferências

2. O Programa

A “Arte e a Revolução” foi o tema de abertura, apresentado por António Gonçalves¹ que na sua postura sempre provocadora e instigante sintetizou assim a sua proposta:

“Terá sido pela liberdade do gesto que eventualmente se deu uma imensa revolução. Ao termos feito os primeiros registos que ficaram plasmados nas paredes das grutas atraímos olhares e revolucionámos o entendimento do espaço e da matriz da compreensão. A arte persiste numa constante busca de definição, quer ver resolvido o mistério, alcançar a plenitude. Não se conforma. A Revolução partilha da energia e desassossego que opera no experimentar, no fazer e pensar o processo criativo.

A arte não se põe ao serviço da revolução, nem a ilustra; procura, sim, estimular sensibilidades e promover a aptidão para nos tornarmos mais audazes e atentos. Para podermos ver para lá do espaço que se nos apresenta (tido) como real. As revoluções procuram fazer cortes, transformar, dar novos sentidos, assim como a arte, que nos desafia, constantemente, para nos deixar perante a regeneração.”²

Fig. 2 Sessão com António Gonçalves



Na segunda conferência, o investigador Ricardo Noronha³, abordou alguns dos temas quentes, mas nem sempre analisados de forma sustentada, relativos

1 Frequentou a Escola Soares dos Reis, Porto. Licenciatura de Artes Plásticas – Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Frequentou a Faculdade de Belas Artes de Cuenca-Espanha, ao abrigo do Projeto Erasmus 1998/1999. Frequentou o Doutoramento em História de Arte, na Universidade de Les Illes Balears, Palma de Maiorca, Espanha. Pintor. Diretor Artístico da Galeria Municipal Ala da Frente, em Vila Nova de Famalicão – desde 2015. Diretor Artístico da Fundação Cupertino de Miranda de Vila Nova de Famalicão – de 2002 a 2018. Professor dos Cursos de Formação Contínua na Faculdade de Belas Artes do Porto, desde 2017. Professor Auxiliar na Escola Superior Artística do Porto extensão de Guimarães, de 2003 a 2014. Diretor do Museu Nogueira da Silva (2022).

2 Resumo apresentado pelo orador.

3 Investigador auxiliar do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH), onde foi coordenador do grupo de investigação «Economia e Sociedade». Os seus tópicos de pesquisa incluem a conflituosidade social, a história intelectual e as transformações económicas durante a segunda metade do Século XX. É autor de vários trabalhos, entre os quais «A banca ao serviço do povo». Política e Economia durante o PREC (1974-75) (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2018) e 1974: Portugal, uma retrospectiva (Lisboa: Tinta-da-China, 2019).

à “Reação conservadora ao 25 de Abril (28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975)”, partilhando informações credibilizadas pela sua investigação. O próprio resumo apresentado remetia-nos desde logo para a necessidade da inclusão deste tema no âmbito do ciclo de conferências.

“Por razões inteiramente compreensíveis, o terrorismo bombista de extrema-direita e as mobilizações anticomunistas do «Verão Quente» de 1975 têm merecido a atenção de vários jornalistas e investigadores que se dedicam ao estudo do processo revolucionário. É, no entanto, difícil compreender qualquer um desses fenómenos sem proceder a um recuo temporal, que permita identificar a trajetória política dos grupos, organizações e correntes que se mobilizaram, logo a seguir ao 25 de Abril, para bloquear ou reverter as transformações em curso. Movidos por diferentes propósitos e perseguindo objetivos por vezes contraditórios, esses setores nem por isso deixaram de convergir, em dois momentos decisivos, contra os seus inimigos comuns, nomeadamente a Comissão Coordenadora do MFA e o Partido Comunista Português. Revisitar a história do 28 de Setembro de 1974 e do 11 de Março de 1975 permite-nos traçar uma genealogia de organizações como o ELP e o MDLP, responsáveis por alguns dos mais sangrentos atos de violência e destruição que ocorreram durante o PREC. Esta comunicação oferece alguns elementos para reconstruir o enredo dessa história e identificar os principais atores da reação de direita contra o 25 de Abril.”⁴



Fig. 3 Sessão com Ricardo Noronha

A terceira conferência trouxe até Famalicão uma das figuras mais prestigiadas como historiador e como responsável por um dos maiores espólios (fontes) para o estudo da nossa História Contemporânea – o Arquivo Ephemera,

Está envolvido atualmente numa investigação sobre o planeamento económico em Portugal, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia ao abrigo do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico (CEEC Individual).

4 Resumo apresentado pelo orador.

hoje um dos fundos documentais de referência. José Pacheco Pereira⁵, recentemente desafiado pela Câmara de Santa Comba Dão para com a sua Associação – “Ephemera – Biblioteca e Arquivo” – assumir a responsabilidade de criar o “Novo Centro Interpretativo do Estado Novo” (Jornal “Público” de 1 de março de 2025), veio falar do “Significado do 25 de novembro de 1975”, tema sobre o qual, com suporte em numerosas fontes e entrevistas, tem escrito com regularidade. Curiosamente, no resumo que foi solicitado, apenas escreveu “25 de novembro: o que foi e o que não foi”.

Importa dizer que este era um dos temas mais aguardados e, prova disso, foi a necessidade de aumentar os lugares para todos os que quiseram ouvi-lo. Contundente, claro e sempre recorrendo a fontes credíveis para sustentar as suas posições, alertou para as “enormidades e falsidades sistemáticas” que regularmente são veiculadas sobre os acontecimentos, recusando por um lado, o epíteto de “golpe do PCP” e, por outro, criticando a “ignorância” do PS sobre o papel que tiveram alguns dos seus dirigentes, com destaque para Mário Soares. Assinalou mesmo que Álvaro Cunhal, antigo líder do PCP, teve “uma atitude de grande prudência” e “desconfia[va] do sucesso das tentativas mais à esquerda do 25 de Novembro”, além de que “não há prova de uma movimentação significativa das estruturas do PCP, mesmo das paramilitares, na participação no 25 de Novembro, a não ser a de estarem à espera de ver o que acontecia”. Aliás esta posição já tinha sido consubstanciada noutras alturas, seja através de artigos em jornais, seja na sua participação no debate sobre o 25 de Novembro na Reitoria da Universidade de Lisboa (3 de maio de 2024)⁶. O historiador considerou que o “grande adquirido do 25 de Novembro nem é estritamente no plano político”, embora tenha contribuído para a estabilização das instituições, mas é sobretudo por ter “evitado uma radicalização que se passava essencialmente no interior das Forças Armadas”. Questionado pela assistência (dominada por professores, sobretudo das áreas de Ciências Sociais e Humanas) alertou para a “reconstrução retrospectiva dos acontecimentos históricos” que apenas poderá ser combatida com a prova das fontes, em particular primárias. Daí o seu papel

5 Licenciado em Filosofia pela Universidade do Porto. Professor, investigador de história contemporânea portuguesa, jornalista, cronista, político português e professor universitário. Manifestou-se ativamente contra o Estado Novo. Exerceu os seguintes cargos: deputado na V, VI e VII Legislatura; Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD; membro do Conselho Nacional do PSD; Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD; Deputado ao Parlamento Europeu; em 1995, foi eleito Presidente do Grupo Parlamentar. Foi ainda Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa. Em 2020 tornou-se membro do Conselho Consultivo do CEN. Publicou mais de uma dezena de livros sobre História e Política. Colabora regularmente na imprensa escrita, na rádio e na televisão. É autor dos blogues Abrupto, Estudos sobre o Comunismo e Ephemera. Dedicou-se desde há muito à preservação de livros, periódicos, documentos e objetos ligados à memória da história contemporânea portuguesa. Criou e mantém o Arquivo / Biblioteca Ephemera, o maior arquivo privado português.

6 Ver por exemplo – <https://www.publico.pt/2024/05/03/politica/noticia/pacheco-pereira-critica-atitude-incompreensivel-ps-25-novembro-2089127> e <https://expresso.pt/50-anos-25-de-abril/2024-05-03-25-de-novembro-pacheco-pereira-diz-que-ps-afronta-memoria-de-mario-soares-e-fala-de-ignorancia-na-nova-geracao-de-dirigentes-42fac334>

e a sua vontade imensa de recolher “tudo o que outros podem considerar sem interesse” porque, e referindo-se à “Ephemera”, “o que está cá dentro está melhor do que o que está lá fora”, catalogando o Arquivo, nesta perspetiva, como “omnívoro”. Humor e conhecimento percorreram as cerca de duas horas de intervenção.



Fig. 4 Sessão com José Pacheco Pereira

A quarta conferência foi uma excelente surpresa, tanto pelo tema como pelo conteúdo. Tendo como objeto “O Canto de Intervenção como meio de mobilização” o orador – Ivan Lima Cavalcanti⁷ – partilhou a sua investigação em curso, recorrendo a todas as fontes já, no momento (2024), consultadas e analisadas (destacando as várias entrevistas a cantatores portugueses e brasileiros) focando perspetivas que surpreenderam pelo elevado conhecimento da realidade portuguesa. A sua proposta estava bem visível no resumo apresentado:

“Discutir o 25 de Abril e a canção atualmente é essencial para preservar a memória da resistência e da importância da luta e conquista da democracia. A canção foi, sem dúvida, um dos instrumentos de resistência mais poderosos contra a ditadura em Portugal, tanto é que a senha revolucionária foi uma música, Grândola Vila Morena, do compositor José Afonso. Refletir de como a arte, e nesse caso a canção, é ferramenta fundamental de mobilização dentro da sociedade contemporânea e o papel daquela no processo revolucionário que devolveu à sociedade portuguesa a possibilidade de escolher seus representantes democraticamente, de ampliar as

⁷ Doutorando em História Contemporânea pela Universidade do Porto, tem licenciatura e mestrado em História. Atualmente (2024) desenvolve um estudo sobre as músicas lusófonas de protesto/intervenção produzidas em Portugal e Brasil durante as respetivas ditaduras nos anos 60. Lecionou a disciplina “Cinema e Educação Histórica” como professor assistente na pós-Graduação em Cinema e Cultura Visual da Universidade do Porto (Portugal). (2019) Pesquisador do CITCEM. Atuou na área de pesquisa com História Social e Cultural trabalhando com a historiografia brasileira acerca da música popular dos anos 70 no Brasil e a censura presente neste período. Foi professor de História em Pernambuco (Brasil). Também atua na área de música desde sua utilização em sala de aula, até a canção como instrumento de discussão historiográfica, abrindo assim um diálogo entre história e música.

liberdades individuais e de criar propostas de um país mais justo e solidário. A construção de uma memória focada na democracia, na justiça sociedade e no respeito a alteridade que constrói o que há de mais importante em Portugal. A canção teve papel urgente no 25 de Abril há 50 anos e tem o mesmo ou até mais nas sociedades contemporâneas, portanto falar sobre a memória dessas canções, dessas ações e desses artistas sobre as ações de 50 anos atrás e seus legados também é falar sobre o Portugal de agora que precisa manter essas bases – quando ameaçam ser estremecidas – democráticas e que tem na arte um aliado fundamental. A cantiga foi e é uma arma para essa luz se manter acesa.”⁸

Para além de uma apresentação que recorreu a variados exemplos – de músicas e de letras – teve ainda a oportunidade de esclarecer as dúvidas colocadas pela assistência.



Fig. 5 Sessão com Ivan Lima Cavalcanti

A quinta focou um dos temas aguardados sobre “Ambiente e Sustentabilidade” sempre num arco temporal que remontava ao 25 de Abril e nos trazia até aos dias de hoje, fornecendo informações sustentadas sobre as preocupações portuguesas e internacionais (sobretudo europeias) no âmbito das políticas relacionadas com o tema. O orador – Jorge Moreira da Silva⁹ – pelo seu per-

⁸ Resumo apresentado pelo orador.

⁹ “Natural de Vila Nova de Famalicão. Foi nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) como Subsecretário-Geral e Diretor Executivo da UNOPS a 23 de março de 2023. Antes desta nomeação, Moreira da Silva foi Professor Catedrático Convidado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Professor Adjunto na Escola de Relações Internacionais de Paris (Sciences Po) e Presidente da Plataforma para o Crescimento Sustentável, sediada em Lisboa. Foi Diretor da Direção de Cooperação para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em Paris (2016-2022). Antes de ingressar na OCDE foi Ministro do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território de Portugal de 2013 a 2015 onde lançou um conjunto de reformas, tais como: a reforma da tributação verde (incluindo a criação de um imposto sobre o carbono), a reestruturação do setor de resíduos urbanos, o desenvolvimento da energia renovável e mobilidade elétrica, a reforma do setor dos serviços hídricos, a reforma da habitação e ordenamento de território e o programa de conservação da natureza que reintroduziu o lince ibérico. Foi também muito ativo nas negociações sobre

curso, tanto ao nível do pensamento como da intervenção política em diferentes organismos nacionais e internacionais, traçou um excelente percurso do que foram e têm sido as iniciativas mais significativas, deixando, no decorrer do discurso, desafios individuais no âmbito do nosso quotidiano. A informação e as perspetivas transmitidas foram particularmente importantes tendo em conta o público de educadores que assistiam, podendo assim replicar junto dos seus alunos, ideias, projetos e atos que os venham a tornar cidadãos mais conscientes dos problemas relacionados com o Ambiente e a Sustentabilidade. Num aparte, hoje (2024), poucas são as Escolas e Agrupamentos de Famalicão que não têm inscritos nos seus Projetos Educativos e nos Planos de Atividades iniciativas que corroboram a urgência e a premência de mobilizar os alunos para estes problemas contemporâneos.



O ciclo fechou com “chave de ouro” já que o conferencista convidado – António Sampaio da Nóvoa –, com raízes familiares em Famalicão, é sobretudo “uma referência no mundo da educação”, tanto nacional como internacional (por exemplo através da sua participação em várias iniciativas da UNESCO)¹⁰. Perante

Fig. 6 Sessão com Jorge Moreira da Silva

o Acordo de Paris e sobre o quadro da UE para a Energia e o Clima para 2030. É graduado em engenharia elétrica e de computação pela Universidade do Porto, Portugal, e possui uma pós-graduação em Alta Direção de Empresas pela AESE-IESE Business School, Universidade de Navarra, Espanha. Foi distinguido, em 2009, com a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República. Recebeu, em 2008, a Comenda de Mérito Civil pelo Rei de Espanha.” O orador não apresentou resumo da sua intervenção. Texto retirado do registo biográfico enviado.

- 10** “António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa foi professor universitário, doutor em Ciências da Educação (Universidade de Genebra) e História Moderna e Contemporânea (Paris-Sorbonne). Atualmente, é professor catedrático jubilado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e reitor honorário da mesma universidade. É autor de mais de 150 publicações, entre livros, capítulos e artigos, editadas em 12 países. As suas investigações e interesses incidem sobre história e psicologia da educação, educação comparada, e formação de professores. É descendente direto do historiador Alberto Sampaio (1841-1908), da Casa de Boamense, localizada na freguesia de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão”. O Resumo da intervenção não foi facultado. Como curiosidade registre-se que, uma semana depois, no dia

um público constituído sobretudo por professores, intitulou a sua intervenção – A Educação: dos desafios de Abril ao futuro da Educação. Abrindo com uma imagem singela de uma reta ascendente entre 1900 e 2000, onde sobressaía um cravo em 1974, preencheu essa imagem com a importância desse crescimento, mas também o seu significado para a História da Educação em Portugal. Depois pormenorizou exemplificando com o que mudou, sobretudo numa altura onde tantas vezes persistem em afirmar que “nada mudou”. Contextualizando com as transformações nacionais e internacionais, de âmbito político, mas sobretudo da percepção do significado da educação para a concretização das mudanças, partilhou a sua experiência no âmbito da UNESCO.

Supportado numa “visita pedagógica” recente que efetuou a 50 escolas espalhadas de norte a sul em Portugal, refletiu sobre as suas percepções sustentadas. Considerou que ao nível das Escolas, houve “mudanças nas formas de acolhimento e de convivialidade” embora “pouca mudança na estrutura do modelo escolar”. O efeito de “transbordamento de conteúdos” e a “excessiva burocratização” foram também aspetos que elegeram como predominantes e justificativos de algum mal-estar docente. Ao nível da Pedagogia, *sentiu* uma “frágil renovação pedagógica” com algum alheamento da incorporação nos atos didáticos, das tecnologias hoje ao dispor de todos os docentes. Sugeriu uma relação professor-aluno que apostasse mais na cooperação e uma relação com o conhecimento que apontasse no sentido da convergência (atualidade, conteúdo, didática baseada em projetos,...). Evidenciou ao nível dos professores a realidade do “envelhecimento e da desmotivação” e a perda da autoridade (tanto ao nível do conhecimento como da relação disciplinar). Apontou como forma de minorar estas sensações, um “ethos mais colaborativo” de partilha e de diálogo, muito na linha do último relatório da UNESCO – Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação¹¹.

Mais autonomia para as Escolas, mais sentido de cooperação na pedagogia (entre docente e discente) e mais colaboração entre os professores foram os vetores que deixou para continuarmos com uma escola pública em Portugal, insubstituível e prolongando o sentido ascendente que nos tinha apresentado na abertura.

em que completou 70 anos, em 12 de dezembro de 2024, deu a sua ‘aula final’ como servidor público da Universidade de Lisboa, em Portugal, e escolheu ‘Liberdade’ como título da cerimônia. Nas suas próprias palavras, não foi exatamente ‘uma lição’, muito menos ‘a última’. “Isto foi e é uma continuação”, afirmou na jubilação oficial. Segundo as crónicas, “não houve tom de despedida”, pois todos sabem que novos capítulos estão por vir. Afinal, estudar e aprender são intrínsecos a quem ele é. “Não se estuda para alguma coisa. Mas por sermos humanos”, disse o professor agora jubilado.

11 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>



Fig. 7 Sessão com António Nóvoa

Cumprindo todo o Programa previsto, tanto em termos de oradores como de temas, o Ciclo de Conferências constituiu um momento alto das Comemorações e, sobretudo, uma oportunidade única de refletirmos com os melhores especialistas sobre o marco que significou Abril de 1974 no processo de transformação do Portugal Contemporâneo.

3. A Avaliação

Esta iniciativa contou também com um processo de avaliação, muito importante pelo seu significado quantitativo (cerca de meia centena dos participantes¹²), mas também pelo seu conteúdo pois forneceu sugestões e ideias importantes para o projeto educativo e cultural municipal “De Famalicão para o Mundo”, mas também para outras iniciativas dos famalicenses em geral.

3.1 Motivação para a adesão e elogios ao conteúdo

Sobressaem, desde logo, três aspetos que colheram múltiplas referências: pertinência dos temas/conteúdos, qualidade dos oradores e sentido prospetivo das apresentações.

- A “pertinência dos conteúdos” (F1) e a “panóplia de assuntos/temas abordados [que] permitiram ter uma visão ampla, multifacetada, crítica

12 Todas as afirmações entre aspas foram veiculadas por escrito da parte das pessoas (docentes) que tendo participado, utilizaram a presença nas Conferências para efeitos de creditação. Por razões óbvias foi salvaguardada a identidade, surgindo como F (formando) e o número atribuído no âmbito da sua análise.

e abrangente sob diversas perspetivas dos tempos vividos há cinquenta anos” (F4) assegurando “revitalizar conhecimentos” (F1) e “ampliar horizontes e integrar novas perspetivas na prática pedagógica” (F5). “Os conteúdos apresentados alicerçaram-se numa elevada competência científica [dos oradores], fruto de aprofundada pesquisa e investigação ao longo das suas carreiras académicas.” (F1). Os “temas abordados foram pertinentes, mas também foram apresentados de forma profunda e provocadora, estimulando uma reflexão crítica. A variedade de perspetivas enriqueceu o debate e permitiu ampliar os conhecimentos” (F9). “A variedade e o espetro alcançado pelos temas abordados conferiram uma latitude de visões e de leituras do 25 de Abril que muito contribuíram para complementar os conhecimentos que temos” (F12).

- Os “palestrantes com reconhecido mérito académico” (F1) sobretudo porque permitiram o “contacto com novos conhecimentos e perspetivas no plano da história contemporânea com carácter científico e pedagógico relevantes para o exercício da atividade docente” (F7) e “abrir horizontes, conhecer a opinião de pessoas de diferentes áreas e quadrantes políticos” (F6). “A dinâmica das sessões, a metodologia dos oradores e os materiais disponibilizados nas apresentações contribuíram para o sucesso.”(F16). “Comunicações fluidas e interessantes” (F1), sintetizaram os respondentes.
- O sentido prospetivo que os temas e os oradores proporcionaram, sobretudo porque apresentando “diferentes ângulos e perspetivas sobre a Revolução — e as revoluções, de forma geral — bem como as transformações culturais, económicas e sociais que lhe estiveram associadas” (F8) corporizaram uma “oportunidade única para refletir sobre os desafios contemporâneos e projetar um futuro mais justo, inclusivo e sustentável, inspirado nos valores de liberdade e democracia trazidos pela Revolução de Abril” (F15). “Os oradores apresentaram os temas de forma transversal e multidisciplinar, explorando questões que ultrapassam a História e promovem a discussão sobre cidadania, democracia e os desafios do futuro.” (F5).

Estes aspetos foram ainda enriquecidos pela “oportunidade para o diálogo, onde foi possível conhecer perspetivas inovadoras sobre temas cruciais como cidadania, sustentabilidade, globalização e educação, partilhadas por especialistas e figuras de referência” (F15). A possibilidade de “Refletir sobre os desafios e as transformações que o futuro nos proporciona, expandi[ndo], questiona[ndo] paradigmas existentes e contribui[ndo] com novas ideias para a construção de um futuro mais consciente e transformador” (F3) foi também um dos enfoques em linha com a preocupação que a conceção do ciclo de conferências sempre teve presente.

Digna de registo também, no sentido veiculado por António Nóvoa, foi o facto de o conteúdo das conferências permitirem um “acréscimo de novos

conhecimentos podendo melhorar e diversificar as práticas pedagógicas quer no ensino da disciplina História, mas também a nível da área-de-competência de Área de Integração e Cidadania e Desenvolvimento” (F2), insuflando a possibilidade de uma “aprendizagem ativa, [fomentando] o pensamento crítico e uma apreciação mais profunda da História em toda a sua complexidade” (F1).

Pareceu claro o contributo do Ciclo para a luta de “todos os dias para construir pontes, desmistificar as estórias que são contadas e repor a construção do conhecimento pela pesquisa de fontes, pela confrontação e pelo debate aberto” (F14), o que justifica a motivação para uma presença muito significativa ao longo de todas as conferências.



Fig. 8 Vista geral da assistência do Ciclo de Conferências

3.2 Apreciação global

A avaliação realizada por um dos frequentadores, resume de forma pertinente o alcance global deste Ciclo: “Compreender a democratização, a descolonização, o desenvolvimento económico, a integração na Europa, os próprios movimentos sociais, a cultura e identidade do nosso país, assim como os desafios políticos, sob um outro olhar; um olhar mais atento, com uma escuta ativa, baseada em relatos de estudiosos que se debruçaram arduamente sobre a problemática” (F30). Trata-se de uma síntese perfeita dos objetivos que os organizadores procuraram emprestar a este programa para as conferências.

Como se afirmava no título da iniciativa, mais do que comemorar o 25 de Abril, importava “repensar o futuro” a partir do desígnio com que foi construído o processo político, social, económico, educativo e cultural a que a Revolução de

1974 deu início. O enfoque reconhecido na “ampla abordagem de temas cruciais para o futuro, envolvendo questões sociais, políticas e ambientais (ambiente e sustentabilidade)” (F3) foi repetido em várias das avaliações realizadas.

Quando solicitados a eleger os pontos fortes do Ciclo, ficou clara a apreciação de grande parte dos participantes: “na minha perspetiva este ciclo de conferências, foram excelentes, pelas diversas temáticas tratadas e do cumprimento dos objetivos traçados pela organização, da participação e aplicação dos oradores, ao nível suas comunicações, pela qualidade dos documentos, imagens e gráficos pertinentes apresentados nas comunicações e pela interação entre os intervenientes e o público” (F2).

4. Conclusão

“A realização das primeiras eleições livres em Portugal, a 25 de Abril de 1975, será o tema privilegiado de 2025, servindo de mote para um debate sobre o futuro da democracia portuguesa. Coincidindo com os 50 anos da fase mais turbulenta e polémica da Revolução de 1974-1975, este será igualmente o momento de promover um debate sobre a memória desse período, envolvendo as universidades, mas também a comunicação social e a sociedade em geral.”¹³

Sendo o mote da “Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974” a nível nacional, o ciclo de Conferências organizado pela Câmara de V.N. de Famalicão no último trimestre de 2024 antecipou, com o seu conteúdo, este desiderato, fornecendo a todos os docentes e cidadãos em geral, uma clara interligação entre a investigação e a sua utilização, tanto em contexto didático como social. Se “Democratização” era o mote para o ano de 2025 no contexto nacional, anteciparam-se os motivos para aceder a informação consistente, a conteúdos e perspetivas renovadas, a uma atualização que importa fazer de forma permanente para combater a ignorância ou o senso comum. Quando estamos perante educadores, maior é a nossa responsabilidade para depois formarmos de forma sustentada aqueles que são mais vulneráveis ao conhecimento fugaz ou à manipulação de saberes. Esse será o ponto de chegada para deles esperarmos uma cidadania mais completa, mais crítica, mas também mais interventiva.

Abril merece que ensinemos os nossos alunos a regar todos os dias a planta da Democracia que não é uma árvore perene, mas que deve ser tratada com a sensibilidade dos cravos mais frágeis. Alunos hoje, cidadãos de todos os dias. Cidadãos hoje, alunos de todos os dias procurando saber mais, atualizando-se com os saberes sustentados que dinamitam a ignorância.

¹³ https://50anos25abril.pt/wp-content/uploads/2025/02/50x2_Programa_2025.pdf, p. 7.

07. Caminhos da Liberdade. Roteiro da Memória¹

→ Arminda Ferreira
Artur Sá da Costa

Os locais onde se fez resistência à ditadura do Estado Novo em Vila Nova de Famalicão

O programa municipal comemorativo dos 50 anos da revolução do 25 de Abril de 1974 incluiu, entre múltiplas e diversificadas iniciativas, a organização de um roteiro pelos locais da resistência à ditadura. São hoje, após conquistada a liberdade, locais de memória e elementos de identidade coletiva municipal que devem ser preservados. Como se sabe, foram múltiplas e diversificadas as lutas protagonizadas por diversificados agentes políticos com que se combateu a Ditadura Militar e, posteriormente, o Estado Novo. Foi uma luta sem tréguas, iniciada desde a primeira hora que só terminou com a vitória da Liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974.

Ao neutralizar os direitos civis e políticos, proibindo designadamente o exercício dos direitos de reunião e associação, o regime ditatorial asfixiou e impediu a contestação e a crítica ao regime pela oposição. Qualquer manifestação de desagrado, um simples abaixo-assinado que fosse, eram violentamente reprimidos, com os organizadores e participantes a serem interpelados pela Polícia Política, levados para as esquadras policiais, ficando muitas vezes presos e, quando soltos (sem qualquer explicação), ou julgados em tribunais especiais (os plenários).

¹ Um agradecimento a todos os que colaboraram, quer na organização do roteiro, quer percorrendo os locais, dando contributos memoriais na sua identificação e caracterização.

Numa primeira fase (entre 1927/1931) o combate político fez-se com armas na mão, com sucessivas revoltas militares protagonizadas pelos radicais republicanos, tentando evitar que a situação política evoluísse para uma ditadura. A 4 de fevereiro de 1927 rebenta a primeira revolta no Porto, com consequências trágicas, provocando centenas de mortos e milhares de deportados. Apesar disso, os militares republicanos e os democratas nunca baixaram os braços, opondo-se tenazmente à ditadura militar.

Fernando Rosas resume lapidariamente este período: «Para derrotar a República liberal foi preciso um longo período de guerra civil intermitente entre 1926 e os inícios dos anos 30 (...) a Ditadura Militar só pôde transformar-se em Estado Novo sobre o esmagamento desta resistência e à custa do imenso sacrifício que ela representou». (Salazar e o Poder, A Arte de Saber Durar, 2012).

Fim da Guerra Mundial

A explosão popular de alegria que o fim da II Guerra Mundial gerou no país, levou o povo para a rua com grandiosas manifestações.

Criaram-se as maiores expectativas no fim do fascismo, em Portugal e Espanha, após a vitória dos Aliados sobre o eixo nazi-fascista.

Nesta onda democrática que varria a Europa, o ditador Salazar sente a ameaça e reage, deixando a oposição na expectativa. Num discurso na Assembleia Nacional, logo em 8 de maio, quando o eco das manifestações ainda pairava no ar, congratula-se com o fim da guerra, sugere mudanças, não excluindo a realização de eleições. A oposição vai a reboque, alimentando esperanças de participar. Num golpe de antecipação, Salazar faz uma revisão constitucional, revê a lei eleitoral, criando círculos eleitorais distritais, reconhecendo a existência e até o direito de concorrência eleitoral da oposição. Em simultâneo antecipa as eleições para novembro desse ano, e destrói qualquer veleidade de se realizarem eleições livres e democráticas. De nada valeram os protestos da oposição. Muito menos a iniciativa de promover um abaixo-assinado a pedir o adiamento das eleições. Não que o clamor e entusiasmo popular refreassem, simplesmente os líderes oposicionistas lisboetas cederam às pressões e entregaram as listas de assinaturas! Não em Famalicão, que foram queimadas, como deixou dito Armando Bacelar (Memórias de Tempos Idos, Separata do Bol. Cultural 13, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão).

Uma vez mais, Fernando Rosas sintetiza este período trágico: «Desde maio de 1944, o caminho apontado se resume a isto: ainda que tendo de fazer algumas conceções ao ambiente democrático do fim da guerra, nada de essencial na natureza política do regime havia de mudar» (“Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)”, Fernando Rosas, in. “História de Portugal”, José Mattoso, vol. VII.)

É neste clima de críspação que a oposição declara a sua não participação no ato eleitoral. Do mal o menos: a ditadura perdia a legitimação que procurava, arrastando consigo a oposição para um ato fraudulento.

De qualquer modo ficava aberto um novo ciclo no regime, que sem abdicar da máquina repressiva, concedia ciclicamente a realização de eleições, quer legislativas, quer presidenciais.

Em qualquer caso nunca serão eleições livres. A liberdade eleitoral resume-se a um aparente escasso mês de luta, condicionada e desigual. É Reis Torgal a dizer: “Nunca houve eleições livres durante esses cerca de quarenta anos. Nem essa era, pois, a vontade do regime” (Oposição e Eleições no Estado Novo, Reis Torgal).

É este o jogo que a partir de agora a oposição vai contestar e combater a ditadura. Iniciam-se pequenos períodos, por ocasião dos atos eleitorais, de alguma abertura na malha repressiva que a oposição aproveita para mobilizar a população, denunciar a proibição dos direitos cívicos e políticos para apresentar as suas propostas. Será assim, com oscilações, altos e baixos, controvérsias e divisões entre os oposicionistas que a “luta legal” das oposições se desenvolverá. Neste contexto merece destaque a candidatura do General Humberto Delgado, que provocou um verdadeiro “terramoto”, arrastando o povo para uma vitória eleitoral, negada pela maior fraude eleitoral.

A Oposição Democrática do distrito de Braga vai explorar a seu favor esta minúscula abertura. Em 1957 decide ir até à boca das urnas, deixando de lado todas as outras distritais do país. Lino Lima observa nas suas “memórias” que «a Oposição não podia continuar indefinidamente nessa posição de desistência, à última hora (...) Esta foi a primeira transformação qualitativa que se deu na ação política dos democratas portugueses, que passaram de uma tática abstencionista para o intervencionismo até à boca das urnas» (Romanceiro do Povo Miúdo, Memória e Confissões, 1991).

Porém a luta política contra a ditadura ia muito para além destas breves disputas eleitorais. Estendia-se a todos os sectores de atividade, inclusive o mundo operário, o campo cultural e o movimento associativo. Neste particular a partir da década de 60 a Oposição logrou lançar iniciativas e desenvolver um vasto conjunto de atividades associativas, culturais e artísticas que lhe deram a hegemonia cultural, sobretudo nos concelhos de Guimarães e Famalicão (Momentos de Resistência, 2000).

Esta linha de ação já vinha das lutas eleitorais e dos confrontos com os situacionistas, traduzindo-se na publicação de estudos em várias áreas, que a Crise da Indústria Têxtil Algodoeira, de Lino Lima, e as Engrenagens do Ensino de Santos Simões, são exemplos maiores.

A importância e o papel cada vez mais relevante da Oposição Democrática expressa-se também na capacidade de criar uma rede organizativa, a ponto de a partir de meados da década de 60 passar a reunir semanalmente em sistema rotativo, prevenindo eventuais denúncias e a atuação repressiva policial (Braga, Um Grito de Liberdade, J. Santos Simões).

É neste contexto que surge o recurso a suportes logísticos dos democratas para efetivar as suas reuniões. Santos Simões regista no seu livro de “memórias”

(Braga, Um Grito de Liberdade) os locais do distrito onde a Oposição Democrática se reunia, citando os concelhos de Arco de Baúlhe, Braga, Celorico de Bastos, Fafe, Famalicão, Guimarães e Moreira de Cónegos. Em Famalicão menciona as residências de Pinheiro Braga, Lino Lima, António Malvar, Manuel Cunha, Ferreira Lobo e no escritório de Joaquim Loureiro.

Além destes locais outros foram incluídos no Roteiro, aliás alargado a Riba de Ave. O percurso pelas ruas da cidade de Vila Nova de Famalicão e da vila de Riba de Ave ocorreram respetivamente em 20 de Abril e 11 de Maio. Desta forma o roteiro foi enriquecido com comentários e registos de memórias relatadas pelos participantes. São memórias vivas das lutas de muitos famalicenses que merecem ser recordadas e perpetuadas. É uma luta contra o esquecimento que temos o dever de travar.

Porém, como observa J. Santos Simões: «se os locais das reuniões são indicadores marcantes da coragem cívica e política dos seus moradores [residências], mais importante foi a própria intervenção política deles próprios».

Os Caminhos da Liberdade

Os Caminhos da Liberdade de Famalicão e Riba de Ave são dois roteiros que pretendem dar a conhecer os locais onde se juntavam os democratas famalicenses que conspiravam e combatiam a Ditadura do Estado Novo.



Fig. 1 Roteiro “Caminhos da Liberdade de Famalicão”, realizado no dia 20 de abril de 2024, no âmbito do programa das Comemorações Municipais dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.



Fig. 2 Roteiro “Caminhos da Liberdade de Riba de Ave”, realizado no dia 11 de maio de 2024, no âmbito das Comemorações Municipais dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974.

Locais onde se fez resistência à ditadura do Estado Novo

HOTEL VILANOVENCE/PENSÃO EUGÉNIA, rua Adriano Pinto Basto

O Hotel Vilanovence foi o local onde o General Gomes da Costa, chefe da revolta militar de 28 de Maio de 1926, iniciada em Braga, foi confrontado pelas tropas militares enviadas do Porto pelo governo constitucional de António Maria da Silva. Os militares golpistas acamparam vários dias no antigo Campo da Feira. Aqui deu-se a primeira barragem ao golpe militar. Vila Nova de Famalicão foi

a «primeira vila cabeça de concelho que se lhes deparou» (Bacelar, A., Livro Memória dos Tempos Idos de Bacelar). Em reunião realizada no referido hotel, além dos comandantes militares fiéis ao governo, estava presente o presidente da Câmara Municipal Carlos Filipe Pereira Bacelar (1890-1944). Aí evidenciaram a sua contestação e repúdio ao golpe militar, defendendo a República. Deu-se a rendição, apesar dos esforços, assinada pelo coronel David Rodrigues.

Os golpistas movimentaram-se num contexto político e social de grande descrença no regime Republicano, percorrendo o país de Braga a Lisboa com o indiferentismo da população, entrada em Lisboa em triunfo, pese embora a disfrutar da liderança da insurreição por vários chefes militares.

Bernardino Machado, então presidente da República, tentou evitar o pior, transferindo o poder para o general Mendes Cabeçadas. Um mal menor, que acabou por ser trágico, dando espaço aos fascistas para assaltar o poder. Caiu por terra a ideia de regenerar a República, suspendendo temporariamente a Democracia!

Carlos Filipe Pereira Bacelar foi a primeira vítima, sendo demitido em julho de 1926 da presidência da Câmara Municipal e, posteriormente preso. De imediato ocorreram outras represálias a começar pelo chefe dos caminhos-de-ferro do Minho e Douro, Horácio Brandão e do ex-ministro republicano, Daniel Rodriguês, residente na casa de Serrões, no Vinhal, demitido de Administrador da Caixa Geral de Depósitos. A sua casa será um farol de resistência à ditadura.

Bernardino Machado é forçado ao exílio durante 13 anos. Pelo caminho passa pela sua residência da Casa de Rorigo, em Calendário, mas é em Espanha e França que vai liderar, conjuntamente com os seus companheiros, entre os quais Afonso Costa e a elite republicana, um combate sem tréguas ao ditador Salazar.

O hotel Vilanovence (entretanto demolido) foi o epicentro, em 1926, da tentativa de barrar o general Gomes da Costa, quando acampou as tropas sediciosas, no antigo Campo da Feira e ali se hospedou.

O presidente da Câmara, Carlos Filipe Pereira Bacelar, acompanhado do comandante das tropas governamentais tentou demovê-lo em reunião realizada neste hotel. Em vão! O coronel David Rodrigues assinou a rendição. Perseguido, teve que fugir, acabando por ser preso. Porém, já em liberdade, participou na 1ª revolta militar de 4 de fevereiro de 1927 contra Salazar. Regressa aos calabouços, é julgado e condenado.

RESIDÊNCIAS DE SOLIDARIEDADE

- **Lino Lima** e Júlia Lima, construída no início da década de 60, na Rua Manuel Pinto Sousa, número 26, com projeto do arquiteto Armando Losa. Foi a última residência familiar de Lino Lima em Famalicão, que se tornou emblemática e um centro nevrálgico nas lutas de oposição democrática. Ali ocorriam os seus amigos e camaradas para debater e programar a ação política da chamada “luta legal” contra a ditadura.

- **Macedo Varela** e Alda Varela, localizada na rua Artur Cupertino Miranda, número 291. Ali se realizaram muitos serões com jovens. Antes desta casa, o casal residiu em Gavião, num prédio do eng. Pinheiro Braga. Santos Simões relata (“Braga, Um Grito pela Liberdade”) que a oposição passou a reunir a partir de 1965 na residência de Macedo Varela e Cleto Malvar.
- **António Cleto Malvar**, localizada no lugar de Campos, Bairro da Encarnação, Gavião, onde residia com o seu núcleo familiar. Funcionava como lugar de acolhimento e confraternização, mas essencialmente um local de reunião para a luta da oposição democrática do distrito de Braga.
- **Manuel Ferreira da Cunha** e Maria Augusta Oliveira Lemos, com residência em Riba de Ave, no lugar do Cabo. Teve um papel preponderante na mentalização e na mobilização dos operários da zona de Riba de Ave, e no apoio às lutas da oposição do distrito de Braga, que ali reuniam clandestinamente.
- **António Pimenta Ferreira Lobo**, com residência em Delães. Afastado em 1945 dos Serviços Médico-Sociais de Delães, por expressar as suas ideias de apoio às lutas da Oposição Democrática. Integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal após a revolução de Abril. Em 1965, no Verão Quente, foi alvo de um atentado à bomba.

CAFÉS DE TERTÚLIA

- **Pica-Pau** – Café/Restaurante – na praça D. Maria II, propriedade do Sr. Domingos Vieira, onde a oposição Democrática comemorava, a partir da década de 50, as datas marcantes e simbólicas da I República.
- **Nara** – Café fundado no ano de 1969, por Lino da Costa Simões, em plena era Marcelista, na Rua Adriano Pinto Basto, onde hoje se situa a Caixa Agrícola. As tertúlias da Oposição marcavam as tardes do Nara. Os jovens (raparigas e rapazes) davam-lhe animação e o perfume da esperança.
- **Garantia** – Café/Restaurante – Reabriu em 1943, com o Sr. Barbosa, após profundas obras de remodelação e modernização como café e restaurante, mantendo o hotel que o caracterizava. Tornou-se num polo de modernidade, numa vila conservadora.
- **Confeitaria Moderna** – Praça D. Maria II, 1200, propriedade do Sr. Luís (sobrinho de Domingos Vieira). Um centro cosmopolita de convívio e confraternização interclassista e intergeracional.
- **Café Jerónimo**, conhecido por Café Moscovo, reunia os operários simpatizantes do PCP. Situava-se ironicamente junto do Posto da GNR de Riba de Ave.
- **Café Fronteira**, também conhecido como Café Pequim, juntava a juventude simpatizante com o maoísmo da zona de Riba de Ave, quando já rebentara o conflito sino-soviético.
- **Café Riba D’Ave**, o local preferido da burguesia da terra. Foi um dos locais usados pela Oposição nas eleições de 1969 tendo em vista mobilizar a população para se recensear.

ESCRITÓRIOS TRINCHEIRAS DE COMBATE

- Advogado **Lino Lima**, na Rua Adriano Pinto Basto, número 224, entre 1943 (ano em que começou a exercer a advocacia) e 1975, quando foi vandalizado e incendiado no Verão Quente de 1975. Perdeu o seu local de trabalho e abandonou Vila Nova de Famalicão. Aqui foi preso pela PIDE, acolheu amigos e camaradas. Muitos presos políticos beneficiaram do seu saber e labor profissional em sua defesa nos Tribunais Plenários.
- Advogado **Armando Bacelar**, Carlos Bacelar (irmão), que posteriormente partilharam com Joaquim Loureiro, na Rua Alves Roçadas, número 67. Armando Bacelar herdou o escritório do pai, Carlos Filipe Pereira Bacelar, iniciando a advocacia em 1944. A PIDE veio prendê-lo ao seu escritório. Com a revolução do 25 de Abril de 1974 abandonou a advocacia e entregou o escritório ao irmão Carlos Bacelar e a Joaquim Loureiro. Ministro dos Assuntos Sociais, no 1.º Governo Constitucional de Mário Soares. Foi defensor de muitos presos políticos, entre os quais Álvaro Cunhal.
- Advogado **Macedo Varela**, na Rua Adriano Pinto Basto, número 1177, entre 1961, quando veio viver para Vila Nova de Famalicão e onde ainda hoje se mantém. O seu escritório foi o polo de um conjunto de atividades políticas e culturais. À sua volta gravitavam um grupo de jovens estudantes como Perez Sanchez, Telmo Machado, José Elísio, Manuela Granja e Artur Sá da Costa, que dinamizavam o “Cine-clube do FAC”, a Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos e a Livraria Júlio Brandão, colaborando na tradução de textos para editar.
- Advogado **Salvador Coutinho**, na Rua Augusto Correia, 1.º andar, número 17. Tornou-se na Era Marcelista um baluarte na luta pelos direitos dos trabalhadores e no combate aos sindicatos corporativos. Foi relevante a atividade de consciencialização dos operários metalúrgicos do recém local do sindicato da classe, conquistado ao corporativismo em 1965. Foi um dos alvos do terrorismo no “Verão Quente” de agosto de 1975, que vandalizou e destruiu todo o recheio (processos, livro, mobiliário) lançando-o à rua.

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

- **FAC – Famalicense Atlético Club**, localizado na Praça D. Maria II nos anos 60 e 70 quando estendeu as suas atividades desportivas para o setor cultural. Primeiro surge em 1968 o “Cine-Clube”, sob a liderança de Macedo Varela, e nos anos seguintes, com Artur Lopes, na direção (1970-1972), com o desenvolvimento de um plano cultural com colóquios, que trouxe a Famalicão jornalistas e intelectuais, como José Carlos Vasconcelos, Rui Osório e Frei Bento, para debater os grandes temas da atualidade. Posteriormente, com a direção de Joaquim Loureiro (1972) organizaram-se feiras do livro, com a colaboração do CAF. De repente, tudo se desmoronou com a intervenção do presidente da Câmara Municipal, Manuel João Dias Costa, o qual ameaçou cortar o subsídio à Associação, levando a direção de Joaquim Loureiro a

demitir-se. A posição hostil de Rebelo Mesquita, expressa no seu “Jornal de Famalicão” atizou e alimentou esta fúria de ódio e sectarismo.

- **CAF – Centro Académico de Famalicão** – Associação Juvenil, sita na Rua Adriano Pinto Basto, número 94 (antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Famalicão), fundado em 1966, em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Um grupo de jovens desenvolveu um conjunto diversificado de atividades culturais, artísticas e de convívio. Contam-se entre as mais relevantes, a exposição da ceramista Rosa Ramalho e dos escultores populares irmãos Franklim. A atividade teatral foi outra linha de ação trazendo a Famalicão peças encenadas pelo TUP (Teatro Universitário do Porto) e pelo Teatro de Ensaio Raúl Brandão de Guimarães. Ponto alto destas atividades foi a presença entre nós do cantor Manuel Freire e do ator Mário Viegas. A vida desta associação não foi fácil confrontando-se com a oposição do presidente da Câmara Municipal, Manuel João Dias Costa, que proibiu, em 1969, um colóquio sobre ensino com o pedagogo Santos Simões. Não demorou muito que as instalações da associação fossem assaltadas e vandalizadas. O sonho morreu às mãos das forças repressivas comandadas por Manuel João Dias Costa e Santos da Cunha, Governador Civil de Braga.
- **ATC – Associação Teatro Construção**, iniciou as atividades no início da década de 70, no salão paroquial de Joane. O Teatro era o grande motor do grupo de jovens liderados por Custódio Oliveira. A encenação e representação de duas peças “O meu Caso”, de José Régio, e a “História de Um Morto”, escrita e encenada por Custódio Oliveira, lançaram o olhar ameaçador das autoridades política sob a associação. A repressão abateu-se sob alguns dos jovens. Custódio Oliveira foi obrigado a exilar-se em França. No regresso, após a revolução, estas raízes fortificaram-no no ATC.
- **COOPRAVE – Cooperativa do Consumo de Riba d’Ave**, fundada em 1970 pelas forças oposicionistas, num prédio restaurado com trabalho voluntário. Além do apoio económico aos seus sócios, transformou-se num centro de irradiação de animação cultural, projetando cinema, promovendo colóquios e espetáculos populares. A PIDE vigiava e em 1970 proibiu a atuação de José Afonso e Rui Pato, cercando a povoação com a GNR.

LIVRARIAS QUE TOMARAM PARTIDO

- **Fontenova**, livraria fundada em 1969, por Virgínia Granja e Orlando de Carvalho, na Praça 9 de Abril, número 306. Uma livraria criada com objetivos de formação cultural e política. Fonte de abastecimento da literatura censurada e proibida. Tornou-se num centro de referência, lugar de encontro e de procura de informação para os oposicionistas. Foi perseguida pela PIDE e PSP, com a apreensão de livros e discos proibidos pela censura.
- **Livraria Júlio Brandão**, fundada em 1971, por Macedo Varela e Manuel Cunha, na rua Adriano Pinto Bastos, rés-do chão n.º97. Assumiu-se como

instrumento de “difusor cultural e política”. Além da venda de livros, serigrafia e outros materiais, editou livros sem ter autorização para tal. Os livros eram editados pelos autores, incumbindo-se a livraria de fazer a distribuição. José Pacheco Pereira participou neste movimento cultural e editorial. A PIDE apreendeu várias edições, entre as quais “Memórias de um Operário”, de José Silva. Esta apreensão na tipografia provocou um rombo nas finanças da empresa. Sucumbiu em 1973.

SINDICATOS DE CLASSE

- **Sindicato Nacional dos Operários Metalúrgicos**, secção de Famalicão, com sede na Av. 25 de Abril, n.º 176.

Foi conquistado em 1965 ao controle cooperativista por um grupo de operários, liderados por Hilário de Carvalho, Edmundo Costa e Fernando Figueiredo. A independência conquistada devolve ao sindicato confiança e dignidade, permitindo-lhe defender e apoiar os trabalhadores nas lutas fabris pelos seus direitos.

Esta autonomia possibilitou desenvolver uma linha de ação de consciencialização dos direitos dos trabalhadores promovendo reuniões semanais na sede do sindicato e ditar o Boletim “O Metalúrgico” que se transformou num órgão de informação e de denúncia da emigração forçada, da pobreza e da guerra colonial, com poemas de Armando Soares Coelho e Salvador Coutinho. A censura, à qual estava sujeito, ditou a sua morte.

- **Sindicato Nacional dos Operários Têxteis**, secção de Delães. Um grupo de operários têxteis tentou conquistar em 1971 a direção do sindicato, tendo sido impedida ilegalmente pela comissão de controle pretexto de alguns dos candidatos não possuírem a instrução primária. O tribunal deu razão à impugnação desta decisão, mas já com as eleições realizadas. A chama manteve-se acesa e logo após a revolução do 25 de Abril os operários têxteis em reunião na sede do sindicato afastaram a direção e elegeram uma comissão administrativa e marcaram eleições livres.

SEDES DE CANDIDATURA PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS

- **Humberto Delgado**
 - a) **Candidatura Presidencial de Humberto Delgado em 1958**, com sede na Rua Adriano Pinto Bastos, n.º 76, 1.º andar. Na fachada foi colocado um grande cartaz pintado a óleo do candidato. A comissão de apoio ao General Humberto Delgado surgiu poucos dias após a sua conferência no Café Chave d’Ouro, onde profere a famosa e mobilizadora «Obviamente demito-o». A campanha em Vila Nova de Famalicão foi entusiástica e mobilizadora da população. As fotografias da Rua Adriano Pinto Basto são verdadeiros ícones à liberdade, no dia em que o candidato Humberto Delgado tinha previsto vir a Famalicão, no 1 de junho de 1958, transbordando de gente e

refletindo a adesão do povo famalicense e a sua vontade na mudança do regime. “O furacão Delgado” também passou por Famalicão!

b) Sede da CDE – Eleições Legislativas de 1969, na Rua Vasconcelos e Castro, rés-do-chão (em frente ao “Cine-teatro Augusto Correia”).

As eleições legislativas de 1969, já com Marcelo Caetano como chefe do governo mobilizaram as oposições à ditadura. A abertura do controle repressivo criou expectativas e ilusões por ventura infundadas, lançando uma campanha eleitoral inusitada e participada. O fracasso eleitoral deixou marcas e frustrações, paralisando a contestação ao regime. “A Primavera Marcelista” não passou de uma ilusão!

JUNTAS DE FREGUESIA INDEPENDENTES

- **Junta de freguesia de Riba de Ave, 1971**

Um grupo de ribadavenses concorreu às eleições para a junta de freguesia em oposição à lista da Ação Nacional Popular. Por despacho do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, dois dos candidatos foram considerados inelegíveis. Foi entroposto recurso para o tribunal administrativo, que confirmou a decisão. A lista oponente desistiu de concorrer informando por comunicado a população da sua posição.

- **Junta de Freguesia de Fradelos, 1971**

Uma lista da oposição, liderada por Jaselino Ferreira da Cruz Loureiro, candidatou-se às eleições para a Junta de Freguesia, derrotando a lista da Ação Nacional Popular. Anote-se que a oposição em Famalicão candidatou-se em sete freguesias e venceu em quatro. Em comunicado a distrital de Braga apelou ao voto, denunciando o papel da desvalorização das juntas de freguesia pelo Estado Novo, reduzidas a meras funções burocráticas.

CINEMAS E TEATROS

- **Cinema Olimpia**, praça D. Maria II (lado norte)

O palco do Olimpia foi o centro de grandes secções de contestação ao Salazarismo. Desde o memorável comício em 1949 da candidatura presidencial de Norton de Matos, à sessão de apresentação do MUD (Movimento de Unidade Democrática) em 1945, sem esquecer a campanha para as eleições legislativas em 1957. Um momento alto ocorreu quando a oposição democrática evocou, em 1951, o Centenário de Bernardino Machado, realizando o que a Câmara Municipal de Álvaro Marques, se recusou a fazer. Foi necessário esperar pela Liberdade para se fazer justiça, homenageando condignamente Bernardino Machado.

- **“Cine-teatro Augusto Correia”**, rua Vasconcelos e Castro

A destruição do “Cine-teatro Olímpia” transfere os combates políticos da oposição ao Estado Novo para o “Cine-teatro Augusto Correia”. A campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1969 já ocorreu neste local. O primeiro plenário do MDP após a revolução do 25 de Abril de 1974 que nomeou o eng.

Pinheiro Braga para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, ocorreu aí, ficando para a história como um dos momentos marcantes da democracia local.

LOJAS DE COMÉRCIO (CONVÍVIO E CONSPIRAÇÃO)

- **Casa Malvar**, praça D. Maria II (lado poente)
A loja de ferragens de António Cleto Malvar, que herdou do pai António Malvar, foi um dos pontos de encontro e de convívio mais conhecidos dos opositores ao regime ditatorial. Aí afluíam, sobretudo, às quartas-feiras, figuras políticas como o engenheiro Freitas Sampaio, António Loureiro (pai), Monteiro Torres, irmãos Sampaio, José Júlio Coelho, Armando Coelho, Luís Pinto, Virgílio Areias e Rosendo da Costa Faria. Outro grupo que também frequentava a “Pravda”, como era conhecida a Casa Malvar, contava com Lino Lima, Filipe Machado e Armando Bacelar.
- **Guilherme Simões**, Praça D. Maria II (lado norte)
A loja de fazenda de Guilherme Simões, sobrinho do republicano famalicense Nuno Simões, foi durante o Estado Novo um suporte logístico para o encontro, a troca de informações e de convívio. Atraía setores mais moderados. António Monteiro Torres, caixeiro viajante, um militante de esquerda era um dos assíduos das tertúlias de fim de tarde.
- **Azenha Velha – Rio Ave**: o local onde reunia antes da revolução de Abril, à socapa, longe das vistas das autoridades, um grupo de jovens para conviver e debater ideias. Muitos deles iniciaram aí a sua formação política, que se acelera com a revolução.

ESPAÇOS PÚBLICOS

- **Monumento aos Mortos da I Grande Guerra**, Praça 9 de Abril
A oposição democrática nunca esqueceu a tragédia de Las Lys e a participação de Portugal na I Grande Guerra. O aniversário de 9 de abril de 1918 foi recorrentemente lembrado com a deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento em memória dos soldados que deram a vida pela Pátria. No final da II Guerra Mundial, Daniel Rodrigues, ex-ministro da República, e Armando Bacelar, ex-ministro do I Governo Constitucional de Mário Soares, assim o fizeram, convocando a população para mais uma homenagem em 1946, 1947 e 1948. Pagaram com a prisão esta ousadia!
- **Bernardino Machado, jazido no cemitério Municipal** (no lugar de Moço Morto)
Os heróis da I República, sempre foram ao longo dos anos recordados e homenageados. As romagens dos democratas ao jazigo de Bernardino Machado pelo 5 de Outubro, entraram na rota das lutas pela liberdade e democracia.

Estes locais de resistência e luta são afluentes do rio da Liberdade que desaguaram na revolução do 25 de Abril de 1974.

Bibliografia

- Simões, J. Santos (1999), "Braga, Grito da Liberdade", Braga: Governo Civil do Distrito de Braga
- Bacelar, Armando (1994/95), "Memórias de Tempos Idos", Separata do Bol. Cultural, 13, II série, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Costa, Artur Sá (org.) (2000), "Momentos de Resistência", Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Museu Bernardino Machado
- Ricardo, José (1991), "Romanceiro do Povo Miúdo, Memórias e Confissões", Editorial Avante
- Rosas, Fernando (2012), "Salazar e o Poder, a Arte de Saber Durar", Edições Tinta da China
- Lemos, M. Matos; Torgal, L. Reis (coord.) (2012), "Oposição e Eleições no Estado Novo", Lisboa: Assembleia da República

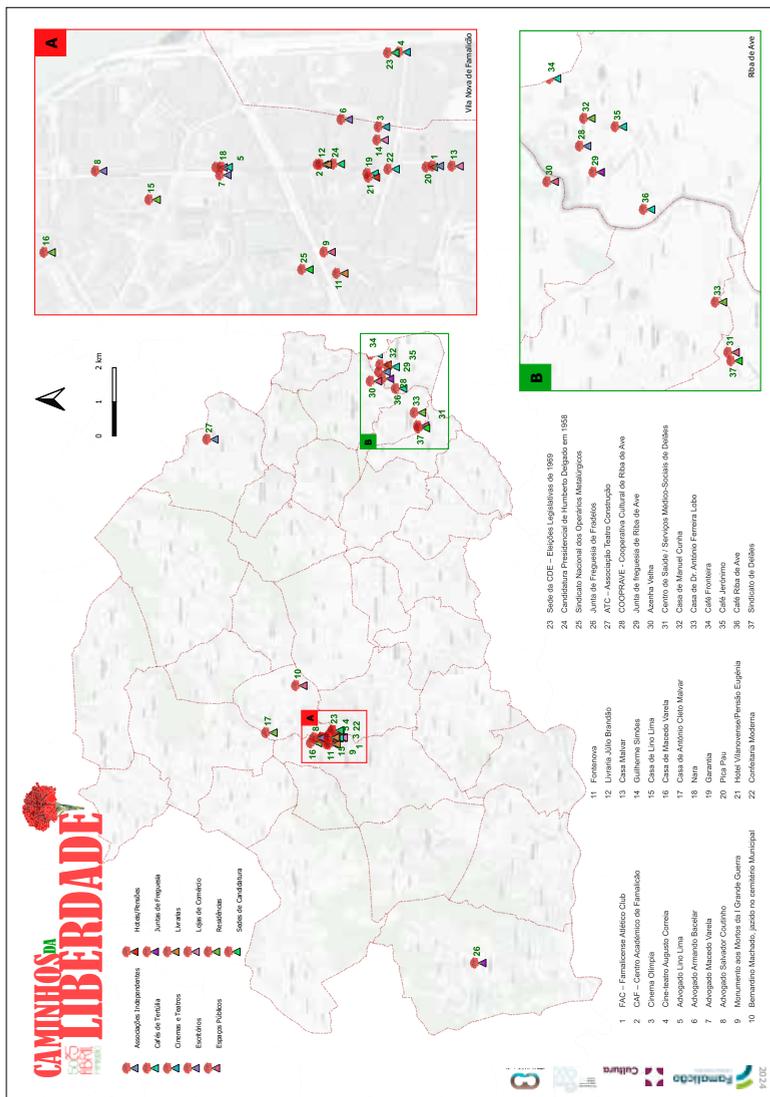
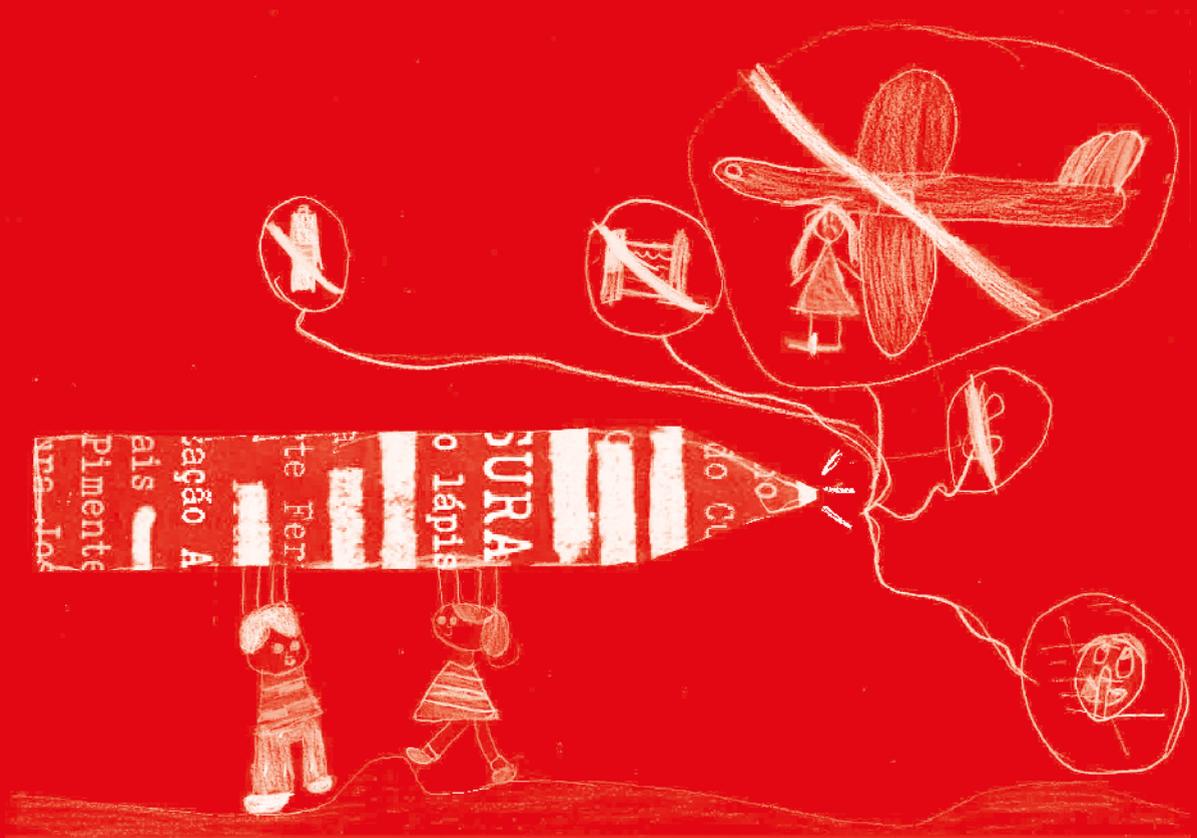


Fig. 3 Localização dos locais onde se fez resistência à ditadura do Estado Novo.



Parte 3

Investigação

01. O Estado Novo em Vila Nova de Famalicão: autocracia, centralização e diversidade política

→ Daniel José Ribeiro de Faria

O Estado português tomou a iniciativa de assinalar as comemorações do 50.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, que abriu o caminho para a implantação do regime da 3.ª República, tendo como objetivos valorizar a memória histórica e enfatizar a sua relevância na construção e na consolidação da democracia.

A nível local, também foi deliberado promover as comemorações municipais do 50.º aniversário da revolução atrás mencionada, tendo como objetivos valorizar a memória e envolver a comunidade, numa perspetiva intergeracional, contribuindo para o reforço dos valores da democracia.

Trata-se de uma oportunidade privilegiada para abordar, em termos históricos, o que foi o regime da 2.ª República, também conhecido como Estado Novo, a nível local.

Existe uma rica investigação historiográfica, inclusive a nível local, sobre a oposição ao Estado Novo. Seria mais adequado falar de oposições, porque a oposição abrangia diversas correntes político-ideológicas, desde os republicanos históricos aos comunistas, passando pelos liberais e pelos socialistas.

A valorização da memória coletiva da 2.ª República passa igualmente pelo aprofundamento do papel desempenhado pela organização político-administrativa autárquica e do conhecimento do bloco político de apoio ao Estado Novo, que estava longe de ser monolítico. Este texto pretende ser um contributo singular para promover esse conhecimento.



Fig. 1 O general Gomes da Costa em Vila Nova de Famalicão, na sequência do movimento militar de 28 de maio de 1926.

Da implantação da Ditadura Militar à afirmação do Estado Novo

A conjuntura social e política portuguesa da década de 1920 foi determinante para o êxito do golpe militar de 28 de maio de 1926. O panorama político-partidário da 1.ª República encontrava-se fragmentado em diversas correntes partidárias, envolvidas em disputas incessantes pelo poder. A partidarização crescente das Forças Armadas intensificou a instabilidade, conduzindo a sucessivas revoltas e insurreições. As classes médias, sobretudo as classes médias urbanas, outrora pilares da República, mostravam-se cada vez mais inquietas perante a instabilidade política, social, económica e financeira, ansiando por um regime que garantisse ordem e segurança.

Paralelamente, o contexto europeu e internacional estava em profunda transformação. De facto, “no rescaldo da Primeira Grande Guerra, tinham-se modificado ideias políticas, estruturas económicas, relações de classe, e introduzira-se uma consciência de precaridade e mudança que levava a exigir do Estado uma ação mais vigorosa e mais profunda no ordenamento da vida coletiva. Mas o Estado acusava também os efeitos da crise e muitas concepções anteriormente pacíficas estavam em causa; a democracia política era denunciada como uma instituição decadente, o parlamentarismo como um sistema em crise e os movimentos operários ou as meras propostas de reconversão social como manejos de subversão” (Saraiva, 1983, p.135).

Neste cenário, o golpe militar iniciou-se em Braga a 28 de maio de 1926, sob a liderança do general Gomes da Costa, uma das principais figuras da

participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. O pronunciamento rapidamente alastrou-se pelo país, com adesões sucessivas de unidades militares.

O Governo era presidido por António Maria da Silva, líder do Partido Republicano Português, mais conhecido como o Partido Democrático.

Na sequência da eclosão do golpe em Braga, foram enviadas tropas sob o comando do coronel David Rodrigues para enfrentar os revoltosos, as quais ocuparam posições em Vila Nova de Famalicão e Nine.

No entanto, após um encontro com Gomes da Costa no Hotel Vilanovense e no Campo da Feira, em pleno centro da urbe de Vila Nova de Famalicão, David Rodrigues declarou a sua adesão ao movimento.

Os acontecimentos de Vila Nova de Famalicão, juntamente com a adesão de unidades militares de Lisboa ao movimento revolucionário, liderado na capital pelo comandante Mendes Cabeçadas, determinaram que o Governo apresentasse a sua demissão em 29 de maio ao Presidente da República, Bernardino Machado, uma individualidade com fortes laços ao concelho famalicense.

Em 30 de maio, Mendes Cabeçadas foi nomeado Presidente do Ministério por Bernardino Machado. Entretanto, Gomes da Costa ordenou que todas as forças militares insurretas avançassem sobre Lisboa.

Em 31 de maio, Mendes Cabeçadas ordenou o encerramento do Congresso da República, que foi formalmente dissolvido em 9 de junho. No mesmo dia, Bernardino Machado renunciou à Presidência da República, que nos termos da Constituição de 1911, ficaria a ser exercida pelo chefe do Governo até à realização de novas eleições.

O movimento militar de 28 de maio de 1926 fez-se contra um estado de coisas, não tendo um programa político previamente definido. Foi promovido pelas Forças Armadas, com o apoio de um vasto conjunto de forças políticas e sociais, incluindo republicanos conservadores e liberais, monárquicos, católicos, integralistas, fascistas e, inclusive, setores da esquerda republicana.

Unia-os o protesto contra a instabilidade política, a ineficiência das instituições, a agitação social e a partidocracia, corporizada pelo papel hegemónico do Partido Democrático na vida política nacional.

Portanto, não admira que se tenha assistido à eclosão de divergências entre as diversas forças envolvidas no levantamento militar.

A primeira grande divergência surgiu em torno da alternativa entre reforma ou revolução, personificado pelos dois movimentos militares que levaram ao êxito do 28 de maio: o movimento de Lisboa, chefiado pelo comandante Mendes Cabeçadas, que defendia a reforma do regime republicano, e o movimento de Braga, chefiado por Gomes da Costa, que defendia a rutura com o regime constitucional. Este conflito culminou com a deposição de Cabeçadas por Gomes da Costa, em 17 de junho. Contudo, o processo revolucionário não tinha chegado ao fim. Gomes da Costa, que não tinha grande capacidade política, envolveu-se em conflito com os seus ministros e, em 7 de julho, demitiu alguns deles, incluindo o general Óscar Carmona. No dia seguinte, os comandantes militares exigiram

a revogação da decisão e, não tendo sido atendidos, declararam a deposição de Gomes da Costa. O novo Governo passou a ser presidido por Óscar Carmona, um republicano conservador e maçom.

A segunda grande divergência centrou-se na denominada questão do regime: República ou Monarquia. Alguns setores pretendiam restaurar a Monarquia, enquanto outros defendiam a manutenção da República. A eleição de Óscar Carmona como Presidente da República em 1928 consolidou a opção republicana.

A terceira grande divergência surgiu em torno do modelo de regime constitucional subsequente à Ditadura: deveria a Ditadura Militar preparar o regresso a um regime democrático regenerado ou instaurar um regime autoritário? Após diversos conflitos, o rumo escolhido foi a institucionalização progressiva de um regime autoritário e corporativo.

Portanto, a consolidação da Ditadura Militar como regime político foi acompanhada de choques internos, resultado das divergências estruturantes atrás mencionadas, e externos, causados por diversas tentativas revolucionárias por parte dos adeptos do regime deposto.

Durante a vigência da Ditadura Militar, foram progressivamente limitadas as liberdades de expressão, de reunião e de associação.

Entretanto, as despesas militares aumentaram e o défice orçamental tornou-se alarmante. Em 1928, a gravidade da situação financeira ameaçou a existência da Ditadura Militar, bem como o reconhecimento internacional.

Perante tal situação, o Presidente da República, Óscar Carmona, nomeou António de Oliveira Salazar, então professor da Universidade de Coimbra, Ministro das Finanças.

A ascensão de António de Oliveira Salazar marcou um momento decisivo de viragem. Com a sua política de rigor orçamental, conseguiu estabilizar as finanças públicas e o sistema monetário, tendo granjeado um enorme prestígio e, conseqüentemente, fortaleceu crescentemente a sua posição no Governo.

Em 1930, o Governo anunciou a criação da União Nacional numa reunião para a qual foram convocadas expressamente as autoridades distritais e municipais. A União Nacional tinha como objetivos promover a base política de apoio ao regime e preencher o vazio criado pela restrição progressiva das liberdades fundamentais. As organizações políticas de outrora, se não formalmente proibidas, estavam praticamente dissolvidas ou controladas.

As Comissões Administrativas, de nomeação governamental, que asseguravam a governação dos municípios e das freguesias, foram um campo privilegiado de recrutamento e implantação da União Nacional, contribuindo para a consolidação do novo regime.

Em 1932, Salazar foi nomeado chefe do Governo, tendo escolhido um elenco ministerial maioritariamente formado por civis, representando um sinal claro de afastamento dos militares da liderança do aparelho governativo do Estado.

A principal finalidade de Salazar foi promover a construção de uma nova ordem constitucional.

Em 1933, foi submetido a plebiscito nacional o projeto de Constituição preparado pelo Governo, tendo sido aprovado.

Foi nesta fase que foram consolidados os mecanismos autoritários, como o reforço da polícia política, conjugada com a criação de tribunais especiais para os crimes políticos, a regulamentação da censura prévia à imprensa, a dissolução do sindicalismo livre, a interdição das sociedades secretas, o aumento das demissões no funcionalismo público, a prisão e deportação de opositores, e a monopolização de toda a atividade política legal por parte da União Nacional.

Do ponto de vista social, o novo regime definiu-se como corporativo. Ainda em 1933, foram publicados os principais instrumentos jurídicos da aplicação do corporativismo, designadamente o Estatuto do Trabalho Nacional e os diplomas estruturantes que estabeleciam os grémios patronais, os sindicatos nacionais e as casas do povo.

Outro fator relevante para a consolidação do regime foi o apaziguamento das relações entre o poder político e a Igreja Católica, que tinham sido muito conflituosas durante a 1.ª República, um processo que culminou com a assinatura da Concordata com a Santa Sé, em 1940. A Igreja Católica tinha como figura cimeira a nível nacional o famalicense D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que tinha sido nomeado Cardeal-Patriarca de Lisboa em 1929.

O modelo político e administrativo da 2.ª República

Em 1926, foi publicado o Decreto com força de Lei n.º 11.875, de 13 de julho, que determinou a dissolução dos corpos administrativos do território continental da República e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como a nomeação de Comissões Administrativas por parte do Governo, sob proposta dos Governadores Civis.

Esta situação, com as Comissões Administrativas à frente dos destinos dos municípios, prolongar-se-ia por dez anos, até à publicação do Código Administrativo.

Entretanto, com o Decreto n.º 14.812, de 31 de dezembro de 1927, os Administradores dos Concelhos foram integrados nas Comissões Administrativas, passando os serviços que deles dependiam para as Secretarias das Câmaras Municipais.

A questão institucional, nos seus diversos âmbitos territoriais (local, regional e nacional), foi sempre uma questão fundamental no âmbito do bloco de apoio à Ditadura Militar. A transição da Ditadura Militar para uma nova ordem constitucional apresentava grandes desafios. Havia consenso quanto aos princípios mais gerais, como o nacionalismo e o ordeirismo, mas estava longe de existir unanimidade quanto aos mecanismos políticos.

O fascismo tinha então adesão entre as camadas jovens. Os monárquicos alimentavam esperanças na restauração da Monarquia. O presidencialismo,

baseado na experiência de Sidónio Pais, contava com muitos adeptos, e o parlamentarismo refreado era considerado por setores importantes como a solução mais prudente.

Em 1930, Salazar, então ainda apenas Ministro das Finanças, defendeu publicamente o que considerava serem os princípios ideológicos do futuro regime constitucional e da sua ligação à organização política e administrativa do território. Na sua perspetiva, “o Estado a construir devia ser «forte, mas limitado pela moral», e a «unidade e indivisibilidade do território» seriam «condições fundamentais, arredando-se quaisquer hipóteses de excessivo regionalismo ou de confederação política». Ou seja, o Estado orgânico e corporativo seria edificado (são evidentes as tentações totalitárias) «sobre as frações de poder, os serviços, as autarquias, as atividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade» e, sobre tudo isto, o Estado estenderia «o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força». É curioso como Salazar, três anos antes do plebiscito que viria a aprovar a Constituição de 1933, já revelava sinais tão evidentes dos princípios programáticos e ideológicos que viriam a constar na lei fundamental do Estado Novo” (Amaro, 2015, p. 88).

Em 1931, o Governo da Ditadura anunciou a realização de eleições administrativas, designação dada então às eleições para os órgãos das autarquias locais.

O Decreto n.º 19.694, de 5 de maio de 1931, estabeleceu normas de legislação eleitoral, diferenciando o tipo de eleitorado consoante os órgãos políticos.

As Juntas de Freguesia seriam eleitas por sufrágio direto parcial, ou seja, somente pelos chefes de família portugueses residentes na freguesia há mais de seis meses. O direito de voto era concedido a mulheres apenas em casos específicos: viúvas, divorciadas, judicialmente separadas ou casadas cujos maridos estivessem ausentes nas colónias ou no estrangeiro. Os maiores de 21 anos com domicílio próprio também podiam votar.

Nas Câmaras Municipais, a eleição seguiria um sistema misto de base orgânica e individual. Uma parte era escolhida pelas Juntas de Freguesia e por corporações de assistência e associações de classe com mais de 50 associados. A outra parte era eleita por cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, alfabetizados ou contribuintes fiscais de pelo menos 100\$00, e por mulheres com ensino secundário ou superior comprovado.

As Juntas Gerais dos Distritos, por sua vez, seriam eleitas pelas Câmaras Municipais e pelas corporações de assistência e associações de classe com mais de 50 associados.

O Poder Legislativo seria eleito pelas Câmaras Municipais e pelas associações de classe com mais de 50 associados, bem como pelos homens e mulheres nas condições atrás estipuladas para as eleições de âmbito municipal.

A legislação de 1931 representou um marco na história política portuguesa ao reconhecer, ainda que de forma limitada, o direito de voto feminino.

Contudo, a realização de eleições administrativas foi colocada de parte na sequência das tentativas revolucionárias promovidas pela oposição ao regime.

Em 1933, foi submetido a plebiscito o projeto da nova Constituição da República, preparado pelo Governo.

Na ausência de condições para um debate livre e plural, a imprensa pouco informou. O desinteresse foi tão notório que o Governo decretou que, na contagem dos sufrágios, as abstenções fossem consideradas votos favoráveis. A publicação dos resultados do plebiscito, em 11 de abril de 1933, marcou a entrada em vigor da Constituição de 1933 e o início da institucionalização do Estado Novo.

A Constituição de 1933 estabelecia um compromisso formal entre princípios democráticos e autoritários, mas, na prática, através da legislação ordinária e da prática política e administrativa, consolidou-se a prevalência crescente dos segundos.

O Presidente da República era eleito por sufrágio direto, tendo um papel essencialmente moderador e arbitral.

O Governo era liderado pelo Presidente do Conselho de Ministros, nomeado e exonerado pelo Presidente da República. O Governo respondia exclusivamente perante o Chefe do Estado.

A Assembleia Nacional, eleita por sufrágio direto, era formalmente considerado o órgão legislativo por excelência. De facto, na redação original da Constituição, o poder legislativo era formalmente atribuído à Assembleia Nacional, embora a sua intervenção se limitasse à definição das bases gerais dos regimes jurídicos. Na prática, o Governo detinha amplos poderes para legislar, quer mediante autorizações legislativas, quer em situações de urgência e necessidade pública, sendo, neste último caso, obrigado a submeter os decretos-leis à ratificação da Assembleia nas cinco sessões subsequentes à sua publicação. Contudo, a estrutura constitucional foi sendo sucessivamente alterada, consolidando uma transferência crescente de competências legislativas para o Governo. As revisões da Constituição vieram, de forma progressiva, esvaziar o primado legislativo teórico da Assembleia Nacional.

A Câmara Corporativa, composta por representantes das autarquias locais e de interesses sociais, que funcionava junto da Assembleia Nacional, era um órgão consultivo.

O Governo e, em particular, o Presidente do Conselho de Ministros, assumiram uma posição cada vez mais hegemónica entre os órgãos de soberania.

No que se refere aos municípios, a Constituição de 1933 apresentava uma posição ambivalente.

No quadro institucional do Estado Novo, as autarquias locais, e por inerência os municípios, eram concebidos como elementos estruturais da Nação, a par dos cidadãos, das famílias e dos organismos corporativos, competindo-lhes participar na política e na administração geral e local. As autarquias gozavam de autonomia financeira e as suas deliberações só podiam ser modificadas ou anuladas nos casos e pelas formas previstas nas leis.

Contudo, era estipulada a tutela das autarquias pelo Estado central sobre as autarquias, nas suas vertentes inspetiva e corretiva. As suas deliberações podiam ser sujeitas à inspeção governamental, depender da aprovação de autoridades superiores ou serem submetidas a *referendum*.

A integração das autarquias na organização do Estado Novo reforçou-se com o Código Administrativo de 1936, elaborado sob a coordenação de Marcello Caetano. O Código estabelecia um período experimental de quatro anos, ao fim do qual foi definitivamente aprovado em 1940.

O Código Administrativo consagrava o princípio da enumeração taxativa das atribuições municipais. Segundo o principal autor do diploma legal, "o princípio fundamental do nosso direito municipal, neste ponto, é o de que «os corpos administrativos só podem deliberar no exercício da sua competência e para a realização das atribuições que expressamente lhes forem cometidas por lei.» Quer dizer: não há negócios que, por natureza, pertençam ao município; este só pode prosseguir os fins e interesses expressa e taxativamente enunciados na lei. Qualquer ato praticado por um corpo administrativo fora das atribuições municipais é juridicamente inexistente" (Caetano, 1980, 329).

A legislação classificava as atribuições municipais em cinco grandes áreas: administração dos bens comuns e próprios do concelho, fomento, abastecimento público, salubridade pública e polícia.

Em seguida, abordam-se as principais atribuições municipais definidas por esta legislação, sem carácter exaustivo.

No que respeita à administração dos bens comuns e próprios, os municípios eram responsáveis pela gestão e exploração de terrenos municipais, incluindo baldios, matas e logradouros, pela plantação de matas e arvoredos municipais e pela drenagem de pântanos.

As atribuições de fomento abrangiam a construção, reparação e manutenção de infraestruturas viárias, os transportes coletivos, o aproveitamento de águas públicas e a produção e distribuição de energia elétrica.

Na área da cultura e assistência, competia aos municípios a construção e a manutenção de edifícios escolares, o apoio a instituições educativas, a criação e manutenção de bibliotecas, arquivos e museus municipais, bem como a promoção de festas populares. Além disso, tinham responsabilidades no apoio a crianças desvalidas e cidadãos em situação de carência, bem como na definição do feriado municipal e dos símbolos heráldicos municipais.

Relativamente à salubridade pública, os municípios tinham sob a sua responsabilidade atribuições como a proteção da qualidade da água, a implementação de medidas de saneamento, a limpeza pública, a criação e a administração de cemitérios, o controlo dos animais errantes e a fiscalização de estabelecimentos considerados como insalubres, incómodos e perigosos.

Por fim, no âmbito da polícia, incluía-se a regulamentação do trânsito, a toponímia, a iluminação pública, a fiscalização de pesos e medidas, a redução de ruídos, a prevenção e combate a incêndios e a criação de uma polícia municipal.

O Código Administrativo classificava os municípios em duas categorias – rurais e urbanos – e dentro de cada uma, em três ordens, com base em critérios demográficos, territoriais e fiscais.

O Código Administrativo de 1936-1940 concretizou o modelo constitucional do Estado Novo a nível autárquico, consagrando uma forte centralização e uma tutela governamental apertada sobre a atuação das autarquias.

Além disso, “o Código Administrativo de 1936-40 representa, em aspetos fundamentais, uma rutura com a tradição administrativa liberal. Desde logo, deixa de haver Câmaras Municipais eleitas diretamente pelos cidadãos eleitores residentes no município”(Oliveira, 1993, p.36).

A supressão da prática democrático-liberal de eleição dos órgãos municipais, com a conseqüente substituição integral pelo sufrágio orgânico e corporativo, representou um afastamento claro do compromisso formal entre princípios liberais e corporativos definido na legislação atrás mencionada de 1931 e na própria Constituição de 1933.

Curiosamente, na legislação autárquica aplicável aos territórios ultramarinos, o legislador do Estado Novo contemplou um sistema misto de base orgânica e individual para a composição das Câmaras Municipais, sendo uma parte dos seus membros eleita por sufrágio direto.

Em termos de organização municipal, o Código estabelecia dois tipos de órgãos municipais: comuns e especiais. Os órgãos comuns eram o Conselho Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal. O Conselho Municipal, composto por representantes das Juntas de Freguesia, dos sindicatos, dos grêmios patronais, das ordens profissionais e das misericórdias, elegia os vereadores, fiscalizava a atuação dos membros da Câmara Municipal e deliberava sobre as grandes linhas orientadoras da administração municipal.

A Câmara Municipal era constituída por um Presidente e um Vice-Presidente nomeados pelo Governo, bem como por vereadores eleitos pelo Conselho Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal coordenava a execução das deliberações camarárias e representava o poder central no concelho.

Paralelamente, existiam órgãos especiais, como as Comissões Municipais, com funções essencialmente consultivas.

Nos municípios de Lisboa e Porto, as especificidades do seu regime político-administrativo refletiam a maior relevância política e económica destas cidades, sendo os seus vereadores eleitos pelas Juntas de Freguesia e pelos organismos corporativos, não existindo Conselho Municipal.

Refira-se que a questão da nomeação governamental dos Presidentes e dos Vice-Presidentes das Câmaras Municipais foi sempre controversa, inclusive no seio do regime.

Por exemplo, no II Congresso da União Nacional, em 1944, foi apresentada uma tese “que propunha, com base nos argumentos expandidos durante a I República, por António Sardinha e pelo Integralismo Lusitano (António

Sardinha, *Teoria do Município e na Cartilha Monárquica*), a eleição indireta do presidente da câmara, com base nos chefes de família, nos representantes dos grêmios, sindicatos, misericórdias e demais corporações de interesses das profissões e do espírito” (Oliveira, 1996, página 312).

O regime financeiro das autarquias municipais durante o Estado Novo era profundamente dependente do orçamento do Estado, refletindo uma estrutura centralizadora que limitava a autonomia municipal.

As receitas ordinárias dos municípios provinham essencialmente de impostos, rendimentos de bens próprios, taxas e multas, enquanto as receitas extraordinárias resultavam de subsídios e participações financeiras do Governo.

A capacidade de contrair empréstimos era rigorosamente controlada, uma vez que qualquer operação de crédito, independentemente do montante ou do prazo, exigia a aprovação governamental. Assim, com exceção dos municípios mais urbanizados e industrializados, onde a receita fiscal já assumia um peso relevante, a generalidade das autarquias dependia fortemente do financiamento estatal, sujeitando-se a um mecanismo que favorecia a arbitrariedade governamental e restringia uma autonomia local genuína.

As organizações administrativas dos municípios baseavam-se em estruturas burocráticas constituídas por corpos de funcionários de carreira subordinados à superintendência não só dos órgãos municipais, mas também do Ministério do Interior.

Formalmente, o pessoal de cada município dividia-se em dois segmentos: o quadro privativo da autarquia e o quadro geral administrativo dos serviços externos do Ministério do Interior.

Com exceção de Lisboa e do Porto, que tinham um regime organizativo especial, as estruturas administrativas municipais eram dirigidas pelo chefe de secretaria.

O chefe de secretaria era o alto funcionário de topo a quem competia coordenar o conjunto da estrutura da administração municipal e promover a execução das deliberações e dos demais atos dos órgãos políticos do município (Conselho Municipal, Câmara Municipal e Presidente da Câmara Municipal). O chefe de secretaria municipal pertencia ao quadro geral administrativo, que estava sob jurisdição do Ministério do Interior, o que lhe dava uma autonomia significativa em relação aos órgãos políticos municipais.

O Código Administrativo reconhecia às autarquias municipais a possibilidade de municipalizar determinados serviços essenciais, que se traduz na criação de serviços públicos autónomos locais explorados sob forma empresarial por conta e risco dos municípios. Os serviços municipalizados eram entidades públicas de carácter empresarial geridas diretamente pelos municípios, dotadas de autonomia administrativa e financeira, embora sem personalidade jurídica própria. Os serviços municipalizados podiam ter como objeto, designadamente, os seguintes setores: o abastecimento de água; a produção, o transporte e

distribuição de energia elétrica e de gás de iluminação; o aproveitamento, depuração e transformação de esgotos e resíduos; o funcionamento de mercados, matadouros e estabelecimentos de águas mineromedicinais; a higienização de produtos alimentares, designadamente o leite; os transportes coletivos.

Um assunto que merece uma investigação aprofundada no âmbito do Estado Novo em Vila Nova de Famalicão foi a ausência de municipalização de serviços de utilidade coletiva, como a energia elétrica. Existem referências alusivas à insatisfação sobre a prestação do serviço da iluminação pública e da distribuição de energia elétrica, mas o Município não interveio de modo a assumir o controlo do fornecimento de energia elétrica e, conseqüentemente, assegurar um serviço mais eficiente. Se o Município tivesse optado pela municipalização da distribuição de energia elétrica, incluindo a iluminação pública, poderia ter usufruído de uma fonte de rendimentos significativa, como aconteceu noutras autarquias a nível nacional, mas o setor permaneceu na alçada de operadores dos setores privado e cooperativo.

O sistema autárquico do Estado Novo refletia a natureza autoritária do regime político vigente, havendo uma tutela bastante rígida do Governo sobre as autarquias, a qual abrangia múltiplos domínios, desde a inspeção administrativa até à imposição de normas destinadas a uniformizar a aplicação das leis e o funcionamento dos serviços municipais.

As deliberações camarárias em áreas estruturantes como regulamentos sanitários, fornecimento de eletricidade, municipalização de serviços ou contração de empréstimos estavam sujeitas a aprovação prévia do Governo, reforçando a centralização do poder e limitando drasticamente a autonomia local.

Além disso, o regime atribuía ao Governo a prerrogativa de dissolver os órgãos municipais, substituindo-os por Comissões Administrativas por si designadas.

A nível das freguesias, a sua governação era assegurada pelas Juntas de Freguesia, eleitas pelos chefes de família. Nas freguesias, existia ainda a figura do Regedor, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, com funções de execução das ordens e deliberações municipais, de supervisão da administração paroquial e de preservação da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

No âmbito do regime do Estado Novo, a divisão regional assumiu um papel central na organização político-administrativa.

A Constituição de 1933 preconizava a criação de autarquias regionais, denominadas províncias. A efetivação deste plano concretizou-se em 1936, ano em que foram oficialmente estabelecidas as províncias. Os Governos Civis, de âmbito distrital, foram mantidos.

A estrutura tripartida das três autarquias – freguesia, município e província – manteve-se até à revisão constitucional de 1959, que suprimiu a província da organização autárquica e atribuiu o estatuto de autarquia ao distrito.

Em suma, a legislação e a prática política do Estado Novo consolidou um modelo de governação territorial fortemente subordinado à autoridade central



Fig. 2 Anteplano de Urbanização de Vila Nova de Famalicão (1948).

do Estado, enquadrado pelos princípios do corporativismo e pelo forte controlo estatal sobre as instituições autárquicas.

A afirmação do Estado Novo a nível local: autoritarismo e tendências internas

Conforme foi mencionado anteriormente, uma das primeiras medidas da Ditadura Militar foi a dissolução dos corpos administrativos eleitos e a nomeação governamental das Comissões Administrativas.

No caso concreto do concelho de Vila Nova de Famalicão, o republicano e democrata Carlos Filipe Pereira Bacelar, que tinha sido eleito Presidente da Câmara Municipal em 1923, foi destituído, tendo sido dissolvidos a Comissão Executiva e o Senado Municipal.

Para assegurar a governação municipal, o Governo Civil do Distrito de Braga nomeou uma Comissão Administrativa presidida por Francisco Alves Correia de Araújo, Conservador do Registo Predial na 1.ª República, que desempenhou um papel cimeiro na vida política local até ao final da década de 1930.

Durante mais de uma década, o concelho foi governado por Comissões Administrativas de nomeação governamental, contribuindo para a consolidação do autoritarismo político a nível local, contrastando com o carácter transitório das Comissões Administrativas na 1.ª e na 3.ª Repúblicas.

Com efeito, “as Comissões Administrativas são regra geral o expediente usado pelos Estados, em momentos de rutura, nomeadamente, em crises revolucionárias, para operar a mudança, criando regimes de transição até à realização de eleições gerais democráticas. Foi assim na implantação da República em 1910 e na revolução de 25 de Abril de 1974. A nível autárquico, a República e o 25 de Abril promoveram eleições para os órgãos autárquicos, respetivamente em 1914 e 1976. Já a ditadura perpetuou no poder as Comissões Administrativas. Este regime das “Comissões Administrativas” nomeadas para as câmaras municipais vai durar não dez anos, como alguns vêm afirmando, mas até ao final de 1937. Acontece que, o Código Administrativo de 1936, de Marcelo Caetano aprovado pelo decreto-lei n.º 27424, de 31 de dezembro desse ano, que estabeleceu a organização e o funcionamento das autarquias locais, prevê um regime de transição estipulando que a “administração municipal e paroquial continuará, até 31 de dezembro de 1937, a cargo das atuais comissões administrativas ou das que forem nomeadas” (art.º 2.º), alargando *ipso facto* a sua vigência até ao final desse ano.” (Silva, 2015, p. 167).

O não reconhecimento do pluralismo político não significou a negação de uma certa diversidade de correntes de opinião dentro do bloco político de apoio da Ditadura Militar e posteriormente do Estado Novo.

Como consequência, a União Nacional acolhia diversas fações, unificadas apenas pelo compromisso com o apoio ao regime. Esta opção estratégica, ao mesmo tempo que reforçava a sua abrangência, impunha inevitavelmente o sacrifício do seu unanimismo.

Com efeito, “ao longo do percurso histórico do regime, coexistiram sempre tendências. É igualmente conhecida a coexistência no seio da UN, no imediato pós-guerra, das tendências conservadora e renovadora, que Marcelo Caetano rotulou tripartidamente como «tendência conservadora, tendência centrista e tendência social-progressista». Da mesma maneira são identificáveis dois grupos de pressão através de todo o regime, em tensão recíproca que, matéria religiosa se agrupam bipolarmente em católicos e «maçons», que o binómio Salazar-Carmona nos começos corporizou, e que ao longo do tempo distribuiu inclusivamente entre si lugares de relevo do quadro político e administrativo. É também conhecido o conflito entre o «partido militar» de Santos Costa e ala civil, mais «esquerdina», de Marcelo Caetano, que culminou, no final dos anos 50, com a saída de ambos do Governo. E são ainda públicos os últimos confrontos,

nos derradeiros anos do regime, entre ultras e liberais, entre «integracionistas» ultramarinos e tecnocratas europeus” (Cruz, 1988; p. 171).

A nível concelhio, também se verificava esta diversidade interna dentro da União Nacional. Em Vila Nova de Famalicão, destacavam-se duas tendências que influenciaram a vida política local durante o Estado Novo.

A primeira era liderada pela família Alves Correia de Araújo, de Requião, e tinha como principais figuras Francisco Alves Correia de Araújo, Joaquim Alves Correia de Araújo, Armindo Alves Correia de Araújo, António Dias da Costa, Leonardo Ilhão, Álvaro Carneiro Bezerra e o padre Ernesto Alves.

A segunda tendência era encabeçada por José de Oliveira, advogado oriundo de Cruz, que dispunha de apoios sólidos a nível local e distrital, tendo chegado a ocupar o cargo de Governador Civil de Braga. Ao seu lado estavam figuras como José da Costa Jácome, Álvaro Folhadela Marques, José Casimiro da Silva, Abel Folhadela de Macedo e o padre Manuel Freitas Reis, entre outros.

No âmbito do bloco do regime, “os dois grupos, embora integrando a União Nacional, funcionavam como dois partidos políticos em tensão permanente, em resultado da luta pelo poder em Vila Nova de Famalicão” (Costa, 2013, p.104).

Esta situação demonstra a existência de um certo pluralismo interno no bloco político de apoio ao regime. Enquanto a primeira tendência tinha uma visão mais conservadora e ruralista do concelho, a segunda tendência preconizava a necessidade premente de realização de obras públicas e encarava de forma mais positiva a industrialização e o desenvolvimento económico em geral.

Durante a Ditadura Militar e nos primeiros anos do Estado Novo, a primeira tendência teve maior protagonismo. Francisco Alves Correia de Araújo tinha sido nomeado pelo Governo para presidir à Comissão Administrativa do Município, função que desempenhou até à entrada em vigor do Código Administrativo, com breves interrupções.

Um dos momentos marcantes da sua liderança ocorreu em 21 de novembro de 1935, com a publicação no Diário do Governo da portaria do Ministro do Interior, Henrique Linhares de Lima, que aprovava a ordenação heráldica do brasão e da bandeira do Município, na sequência de proposta apresentada pela Comissão Administrativa. No entanto, esta decisão foi alvo de críticas, inclusive de setores ligados ao regime, por considerar-se que os símbolos transmitiam uma imagem ruralista do concelho, ignorando a sua crescente industrialização crescente. Por exemplo, José Casimiro da Silva expressou no jornal “Estrela do Minho”, do qual era diretor, a seguinte posição crítica: “De modo que nem os cachos, nem as romãs, se justificam na constituição da heráldica da terra que tem de subordinar-se à riqueza que a distingue: à indústria porque Famalicão é uma terra essencialmente industrial” (Estrela do Minho, edição do 23 de junho de 1935).

Com a entrada em vigor do Código Administrativo, Francisco Alves Correia de Araújo foi nomeado formalmente Presidente da Câmara Municipal.

No entanto, a sua posição enfraqueceu com a nomeação de José de Oliveira como Governador Civil de Braga, o que modificou a correlação de forças dentro do regime a nível local.

Como resultado, Francisco Alves foi substituído por Rodolfo Aguiar, que apresentou um ambicioso plano de obras públicas, cuja concretização dependia da contratação de um empréstimo. No entanto, a maioria da vereação, ligada à tendência ligada a Francisco Alves, opôs-se ao projeto, levando à demissão de Rodolfo Aguiar e à sua substituição por José da Costa Jácome.

A tensão entre as duas correntes culminou na apresentação de duas listas à vereação da Câmara Municipal em novembro de 1941. Segundo o Código Administrativo, os vereadores eram eleitos pelo Conselho Municipal, composto por representantes das Juntas de Freguesia e dos organismos corporativos locais.

Em 25 de novembro de 1941, foram formalmente apresentadas duas listas. A lista A era composta por elementos associados à corrente de José de Oliveira, incluindo Álvaro Folhadela Marques, enquanto a lista B era liderada pela tendência ligada a Francisco Alves Correia de Araújo, destacando-se a figura de Armindo Alves Correia de Araújo.

Este episódio ilustra como, dentro da estrutura monolítica do Estado Novo, persistiam divergências e disputas pelo poder, evidenciando que, apesar da imposição de um regime autoritário, subsistia um certo grau de competição política interna.

A lista A foi eleita, o que criou condições para a ascensão progressiva de Álvaro Folhadela Marques, um dos edis que mais marcou o século XX famalicense.

Álvaro Folhadela Marques era um empresário prestigiado a nível local. No plano social apoiou projetos de solidariedade social, como a Creche-Mãe, fundada em 1930, e contribuiu para o engrandecimento de várias instituições famalicenses, entre as quais o Ateneu Comercial e Industrial e o Futebol Clube de Famalicão. Iniciou-se na política local na década de 1940, como vereador na Câmara Municipal presidida por José da Costa Jácome.

Em 1945, Álvaro Folhadela Marques foi nomeado Presidente da Câmara Municipal. Álvaro Marques tinha ao seu lado na vereação um grupo de jovens políticos, nos quais sobressaiam Abel Folhadela de Macedo, José Casimiro da Silva e posteriormente José Mário Machado Ruivo.

Álvaro Marques promoveu um programa ambicioso de obras públicas e de melhoramentos materiais na urbe e no concelho.

No âmbito deste ambicioso programa de obras públicas, destacam-se intervenções estruturantes que marcaram o desenvolvimento local. Entre elas, a construção do Mercado Municipal, do Estádio Municipal e de uma nova Cadeia, bem como a reabilitação da Casa-Museu de Camilo Castelo Branco. A expansão da rede escolar, através da edificação de várias escolas primárias, e a construção de habitação social refletiram um compromisso com a qualidade

de vida da população. Paralelamente, foram realizadas melhorias significativas no abastecimento de água e na modernização da rede viária, tanto na vila como no concelho. No contexto específico da malha urbana, salientam-se a abertura das Ruas Vasconcelos e Castro, Conde de São Cosme do Vale, São João de Deus e Eng.º Frederico Ulrich – atualmente Avenida Marechal Humberto Delgado – bem como o alargamento da Rua de Santo António.

A obra mais icónica de Álvaro Marques foi, sem dúvida, a construção do atual edifício dos Paços do Concelho, projetado pelo arquiteto Januário Godinho. Este projeto surgiu na sequência do incêndio que, em abril de 1952, consumiu o edifício oitocentista. Contudo, o seu súbito desaparecimento, em outubro de 1957, impediu-o de testemunhar a conclusão daquela que foi uma das suas maiores batalhas.

Além disso, Álvaro Marques desempenhou um papel determinante na implementação do ensino técnico público no concelho, viabilizando a criação da Escola Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão em 1956. Para concretizar os projetos que idealizava, recorreu ao aumento dos impostos diretos e, sobretudo, às participações estatais, estabelecendo uma relação estreita com o Governo.

Entre as suas iniciativas de maior impacto, destacou-se ainda o Antepiano de Urbanização para Vila Nova de Famalicão, elaborado em 1948, aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas em 1949 e publicado no Diário do Governo em 1952, que tinha como finalidade promover uma visão estruturada e estratégica para o crescimento da urbe famalicense.

A elaboração do referido plano foi confiada a Miguel Resende, engenheiro e urbanista, responsável pela elaboração dos planos urbanísticos de concelhos como Vila do Conde e Santo Tirso, entre outros.

O plano atrás mencionado, “no que se refere à estrutura viária, Miguel Resende propõe, como elemento fundamental, uma variante à EN14, traçando o que hoje corresponde às Av. General Humberto Delgado e Av. Carlos Bacelar. O restante sistema viário proposto resume-se à definição de quarteirões habitacionais e ao acesso ao seu interior, onde se localizam os equipamentos propostos. Este desenho evidencia claras influências do urbanismo defendido por Alfred Agache e Étienne de Gröer, na linha das teorias da Cidade-jardim. Esta influência acentua-se quando Miguel Resende desenha parte das áreas de expansão da cidade, a norte e a sul, onde o carácter de habitação unifamiliar e bifamiliar predomina e as vias são ladeadas por faixas de espaços verdes públicos (Lemos, 2006, p. 292).

Além disso, o plano definia novas zonas residenciais, de comércio e indústria e preconizava a preocupação de proteger as zonas arborizadas localizados em torno da então vila.

A estratégia de desenvolvimento impulsionada por Álvaro Marques assentava no plano de urbanização e num vasto programa de obras públicas, visando, entre outros objetivos, criar condições para a elevação de Vila Nova de

Famalicão à categoria de cidade. Durante os seus mandatos, surgiram diversas referências à construção de uma “cidade nova”, refletindo a ambição de modernização da urbe e do concelho.

Contudo, a sua visão territorial não se limitou à então vila. Demonstrando uma preocupação clara com a coesão territorial, Álvaro Marques promoveu investimentos estruturais em infraestruturas básicas e na rede escolar e, em 1956, propôs a elevação de Riba de Ave à categoria de vila.

O falecimento de Álvaro Marques, em outubro de 1957, abriu um período de incerteza política na governação municipal. Armindo Alves Correia de Araújo assumiu interinamente a presidência da Câmara até meados de 1958, sendo então nomeado José Pinto de Oliveira, que permaneceu no cargo até 1965. O seu mandato ficou marcado por três inaugurações de grande relevância: os Paços do Concelho, em 1961, as instalações da Escola Comercial e Industrial, em 1963, e o novo edifício do Hospital São João de Deus, em 1964.

A década de 1960 ficou marcada por um endurecimento do regime, tanto no que respeita à reorganização das suas estruturas políticas como à gestão da questão ultramarina. A guerra colonial, travada em três frentes nos territórios africanos de Angola, Guiné e Moçambique, impôs ao país um esforço significativo, obrigando à mobilização de elevados contingentes militares e ao aumento das despesas com a defesa, o que absorveu uma parte substancial dos recursos públicos.

Esta conjuntura teve um impacto direto no investimento público, afetando particularmente o financiamento municipal, que dependia fortemente das participações estatais.

No concelho, essa realidade foi ainda mais acentuada pela menor influência política dos sucessores de Álvaro Marques junto do Governo, bem como por um défice de uma atitude proativa e estratégica na governação municipal.

Assim, ao longo da década de 1960, os principais investimentos de utilização pública, ressalvando a exceção notável dos novos Paços do Concelho, tiveram origem no Estado, como as novas instalações da Escola Comercial e Industrial, ou resultaram de iniciativas da sociedade civil, como o Cine-Teatro Augusto Correia e as novas instalações do Hospital São João de Deus.

Em 1965, o padre Benjamim Salgado assumiu a presidência da Câmara Municipal, cargo que exerceu até 1969. O seu mandato ficou marcado pela requalificação de espaços públicos, como o Jardim D. Maria II e o Parque Marechal Carmona (atual Parque 1.º de Maio), mas também por uma das decisões urbanísticas mais controversas da segunda metade do século XX em Vila Nova de Famalicão: a autorização da construção das instalações da Fundação Arthur Cupertino de Miranda e do Banco Português do Atlântico, que levou à descaracterização da praça central da vila.

Os anos finais: tensão entre a continuidade e a renovação

Em setembro de 1968, António de Oliveira Salazar foi internado com urgência, tornando-se evidente a sua invalidez definitiva. O Presidente da República, Américo Tomás, após um processo de consulta de diversas personalidades do regime, anunciou a exoneração de Salazar e a sua substituição por Marcello Caetano na presidência do Conselho de Ministros. O lema anunciado por Caetano no seu discurso de tomada de posse foi a de evolução e continuidade. A continuidade visou tranquilizar a ala mais conservadora, que enfatizava o imobilismo como a única defesa possível do regime. A evolução dirigiu-se ao crescente número daqueles que consideravam que a 2.ª República só poderia manter-se mediante reformas ousadas e inovadoras, de cariz liberalizador e inclusive democratizador.

O Governo de Marcello Caetano promoveu um conjunto de reformas, tímidas umas, nomeadamente nas vertentes da censura à comunicação social e da polícia política, outras audaciosas, nos domínios do ensino, da previdência social, da saúde e do desenvolvimento económico.

Uma medida que demonstra simultaneamente as potencialidades e os limites do reformismo marcelista foi a criação das Comissões de Planeamento Regional no território de Portugal continental, as antecessoras das atuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, através dos Decreto-Lei n.º 48.905, de 11 de março de 1969.

A versão original do diploma legal preconizava a criação, em cada região, de um órgão do planeamento regional e de uma assembleia regional. Mas o legislador não acolheu esta opção e optou por fazer das Comissões de Planeamento Regional estruturas com funções essencialmente consultivas.

Apesar da sua frágil representatividade e da ausência de mecanismos efetivos de participação das autarquias e sobretudo das populações, estas comissões produziram um conjunto significativo de relatórios e diagnósticos técnicos, constituindo a base para a formulação de estratégias regionais. O seu trabalho integrou, nomeadamente, os estudos preparatórios para o IV Plano de Fomento. Além disso, o seu trabalho evidenciou a relevância de incrementar a territorialização das políticas públicas.

A partir de 1970, começaram a arrefecer as expectativas quanto à liberalização do regime. O aumento da contestação interna e externa à política de guerra nos territórios africanos e o reforço do poder dos setores mais conservadores do regime determinaram a reativação dos mecanismos repressivos e o aumento das restrições à atuação das diversas correntes da oposição.

A nível concelhio, em 1969, a presidência da Câmara Municipal tinha sido assumida por Manuel João Dias Costa, cujo mandato teve como pontos altos a implantação do ensino liceal público, com a criação da Primeira Secção do Liceu Nacional Sá de Miranda de Braga, autonomizada em 1972 com a designação de Liceu Nacional de Vila Nova de Famalicão, e a inauguração das instalações da Fundação Cupertino de Miranda, igualmente em 1972.

Outra preocupação de Manuel João Dias Costa foi o planeamento urbano. Datam do seu mandato as propostas do Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental e o Plano Parcial da Zona Desportiva e de Ensino, da autoria de Arménio Losa, que influenciariam o crescimento da malha urbana nestas zonas nas décadas subsequentes.

O primeiro plano preconizava “a deslocação da função primordial que a estrada Porto-Braga tivera nesse último século, e que estruturara toda a malha urbana, para uma nova via, mais a nascente, que surgirá como uma espécie de “passe-maker” do núcleo urbano. Esta transformaria a atual Av. General Humberto Delgado, que correspondia a um primeiro apontamento de variante, numa via de carácter mais urbano, integrada na malha pré-existente da então vila. Refira-se que este eixo urbano já compreendia, antes da elaboração do plano, algumas funções como correios, cinema, pensão, restaurante, mercado e feira semanal, que lhe conferiam algum carácter urbano. Nas vias com maior movimento e estruturantes previam-se desnivelamentos. Favorecia-se o percurso pedonal, que funcionaria como uma rede independente da circulação viária. Os trajetos compõem-se ao longo de sequências de espaços, ora atravessando áreas ajardinadas e arborizadas, ora sob pórticos de frentes comerciais” (Lemos, 2006, p. 293).

Além disso, “o Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental integra também um estudo funcional e viário, apresentado numa proposta de zonamento, essencial à correta implantação da proposta no terreno. Esta realidade pode indiciar a existência de filosofias de intervenção urbanística já bastante interiorizadas, provenientes de estudos ou planos anteriores, eventualmente do Antepiano de Urbanização já referido. O zonamento apresentado manifesta já claros conceitos para a expansão da cidade e para a definição de uma estrutura ecológica que a sustente. É manifesta a intenção de confinar a indústria à zona sul, assim como a consolidação do aglomerado urbano, efetivada através da estrutura verde a nascente, e da orografia a poente. Observa-se a intenção de articular uma consolidação do núcleo urbano, com a definição de uma estrutura ecológica, procurando contrariar o modelo difuso existente. É promovida alguma expansão para norte. Estes conceitos vão estar presentes ao longo dos anos, servindo de modelo para a elaboração de posteriores planos” (Lemos, 2006, p. 294).

Politicamente, o mandato de Manuel João Dias Costa foi caracterizado por fortes limitações a todas as correntes políticas, sociais e culturais consideradas divergentes com o regime vigente. Podem ser mencionadas a imposição de restrições à atuação do Centro Académico Famalicense (CAF) e às atividades culturais promovidas pelo Famalicense Atlético Clube (FAC) e a rejeição das condições de elegibilidade dos candidatos da lista B à direção da Secção local do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil de Braga, devido ao facto de ser considerada conotada com a oposição.

Entretanto, “o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho publicou, em 1972, um estudo versando os «Aspetos Institucionais das Áreas Metropolitanas», onde se preconiza a constituição de uma estrutura organizacional específica para os territórios mais influenciados pelas cidades de Lisboa e Porto, circunscrevendo 19 municípios no primeiro caso e 15 no segundo”(Santos, 1985, p. 142). No caso específico da Área Metropolitanas do Porto, era proposta a inclusão de Vila Nova de Famalicão.

Entre as várias soluções institucionais analisadas, optou-se por um modelo metropolitano de carácter supramunicipal, ainda que num enquadramento pouco definido. Esta estrutura estaria hierarquicamente subordinada à Presidência do Conselho de Ministros e/ou ao Ministério do Interior. Também era abordada a possibilidade de estabelecer uma federação de municípios.

De acordo com o estudo, as novas autoridades metropolitanas assumiriam atribuições e competências anteriormente distribuídas pelos municípios, distritos e departamentos ministeriais. As entidades metropolitanas teriam atribuições no âmbito do planeamento, programação, financiamento e gestão de setores como o ordenamento do território, a habitação, a indústria, a salubridade, os transportes, o abastecimento, a cultura e a segurança.

Em 1973, foi publicado o Decreto-Lei n.º 124/73, de 24 de março, que estabelece medidas fundamentais para a elaboração do Plano Geral de Urbanização da Região do Porto, vulgarmente denominado como Plano da Região do Porto, reconhecendo a necessidade de um planeamento integrado e coordenado para o desenvolvimento urbano e territorial da área de influência da metrópole portuense. A área de jurisdição do Plano de Região do Porto abrangia 19 municípios dos distritos do Porto e de Braga, entre os quais Vila Nova de Famalicão.

Em 1973, nas últimas eleições legislativas do Estado Novo, foram eleitos como Deputados da Assembleia Nacional os famalicenses Camilo Freitas e Amílcar Mesquita, tendo este último sido Secretário da Mesa do último parlamento do regime.

Uma das medidas estruturantes da última legislatura da Assembleia Nacional do Estado Novo foi a Lei n.º 8/73, de 26 de dezembro, relativa ao IV Plano de Fomento.

O IV Plano de Fomento, que deveria vigorar no período (1974-1979), consagrava como grandes objetivos estratégicos nacionais os seguintes:

- “– a aceleração do ritmo de crescimento económico;
 - a promoção do bem-estar e do progresso social;
 - o ordenamento do território e a correção dos desequilíbrios regionais”
- (Caetano, 1982, p. 68).

Em Vila Nova de Famalicão, o ano de 1973 foi igualmente marcado pela designação de Dinis Ruy D’Orey para a presidência da Câmara Municipal. Dinis D’Orey anunciou um vasto conjunto de melhoramentos materiais, como

a definição de um Plano Geral de Urbanização para o concelho, a criação da Comissão Municipal de Turismo, a edificação de um novo Mercado Municipal, a construção do pavilhão gimnodesportivo e de piscinas, o fomento da habitação social, o saneamento básico e a criação de uma rede de transportes urbanos.

Simultaneamente, desenvolveu um estilo politicamente mais dialogante, merecendo destaque a criação dos denominados grupos de trabalho, que tinham como finalidade a análise de questões estruturantes do desenvolvimento do concelho, bem como o impacto do IV Plano de Fomento e do Plano da Região do Porto no âmbito local. Estes grupos eram constituídos por elementos da sociedade civil convidados para o efeito. Mereceu destaque a presença de pessoas que não eram politicamente afetas ao regime, nomeadamente Carlos Bacelar, um membro prestigiado da oposição democrática, que foi após o 25 de Abril de 1974, Deputado à Assembleia Constituinte e o primeiro Presidente da Assembleia Municipal na sequência das eleições autárquicas de 1976.

A última reunião agendada dos referidos grupos de trabalho foi programada para o dia 25 de abril de 1974.

Contudo, a experiência reformista de Dinis D'Orey já era demasiado tardia. Cada vez mais contestado a nível nacional e internacional, o regime do Estado Novo mostrava sinais crescentes de crise, que culminaram na sua queda na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, que abriu caminho para a implantação da democracia pluralista em Portugal.

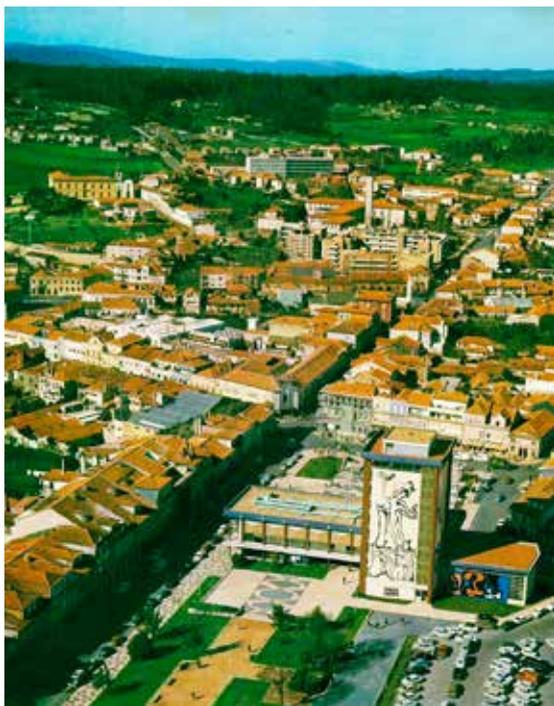


Fig. 3 Foto panorâmica do centro urbano de Vila Nova de Famalicão no início da década de 1970, retirado do livro “Tudo Começou no Louro”, editado pela Fundação Cupertino de Miranda em 1972.

Bibliografia

- Amaro, A. R. (2015). O modelo político-administrativo do Estado Novo português: Corporativismo e representação política das autarquias (1936-1959). *Espacio, Tiempo y Forma. Serie V, Historia Contemporánea*. <https://revistas.uned.es/index.php/ETFV/article/view/15729>
- Caetano, M. (1980). *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Caetano, M., et al. (1982). *Regionalização e poder local em Portugal*. IED.
- Costa, A. S. da, & Rodrigues, L. P. (2013). *Joaquim Fernandes: Memórias do senhor Arcipreste*. Vila Nova de Famalicão: Município de Vila Nova de Famalicão.
- Cruz, M. B. da. (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lemos, C., & Pedro, F. F. (2006). O Centro Urbano de Vila Nova de Famalicão – Três décadas de desenvolvimento. *Boletim Cultural do Município de Vila Nova de Famalicão*, 3(2).
- Oliveira, A. C. de. (1993). *Direito das Autarquias Locais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Oliveira, C. de (Dir.). (1996). *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, J. A. dos. (1985). *Regionalização: Processo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Saraiva, J. H. (Dir.). (1983). *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Silva, A. J. P. da, Gonçalves, A., Costa, A. S. da, Faria, D., & Pereira, J. A. (2015). *As Portas da História – Vila Nova de Famalicão*. Município de Vila Nova de Famalicão.

Imprensa local consultada

- Estrela da Manhã*, Vila Nova de Famalicão.
- Estrela do Minho*, Vila Nova de Famalicão.
- Jornal de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão.
- Notícias de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão.

02. Perspectiva 1974-1976. Um jornal na Revolução

→ Joaquim Forte

Resumo

Este texto é uma adaptação, necessariamente muito resumida, da investigação académica realizada pelo autor, na Universidade do Minho, com o título “Imprensa, Movimentos Operários e Política: O Caso do Jornal PERSPECTIVA. 1974-1976”. Estamos perante um exemplo de jornal militante, apostado na consciencialização operária e na disseminação de ideias políticas, impulsionado pelo recrudescimento dos movimentos sociais que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Cinquenta anos depois, a partir de um jornal publicado em Joane, se faz o retrato do país, Portugal em Revolução, desde a esperança à morna planície do desencanto.¹

¹ Eduardo Lourenço, *O Complexo de Marx*, p. 180. Publicações D. Quixote, 1979.

Introdução

O jornal PERSPECTIVA, com sede em Joane, teve dezoito edições em papel, publicadas entre julho de 1974 e junho de 1976, um tempo fervilhante de acontecimentos, de mobilização cívica, instabilidade governamental e ações de violência. Mais de oitenta sedes do PCP, de pequenos partidos de esquerda, de sindicatos e de jornais são atacadas à bomba e incendiadas². Incluindo a sede do PERSPECTIVA.³

Na sua pequena escala, através dos seus textos militantes, o jornal permite-nos acompanhar o desfilar de acontecimentos deste período marcante de Portugal. Assegurado por uma mescla de ativistas – operários, católicos progressistas, estudantes – que usam o jornal para ações de afirmação de um ideário que junta democracia popular, revolução, autogestão e socialismo real, o PERSPECTIVA apresenta-se como democrático, popular, apartidário, mas orientado por “uma linha política antifascista e anticapitalista”, sem ser a vanguarda dos trabalhadores.⁴

Lugar conservador e de operários dóceis

“Se olharmos atentamente para a nossa região, de Vermoim, (Pousada de) Saramagos, Joane, Ronfe, é fácil ver quem somos, nós os trabalhadores, o povo, os explorados e oprimidos. A maioria de nós tem como centro de vida as fábricas do Riopete, Carides, Delfina, Somelos, Coelima, M. Gonçalves, etc.(...) Somos nós que nos vamos levantando contra as injustiças de que somos vítimas todos os dias.” PERSPECTIVA, n.º 2, agosto de 1974: 8.

Ao contrário da “imagem de marca” de um operariado submisso e dócil que, invariavelmente, resulta das investigações sobre o Vale do Ave, este texto imprime uma vontade de mobilização operária contra as injustiças e a favor da união. Não sendo um alfobre de contestação, a região (concelhos de Famalicão e Guimarães) conhece, após o 25 de Abril, uma libertação no que toca à expressão das exigências operárias. Além das formas mais comuns, greves e paralisações parciais, surgem outras mais consentâneas com o período revolucionário, como ocupações de fábricas. Com efeito, o fenómeno da autogestão no processo revolucionário português é uma das experiências desse tipo mais vastas na segunda metade do século XX⁵: cerca de setecentas empresas, das quais 222

2 Sobre a violência registada no chamado “verão quente”: Diego Palacios Cerezales, *Um caso de violência política: o «Verão quente» de 1975*. Revista Análise Social, vol. XXXVII (165), pp. 1127-1157, Lisboa, 2003; Miguel Carvalho, *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa, Oficina do Livro, 2022.

3 PERSPECTIVA, n.º 16, ano I, fevereiro-março de 1976: p. 6.

4 PERSPECTIVA, n. 2, Ano I, agosto 1974: 1.

5 Miguel Ángel Pérez Suárez, *A Autogestão no Processo Revolucionário Português de 1974-75*, pp. 201, 202, in *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal*. Pamela Peres Cabreira (ed) e Raquel Varela (coord). Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 2020.

do sector metalúrgico; 172 do têxtil, com destaque para os distritos do Porto e de Braga⁶. No Vale do Ave registam-se dois casos emblemáticos: o processo de controlo da Têxtil Manuel Gonçalves, em Famalicão⁷, e a autogestão da fábrica Sousa Abreu, de Guimarães, que dá origem à cooperativa Fogo Posto. Este caso é considerado pioneiro e um dos mais conhecidos.⁸

No dia 11 de setembro de 1974, pelas sete horas da manhã – relata o PERSPECTIVA –, o patrão despede dezenas de operários e encerra as instalações. Em resposta, os trabalhadores decidem assumir a gestão: é eleita uma comissão diretiva, mas as decisões são tomadas por todos, em assembleia. A atualização dos salários e o saneamento de empregados de escritório, afinador, encarregado e guarda-livros contam-se entre as primeiras medidas. “Qualquer elemento que sirva de estorvo aos restantes operários deve ser retirado. Porque essa pessoa mesmo que seja trabalhadora, na prática não age conforme os interesses dos trabalhadores”, refere uma operária à reportagem.⁹

Em matéria de movimentações operárias, um dos protestos de maior amplitude nesta fase é o dos trabalhadores da Fábrica de Pneus Mabor, em Lousado, Vila Nova de Famalicão, profusamente acompanhado pelo PERSPECTIVA. Os trabalhadores exigem salário mínimo de 6 000\$00 (cerca de 30 euros) e entram em greve, regressando ao trabalho ao fim de setenta dias. Conseguem aumentos salariais (4500\$00, cerca de 23 euros), um mês de férias a 100%, subsídio de Natal, pagamento de todos os dias de greve e a garantia, por escrito, de que não haveria represálias sobre os grevistas.¹⁰

Tempo frenético

O 25 de Abril de 1974, a «divina surpresa»¹¹, independentemente das avaliações a que o sujeitem, tem obra para apresentar: derruba a mais velha ditadura europeia, permite o vislumbre de um estado socialista¹² e liberta uma onda de lutas populares¹³. Tudo isto num espaço de dois anos, com menos violência do que numa semana em Belfast ou num dia no Líbano¹⁴ e numa atmosfera supertensa, no meio de movimentos contraditórios.¹⁵

O período de 1974 a 1976 corresponde ao tempo de atividade do jornal PERSPECTIVA. Abarca o chamado PREC, delimitado entre o 25 de abril de

⁶ Idem: 215.

⁷ Sobre o assunto, *O Caso dos 17 da Têxtil Manuel Gonçalves. Um documento para a História da luta dos trabalhadores*. Edição coletiva dos trabalhadores da comissão de autogestão da TMG, 1976.

⁸ Reportagem da RTP sobre a fábrica Sousa Abreu: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ocupacao-da-fabrica-sousa-e-abreu/>

⁹ PERSPECTIVA, n.º 4, outubro de 1974, p. 4.

¹⁰ PERSPECTIVA, n.º 2, agosto 1974, p. 2.

¹¹ Philippe C. Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, p. 16. Lisboa, ICS, 1999.

¹² Ronald H. Chilcote, *A Revolução Portuguesa. Estado e Classes Sociais na Transição para a Democracia*, p. 97. Afrontamento, 2014.

¹³ Chris Harman, *A People's History of the world*, p. 585. Londres, Bookmarks Publications, 2002.

¹⁴ Eduardo Lourenço, *O Complexo de Marx*, p. 47. Publicações Dom Quixote. 1979.

¹⁵ Idem, p. 46.

1974 e o 25 de novembro do ano seguinte, marcado pela efervescência dos movimentos populares e pela violência. Em fevereiro de 1976 as instalações do PERSPECTIVA são atacadas, o arquivo é queimado e a máquina de escrever destruída. Uma ação intimidatória para tentar silenciar um órgão defensor dos trabalhadores.¹⁶

Após o golpe de 25 de Abril o general Spínola é designado Presidente provisório. Tenta reforçar os poderes através de um levantamento maciço nacional, a «maioria silenciosa», a 28 de setembro, que é frustrada e resulta na demissão do general, dois dias depois. Para o PERSPECTIVA, a tentativa de golpe é o corolário da reorganização e reabilitação das forças de direita: Partido Democrata Cristão, Partido Cristão Social Democrata, Partido Liberal, Partido do Progresso¹⁷. Gorada a “maioria silenciosa”, a ala spinolista tenta novo golpe a 11 de março de 1975, que se salda por novo fracasso, obrigando o General do monóculo ao exílio. A reincidência golpista reforça o setor mais revolucionário: banca e seguros são nacionalizados e o MFA proclama o “carácter socialista” da revolução. O PERSPECTIVA ocupa a primeira página, na forma de Editorial, com a publicação do primeiro comunicado dos soldados do RAL1 (Fig. 1). O golpe é ainda tratado na página quatro, com o título *11 de Março: O desespero da Reacção*, sendo classificado como “acto de desespero da «Spinolada fascista»”, mas que tinha o lado positivo de “revelar os lobos” disfarçados com peles de cordeiro.¹⁸

É neste quadro de acalorada divergência política e ideológica, de caos e anarquia para uns, de vislumbre de uma alternativa de sociedade, para outros, num lugar conservador e de operariado dócil que surge este jornal operário e militante, em cujas páginas se estende a passadeira para a revolução do proletariado.

No princípio era a JOC

A onda de mobilização popular no campo associativo nos meses seguintes ao 25 de Abril de 1974 “destapa” dinâmicas escondidas, dando origem ao surgimento de projetos no campo cultural e associativo com forte envolvimento

16 PERSPECTIVA, nº 16, fevereiro-março 1976, p. 6.

17 PERSPECTIVA, nº 4, outubro 1974, p. 1.

18 PERSPECTIVA, nº 9, março 1975, p. 4.



Fig.1 A tentativa de golpe de 11 de março em destaque no número nove do jornal PERSPECTIVA, março de 1975.

de elementos ligados à oposição ao anterior regime. É assim com o jornal PERSPECTIVA, com origens na ação da JOC. Com efeito, a Juventude Operária Católica é um escape para as camadas jovens locais e serve de capa para sessões semiclandestinas de um grupo informal de teatro, composto por católicos progressistas e iniciados nas forças da esquerda revolucionária.

A defesa da democracia popular é uma das linhas dos partidos e organizações marxistas-leninistas e maoistas.¹⁹ Outra é a “rigidez organizativa” que se impõe nos planos político, moral e dos costumes. A vanguarda contrapõe a postura ascética e incorrupta dos operários aos vícios da burguesia, entre os quais pontificam a pornografia e a prostituição. A execração dessa viciação burguesa está bem espelhada na edição do PERSPECTIVA de junho de 1975:

“Só com a eliminação do capitalismo é possível acabar com estes vícios: onda de pornografia (exploração desenfreada de tudo quanto diz respeito ao sexo) que desde há tempos se tem introduzido descaradamente por todo o lado, das nojentas revistas que se encontram em qualquer canto até à maioria dos filmes que entram em Portugal. Será a isto que queremos chamar liberdade? Não passa de um oportunismo de liberdade da parte de alguns que vêm na exploração deste campo uma possibilidade de lucro fácil de conseguir. A par das modas, à força de tanta publicidade arrasta por vezes atrás de si algumas camadas operárias que gastam dinheiro em produtos que nunca precisaram (...) vícios importados de França, Alemanha, Inglaterra e, sobretudo, da Suécia, países altamente viciados e orientados por partidos mais ou menos sociais democratas (tipo P.P.D) que nada têm a ver com os reais interesses da classe trabalhadora”

PERSPECTIVA, n.º 12, junho 1975, pp. 6, 7.

O jornal (em) PERSPECTIVA

Estamos numa outra época, não nestes tempos em que o jornalismo impresso definha e a distinção entre ficção e realidade é difusa²⁰ e a eficácia da desinformação leva a melhor sobre argumentos bem fundamentados.²¹ O primeiro ponto prévio, portanto, é este: do tempo em que vivemos, aturdidos pelo *tsunami* de informação que repercute no quotidiano de cada um e distorce o processo democrático²², somos convocados para mergulhar numa realidade amadora de um período incontornável da nossa história contemporânea. Da realidade digital hipersônica e profissionalizada, olhamos um micro-ativismo

19 Sobre o tema: Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira. O Maoismo em Portugal 1964-1974*, Tinta da China, 2011.

José Pacheco Pereira, *O Um dividiu-se em Dois. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores: 165-166, 2008.

20 Han, Byung-Chul, *Infocracia. La digitalización y la crisis de la democracia*, p. 28. Buenos Aires, Taurus, 2022.

21 Idem, p. 35.

22 Idem, p. 25

em forma de publicação em papel e as ideias que visam sublevar a classe operária pela consciencialização, que denunciam o domínio de uma minoria sobre a maioria que vive do trabalho, protagonizado por jovens de um meio pequeno, uns operários, este e aquele nos estudos.

A análise de um jornal amador nascido pouco depois com o 25 de Abril de 1974, animado por jovens inconformados com a vida “nada e parada, a não ser quando o sino toca(va) a finados, não se sabendo o que fazer com ela”²³, não pode seguir as grandes teorias analíticas do jornalismo. Manda a sensatez que não se avalie um mensário popular, antifascista, defensor da democracia direta, de uma terra “ali encastoadada nos velhos montes de Vermoim”²⁴, como se fosse um diário de referência ou um título da capital animado por estetas das letras e das ideias.

A redação de Joane torna-se um cenáculo incubador de revoltas para colocar o mundo nos eixos; um espaço onde repousa, imprescindível, a máquina de escrever com a qual são redigidos os editoriais, os textos, os comunicados que alimentam esta novidade que é um jornal feito por jovens. A máquina é o instrumento sem o qual, como o operário de De Sica sem a bicicleta, o trabalho se torna impossível. A bicicleta conseguida com a penhora dos lençóis de cama, a máquina de escrever com o contributo dos operários.

Atente-se na ousadia: numa terra sociologicamente muito conservadora, onde a esquerda para a população corresponde ao PS, surge um jornal que acena com as vias possíveis para uma sociedade justa e sem classes e que prega, em homilias mensais, a necessidade de submeter o capitalismo à maior das penitências: a sua eliminação. Não admira, por isso, que a Igreja local, conservadora como antes da Revolução, se conte na linha da frente dos alvos do jornal e dos críticos mais ferozes contra a afoiteza juvenil.

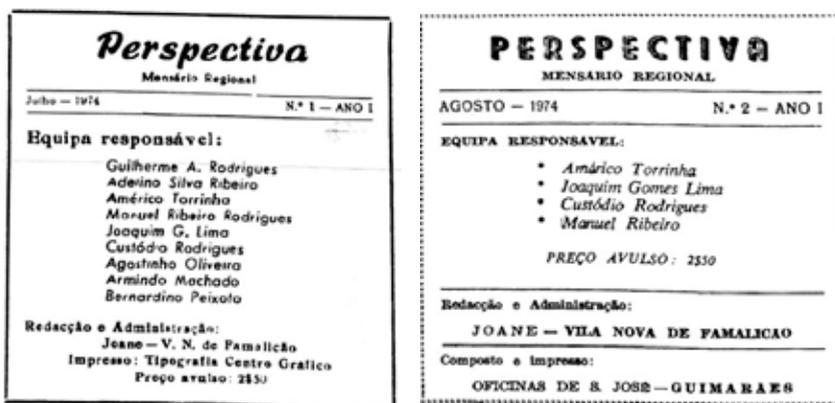
Em nome dos operários

Estamos perante um jornal apostado na consciencialização operária. A forma mais comum de atribuição da autoria dos textos é a generalista referência “um operário” ou “um grupo de operários/as” – os tempos são de liberdade e democracia, mas as cautelas são aconselháveis num meio pequeno. De facto, logo nos primeiros números verifica-se a saída de alguns elementos da equipa responsável (**FIG. 2 e 3**). Para quem trabalha nas fábricas têxteis deste meio, a ligação a um projeto de ativismo operário de ideologia radical concita pressões e represálias, nuns casos materiais, noutros, sociais.

Das suas edições ressalta uma clara orientação político-ideológica e um certo proselitismo político que tem como destinatários os trabalhadores das fábricas locais, sobressaindo palavras-chave que dominam os títulos (editoriais, notícias, opiniões) e um glossário que é espelho do tempo e do fervilhar do país:

²³ Agostinho Fernandes, *No caminho da (Im)perfeição*, p. 17. VNF, Edições Húmus, 2013.

²⁴ Idem.



Figs. 2 e 3 Da primeira para a segunda edição (julho e agosto de 1974, respetivamente) há uma saída considerável de elementos da equipa responsável pela feitura do jornal.

Burgueses: aqueles que não produzem e vivem ricamente à custa dos trabalhadores.

Capitalistas: Aqueles que possuem capitais (dinheiro) e procuram aumentá-los à custa dos que trabalham. Os capitalistas são burgueses.

Operário: Aquele que produz, que é explorado, que apenas possui a força para trabalhar, que deseja profundamente e luta por um mundo novo onde não seja explorado e onde haja igualdade, justiça e paz.

PERSPECTIVA, n.º 2, agosto 1974, p. 8.

O destaque da primeira página do número inaugural (**FIG. 4**) sintetiza o propósito que anima este projeto defensor do socialismo, fortemente engajado nos grupos políticos à esquerda do PCP, apesar de se assumir apartidário. Percebe-se um propósito revolucionário e militante de *fazer política* na forma de editoriais e notícias semeadas de comentários adjetivados que terminam com palavras de ordem. Mais do que um engajamento ideológico sem hesitações e clarificador, persiste uma via de contestação ao sistema capitalista, bem patente no curto editorial da segunda edição, de agosto de 1974 (**FIG. 5**).

Há de facto uma forte vertente propagandística ligada aos movimentos maoistas e marxistas-leninistas, na linha de *O Grito do Povo*²⁵, reflexo das pequenas forças revolucionárias em confronto no país: OCMLP, FEC-mI, UDP, MES – tudo à esquerda do PCP, considerado social-fascista. Coexistem a exaltação da Albânia (“país próspero, vive e trabalha feliz, para a construção da sociedade futura, onde não há miséria, nem desemprego, nem inflação, nem

²⁵ Em dezembro de 1971 é publicado o número inicial de *O Grito do Povo*. Na primeira página o jornal expressa a linha política da OCMLP. Sobre o tema: Pedro Batista, 2014. *Da Foz Velha a O Grito do Povo. Oposição maoista à ditadura. Memórias (1948-1974)*. Porto, Afrontamento, 2014.

Os operários roubam os patrões?

Todos falam em aumento de salários. Todos os operários apresentam as suas reivindicações. Uns querem um aumento com o salário mínimo de 6 000\$00 mensais. Outros acomodam-se com aquilo que o patrão muito generosamente lhes dá. No entanto há certas pessoas que querem lutar em 6 000\$00 mensais de salário mínimo e mais: «Como poderá ganhar 6 000\$00 mensais? Eles são malucos, isso é mais dinheiro! Isto seria roubar o patrão».

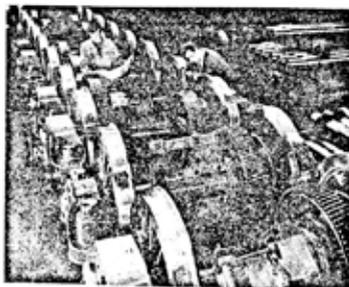
Essas pessoas com certeza não se lembram que existem outros trabalhadores a ganhar 15, 20 e 30 000\$00. Para essas pessoas, esse dinheiro não é muito.

«Eles merecem!» São as responsáveis pela produção da fábrica. Por conseguinte têm de ganhar muito dinheiro».

Porá, não como que os guardas de chique na mão, obrigando os operários a produzir mais, mais e sempre mais. Não importa como. Mas é necessário aumentar a produção dia para dia. E isso a máquina faz dentro da empresa. E pronto. Chegou-se ao fim do mês e metem os teia 15, 20 e 30 centos ao bolso.

Quando é que nos conscientizamos que somos todos seres humanos? Quando é que estamos conscientes de que, nós os operários, queremos tanto como

(Continua na página 11)



Não como são que precisamos do patrão...

JOANE

- Ciclo em Outubro
- Iluminação Pública
- Estradas

Com mais de 5 mil habitantes, Joane debate-se com problemas de várias ordens: ciclo, iluminação e abertura de estradas estão neste momento em primeiro plano.

Além destes problemas há importantes abordos e o Presidente da Junta de Joane.

Ciclo em Barreiros

O edifício para o Ciclo Preparatório será construído na parte superior do Campo de Futebol de Barreiros.

A obra estava prevista para o ano findo, de 1973. Semente, contudo, em 1974 se poderá falar na hipótese de um funcionamento real.

Barrocinha, desliza, processo em vão, estão na base da sua concretização da obra. Entretanto uma coisa é certa, grande quantidade de alunos ficaram sem acesso ao grau mínimo de escolarização.

(Continua na última página)

Ainda neste número:

- Pedido a demissão do Sapo da Broga (pág. 2).
- Mobar: Luta aberta por aquilo que nos pertence (pág. 3).
- Moçambique: A luta pela libertação total (págs. 4 e 5).
- Joane: Eleição da Comissão Administrativa (pág. 8).
- Ripela: Da Greve à Festa das Flores (págs. 6 e 7).
- Semeira: São urgentes melhores condições de trabalho (pág. 8).



Saúdo o 1.º número do jornal «PERSPECTIVA», iremos agora lutar um pouco deste mensário regional.

Primeiro que tudo diremos que «PERSPECTIVA» é um jornal apartidário, isto é, não é órgão de nenhum partido. Não obedece às leis fixas de qualquer doutrina política.

É um jornal feito por trabalhadores. Por aqueles que mais directamente sentem no corpo e na alma a exploração e as injustiças da sociedade capitalista. E por isso nos propomos lutar contra essa exploração e estas injustiças.

É destinado a ser um jornal dos trabalhadores e do povo desta região. Um jornal para consciencializar, defender e apoiar a luta e a cultura popular.

Por isso é necessário a colaboração activa dos operários e camponeses para que «PERSPECTIVA» possa ser um jornal de todos nós.

Fig. 5 Um curto editorial no número dois, de agosto de 1974, apresenta o PERSPECTIVA: apartidário, feito por trabalhadores para consciencializar e apoiar a luta e a cultura popular.

Fig. 4 A luta por melhores salários partilha a primeira página da edição de estreia com notícias locais. PERSPECTIVA, nº 1, julho 1974.

ignorância”²⁶) e os ataques ao capitalismo; o ativismo operário, com textos sobre as fábricas da região, comunicados das comissões de trabalhadores e sobre a vivência fabril (abusos dos encarregados e mestres; falta de condições; greves, protestos e pedidos de saneamento de chefias). Por outro lado, noticiário das localidades e textos sobre Angola, Moçambique, Guiné, Vietname, oriundos de outras publicações.

Estrutura do Jornal

A estrutura do PERSPECTIVA apresenta características comuns aos jornais da época. O alinhamento procura ser diversificado, de forma a conciliar a vertente ideológica com as matérias ligadas a denúncias laborais, com os textos anti-imperialistas e anticolonialistas e com o noticiário local (FIG. 6). São poucas

26 PERSPECTIVA, n.º 6, dezembro 1974, p. 7.

NOTÍCIAS DA REGIÃO

● A Igreja velha de Joane

Como todos devem já ter visto, há obras na Igreja velha de Joane. Muita gente pergunta o porquê daquelas obras e fica até admirada, ou porque já estava habituada a ver sempre aquela casa velha e abandonada, vazia no interior e cheia de humidade e com silvas a cobrir-lhe o exterior, ou então por que tantas vezes ouviram dizer que a igreja iria ser demolida abaixo.

Vamos tentar aqui explicar brevemente o que na realidade se passa, explicando ao mesmo tempo o porquê da Igreja velha não se deitar abaixo.

A igreja velha é, sem dúvida, uma obra antiga. Os nossos pais, os nossos avós, os nossos vizinhos, todos a viram, sim, porque ela foi feita muito antes de eles nascerem. Ela teve já um aumento. Com o crescimento da população neste meio teve de abrir-se uma nova parte e que foi a parte direita da igreja.

Mas, para além da sua antiguidade, as suas pinturas, embora um pouco estradadas e comidas pela humidade, os seus azulejos, mesmo esculpturas e, finalmente, o seu conjunto arquitectónico, conferem-lhe valor ao nível. Valor que ainda não foi até hoje estudado, mas que se espera que o seja dentro em breve.

Por outro lado, esta igreja, através de certas características que possui, através da sua história, pode esclarecer-nos sobre certos factos, poder ajudá-nos a melhor reconstruirmos o passado desta terra.

Resumo-se assim, mais ou menos, nestes breves pontos, a razão de não ter podido ir até ao fim a ideia de destruir a igreja. No entanto a sua destruição esteve por pouco, infelizmente.

Uma coisa nos admira: é que as pessoas que mais defendiam a destruição da igreja não tivessem o conhecimento de tudo aquilo ou então, o que é mais grave, quisessem passar por cima de tudo aquilo. Em qualquer dos casos é realmente de lamentar.

As obras que hoje se fazem é realmente para dar à igreja o seu verdadeiro aspecto. No entanto a reconstrução no interior vai talvez passar por dificuldades.

É que se fala muito que já faltam santos, imagens, azulejos, etc. E se assim é por onde andam eles? A isto ser verdade não sabemos na realidade como vai ser resolvido o problema.

Prevê-se ainda, depois de terminados os trabalhos, a fundação de uma biblioteca.

A igreja será de novo aberta e espera-se então o nome digno de Monumento Nacional.

Página 8

● As estradas em Joane

Proseguem os trabalhos com vista à abertura da estrada que liga as Almas de Matos à Ruivova. Será sem dúvida mais um troço de estrada a servir Joane, no entanto parece-nos que cabem aqui certas objeções.

Assim, vê-se logo que seria muito mais importante a abertura da estrada que liga Giestais à Sta Maria passando por Ruivova, aproveitando o caminho já existente. Esta sim, iria servir os interesses da zona de Ruivova pois lhe daria duas saídas importantes (isto para além de servir também as outras zonas por onde passa). Por outro lado daria boa continuação à estrada da Avenida no seu ponto superior.

A outra só dá uma saída ao povo de Ruivova (que é em Almas de Matos) e que, como se vê, não é nada importante. Por outro lado, sendo aberta no monte a quase ninguém vai servir por onde passa.

E porque se faz esta e não a outra? Disseram-nos que era porque já estava programada, com orçamento feito, etc. Entretanto o povo de Ruivova e do Montilhão continua à espera da sua estrada.

A estrada de Cima de Pele à espera de pavimentação

Já em jornal anterior se disse que a estrada de Cima de Pele estava à espera de pavimentação. Pelo que nos foi dito, há um coberto a seguir à ponte que tem estado a enterrar o seguimento das obras. Entretanto parece-nos que não há razão necessária como aquela por causa de um coberto. Mais um inverno vai passar e a lama continuará a existir.

Seria bom que fosse resolvido este problema e se desse o mais rapidamente possível seguimento a obra.

E as Fontes?

Seria injusto se, ao falarmos das estradas de Joane não referíssemos o problema das Fontes e Torre. Estas são talvez, neste momento, as zonas que mais necessitam de uma boa via de acesso.

A estrada já foi projectada e já se fizeram uma vez preparativos para o seu custo. No entanto, a partir daí nada mais foi feito. Talvez a influência de certos senhores tivesse para isso contribuído.

Chorá ao povo dessas zonas saber os porquês da paralização e fazer pressão para que se comecem os trabalhos, pois sem isso não vão conseguir.

PERSPECTIVA

Fig. 6 O noticiário sobre as freguesias é presença assídua nas edições do jornal. PERSPECTIVA, n.º 14, outubro de 1975, p. 8.

as imagens, e a publicidade comercial está ausente de todas as edições; o único conteúdo promocional respeita a informação institucional de saúde, campanhas de assinaturas e à festa de aniversário do jornal.

A prova de que o jornal é lido é dada pela distribuição – 2000 a 3000 exemplares vendidos às portas das fábricas –, mas também pela interação dos leitores e das instituições públicas: o jornal publica o mapa dos postos de vacinação do concelho de Vila Nova de Famalicão²⁷ e a informação sobre o radiorastreamento²⁸, a pedido, respetivamente, da Direção Geral de Saúde e do Centro de Saúde.

²⁷ PERSPECTIVA, n.º 4, outubro 1974, p. 7

²⁸ PERSPECTIVA, n.º 8, fevereiro 1975, p. 6

Estamos perante um jornal amador e sem meios, mas que exhibe conhecimentos do mester jornalístico: títulos garrafais, variação de tipografia e até uma secção muito comum nos jornais de informação geral e profissionalizados, ontem como hoje, centrado nas críticas indiretas e numa certa coscuvilhice de bastidores, aqui chamada “Ouvi Dizer... E vou ouvindo dizer”, que tem, contudo, presença irregular. A mensagem política e propagandística abarca praticamente todo o conteúdo, incluindo a vertente mais lúdica, como as quadras de cunho popular: “Uma mosca sem valor / poisa com mesma alegria / Na careca de um doutor / como em qualquer porcaria” (n.º 5, p. 8). “A justiça da burguesia / é coisa de entontecer / Arrancam-nos a camisa / e temos que agradecer” (n.º 2, p. 8).

A maior parte dos conteúdos de carácter informativo e reportagens (muito poucas) não segue o modelo tradicional do texto jornalístico. A mancha mais significativa respeita a opiniões, expressas em editoriais e espaços de denúncia e de pedagogia ideológica, e a comunicados de grupos de operários. Predomina, com raras exceções, um modelo de texto que não obedece à estrutura de pirâmide. Mais do que o floreado irrepreensível do texto jornalístico, o que impulsiona os operários-redatores é a mudança da sociedade:

“A classe operária e o povo trabalhador vão avançando para a sua emancipação definitiva. Neste momento uma das direcções principais da luta do povo é contra a reorganização do fascismo, contra os partidos fascistas (C.D.S. e P.D.C.) e defensores do capitalismo (P.P.D.). As massas populares já tomaram consciência que esta luta é necessária e só terminará quando for destruído o sistema político que a origina e alimenta, o capitalismo, e os trabalhadores construirão uma sociedade nova dirigida e controlada pelos próprios trabalhadores.”

PERSPECTIVA, n.º 8, fevereiro 1975, p. 5.

Organização do jornal

O PERSPECTIVA apresenta-se como jornal apartidário, mas assumidamente antifascista e anticapitalista, defensor da democracia direta e popular. A redação e administração ficam situadas em Joane. No primeiro número, no cabeçalho, para além do título a negro, caixa alta, não há qualquer referência ao diretor. No número 12, de junho 1975, o título surge com ligeiras alterações gráficas e a designação “Mensário Regional” é substituída por “Jornal Popular”. Não há referência ao diretor no cabeçalho, mas na página três, em caixa, surge a indicação: Proprietário – Manuel Ribeiro; Diretor Interino – Manuel Xavier. No número seguinte (13, ano II), de julho de 1975, o cabeçalho ostenta o título a negro em caracteres garrafais, o subtítulo “Mensário Regional Popular”, mas incorpora uma alteração significativa: a inclusão de um logótipo com iconografia em linha com a orientação programática dos grupos maoistas: a foice, a enxada, uma espiga de milho, o contorno estilizado de uma fábrica, e no rodapé a indicação: “Operários e camponeses unidos venceremos” (FIG. 7).



Fig. 7 A influência de forças revolucionárias afetas ao maoísmo patente nas alterações do cabeçalho. Um sinal das lutas em confronto no jornal e no país. PERSPECTIVA, n.º 13, julho 1975.

Perspectiva ideológica

Com o fim da censura e a liberdade de informação e de expressão, o país vive um período de aumento exponencial de novos jornais. O novo contexto político tem correspondência na vertiginosa sucessão de acontecimentos: seis governos em dezoito meses, duas tentativas de golpe e o sequestro dos deputados constituintes no interior da Assembleia da República. A política e o debate ideológico ocupam o centro da vida do país e, conseqüentemente, a prática jornalística: neste campo está também em curso uma luta de classes. O cenário de ativismo político do jornalismo e dos jornalistas no contexto nacional espelha-se no PERSPECTIVA: não quer ser neutro e assume um lado da refrega, contra a exploração capitalista e a reabilitação de figuras do anterior regime.

Os excertos selecionados ajudam a clarificar as motivações políticas e o ativismo do jornal e dos seus dinamizadores, de entre as quais se destacam a valorização da democracia popular, o anti-imperialismo (Estados Unidos e Rússia), o desalento face ao 25 de Abril por não operar a verdadeira revolução e o combate contra os “partidos fascistas”, categoria ampla em que assentam forças declaradamente apoiantes do anterior regime, mas também o CDS e o PPD.

1 | O QUE SE PASSOU COM O 25 DE ABRIL?

“Com o 25 de Abril os fascistas foram corridos do governo, embora continuem a existir por aí. Mas o capitalismo não acabou: a exploração nas fábricas é a mesma ou pior; os preços continuam a subir para os capitalistas terem mais lucros (...) o 25 de Abril seria uma verdadeira revolução se em vez de acabar só com o fascismo, acabasse também com o capitalismo que nos explora.”

PERSPECTIVA, n.º 3, setembro 1975, p. 4.

2 | A REACÇÃO NO NOSSO MEIO

“Apesar de nos tempos que correm a palavra democracia andar de boca em boca e de se conjugarem esforços por todos os lados para varrer de uma vez para sempre em Portugal a opressão e a tirania fascista, aparecem ainda no nosso meio (assim como por todo o país) certos focos reacionários que tentam por todas as maneiras

desacreditar e calar a voz daqueles que querem levar em frente a luta do Povo pela verdadeira democracia (Democracia Popular) e, portanto, por uma vida livre da exploração do homem pelo homem, que é própria desta sociedade capitalista.” PERSPECTIVA, n.º 5, novembro 1974, p. 8.

3 | CUSTO DE VIDA

“Se o «25 de Abril» foi um acontecimento militar digno de satisfação pelo fim da guerra nas colónias e restituição das liberdades fundamentais do homem, politicamente está a ser bastante medroso e economicamente quase nada veio a melhorar a situação de miséria do Povo (...) Importa pois, a criação da nova sociedade onde tenhamos o pão do dia a dia e onde não haja lugar para os parasitas vivendo à custa do suor da classe operária.”

PERSPECTIVA, n.º 9, março 1975, p. 5.

4 | IMPORTÂNCIA DOS TRABALHADORES

“Porque é que todos os partidos se dizem ao serviço da Classe Trabalhadora? Qual é o golpe? Nós já descobrimos que há duas classes – a classe dos explorados, formada por nós, operários e camponeses pobres e a classe dos exploradores, composta especialmente pelos patrões e os seus mais directos colaboradores, engenheiros, doutores e grandes proprietários (...) Mas nós, trabalhadores, por muito pouco que saibamos de política, pela nossa experiência de explorados, não acreditamos nestes mentirosos.”

PERSPECTIVA, n.º 9, março 1975, p. 7

5 | CONTRA O IMPERIALISMO

“O mundo de hoje está dividido entre dois imperialismos: o Americano e o Russo. Parece estranho que a Rússia seja um país imperialista. Mas não é de admirar. A Rússia já foi um país socialista no tempo de Lenine e Staline (...) tempo em que o poder pertencia aos camponeses e aos operários. Mas hoje a Rússia não é socialista. A Rússia a partir de 1956 tornou-se um país social-imperialista que concorre com os Americanos na dominação e agressão aos países pobres (...) queremos um Governo de operários e camponeses, porque cheios de capitalistas a mandar estamos nós!”

PERSPECTIVA, n.º 10, abril 1975, p. 2.

Introdução à Política

A fronteira entre notícias, opinião, ativismo e ideologia raramente existe. O didatismo acompanha o proselitismo ideológico, como nos textos sobre os vários sistemas de governo, assinados por “Um Operário”, apostados em aprofundar conceitos como “fascismo”, “capitalismo”, “democracia”:

“O fascismo começou em Itália por volta de 1920 com o Presidente Benito Mussolini. Diziam os fascistas em Itália que não eram capitalistas nem socialistas, mas antes corporativistas (...) Os estados fascistas protegem-se com fortes polícias

secretas e militares, como a PIDE e a Legião Portuguesa. Os governos fascistas assentam numa ditadura, que é um homem ou um grupo de homens governarem contra a vontade ou sem o consentimento do Povo.“

“O Capitalismo: sistema social em que a propriedade dos meios de produção está nas mãos de uma minoria de indivíduos que se chamam capitalistas. O objectivo principal do capitalismo é o lucro (...) Os operários são considerados como objectos de produção... Os capitalistas procuram por todos os meios que eles produzam sempre mais e procuram pagar os salários mais baixos possíveis.”

“A palavra democracia significa o governo exercido pelo próprio Povo. Costuma-se falar em democracia directa e indirecta: a directa quando é exercida pelo próprio Povo através de assembleias populares; a indirecta quando o Povo através de eleições elege os seus representantes, para depois governarem.”

PERSPECTIVA, n.º 3, setembro de 1974, pp. 1, 2.

A exposição das grandes ideias políticas prossegue no número de outubro de 1974, com “O Socialismo, o Comunismo e o Cristianismo”, num texto assinado por “Um Operário”, escrito “em linguagem simples”, essencial para os operários não serem “enganados por belas teorias”.

“O Socialismo é uma teoria que defende que na sociedade os meios de produção (as fábricas) e as terras devem estar nas mãos do Povo (...) através de nacionalizações, com as quais se procede às expropriações das grandes propriedades e das grandes empresas que são as responsáveis pela miséria do Povo. Existem no mundo diversos partidos que se dizem Socialistas (...), mas é na prática que se pode ver a verdade e então verificamos que muitos partidos ditos Socialistas apenas se querem servir dos trabalhadores.”

“O Comunismo é uma teoria que diz que os bens (fábricas, terras, etc.), pertencem a todos e cada pessoa recebe segundo as suas necessidades e trabalha segundo as suas capacidades (...) O grande teórico do Comunismo chama-se Karl Marx (...) Para se chegar ao Comunismo primeiro é preciso passar pela “ditadura do proletariado” (...) Este «ideal» comunista é difícil de atingir e ainda não existe no mundo um só país comunista, embora existam países que se dizem na fase Socialista para chegar ao Comunismo, como a China, Cuba, Albânia e Vietname do Norte.”

PERSPECTIVA, n.º 4, outubro 1974, p. 5.

A maioria dos textos termina, invariavelmente, com palavras de ordem, em caixa alta:

NEM MAIS UM SÓ DESPEDIMENTO! VIVA A DEMOCRACIA POPULAR! MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR! LIBERDADE SÓ PARA OS AMIGOS DA

LIBERDADE! VIVA A CLASSE OPERÁRIA. FORA O CDS. O FASCISMO NÃO PASSARÁ. NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA! NÃO QUEREMOS SER EXPLORADOS EM LIBERDADE.

Moral e costumes

São Carlo Borromeo (1538-84), arcebispo de Milão, descreve as peças de teatro como “uma liturgia do diabo”²⁹. O jornal PERSPECTIVA suscita reações deste género não só por parte de patrões, que temem a influência perniciosa nos operários, mas também da igreja e forças de direita, desconfiadas das liberdades apregoadas e da democracia popular. Em matéria de religião, a posição que sobressai é a do cristianismo progressista. Num texto assinado por “um operário”³⁰, o articulista começa por separar as águas entre o ideal cristão e a Igreja Católica, que em Portugal, dizendo não fazer política, se pauta pelo apoio ao regime deposto em 1974. Muito diferente, sustenta o autor, da opção de Jesus Cristo pelos mais pobres e oprimidos. O autor ressalva, contudo, o contributo importante de muitos cristãos para derrubar a ditadura em Portugal.³¹

Por outro lado, o PERSPECTIVA não destoa no que toca à rigidez moral e à sobrevalorização da incorrupta moral proletária face aos vícios da sociedade burguesa³², da pornografia que anda “descaradamente por todo o lado” e à preocupação em “andar na moda” que contagia algumas camadas operárias.³³ O texto *A Mulher na Luta*, não assinado, é uma crítica à defesa do aborto, considerado manifestação de um interesse burguês:

“O homem tem de ver na mulher a sua companheira de luta (...) com os mesmos direitos e não uma escrava que só serve para trabalhar e criar filhos (...) Falou-se muito no Dia Internacional da Mulher. Nesse dia a Televisão transmitiu um programa sobre o «aborto». Um grupo de burguesas a pedirem aborto livre. Será assim que a mulher se vai libertar? Não, não é a pedir aborto livre que a mulher se liberta, nem ao escolher um dia especial para si (...) só quando o homem se conseguir libertar, então é que a mulher ao lado do homem, lutando lado a lado, há-de conseguir libertar-se (...) Vamos lutar por creches, assistência médica competente e gratuita durante o parto e o período de gravidez; por melhores condições de trabalho, por férias pré-natais e depois do parto pagas por completo, por alguns minutos durante o dia para acompanhar os problemas políticos.”

PERSPECTIVA, n.º 9, março 1975, p. 8.

29 Asa Briggs, Peter Burke, *Uma História Social da Mídia. De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2024.

30 PERSPECTIVA, n.º 4, outubro 1974, p. 5.

31 Idem.

32 PERSPECTIVA, n.º 12, junho 1975, pp. 6, 7.

33 Idem.

A | O JORNAL «A ORDEM»

“...na semana passada apareceu na nossa terra um jornal chamado «A Ordem». De que se tratará? Será um jornal para defender a ordem moral ou capitalista? Será um jornal para defender os operários, o povo, os mais pobres?» (...) A linguagem do jornal é de doutores e não nossa. Parece-me que nós, operários, deveremos estar contra jornais como este que ainda enganam muitos dos nossos colegas.”

PERSPECTIVA, n.º 2, agosto 1974, p. 3.

B | RELIGIÃO OU O MODO DE REPRIMIR O POVO?

“Em geral, o clero estava identificado com o regime fascista de Salazar e Caetano (...) a esmagadora maioria dos padres, dos abades, párocos e priores, nas escolas e nas aldeias, nas vilas e nas cidades, com raras excepções, pregaram a nossa resignação (...) a nossa exploração ao serviço dos capitalistas. Muitos eram membros activos da PIDE (bufos), exploradores directos do povo, até na forma de patrões, donos de campos, de fábricas e acções.”

PERSPECTIVA, n.º 3, setembro 1974, p. 8.

C | CONSTRUIR A PAZ

“Lendo a História com atenção, notaremos que o homem, desde o seu nascimento, nunca viveu em paz. Em vão se fazem promessas e conferências de paz (...) Se lermos os jornais diários, não compreendemos como é possível que os homens façam tantas falsas promessas, pois vemos que as guerras nunca mais acabam. É que desejar a paz não chega! É preciso acreditar que, só através da paz, é que o ser humano poderá progredir.”

PERSPECTIVA, n.º 7, janeiro 1975, p. 8.

D | A PAZ E O CRISTIANISMO

“Para muitos cristãos, não se pode fazer política à luz do evangelho, mas, quer o queiram, quer não, o Evangelho contém uma grande força política, e se todos os cristãos se apercebessem disso, de certeza que teríamos uma sociedade mais justa (...) Cristo foi morto por defender os pobres. Ele próprio o disse: «Eu venho libertar os pobres e oprimidos» (...) viveu pobre e era filho de um operário e nessa condição lutou ao lado dos mais necessitados. Não é essa a dimensão que a Igreja actual dá aos cristãos.”

PERSPECTIVA, n.º 7, janeiro 1975, p. 8.

E | O SENHOR ABADE E O SALÃO

“O sr. Abade continua nas missas a criticar as mães por deixarem as filhas usar roupas curtas. Não compreendemos a razão do Sr. Padre falar assim no altar e, pertencendo à equipa de funcionamento do salão (paroquial), permitir que sejam passados filmes pornográficos. E o que é de admirar é deixarem entrar crianças

desde que tenham comprado bilhete. Isso mostra-nos que o Sr. Abade e os seus amigos só se interessam pelos lucros.”

PERSPECTIVA, n.º 16, fevereiro e março 1976, p. 7.

Mobilização e consciencialização operária

É comum tomar como sendo dos trabalhadores posições assumidas pelas estruturas ou figuras que lideram ou dinamizam movimentos operários ou forças ideológicas. No caso do PERSPECTIVA, o jornal recusa ser a vanguarda operária, mas a linha seguida é a de consciencialização de classe. As empresas Riopete, Somelos, Coelima, Mabor, TMG surgem com frequência nas várias edições. A par da consciencialização operária, da doutrinação de fundo marxista – “Quando o trabalhador se vê obrigado a vender a sua força de trabalho, transformou-se numa mercadoria no sistema capitalista”³⁴ –, as páginas do jornal abrem-se às posições de coletivos de trabalhadores e às denúncias de atropelos nas fábricas.

Em face do arcaísmo dos meios e atento o contexto cronológico, não é de somenos envergadura a empreitada de assegurar os conteúdos de cada edição. Em particular as reportagens, como a da greve da Mabor, em Lousado (uma boa vintena de quilómetros de distância), assinada por Gomes Lima. Numa página “enxuta”, e com titulação apelativa, o autor descreve os vários passos do protesto dos trabalhadores. Começa por informar sobre a data e o local (30 de maio, Lousado), o número de trabalhadores (750) e o caderno reivindicativo. Outro dado revelador da orgânica jornalística é o *follow-up* dos acontecimentos: o jornal acompanha, em números seguintes, os desenvolvimentos, sempre na perspectiva dos operários, mas sem deixar de dar informação sobre a posição da entidade patronal no decurso das negociações.

TEXTO I | A NOSSA CONSCIÊNCIA

“(…) os interesses do patronato são contrários aos da Classe Operária. Para deixarmos de ser homens-máquinas ao serviço do dinheiro dos capitalistas, precisamos de nos organizar a nível de empresa e região. Ninguém pode libertar os pobres senão nós que somos pobres.”

PERSPECTIVA, n.º 3, setembro 1974, p. 7.

TEXTO II | UNIDADE OPERÁRIA

“Após o «25 de Abril» os despedimentos têm sido uma das grandes armas dos capitalistas-patrões para assegurarem o mesmo grau de exploração que obtinham nos «bons velhos tempos» do fascismo.”

PERSPECTIVA, n.º 4, outubro 1974, p. 1.

34 PERSPECTIVA n.º 6, dezembro 1974: 6.

TEXTO III | A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

“Todo o operário sabe que é explorado. O que talvez não saiba é que esta exploração faz parte da natureza do sistema capitalista, e que só a eliminação do sistema capitalista eliminará a exploração. O estudo da mais-valia prova cientificamente que a finalidade da organização operária deve ser a expropriação dos capitalistas e a criação de um estado operário.”

PERSPECTIVA, n.º 5, novembro 1975, p. 2.

TEXTO IV. REIVINDICAÇÃO DO 13.º MÊS

“Os trabalhadores da Riopole estão avançando na campanha para a reivindicação do 13.º mês (...) Apoiamos esta reivindicação justa dos operários da Riopole. Com a união e colaboração de todos o 13.º mês será uma realidade para todos nós.”

PERSPECTIVA, n.º 5, novembro 1974, p. 6.

O fim da aventura

Ao entrar no segundo ano de atividade, o PERSPECTIVA começa a dar mostras de desequilíbrios que afetam o conteúdo, a organização e a equipa. A publicação da ficha técnica passa a ser irregular. No número 14, de outubro de 1975, o editorial ocupa-se das questões de organização interna com o intuito de “acabar com as dúvidas” e explicar o estado de “real desorganização” resultante de “divergências ideológicas” e de decréscimo de colaborações.

O jornal faz uma autocrítica ao trabalho desenvolvido: promete corrigir o predomínio de textos sobre o universo fabril, dar mais destaque ao noticiário local e aos trabalhadores do campo, sem deixar de ser porta-voz das aspirações e lutas do povo da região. O propósito mantém-se na edição de novembro de 1975, mas falha nos meses seguintes: o jornal não é publicado em dezembro e em janeiro. Devemos ter em consideração os acontecimentos nacionais, com a afirmação do 25 de novembro e a onda de violência na região norte, que também atinge a sede do jornal. Quando retoma a publicação, a periodicidade é bimestral, fevereiro-março, trazendo na primeira página a linha ideológica: jornal democrático, porque determinado em defender “intransigentemente a mais ampla democracia para o povo”, popular e regional; apartidário, mas orientado por “uma linha política antifascista e anticapitalista”, recusando ser a “vanguarda dos trabalhadores”.³⁵

O noticiário dos derradeiros números é marcado por um reforço da linha operária, patente na publicação de comunicados das comissões de trabalhadores das grandes fábricas da região e no incentivo à luta e à aliança entre operários e camponeses. Esse alinhamento persiste no número 17: o editorial, centrado na onda grevista que varre o país, alerta os trabalhadores contra os partidos que se dizem defensores dos seus direitos e que criticam as greves

³⁵ PERSPECTIVA, n.º 16, fevereiro-março 1976, p. 1.

e as manifestações, considerando-as trunfos para o avanço do fascismo³⁶; e com a publicação de um texto, *Mais casos de difteria (garrotinho)*, extraído do jornal *A Voz do Povo*, semanário ligado à UDP, e os versos de *Aos Soldados e Marinheiros*, cantiga do GAC – Grupo de Ação Cultural, animado por José Mário Branco.

Na derradeira edição o PERSPECTIVA ocupa parte da primeira página com um editorial sobre as eleições para a Assembleia da República. É realçado o comportamento do povo, por se não ter deixado atemorizar pelas bombas, pelas prédicas feitas nos púlpitos das igrejas contra os partidos de esquerda e pela “chantagem económica e ameaças dos patrões”. O jornal defende a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República, por ser franco, por não tomar decisões em escritórios alcatifados das grandes empresas capitalistas.³⁷

Dois anos depois do 25 de Abril de 1974 o país “normaliza-se” e institucionaliza-se: a Constituição da República Portuguesa é aprovada a dois de abril de 1976. Pouco depois, a 25 do mesmo mês, realizam-se as eleições legislativas e em junho, dia 27, têm lugar as primeiras presidenciais do novo ciclo constitucional contando com quatro candidatos: Octávio Pato, Otelo Saraiva de Carvalho, Pinheiro de Azevedo e Ramalho Eanes – que vence com 61,59% dos votos.

Nas oito páginas, para lá de textos sobre o ensino popular, a religião e as fábricas locais, não consta informação sobre a suspensão de publicação. Mais do que cisões e questiúnculas internas, que não podem ser escamoteadas, tal como as dificuldades agravadas pelo ataque de que foi vítima em fevereiro de 1976, o que dita o desfecho do jornal é o quadro de viragem política e sociológica nacional e uma certa desmobilização dos operários. Em síntese: esmorece o ímpeto revolucionário e cai o pano sobre o PERSPECTIVA.

Galeria de protagonistas

Ao longo dos seus dezoito números, nas notícias, editoriais, opiniões (ainda que não assinadas), comunicados de leitores ou comissões de trabalhadores – sobressai uma galeria de protagonistas que constituem os alvos principais do jornal. De políticos (essencialmente figuras nacionais) a militares com papel de relevo nos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril, de patrões a chefias intermédias das fábricas apontadas pelo nome, sem esquecer a Igreja – os alvos do PERSPECTIVA estão bem definidos. Refletem, por outro lado, a sucessão de acontecimentos que se verifica no país, à medida que o empolgação arrefece e que a ideia de uma sociedade nova baseada no socialismo é rejeitada nas urnas pelos eleitores. De entre os militares associados ao 25 de Abril de 1974, Otelo e Spínola ocupam, na perspectiva do jornal, lados

³⁶ PERSPECTIVA, n.º 17: abril-maio, pp. 1, 3.

³⁷ PERSPECTIVA, n.º 18, junho 1976, p. 3.

diametralmente opostos e concitam graus de aceitação totalmente antagónicos. O primeiro representa o espírito libertador de abril, o segundo é o embaixador do conservadorismo. No palco político, o CDS e o seu líder, Freitas do Amaral, são os principais adversários.

SÁ CARNEIRO

“O P.P.D. é um partido formado após o «25 de Abril». Os seus principais dirigentes foram deputados da Assembleia Nacional fascista (...) nunca lutou contra a assassina guerra colonial, e por vontade do seu «leader», Sá Carneiro, as colónias só a longo prazo se entregariam aos seus legítimos donos (...)”

PERSPECTIVA n.º 7, ano I, janeiro 1975, p. 4.

SPÍNOLA

“A propaganda maciça de ideologia fascista e reacionária é hoje um facto. Vai desde certa imprensa regional até aos microfones da Rádio Renascença do Porto. Desde o púlpito de certos padres até aos discursos reaccionários de alguns bispos. Desde as intervenções de Galvão de Melo na Assembleia Constituinte, até às «mensagens» (MDLP) de Spínola.”

PERSPECTIVA, n.º 14, outubro 1975, p. 5.

FREITAS DO AMARAL

“Freitas do Amaral era até conselheiro do assassino Marcelo Caetano.”

PERSPECTIVA, n.º 5, novembro 1974, p. 4.

GALVÃO DE MELO

“(…) pelo facto de o Partido Socialista ganhar as eleições não significa que estejamos em Socialismo. O Socialismo não se constrói nos gabinetes ou em Assembleias Constituintes onde se vão sentar criminosos fascistas como Galvão de Melo, Freitas do Amaral, Mota Amaral.”

PERSPECTIVA, n.º 11, maio 1975, p. 2.

OTELO

“Devido à importância destas eleições (Presidenciais de 1976), os trabalhadores nunca se poderão alhear delas (...) terão que ter um candidato seu (...) que fosse um dos obreiros do 25 de Abril (...) com coragem para bater o pé aos imperialistas (...) Esse homem, é o general Otelo, ele significará o 25 de Abril no poder.”

PERSPECTIVA, n.º 18, junho 1976, p. 3.

CDS

“Que género de partido é o CDS e de que lado se coloca? Todos nós sabemos que o CDS é formado por indivíduos da classe privilegiada: patrões de fábricas, donos de bancos, advogados e engenheiros que colaboram na exploração das massas

operárias. E poderá um partido formado por esses «Senhores» zelar e defender os interesses dos trabalhadores?»

PERSPECTIVA, n.º 5, novembro 1975, p. 4.

PPD

“Vêm aí as eleições (Assembleia Constituinte, 1975), nós trabalhadores sabemos que não são as eleições que libertam a classe operária, mas se nessas eleições, um partido como o P.P.D. vencer, tudo fará para defender o capitalismo, em prejuízo dos trabalhadores.”

PERSPECTIVA, n.º 7, janeiro 1975, p. 4

IGREJA

“Que determinados sectores mais atrasados do clero (padres) têm tentado impedir com todas as suas influências junto das massas (Povo) para neutralizar o processo de democratização não constitui já novidade nenhuma para ninguém. Só que agora nos parece que já começa a ser abuso reprovável pelos meios de que este sector reaccionário se está a servir aproveitando-se inclusivamente da sensibilidade religiosa das pessoas em circunstâncias que severamente denunciámos. É o caso de certos padres se estarem a aproveitar abusivamente do confessionalário para convencerem as pessoas a aderirem a certo partido fascista conhecido como o C.D.S.”

PERSPECTIVA, n.º 7, ano I, janeiro 1975, p. 8.

Análise quantitativa de conteúdo

Da análise às edições do jornal resulta clara a sua posição ideológica. O Povo é sempre grafado em caixa alta inicial, como detentor dos valores de vanguarda, por oposição à burguesia exploradora mergulhada em vícios. À direita do PS, todos os partidos são fascistas, em particular o CDS de Freitas do Amaral. O PPD de Sá Carneiro nem sempre é tratado como fascista, mas é, invariavelmente, apresentado como partido capitalista com dirigentes oriundos da Assembleia Nacional do Estado Novo. Confirma-se, por outro lado, a presença constante de expressões alusivas ao mundo laboral. **GRÁFICO 1**

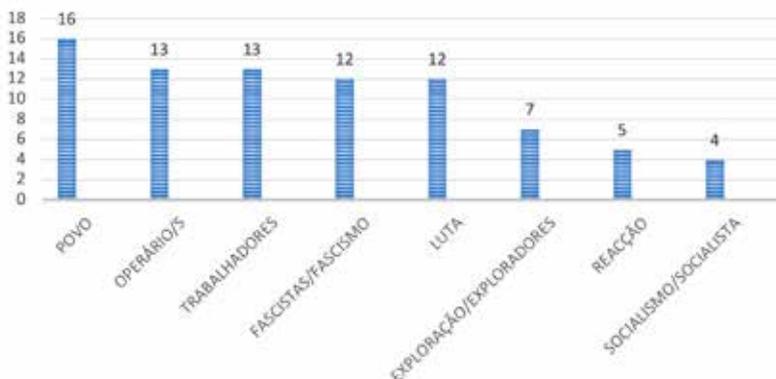


Gráfico 1 Análise quantitativa de conteúdo

Conclusão

A parte angular deste trabalho é o PERSPECTIVA, jornal popular norteado por uma linha ideológica de cariz maoísta e marxista-leninista, sediado numa localidade conservadora. Segui uma via interpretativa e de contextualização tendo como fonte primária principal as edições do jornal, fazendo uma relação entre os seus conteúdos e a hiperativa e frenética sucessão de acontecimentos do período de 1974 a 1976. Tendo por base documental os dezoito números publicados, dei particular atenção à forma de organização de conteúdos e às circunstâncias em que surgiu, desenvolveu e cessou atividade. Espero que esta investigação possa ser seguida de trabalho mais aprofundado.

Valorizei, principalmente, o jornal enquanto fonte histórica de um tempo concreto, mas também como exemplar de um ativismo popular e ideológico, que podemos considerar conjuntural (fruto do tempo) mas que revive, necessariamente com nuances, nos tempos conturbados que vivemos. Creio ser pertinente uma adaptação livre do “paradoxo da última carruagem”³⁸. Num certo país, as autoridades ferroviárias, após terem descoberto que a maior parte dos acidentes afetava especialmente a última carruagem, decidiram suprimi-la em todos os comboios. Como se, eliminando-a, os acidentes deixassem de ocorrer. De igual modo, a defesa de sociedades menos desiguais não desaparece decretando-se o fim da História e das Ideologias, como se, apagando-se uma visão alternativa de sociedade, desaparecessem da face da Terra as movimentações em seu nome.

Quem nasceu depois de 25 de Abril de 1974, só pode referir-se ao assunto através do que leu, do que ouviu ou do que lhe contaram. É mais difícil compreender algo a que não se assistiu ou vivenciou. Quem sentiu na pele o que se passava antes e presenciou o que ocorreu naquela data, estará porventura mais habilitado para abordar o tema e estabelecer as diferenças e comparações com a atualidade.

Temos de nos situar no tempo e contextualizar, para se perceber a necessidade de uma grande mudança. Portugal era um país pobre, despido de liberdade e prenhe de censura, desigualdades, opressão e falta de eleições transparentes. Sem perspetivas de desenvolvimento e a alimentar uma guerra que sugava a juventude para o Ultramar. Estava instalada uma ditadura com o poder concentrado nas mãos do Estado, que controlava e limitava a vida dos cidadãos.

Por razões óbvias, não me alongarei sobre os pormenores passados à distância, mas farei referência ao que eu própria observei e senti no meu local e a vivência nos primeiros tempos do novo regime.

38 Daniel Innerarity, *Política em tempos de indignação*, p. 39. Dom Quixote, 2016.

03. 25 de Abril/74 – Visão de alguns factos → Filomena Fonseca

Quem nasceu depois de 25 de Abril de 1974, só pode referir-se ao assunto através do que leu, do que ouviu ou do que lhe contaram. É mais difícil compreender algo a que não se assistiu ou vivenciou. Quem sentiu na pele o que se passava antes e presenciou o que ocorreu naquela data, estará porventura mais habilitado para abordar o tema e estabelecer as diferenças e comparações com a atualidade.

Temos de nos situar no tempo e contextualizar, para se perceber a necessidade de uma grande mudança. Portugal era um país pobre, despido de liberdade e preche de censura, desigualdades, opressão e falta de eleições transparentes. Sem perspectivas de desenvolvimento e a alimentar uma guerra que sugava a juventude para o Ultramar. Estava instalada uma ditadura com o poder concentrado nas mãos do Estado, que controlava e limitava a vida dos cidadãos.

Por razões óbvias, não me alongarei sobre os pormenores passados à distância, mas farei referência ao que eu própria observei e senti no meu local e a vivência nos primeiros tempos do novo regime.

O movimento ocorrido naquela famosa madrugada, bem perpetrado pelos capitães militares, foi um “*acordar*” diferente. A cidade despertara de uma letargia que condicionara o país durante várias décadas. Havia muitos rumores sobre o Golpe de Estado que se passava em Lisboa.

Passadas as primeiras horas e após a ação militarizada, começou a verdadeira revolução com milhares de pessoas na rua a apoiarem a mudança. Entre a expectativa e a ansiedade, as pessoas iam comentando o acontecimento, à medida em que chegavam as notícias transmitidas pela rádio e televisão, que se espalhavam por todo o país. Não se falava de outra coisa. Até o ar que se respirava parecia diferente. O medo e a desconfiança deram lugar à alegria no olhar das pessoas que se iam juntando, para celebrar a Liberdade, de uma maneira contagiante e coletiva.

Nasciam novas palavras nos discursos políticos e canções inéditas, que repetidamente ecoavam por todo o lado. E tudo se confirmou uns dias após, no dia 1 de maio/74 em festa maior, onde toda a gente saiu de casa para festejar.

Carregando ainda muitas dúvidas instaurou-se, assim, a Liberdade de forma súbita e foram dias intensos, num misto de esperança e apreensão, de conquistas e desafios. Dessa revolução, para garantir a sobrevivência da Nação como pátria soberana, saíram como principais compromissos: a implantação da Democracia, a Descolonização e o Desenvolvimento.

A par daquela alegria inovadora, houve ocorrências que deixaram as suas marcas. E nem tudo correu bem, havendo coisas das quais pouco se tem falado. Rasgadas as cortinas do medo, o rumo à democracia não foi isento de obstáculos. Houve muitas divergências entre as diferentes fações políticas e lutas partidárias que levaram à instabilidade governamental.

Seguiu-se um período muito revolucionário e também um pouco anarquista. Entre as variadas ações e conspirações, havia sucessivos comunicados das forças militares à população que se inquietava.

Começaram a surgir muitas reivindicações, acompanhadas de saneamentos de gente ligada ao anterior regime e não só, muitos deles injustos; bastantes reclassificações profissionais injustas; ocupações selvagens de habitações, em alguns casos, colocando os proprietários na rua; diversas ocupações de empresas sem qualquer intervenção jurídica e colocando-as em imediata falência; as expropriações como regra, etc.

Houve também alguma injustiça e precipitação, que provocou elevados prejuízos ao país, quando entregaram de forma pouco democrática as ex-Colónias Ultramarinas a quem as quis ocupar, obrigando ao regresso precipitado de muitos milhares de portugueses que lá viviam e que tiveram de recomeçar a vida a partir do zero.

A minha vivência na época

Quando se deu o 25 de Abril de 1974, eu tinha acabado de atingir a maioridade (21 anos). Estava a dar os primeiros passos na minha própria liberdade, deixando a aldeia de Landim onde nasci e a casa de família, para me tornar autónoma e morava em Famalicão. Passados tantos anos, já muito foi esquecido, mas houve três factos que ficaram na minha memória até hoje.

1.º – Em agosto/74, fui pela primeira vez de comboio ao Algarve, passar umas férias. Chegada à estação de Lagos, fiquei espantada com o aspeto geral das suas instalações: as paredes, dentro e fora da estação, encontravam-se danificadas e sarapintadas de tintas com inscrições e dizeres revolucionários. Parecia que tinha havido alguma batalha ou combate, que deixou o local numa desolação.

Não havendo ali nenhum táxi que me levasse até ao hotel, quis chamar um pelo único telefone existente, mas só restava o fio cortado e dependurado. Tudo tinha sido vandalizado. Depois de esperar mais de 1 hora, acabei por ir a pé, de mala na mão, até ao hotel algo distante.

Quando regressei das férias, já era por todo o lado, nenhum muro tinha resistido aos ímpetos da barbárie. Até mesmo casas particulares e vários monumentos nacionais tinham sido atingidos com as inscrições, o que me causara muita perplexidade.

2.º – Mais tarde, decorria o chamado Verão Quente/75, um dos mais complicados momentos do processo revolucionário, com grandes movimentações à direita e à esquerda. As forças políticas dividiam-se entre os que defendiam uma via eleitoral e outra o caminho revolucionário. Acentuavam-se os confrontos, subindo as tensões, com a sucessão de incidentes entre os defensores das diversas fações, registando-se ataques às sedes do Partido Comunista Português-PCP e de outros partidos de extrema-esquerda.

Em Famalicão, temia-se que depois de derrubada a ditadura de Salazar, viesse outra ditadura, comunista. Por causa disso, o povo invadiu a sede do PCP (hoje Casa da Juventude), convencido que lá existiam armas e explosivos, o que mais tarde se veio a confirmar, após obras de transformação da casa (2012).

Nessa altura, do que me lembra, vi da janela muitas pessoas a passar, meio apressadas e juntei-me a elas pela curiosidade. Já um grande aglomerado de gente se mantinha junto à sede daquele partido. Diziam que ia haver ali um comício e esperamos, ansiosos por ouvir os discursos dos oradores. Após um tempo de espera das palavras, ouviu-se o som de duas rajadas de metralhadoras, seguidas de gritos e um burburinho não muito longe do local onde me encontrava. Os tiros tinham saído da sede do PCP. Alguém tinha sido alvejado no meio da multidão. De imediato veio uma ambulância que transportou os atingidos para o hospital.

Soube-se depois, que morrera um homem de Gondifelos e um jovem de 18 anos que o foi socorrer, Luís Barroso de Famalicão, enfermeiro, jogador do Futebol Clube de Famalicão e militante do PPD, cujo nome foi mais tarde atribuído a uma rua da cidade.

Meio aterrorizada com o sucedido, apressei-me a regressar a casa. Quando descia a Rua Adriano Pinto Basto, assisti a uma cena de assalto a um escritório dum advogado, não lembro o nome, cujos documentos, processos, livros, etc., foram atirados pela janela fora, amontando-os no meio da rua, onde outro elemento do grupo rapidamente lhes chegou o fogo. E tudo ardeu ali, a céu aberto, perante dezenas de pessoas, sem que alguém o impedisse.

Tudo aquilo me fez muita confusão, não percebendo os reais motivos que levaram a tais procedimentos. Eram já os novos ventos da aclamada democracia, onde o povo “*é quem mais ordena*”. Soube, entretanto, que outros escritórios de advogados tiveram a mesma sorte.

Algumas pessoas, não concordando com os atos de vandalismo que iam sucedendo em vários locais, apressaram-se a criar partidos mais moderados, onde pudessem também aclamar a democracia. Porém, muitas dessas pessoas tinham dificuldade em reunir, porque eram constantemente perseguidas nas ruas, por grupos armados da extrema-esquerda, que boicotavam as suas ações.

Incrédula, confesso que não percebia que tipo de democracia era aquela, que esses grupos estavam a querer implantar...

Foram criadas muitas fissuras num país dividido a meio, nas suas ideologias. Nesse estado pouco seguro dos acontecimentos, valeu-nos a outra madrugada de 25 de novembro de 1975 que marcou o fim da instabilidade e o serenar das situações. Esse momento político foi crucial para completar os ideais da revolução do 25 de Abril, que abriu o verdadeiro caminho para a democracia que temos hoje.

3.º – Em meados de 1979, fui admitida no Banco Português do Atlântico, pertença do famalicense Arthur Cupertino de Miranda, na Agência de Riba de Ave (hoje Millennium BCP). Logo no primeiro dia de trabalho, pela hora do almoço, um dos colegas alertou-me para umas marcas e um furo na porta de entrada do banco. Era feita de ferro, forte e potente, pintada de verde-escuro, com as tais marcas bem visíveis.

À minha pergunta sobre o que significavam, foi-me dito que eram o resultado da ação das balas no assalto ali ocorrido em outubro/77, pelo grupo das (BR) Brigadas Revolucionárias, as quais sob coação, conseguiram levar a quantia de 1.628 contos. Os disparos das armas terão sido somente sobre a porta, não atingindo ninguém. Logo associei aquele acontecimento às notícias constantes que se iam ouvindo pela comunicação social.

Entre as muitas manifestações, começou a haver diversos assaltos por grupos, cujos membros pertenciam a organizações terroristas de

extrema-esquerda, (BR) e outras que surgiram depois, que lutavam contra a evolução política do país, nomeadamente opondo-se à instalação de um regime democrático e parlamentar.

Apesar da democracia portuguesa estar, já na altura, sob uma constituição referendada e consagrado um estado de direito, o grupo insistia na via do socialismo para o país, de qualquer jeito, nem que para isso tivessem de recorrer à força de bombas e assassinatos. Também o grupo das Forças Populares 25 de abril (FP25) assaltavam bancos e repartições, para angariar fundos para essa revolução armada. Durante cerca de seis anos, provocaram muitos danos e prejuízos e um total de 18 mortes nos vários assaltos e atentados.

Todavia, não era um fenómeno isolado, já que na Europa havia outras organizações terroristas idênticas, cada uma com as suas práticas (o IRA, no Reino Unido; o Baader-Meinhof, na Alemanha; a ETA, em Espanha, etc).

Foi, sem dúvida, uma época muito conturbada, onde não se faziam entender os verdadeiros significados de Liberdade e Democracia. Confundia-se a liberdade com libertinagem e violência, apelando-se muito aos direitos em detrimento dos deveres, originando imensos casos desastrosos.

Também houve casos de muito sucesso. São esses que devemos aproveitar para o futuro, seguindo os princípios orientadores do bem-estar das populações e evolução do país, para nos podermos comparar com os outros países da Europa.

Passados cinquenta anos e tendo a Liberdade e a Democracia como principais atributos conquistados, ainda estamos a aprender a utilizá-los. É inegável que muitas coisas mudaram para melhor. São muitas as diferenças verificadas. Houve um maior desenvolvimento (embora o dinheiro venha da CEE, na sua maior parte), vivemos com muito mais regalias, mais possibilidades, com melhoramentos em todas as áreas e a todos os níveis. Bens inestimáveis que advieram da transformação do país e se deseja que prossigam no futuro, para muito do que ainda está por fazer. Para que abril se cumpra por inteiro.

Atualmente há uma turbulência política assaz demolidora dos princípios consignados na Constituição, que atentam à Liberdade conquistada, colocando-a em perigo constante devido à destruição gradual dos valores ocidentais.

Estas fragilidades, poderão abrir terreno a novas ditaduras, de direita ou de esquerda, minando os pilares básicos da democracia, para instalarem a sua ideologia autoritária.

Não podemos esquecer que a Liberdade não é um bem adquirido, mas está nas nossas mãos e nas gerações futuras, continuar a lutar por ela e por uma pátria justa, onde todos possamos viver com dignidade.

Continuemos atentos aos movimentos políticos, para que possam agir como “*fazedores*” da paz e da real Democracia. Também para honrar todos aqueles que lutaram no passado e contribuíram para a mudança.

Saibamos valorizar devidamente a Liberdade, a qual exige regras, disciplina e respeito por todos e pelas instituições. Lutemos sem quaisquer vandalismos, mas com atos valerosos e/ou positivamente simbólicos, como fez aquela mulher, Celeste Caeiro, que tão naturalmente distribuiu cravos vermelhos pelos soldados e ainda hoje representam aquele dia tão marcante de há cinquenta anos.



Fig. 1 “Manhã de abril”, óleo s/ tela, 50x50 cm de Filomena Fonseca.

PAÍS DE ABRIL

Foi na bela madrugada
com a cidade deitada
que nasceu a liberdade,
em vinte e cinco de abril,
num desejo tão febril
feito de força e vontade.

E abril foi a esperança
de uma grande mudança
na vida das gerações,
o tempo lá foi passando
e sonhos foram somando
misturados de ilusões.

Nesse abril de alegria
também a democracia
fora prometida a rodos,
mas o tempo se esqueceu
do muito que prometeu
que não era para todos.

Com abril no coração,
é preciso ambição
e labor pra progredir,
não basta dizer ao povo
que ficou um país novo
com muita gente a tinir.

Vamos a manter a fé
que a vida tal como é
faz difícil o enduro,
cremos no país de abril
cheio de encantos mil,
mas com trabalho e futuro!

Filomena Fonseca

04. Sugestões bibliográficas sobre o tema do 25 de Abril de 1974

→ Luís Alberto Marques Alves

“Quando, a 25 de Abril de 1974, um grupo de jovens capitães levou a cabo um golpe de Estado que, em menos de 24 horas, derrubou a ditadura que dominava Portugal há mais quatro décadas, o rumo da história nacional mudou decisivamente. As suas vidas, assim como as de milhares de portugueses, estavam prestes a alterar-se radicalmente. Em breve, o golpe deu lugar a uma Revolução que, durante quase dois anos, agitou o país, abrindo um amplo leque de possibilidades quanto ao caminho a seguir.” (Fonte: <https://50anos25abril.pt/o-25-de-abril/>)

Sendo este um número do Boletim Cultural dedicado às Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, importava deixar registadas algumas das publicações (ou nalguns casos reedições) de obras que nos ajudam a atualizar em termos científicos e a aceder a um conjunto de recursos inéditos e inovadores para uma abordagem de natureza didática, no caso dos leitores docentes. Muitas vezes estas novidades tardam a chegar aos manuais dos nossos(as) alunos(as) e importa fornecer-lhes informação atualizada sobre um acontecimento, *demasiado histórico* já para eles (elas). No âmbito de um Programa comemorativo, uma das vertentes que se torna mais prolífica diz respeito a estas obras que, sintetizando investigações mais recentes, ouvindo testemunhos orais disponíveis talvez pela última vez, visualizando fotografias que marcaram os acontecimentos ou traçando biografias de agentes da mudança e/ou do processo revolucionário, nos transportam até uma data histórica.

A memória precisa sempre de ser alimentada por fontes ou perspetivas que transformam o fugaz e episódico num conhecimento sustentado e capaz de argumentar perante os “desmemoriados” ou oportunistas que esperam e contam com o nosso esquecimento.

Trata-se naturalmente de uma seleção muito pessoal, retirada dos sites que apresentamos como fontes e onde podem também ser adquiridas ou vistas de forma mais pormenorizada.

Catálogos de Exposições

1. “Primaveras Estudantis: Da Crise Académica de 1962 ao 25 de Abril”

Editor: Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

Ano: 2022

Esta publicação recorda o contributo do movimento e do ativismo estudantil enquanto motores da democratização e da liberdade, para a queda da ditadura e para a construção do Portugal democrático. Reúnem-se neste catálogo os materiais da exposição «Primaveras Estudantis, da crise de 1962 ao 25 de Abril», inaugurada em março de 2022, em Lisboa, e do colóquio que, sob o mesmo título, a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril promoveu

2. “Unidos Venceremos! Protesto, Greves e Sindicatos no Marcelismo (1968-1974)”

Autor: José Pacheco Pereira

Editor: Comemorações Oficiais 50 Anos 25 de Abril

Ano: 2024

Este catálogo retoma os principais elementos da exposição «Unidos Venceremos! Protesto, Greves e Sindicatos no Marcelismo (1968-1974)», que esteve patente no Hub Criativo do Beato, em Lisboa, e nas Oficinas da CP, no Barreiro, em 2023. Nele se retrata o papel determinante do movimento sindical e grevista no fim do Estado Novo e no lançamento das bases para a construção do Portugal Democrático, através de imagens e documentos pouco conhecidos do grande público. Curadoria científica de José Pacheco Pereira

3. Cabral Ka Mori

Autores: José Neves e Leonor Pires Martins

Ano: 2024

Inclui textos de: Alfredo Caldeira, Aurora Almada e Santos e Ricardo Santos & Miguel Fevereiro

Amílcar Cabral foi, por direito próprio, uma figura destacada do século XX. Ao longo das últimas décadas, o sentido da vida de Cabral foi alvo de inúmeras interpretações, de diversos usos e até de renovado interesse. A sua memória

permanece viva no século XXI. «Amílcar Cabral, Uma Exposição» nasceu como mais um modo de usar este legado, com o Estado português a fazer dele um motivo de comemoração histórica, por ocasião dos 50 anos do 25 de Abril.

O livro-catálogo da autoria dos historiadores José Neves e Leonor Pires Martins, comissários da exposição, percorre 50 peças que nos levam a momentos e lugares da vida de Amílcar Cabral, mas também indiciam o tempo, o espaço e a experiência de quem o conheceu, vigiou, admirou, filmou, retratou ou cantou. O agrónomo e líder das lutas de libertação está omnipresente neste projeto que leva o seu nome, mas muitos momentos têm protagonistas próprios, da fotógrafa italiana Bruna Polimeni ao músico angolano David Zé, passando pelo líder cubano Fidel Castro, falandonos também de liberdade, luta anticolonial e descolonização.

Coleção «O Caminho da Liberdade»

Três publicações que destacam momentos cruciais da organização dos Capitães de Abril no percurso que levou ao 25 de Abril de 1974. Estes documentos centram-se em reuniões estratégicas, nomeadamente as de Alcáçovas (9 de setembro de 1973), Óbidos (1 de dezembro de 1973) e Cascais (5 de março de 1974), onde se tomaram decisões fundamentais para o avanço da conspiração, sublinham o papel fundamental desempenhado pelos Capitães na preparação do golpe militar que pôs fim à ditadura.

1. Caminho (O) da Liberdade: A primeira reunião do Movimento dos Capitães, Alcáçovas, 9 de setembro de 1973

Autores: Frederico Nunes de Carvalho, Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola

Editor: Comemorações Oficiais 50 Anos 25 de Abril

Ano: 2024

2. Caminho (O) da Liberdade: A reunião de Óbidos, 1 de dezembro de 1973

Autores: Filipe Daniel, Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola

Editor: Comemorações Oficiais 50 Anos 25 de Abril

Ano: 2024

3. Caminho (O) da Liberdade: A reunião de Cascais, 5 de março de 1974

Autores: Carlos Carreiras, Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola

Editor: Comemorações Oficiais 50 Anos 25 de Abril

Ano: 2024

Coleção – O 25 de Abril visto de fora

Esta iniciativa da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, em parceria com a editora Tinta-da-China, contempla a edição de dez obras inéditas em português, a maioria de autores estrangeiros, sobre a Revolução e a

consolidação da democracia em Portugal. A coleção é dirigida por António Costa Pinto, investigador e professor universitário, e a sua publicação decorrerá até 2026, acompanhando o programa oficial das Comemorações

1. A Revolução dentro da Revolução: O controlo operário no Portugal rural

Nancy Bermeo

Editor: Tinta da China

Ano: 2024

«A queda do regime de Salazar e Caetano, em abril de 1974, originou profundas transformações nas relações de propriedade em meio rural e, de certo modo, nos próprios trabalhadores. Catarina Eufémia morreu quando reclamava a adoção da jornada de trabalho de oito horas. António Casquinha e João Caravela perderam a vida num contexto diferente. A sua morte sobreveio quando tentavam impedir a GNR de dismantelar uma cooperativa agrícola — formada por outros assalariados rurais como eles, após a ocupação de grandes domínios fundiários. No primeiro caso, o Estado português exerceu o seu poder coercivo contra reformadores, no segundo, fê-lo contrarrevolucionários.

O presente estudo é uma análise da reforma e revolução no mundo rural português e tem como tema central o controlo operário, ou seja, a gestão e o usufruto coletivos dos bens de produção. A investigação responde a três perguntas que estão interligadas. A primeira, o que levou os assalariados rurais do sul a contestar as relações de propriedade e a criar herdades geridas por trabalhadores? A segunda, quais as repercussões a nível micro das unidades cooperativas geridas por trabalhadores, após a sua criação? Por último, qual era a natureza da interação entre as cooperativas e o sistema estatal no qual estavam inseridas? Como se desenvolveram no Estado pós-revolucionário?».

2. Vozes da Revolução

Revisitando o 25 de Abril de 1974. Entrevistas e estudos.

AAVV e COORD. de Paul Christopher Manuel

Editor: Tinta da China

Ano: 2023

«Estas entrevistas foram conduzidas por Paul Manuel em 1990 e 1991, quando os dias agitados da revolução já tinham passado, mas os acontecimentos ainda eram suficientemente vívidos para serem recordados com algum pormenor. As reflexões de 14 dirigentes militares centrais de diferentes patentes e crenças políticas aqui registadas dão-nos uma visão clara da espantosa diversidade existente na instituição militar, do desastre que foi evitado e também dos modos de pensar que foram ora penalizadores ora facilitadores de um final feliz. Estas fascinantes entrevistas, a par dos ensaios que as enquadram, oferecem-nos uma imagem vívida de alguns dos homens que em última análise

determinaram o destino de Portugal. Deveria ser dado um papel mais proeminente aos atores militares na nossa literatura sobre mudanças de regime, e esta deveria ser objeto de uma leitura alargada.» Nancy Bermeo, *Prêambulo*

Entrevistas a: Amadeu Garcia dos Santos, António de Spínola, Carlos Fabião, Fisher Lopes Pires, Francisco da Costa Gomes, Jaime Neves, José Manuel da Costa Neves, Luís António Casanova Ferreira, Manuel Monge, Mário Tomé, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço, Vítor Alves.

3. Em busca do Portugal Contemporâneo

A Revolução e as suas consequências

AAVV e Coordenação de Lawrence S. Graham e Douglas Wheeler

Editor: Tinta da China

Ano: 2023

«Os artigos desta coletânea, escritos para o colóquio do International Conference Group on Portugal em 1979, tentam colocar a revolução de 25 Abril e o seu rescaldo numa perspetiva que combine a análise das condições históricas e sociais internas de Portugal com a dos acontecimentos internacionais de meados da década de 1970. Considerados no seu conjunto, estes ensaios demonstram que a compreensão dos processos sociais e políticos vividos pelo país durante a revolução deve incluir o entendimento da experiência portuguesa ao longo do último século, das especificidades do contexto internacional, e em especial dos desenvolvimentos ocorridos nas relações de Portugal, quer com o resto da Europa, quer com África, desde o início dos anos 60.» Joyce Firstenberg Riegelhaupt, *Introdução*.

Textos de Alex Macleod, Ben Pimlott, Bill Lomax, Charles Downs, David L. Raby, Douglas L. Wheeler, Harry M. Makler, Jean Seaton, John R. Logan, José Medeiros Ferreira, Joyce Firstenberg Riegelhaupt, Lawrence S. Graham, Nancy Bermeo, Paulo de Pitta e Cunha, Thomas C. Bruneau, Tom Gallagher, Walter C. Opello, Jr

4. As Forças Armadas Portuguesas e o Estado: Repensar as transições na Europa e na América Latina

Autor: Lawrence S. Graham

Editor: Tinta da China

Ano: 2023

O cientista político norteamericano Lawrence S. Graham focase na relação entre as Forças Armadas e o Estado durante a transição e a consolidação democráticas em Portugal, apresentando o caso português numa perspetiva comparada com a América Latina e a Europa de Leste, e como ponto de partida para uma análise mais geral e transnacional de padrões de relação entre militares e democracia.

«Este é um livro pioneiro sobre os militares e a consolidação da democracia portuguesa, finalmente traduzido em português. Publicado nos EUA pela Westview Press em 1993, ele coroa uma série de estudos acadêmicos (e também jornalísticos) sobre a ação política dos militares portugueses. O 25 de Abril apanhou de surpresa o mundo político e acadêmico internacional da década de 1970, e os primeiros estudos sérios sobre o caso português foram da autoria de estudiosos estrangeiros, quando o mundo acadêmico português ainda era incipiente. Nesta obra, Graham aborda o papel dos militares na consolidação democrática numa perspetiva comparada.» Da *Introdução*.

5. Contenção e Transgressão. As mobilizações sociais e o Estado nas transições espanhola e portuguesa

Autor: Rafael Durán Muñoz

Editor: Tinta da China

Ano: 2023

Porque é que os processos de mobilização operária ou laboral foram tão díspares em Portugal e Espanha durante a fase histórica das suas transições para a democracia? Este segundo volume da coleção «O 25 de Abril visto de fora» tenta responder a esta e a muitas outras perguntas.

Contenção e Transgressão trata da forma como se implanta e se constrói a democracia, fruto de um semfim de confluências entre fatores que, depurados pelas perceções, levam os coletivos e os indivíduos, as massas e as elites, a agir de determinada maneira. Espanha e Portugal são dois casos extraordinários de mudança de regime que permitem analisar esse processo.

6. Prática Democrática e Inclusão Política: Origens da clivagem ibérica

Autor: Robert M. Fishman

Editor: Tinta da China

Ano: 2023

A partir dos casos de Portugal e de Espanha, Robert M. Fishman, um dos mais destacados sociólogos políticos norte americanos, propõe uma teoria inovadora sobre a amplitude da inclusão democrática, e retira conclusões sobre as democracias em todo o mundo.

Prática Democrática analisa o impacto que a história política e – cultural destes países teve no processo de viragem para a democracia e no modelo político que cada um adotou, com destaque para a divergência de pressupostos democráticos e de relacionamento entre os atores políticos. Com dados factuais minuciosos, Fishman evidencia as grandes vantagens que as democracias contemporâneas podem retirar de uma abordagem inclusiva, em que todos, incluindo os pobres e excluídos, saem beneficiados.

Outras Publicações

1. Encontro dos Liberais, 1973: 50 Anos Depois

António Araújo

Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM)

Ano: 2024

«Realizado nos dias 28 e 29 de julho de 1973 — no estertor do marcelismo, portanto —, o Encontro de Reflexão Política, logo conhecido como «Encontro dos Liberais», reuniu em Lisboa um conjunto de personalidades que, no pós-25 de Abril, ocupariam lugares de destaque na jovem democracia portuguesa. Há 50 anos, ensaiou-se um projeto político democrático, liberal, moderado, reformista. Valores hoje postos em crise, mas nem por isso menos atuais — e fundamentais.»

A obra «Encontro dos Liberais, 1973: 50 Anos Depois» é uma coletânea de ensaios organizada pelo historiador António Araújo que oferece uma reflexão essencial sobre o “Encontro de Reflexão Política”, que tem lugar poucos meses antes do 25 de Abril, na última etapa do Marcelismo, e, por ser promovido pelos deputados da Ala Liberal Joaquim Magalhães Mota e Tomás Oliveira Dias, ficou conhecido como “Encontro dos Liberais”. É uma peça fundamental para se compreender o ambiente político e social que antecedeu o 25 de Abril

2. O Essencial sobre a PIDE

Irene Flunser Pimentel

Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM)

Ano: 2023

“A história da ditadura e da repressão, bem como da sua polícia política, é assim também a história das formas de sedução e cooptação de parte da população, bem como das cumplicidades e dos modos utilizados pelos governados para se adaptarem às regras desses regimes e até deles beneficiarem. Assim como nem todos os portugueses se ergueram contra a ditadura, nem todos foram vítimas da polícia política e alguns colaboraram com esta.”

3. 25 de Abril de 1974, Quinta-Feira

Alfredo Cunha

Prefácio: Luís Pedro Nunes

Textos de Adelino Gomes, Carlos Matos Gomes e Fernando Rosas;

Gravuras de Alexandre Farto/Vhils

Editor: Tinta da China

Ano: 2024

No dia 25 de Abril de 1974 (uma quinta-feira, tal como voltará a acontecer em 2024), Alfredo Cunha estava em Lisboa e fotografou a revolução nos seus principais cenários, captando imagens icónicas que perduram até hoje associadas ao acontecimento que mudou a História de Portugal.

Para celebrar os 50 anos de democracia, Alfredo Cunha concebeu, a partir das suas imagens, um livro em três partes: **Guerra** — com texto de Carlos Matos Gomes, militar de Abril e da guerra colonial; **Dia 25 de Abril** — com texto de Adelino Gomes, repórter que acompanhou os acontecimentos em Lisboa; **Depois de Abril** — com texto de Fernando Rosas, historiador e protagonista destes anos quentes.

4. O Mundo de Amílcar Cabral

José Neves, Rui Lopes e Victor Barros (org.)

Editora: Fora de Jogo

Ano: 2024

Líder da luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, a figura de Amílcar Cabral é indissociável da história desses países, bem como da história de Portugal e da história global das revoluções então em curso no chamado Sul Global. A sua área de influência estendeu-se muito para lá das fronteiras das colónias portuguesas, seja através das múltiplas viagens do próprio Cabral, seja através da circulação mundial das suas ideias e palavras em livros, filmes, entrevistas e discursos difundidos pela imprensa, rádios e televisões de vários países, forjando solidariedades da China aos Estados Unidos da América, da Tanzânia à Checoslováquia.

Neste livro, pela mão de quem o estudou e de seus contemporâneos, o leitor é levado a percorrer a história e a atualidade de países tão diversos como Cuba, França, Suécia e Argélia, entre outros cuja trajetória se cruzou com a de Cabral. O livro é assim um importante contributo para compreendermos a queda do Império Português, mas também a viragem pós-colonial do mundo contemporâneo.

Fonte: <https://50anos25abril.pt/iniciativas/publicacoes/>

Coleção Completa – 25 de Abril: Os Dias da Revolução

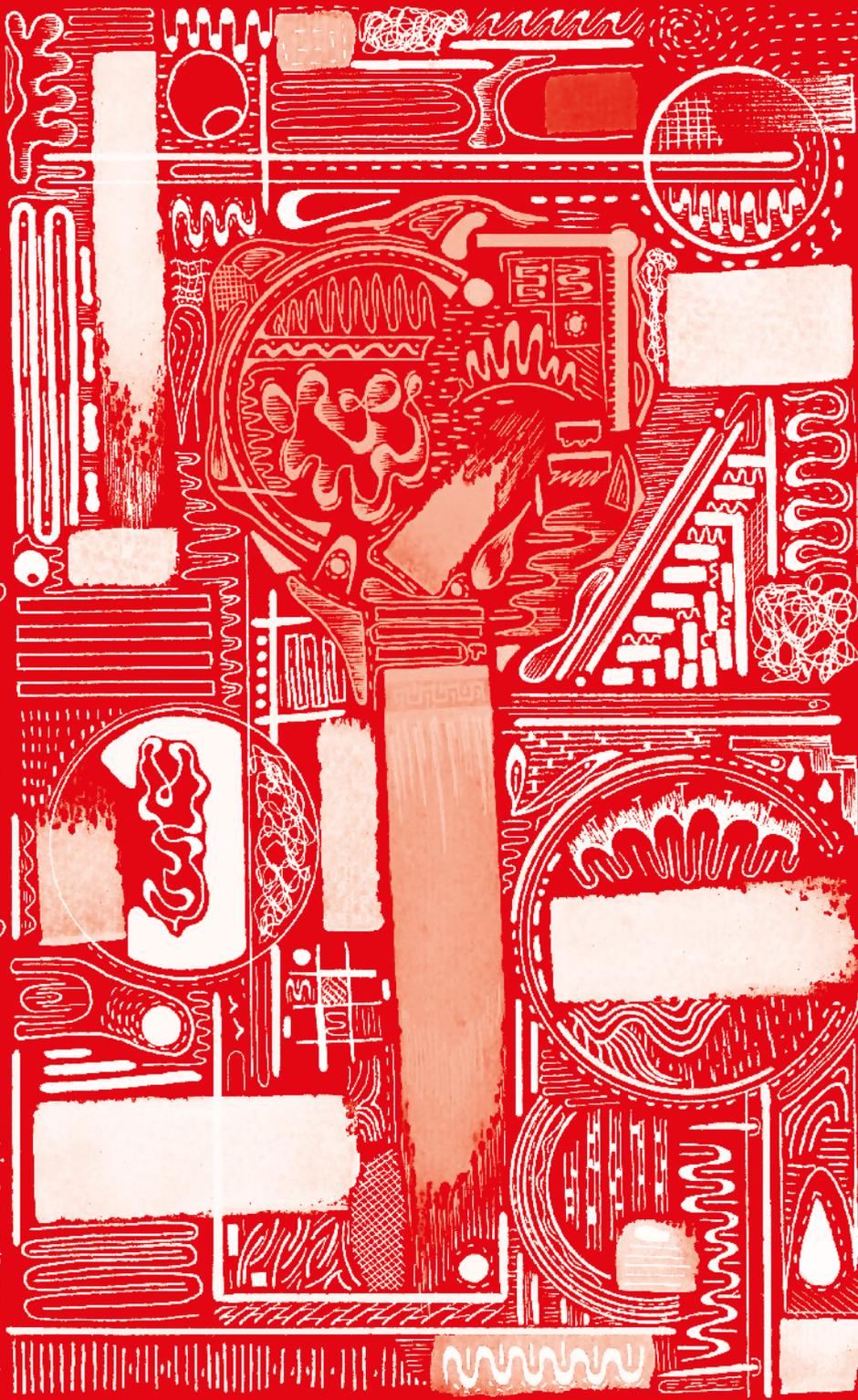
O jornal PÚBLICO e a editora “A Bela e o Monstro” publicam por ocasião das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, 10 livros em versão fac-símile com o objetivo de construir e preservar a nossa memória coletiva. Foram livros feitos “a quente” durante o período revolucionário. Díficeis de definir, são um misto de livros de fotografia, registo fotojornalístico, reflexão política, historiográfica e documental. Definidos pela paixão da urgência do momento e o deslumbramento por uma nova iconografia que eles, fotógrafos, repórteres e editores, captando-a e publicando-a, ajudaram também a criar.

1. *Portugal Livre: 20 fotografos da imprensa contam tudo sobre a Revolução das Flores*
2. *As Paredes na Revolução*
3. *Da Resistência à Libertação*
4. *Portugal: Ano Um da Revolução*
5. *Aqui Emissora da Liberdade*
6. *As Paredes em Liberdade*
7. *Portugal: Um Ano de Revolução*
8. *25 de Abril: Documento*
9. *25 de Abril: Imagens*
10. *O Último Dia da PIDE: 26 de Abril no Porto*

Fonte: <https://loja.publico.pt/products/colecao-completa-25-de-abril-os-dias-da-revolucao-10-vol>

Porto, março de 2025

Em cada esquina um amigo. Em cada rosto igualdade. Grândola, vila morena.



Grândola, vila morena. Em cada rosto igualdade. O povo é quem mais ordena!

Currículos

Breves Currículos

Agostinho Fernandes

Agostinho Fernandes nasceu em Joane em 1942. Foi combatente na Guerra Colonial entre 1961 a 1974. De regresso da Guerra Colonial licenciou-se em Filosofia pela Universidade do Porto. Participou na gestão democrática da Escola D. Sancho I e foi eleito na década de 80, pelo partido socialista, para Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão por diversos mandatos e que mudaram radicalmente a cidade de Vila Nova de Famalicão nas infraestruturas, nos equipamentos escolares, sociais, desportivos e de saúde. É casado e tem uma filha e uma neta.

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Mestre em Educação, Supervisão Pedagógica em Ensino da História, pela Universidade do Minho; Pós-graduação em Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Pós Graduação em Administração e Organização Escolar pelo Instituto de Estudos Superiores de Fafe; Licenciada em Ciências Históricas, ramo educacional e Ciências Históricas, ramo científico pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Professora do Ensino Básico e Secundário, em Mobilidade Estatutária na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Armindo Costa

Fundador e presidente do Conselho de Administração de Aco Shoes SA; vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 1998 e 2001; presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 2002 e 2013.

Artur Sá da Costa

Nasceu a 20 de novembro de 1944, em Cabeçudos, Vila Nova de Famalicão. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, fez carreira profissional como Delegado do Ministério Público, nas comarcas de Famalicão e Cabeceira

de Bastos. Após o 25 de Abril, foi delegado do Ministério do Trabalho em Braga, tendo sido saneado pelo governo com ampla contestação dos sindicatos. Integrou a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte e do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública (1979-1987). Foi deputado à Assembleia da República (1980-1983). Entre 1987 e 2010, destacou-se como diretor do departamento de Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Tem várias obras publicadas.

Artur Clemente Gomes De Sousa Lopes

Nasceu em Vila Nova de Famalicão em 27 de dezembro de 1940. Em 1964 formou-se em Engenharia Civil, no Instituto Superior de Engenharia do Porto. Fez o Serviço Militar entre 1964/69 com comissão de Serviço em Angola (Quibaxe/Gabela). Foi professor na Escola Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (Escola Secundário D. Sancho I) entre 1969/1974. Foi presidente da direção do Famalicense Atlético Club entre 1970/1973; candidato a presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pelo Partido Socialista, nas primeiras eleições autárquicas em 1971 e 1978, tendo exercido o cargo de vereador da oposição em dois mandatos. Presidente de Federação Distrital de Braga pelo P.S. entre 1983/1987. Governador Civil de Braga entre 1984/1987 no Governo do Bloco Central do Dr. Mário Soares como 1.º Ministro. Vereador do Pelouro do Ambiente entre 1987/1991 na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 1991/2001. Presidente da Secção do P.S. em Vila Nova de Famalicão por diversas vezes. Deputado na Assembleia da República entre 1997/2001 no Governo de António Guterres como 1.º Ministro. Vereador da Oposição na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 2001/2003. Membro da Comissão Nacional do P.S. por diversas vezes.

Carla Araújo

Ddirigente intermédia no Município de Vila Nova de Famalicão, responsável pela Divisão Municipal de Bibliotecas e Arquivos, é licenciada em Estudos Europeus e Pós-graduada em Animação de Bibliotecas.

A sua atividade profissional está, desde 2001, ligada à administração local e, desde 2006, orientada para a direção de serviços. O seu percurso formativo tem-se orientado para as áreas da gestão e da liderança.

Integra a Comissão Técnica do Plano Local de Leitura, o Grupo de Trabalho das Bibliotecas de Vila Nova de Famalicão, o Conselho Municipal de Cultura de Vila Nova de Famalicão e o Grupo de Trabalho da Rede Intermunicipal de Bibliotecas Municipais do Ave.

É coautora da *Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão* (2005); coautora da brochura *A tua Europa Sustentável: desenvolvimento europa-minho* (2020), coautora do artigo *ODS: juntos mudamos o mundo*, *Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco – Vila Nova de Famalicão* (2023), e autora, desde maio 2015, de uma crónica mensal na rubrica *Voz às Bibliotecas*, na imprensa escrita regional *Correio do Minho*.

Daniel José Ribeiro de Faria

Nasceu em 17 de maio de 1975, em Vila Nova de Famalicão, onde reside. Licenciado em Sociologia das Organizações pela Universidade do Minho e pós-graduado em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida pela mesma Instituição. É diplomado pelo Curso Teológico-Pastoral da Universidade Católica Portuguesa. Em 1998 e 1999, trabalhou no Centro Regional da Segurança Social do Norte. Desde 2000, é Técnico Superior no Município de Vila Nova de Famalicão, estando ligado ao Gabinete de Apoio à Presidência desde 2003. Dedicou-se a causas de voluntariado e de associativismo. Tem sido colaborador da imprensa regional e da revista Espaço Aberto. É autor do blogue pracadasideias.blogspot.com e da página Espiritualidade e Liberdade.

Durval Ferreira

Nasceu em Mogege, a 1 de janeiro de 1937.

É licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra (1959), frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Colónia (Alemanha) em 1961/1962.

É advogado com escritório em Vila Nova de Famalicão, desde 1962. É autor de diversos livros jurídicos e publicações em revistas de direito. Sendo o primeiro, *O Mandato Civil e Comercial* (editora Almedina), em 1968, e os últimos, *Dano da Perda de Chance e Posse e Usucapião* – Tendo sido apresentados, respetivamente, em 2022, as 3.ª e 5.ª edições destas duas últimas obras (editora, Vida Económica-Porto).

Antes do 25 de Abril, participou ativamente em movimentos de democracia liberal. Apoiou o CEUD (Mário Soares), nas últimas eleições para a Assembleia da República, antes do 25 de Abril. É filiado no CDS. Foi Vereador da Cultura na 1.ª Câmara eleita após o 25 de Abril.

Filomena Fonseca

Nasceu em 1952, em Landim, Vila Nova de Famalicão. Iniciou o percurso profissional aos 15 anos de idade como administrativa. Foi gestora de clientes particulares no Banco Português do Atlântico – Millennium BCP nas Agências de Riba de Ave e Vila Nova de Famalicão. É licenciada em Estudos Artísticos e Culturais na Faculdade de Filosofia de Braga – Universidade Católica. Frequentou o curso de Pintura na (ESBAP) e Cooperativa Árvore no Porto. Estagiou no “Centre de Formation à la Peinture” em Lyon – França. Expôs pela primeira vez em 1983 no SBN – Porto. Realizou 20 exposições individuais e participou em mais de 250 exposições coletivas no país e no estrangeiro. Ilustrou diversas capas de obras literárias e coleção de 10 livros de poesia infantojuvenil. Publicou: poesia “Os Degraus da Casa”, Atelier P. Editorial, 2008; prosa “A Vida é um Desafio”, Guerra e Paz Editores, 2018. Livro/Catálogo “Filomena Fonseca – 40 Anos de Percurso Artístico”, 2024. É coautora em mais de 40 Antologias Poéticas.

Publica regularmente poesia na imprensa regional.

Hilário Pereira

É bibliotecário na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, licenciado em História pela Universidade Aberta, tem pós-graduação em Ciências Documentais e Mestrado em Ciências da Informação e Documentação, pela Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga e uma pós-graduação em Informação Empresarial pela ESEIG – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão.

João Pedro Vilaça Lopes da Costa

Natural e residente em Braga, é Licenciado em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho, desempenhou a maior parte da sua atividade profissional na E.B. 2/3 de Ribeirão; E.B.2/3 de Calendário, Secundária D. Sancho I e Escola Profissional Forave. Entre 1992 e 2017 foi dirigente na Escola E. B. 2/3 de Ribeirão e depois na Escola Profissional Forave. Durante esse período frequentou o curso de Especialização e o Mestrado em Administração e Organização Escolar. Entre 2010 a 2014 colaborou com o Observatório de Melhoria e Eficácia da Escola (OMEE), da Universidade Lusíada do Porto. No ano letivo 2024/25 passou a integrar ao quadro efetivo da Escola Secundária de Maximinos (Braga).

Joaquim Forte

Mestre em Ciência Política pela Universidade do Minho. Natural de Joane, onde fundou o Centro de Apoio Local, o jornal Repórter Local e o Cineclube. Foi radialista e jornalista. Vive e trabalha em Guimarães.

José Luís Machado Bacelar Ferreira

Nasceu em Vale S. Cosme a 1 de fevereiro de 1943. Na Póvoa de Varzim concluiu o ensino primário e frequentou o Liceu Nacional. Ingressou na Academia Militar em 1962 terminando o Curso de Administração Militar em

1965 e prestou serviço em várias unidades e estabelecimentos militares. Em 1974, como capitão, fazendo parte do movimento dos capitães participou diretamente no Golpe Militar, assumindo o comando do 1.º Grupo de Companhias de Administração Militar. Esteve em duas comissões militares, em Angola (1969-1971) e em Moçambique (1974-1975). Comandou nos últimos anos da sua carreira militar o Batalhão de Administração Militar na Póvoa de Varzim. Promovido a coronel passou à reforma.

É sócio fundador da Associação Dar as Mãos e desempenha nesta altura a sua presidência. Em 1993 recebeu a Medalha de Honra do Município. Em 2023 foi agraciado pelo PR com a Grã Cruz da Ordem da Liberdade.

Judite Martins Azevedo

É professora do 1.º ciclo do ensino básico, com licenciatura em Educação Básica pela Escola de Educadores de Infância de Vila Nova de Famalicão; Mestrado em Administração Escolar, pelo Instituto Superior de Educação e Trabalho. Exerce funções de docente e é Coordenadora de Estabelecimento na Escola Básica de Valdossos, do Agrupamento de Escolas de Ribeirão.

Luís Alberto Alves

Professor Associado com Agregação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras do Porto. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Coordenador científico do projeto “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”.

Manuel Afonso de Almeida Pinto

Médico pela Universidade do Porto com especialidade em Ortopedia; Curso de Gestão, pela Universidade Nova de Lisboa. Ex-presidente do Conselho de Administração do Hospital de S. João de Deus, de Vila Nova de Famalicão. Foi deputado da Assembleia

da República nas 2.ª, 3.ª e 4.ª Legislaturas. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, de 1980-1986; Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Tiago da Cruz em 1976-1980 e 2001-2005; Deputado da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão durante 20 anos; Vice-presidente da Comissão Política Nacional do CDS na Presidência de Adriano Moreira; Vice-presidente da Comissão Diretiva Nacional do CDS, na Presidência de Adriano Moreira; Secretário do Conselho Nacional do CDS nas Presidenciais de Freitas do Amaral, Lucas Pires e Adriano Moreira.

Foi fundador e ex-presidente da Escola de Pais do INA – Instituto Nun’Alvares – Sto. Tirso. Sócio fundador da Associação “Dar as Mãos”; Ex-presidente do Congresso da Associação Nacional de Famílias. Presidente da Direção da Associação “Amigos de Famalicão”; Sócio fundador e ex-presidente da Direção da Associação Luso Francesa S. Fargeau-Ponthierry.

Maria Margarida Braga Malvar

Nascida a 17 maio 1944 na freguesia de Gavião, Vila Nova de Famalicão.

Frequentou o ensino primário público, o Colégio Camilo Castelo Branco, o Liceu Carolina Michaelis, no Porto e o Liceu Nacional de Braga, sendo licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

De uma família de democratas, oposicionista ao regime de Salazar, participou na campanha do General Humberto Delgado, nas iniciativas comemorativas do 5 de Outubro e 31 de Janeiro. Em 1969 fez uma intervenção no congresso de Aveiro da Oposição Democrática.

No mesmo ano foi candidata pela CDE de Braga à então designada Assembleia Nacional.

Depois do 25 de Abril foi Vereadora e Deputada Municipal em V.N. Famalicão.

Profissionalmente exerceu sempre a advocacia, tendo diversos cargos na respetiva Ordem.

Esteve ligada ao partido do MDP e ao P.C.P., não tendo atualmente qualquer filiação partidária.

Mário da Costa Martins

É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pós-graduado em Administração Pública pela Universidade do Minho. Professor aposentado das disciplinas de História e Português.

Foi Chefe de Divisão da Educação e Ação Social em 1987 e Diretor de Serviços (adjunto do presidente), na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na Presidência de Agostinho Fernandes, em 1997. Em 2009 e 2010, desempenhou o cargo de Diretor do Centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão. Em 2001 e 2005, foi vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, primeiro eleito pelo MAF (Movimento Agostinho Fernandes) e depois pelo PS, em 2005.

Paula Costa

Curso de Técnicas de Tratamento Documental / Biblioteca e Documentação (1993), pelo Instituto de Educação Técnica – INETE. Técnica responsável pelo Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Pedro Oliveira

Licenciado em Educação Física e Desporto; Pós-graduação em Ciências do Desporto – Desporto para Crianças e Jovens; Curso de Especialização em Ciências da Educação – Administração Educacional. Formador acreditado pelo Conselho Científico e Pedagógico da Formação Contínua e possui o Título Profissional de Treinador de Desporto. É professor do Quadro de Nomeação Definitiva do AE Camilo Castelo Branco, do grupo disciplinar de Educação Física, tendo entre 2014 e 2021, exercido o cargo de Subdiretor do referido agrupamento. Para além de treinador de atletismo e dirigente associativo, foi Diretor Técnico Regional da Associação de Atletismo de Vila Real e da Associação de Atletismo de Braga, sendo desde 2024, diretor da Federação Portuguesa de Atletismo. Atualmente é vereador do pelouro da Cultura, Desporto e Associativismo na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Ficha técnica**Boletim Cultural • VI série • n.º 5 • Ano 2024****Edição**

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Pedro Oliveira, Vereador da Cultura

Colaboram neste número

Agostinho Fernandes, Almeida Pinto, Arminda Ferreira, Armindo Costa, Artur Sá da Costa, Artur Sousa Lopes, Carla Araújo, Coronel Bacelar, Daniel José Ribeiro de Faria, Durval Ferreira, Filomena Fonseca, Hilário Pereira, João Pedro Vilaça, Joaquim Forte, Judite Azevedo, Luís Alberto Alves, Margarida Malvar, Mário da Costa Martins, Paula Costa e Pedro Oliveira

Coordenação de edição

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Design gráfico

António Pedro

Execução gráfica

Papelmunde

Tiragem

500 exemplares

ISSN

0871-3308

Depósito legal

412746/90

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 09 de junho, art.º 12.º, n.º 1, alínea b)

Foto da capa: Lino Lima a discursar para os manifestantes de apoio aos Movimento das Forças Armadas na varanda dos Paços do Concelho, no dia 27 de abril de 1974. BMCCB.

Foto da pág. 8: Fotografia de Alfredo Cunha, in "25 de Abril de 1974. Quinta-feira", Lisboa: Edições Tinta-da-China.

Foto da pág. 42: Campanha eleitoral da CDE no Teatro Circo de Braga. Biblioteca Digital da Oposição Democrática – BMCCB.

Foto da pág. 156: "O Dia em que os Lápis Desistiram", ilustração de Mariana Pereira e Salvador Sousa.

Foto da pág. 218: "25 de Abril de 1974", ilustração de Luis Martins.

